

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**QUALIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO
BRASILEIRO: A COBERTURA DO PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

ÉBIDA ROSA DOS SANTOS

Junho de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**QUALIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO
BRASILEIRO: A COBERTURA DO PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Comunicação.

Linha: Jornalismo e Sociedade

Orientadora: Liziane Soares Guazina.

Junho de 2019

ÉBIDA ROSA DOS SANTOS

**QUALIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO
BRASILEIRO: A COBERTURA DO PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Comunicação.

Banca examinadora:

Professora doutora Christiana Soares de Freitas
Presidente da banca
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília

Professora Doutora Liziane Soares Guazina
Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília

Professor doutor Josenildo Guerra
Universidade Federal de Sergipe

Professor doutor Thiago Trindade
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Professora doutora Dione Moura
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília

Professor doutor Sivaldo Silva
Suplente
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília

Dedicatória

Aos meus pais, Janete e Pedro, por me ensinarem a lutar.

Agradecimentos

Lembro do meu primeiro dia de aula. Era 1995, eu tinha seis anos e pedia todos os dias aos meus pais para ir à escola. Infelizmente não havia uma escola, pois estávamos em um acampamento do MST, onde permanecemos por dois anos. Porém, havia um grande barracão, um professor e bancos e mesas improvisados. No que seria meu primeiro dia de aula choveu torrencialmente e meus pais tentaram me convencer a não ir naquele dia, sem sucesso. Lembro de estar no colo do meu pai, sob uma sombrinha de criança, e de ele me levar até a "escola". Lá recebi meu primeiro caderno, meu primeiro lápis e minha primeira borracha. Nunca mais me separei deles. E nunca mais saí da escola. Seguimos há 23 anos nessa relação, com algum sucesso.

Entretanto, oficialmente só entrei na escola em 1997, quando ia completar 8 anos. E nunca houve lugar que eu me esforçasse mais para estar. Com sol, com chuva, sem transporte. Até mesmo quando falavam que não tinha aula e por isso o ônibus não tinha passado eu queria ir à escola para confirmar. Perder uma aula sempre foi uma tortura para mim. Orgulho-me de ter tido quatro faltas em quatro anos de faculdade, mesmo trabalhando à noite e tendo aula o dia todo. A minha vida acadêmica é parte fundamental de quem eu sou e das coisas que consegui.

Sorte a minha perceber desde cedo que a educação era o caminho. Sorte a minha ter tido tantos professores pelo caminho, que mesmo sabendo que é difícil sair dos rincões do Brasil, me incentivaram e mostraram que era possível, ainda que difícil. Sorte a minha ter existido um projeto de país que expandiu as universidades públicas, garantiu assistência estudantil e me possibilitou uma graduação. Um mestrado. Um doutorado. E por isso sou imensamente grata. Sorte à parte, teve muito esforço.

Vou agradecer aqueles que torceram e me apoiaram. Mas, principalmente aqueles que me desafiaram dizendo que eu nunca deveria ter saído de um acampamento e que era pra lá que eu deveria voltar; aqueles que disseram que eu nunca ia conseguir fazer uma faculdade porque era pobre; aqueles que disseram que eu era sonhadora demais quando fazia planos. Vocês colocaram mais combustível nos meus sonhos. Aos poucos fui percebendo que as limitações eram suas e não minhas. E escrevo isso para que eu possa me lembrar do tanto que a caminhada foi difícil. E bonita.

Quero agradecer imensamente minha orientadora, Liziane, por ter sido uma inspiração como professora e pesquisadora, daquelas que ensina pelo exemplo. Obrigada, Lizi, por ter topado essa aventura!

Aos demais professores da Pós com quem convivi, agradeço pelo conhecimento compartilhado.

A professora Silvia Pellegrini, da Pontifícia Universidade Católica do Chile, por ter respondido aos meus contatos e compartilhado material sobre a metodologia adotada nessa pesquisa.

Aos colegas e muitos amigos que fiz pelo caminho, há um pedacinho de vocês entre essas páginas.

Especialmente à minha família, pai, mãe, irmã e vó. Vocês são fundamentais na caminhada. Obrigada por permitirem que eu tivesse asas e voasse por esse mundão. Vocês estão sempre no meu coração.

Ao Tarso, meu companheiro, revisor, que me roubou da pesquisa para as viagens mais incríveis e também me cobrou diariamente quantas páginas eu já havia escrito. Obrigada por me lembrar de viver. Por me ajudar a manter a mente e o corpo saudáveis e me dar as melhores condições para chegar ao final dessa etapa. Você é amor e alegria em minha vida.

Epígrafe

Poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de mortes, tal como o nascimento do primeiro filho de uma cantora famosa ou a morte de um sociólogo conhecido mundialmente. É a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. Uma breve passagem pelos jornais diários vê a vida dividida em seções que vão da sociedade, a economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos media, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional. Um exame da maioria dos livros e manuais sobre jornalismo define as notícias em última análise como tudo o que é importante e/ou interessante. Isto inclui praticamente a vida, o mundo e o outer limits (NELSON TRAQUINA, 2005, p. 19).

A experiência tem me ensinado que a democracia não é conquista definitiva, da qual se possa descuidar. É construção permanente, constante, a ser aperfeiçoada e protegida de ameaças. (DILMA ROUSSEFF, discurso ao Senado em 2016).

RESUMO

Esta tese busca investigar a qualidade do jornalismo político brasileiro praticado durante o processo que visava ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Foram analisados seis jornais brasileiros durante as três semanas que antecederam aos momentos-chave de votação no Congresso Nacional. A hipótese é de que devido à simplificação de fluxos investigativo no jornalismo, a cobertura realizada pelo jornalismo comercial da época deixou de observar critérios mínimos de qualidade, falhando em aspectos como profundidade do conteúdo, pluralidade de fontes e diversidade temática. Para a análise foi utilizada a metodologia *Valor Agregado Periodístico*. Os resultados indicam que a cobertura foi marcada pela normalização do processo de *impeachment*, tomado como um fato comum na história da República. O jornalismo político dos jornais impressos demonstra-se mediano e, pode-se dizer, praticamente irrelevante diante do cenário de hiperinformação. Não há conteúdo exclusivo que os diferencie ou permita estabelecer um elo mais profundo de confiança com a informação repassada.

Palavras-chave: Jornalismo; Qualidade; Democracia; Impeachment; Dilma Rousseff

ABSTRACT

This thesis seeks to investigate the quality of Brazilian political journalism practiced during the process aimed at the impeachment of President Dilma Rousseff. Six Brazilian newspapers were analyzed during the three weeks prior to the key voting moments in the National Congress. The hypothesis is that due to the simplification of investigative flows in journalism, coverage by commercial journalism of the time failed to observe minimum quality criteria, failing in aspects such as depth of content, plurality of sources and thematic diversity. For the analysis, the Journalistic Aggregate Value methodology was used. The results indicate that the coverage was marked by the normalization of the process of impeachment, taken as a common fact in the history of the Republic. The political journalism of printed newspapers proves to be weak and, it may be said, practically irrelevant in a hyper information scenario. There is no unique content that differentiates them or allows to establish a deeper bond of trust with the information passed on.

Key-words: Journalism; Quality; Democracy; Impeachment; Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Por Deus, pela família e pelo povo brasileiro: o <i>impeachment</i>	22
Capítulo 2 – O jornalismo político	30
2.1 O tripé: democracia, política e jornalismo	32
2.2 O jornalismo político	40
2.3 Novas e velhas tensões no jornalismo político	46
Capítulo 3 – Qualidade e jornalismo	52
3.1 Qualidade segundo estudos norte-americanos e europeus	52
3.2 Perspectivas latinas	64
3.3 Respostas em construção	70
Capítulo 4 – É verdade, eu vi no jornal... ..	72
4.1 Jornalismo e verdade.....	72
4.1.1 O jornalismo constrói ou reflete a realidade?	74
4.2 O que é notícia e por que noticiar	78
Capítulo 5 – Três aspectos normativos do jornalismo.....	87
5.1 Uso de fontes e o jornalismo político	88
5.2 O lead	95
5.3 A linguagem noticiosa	101
Capítulo 6 – Escolhas metodológicas.....	104
6.1 A escolha do <i>corpus</i> e o período de análise.....	104
6.3 Etapas analíticas.....	107
6.4 Processo de seleção.....	114
6.5 Processo de criação.....	123
Capítulo 7 – Os dados quantitativos	129
7.1 Seletividade: origem das informações e posição das notícias na capa	129
7.2 Índice de relevância ou peso informativo	135
7.3 Diversidade temática.....	137

7.4 Utilização das fontes	140
7.5 Conteúdo e estilo.....	150
7.6 A base narrativa	158
Capítulo 8 – Olhar o jornalismo com dados e teoria	169
8.1 O jornalismo político na cobertura do <i>impeachment</i>	169
8.2 A qualidade e a cobertura do <i>impeachment</i>	175
Considerações finais	179
Referências	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Origem da informação	132
Gráfico 2. Índice global de origem das notícias	135
Gráfico 3. Índice de relevância/peso informativo	136
Gráfico 4. Presença de protagonista e antagonista personificados	139
Gráfico 5. Uso de fontes documentais, indefinidas e não identificadas considerando o total de notícias de cada jornal	141
Gráfico 6. Uso de fontes documentais, indefinidas e não identificadas considerando o número total de fontes	143
Gráfico 7. Uso de fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas	147
Gráfico 8. Alinhamento das fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas	149
Gráfico 9. Estrutura textual de abertura do texto	150
Gráfico 10. Nível narrativo por unidade (processamento x transcrição)	154
Gráfico 11. Presença de elementos gráficos: fotografias	156
Gráfico 12. Presença de elementos gráficos: infografias	157
Gráfico 13. Enfoque narrativo predominante	158
Gráfico 14. Base narrativa: fática x especulativa	159
Gráfico 15. Presença de pontos de vista	162
Gráfico 16. Presença de antecedentes e consequências nos textos	163
Gráfico 17. Presença de dados comprováveis de antecedência e de consequência	164
Gráfico 18. Presença de observação do profissional	166
Gráfico 19. Média de dados comprováveis apresentados por texto e por jornal	167

Introdução

Comunicar é por si só um ato político. Por meio da comunicação, seja ela oral ou escrita, estabelecem-se os relacionamentos entre pessoas e o desenvolvimento da compreensão que se tem sobre o mundo. Torna-se mais simples compreendê-lo a partir do diálogo com o outro ou com o seu pensamento. Assim, o ser humano passa a significar sua vida a partir de uma realidade interpretada por ele e pelos iguais. A comunicação se estabelece como algo intrínseco à política, e a mídia como “um fator central da vida política contemporânea”, como define Miguel (2002, p. 158).

O jornalismo assume um papel decisivo como organizador da realidade, pois ele dá a conhecer os fatos que seriam mais importantes ou relevantes para o público. Torna o mundo dos acontecimentos inteligível e dá-lhe uma valoração. Como diz Charaudeau, para que um acontecimento exista é preciso nomeá-lo e, a partir de então, desencadear os processos de compreensão e interpretação, que resultam na reconstrução do significado. É a isso que “se convencionou chamar de ‘a notícia’” (2012, p. 132).

Para Jorge Pedro Sousa (2005) a notícia representa a essência do que é a teoria do jornalismo. Explica-se pelo resultado que se pretende com o processo de produção de informação, que é a notícia. Não se pode desconsiderar os diversos formatos noticiosos existentes, contudo, com as devidas ressalvas, todos tratam de notícias. Como classifica Sousa, podem ser encaradas como duas dimensões: a *tática*, em que se esgota na teoria dos gêneros jornalísticos, diferenciando a notícia de entrevista ou reportagem, por exemplo; e a *estratégica*, que encara todo o enunciado jornalístico como notícia. Para esta pesquisa, concorda-se com Sousa quando propõe que a última opção “é aquela que interessa à teoria do jornalismo enquanto teoria que procura explicar as formas e os conteúdos do produto jornalístico” (2005, p.4).

Temos então a notícia como basilar na representação que se faz da realidade, uma vez que é responsável por indicar quais aspectos merecem atenção. Define-se a notícia, portanto, como o conteúdo que “comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural” (SOUSA, 2005, p. 6). Os diversos critérios noticiosos são relevantes para a construção noticiosa e auxiliam para torná-la mais compreensível e definir sua relevância para ser veiculada, por exemplo.

Entre os tantos fatos a serem noticiados incluem-se os “acontecimentos políticos”, nessa pesquisa voltados à atuação de atores que pertencem ao poder

público ou mantêm constante diálogo com ele, e que são publicizados pelo chamado jornalismo político, nomenclatura adotada por esta tese.

A profissionalização e a padronização do jornalismo, marcada temporalmente pelo século XIX, demarca o momento em que o jornalismo teria deixado para trás o caráter do profissional como apoiador de políticos. Ainda assim, o jornalismo mantém uma ambiguidade que Neveu (2002, p. 24) classifica como estrutural: a tentação de se comportar como um ator político e desenvolver um discurso normativo sobre política, que pode assumir formas mais sutis do que o compromisso político visível, como as constantes tentativas por muitos jornalistas de se comportar como árbitros ou especialistas das formas ‘modernas’, ‘morais’ ou ‘sérias’ de praticar política [tradução da autora]¹.

A relação estabelecida entre o jornalista – e seu jornalismo – como teia permeadora e construtora da realidade social foi sintetizada pela frase de D’Angelo e Kuypers: “Journalists are in the middle” – ou jornalistas estão no meio, na expressão em português”. Sob a ótica da cobertura política, estar no meio implica em, inevitavelmente, estar envolvido. O grau desse envolvimento influencia o modo como se dão as representações midiáticas e o que elas falam ou silenciam em seus discursos.

Percebendo a academia como um espaço de construção do conhecimento, de intervenção social e de ampla reflexão teórica, vemos como relevante considerar a funcionalidade da pesquisa em desenvolvimento. Em relação ao jornalismo político, o estudo representa uma contribuição para a evolução do campo, pois, ao passo em que tenta compreender o cenário atual e as configurações do processo produtivo, também evidencia possíveis formas de aperfeiçoá-lo, interagindo com sua face contemporânea. Para isso é necessário compreender a constante relação entre o jornalismo e a política e discutir como o jornalismo político se apresenta atualmente e as possíveis configurações que vêm sendo ignoradas. Conjugando reflexão teórica, revisão de conceitos e a produção jornalística comercializada permite ampliar o debate sobre o campo do jornalismo político e sua relação com o mundo acadêmico-teórico.

¹ No original, em inglês: “the temptation to behave like a political actor and to develop a normative discourse on politics can take subtler forms than visible political commitment, as the constant attempts by many journalists to behave like referees or pundits of the ‘modern’, ‘moral’ or ‘serious’ ways to practise politics shows” (NEVEU, 2002, p. 24).

Esta pesquisa se insere em uma grande área que procura compreender a relação entre a mídia e a política. A problemática norteadora é marcada também pela necessidade de estudos que analisem e sistematizem as características do jornalismo político, uma lacuna ainda evidente no Brasil. Observa-se que os estudos têm se ramificado e sido envolvidos em grande número trabalhos sobre padrões éticos e de agendamento e enquadramento da política na mídia. Procurando suprir uma lacuna que se considera em aberto, a observação, nesta pesquisa, é empreendida pela ótica da qualidade do conteúdo que é levado ao público. Porém, antes de discutir “qualidade”, faz-se necessário refletir sobre: como se apresenta o jornalismo político, afinal?

O campo do jornalismo político, para Erik Neveu (2002), é composto por três características. A primeira delas envolve a nobilidade que há no espaço ocupado pelo jornalismo político dentro do campo. A segunda característica diz respeito à peculiaridade no tratamento da notícia, envolvendo seus problemas de transmissão e inteligibilidade. Por exemplo, as regras institucionais, o vocabulário político e a diferença entre partidos e candidatos ainda permanecem como um mistério para muitos cidadãos, fruto, entre outros fatores, da profissionalização das atividades políticas, que reforçam o bloqueio de acesso ao campo. A terceira característica trata da intensidade e da regularidade de interações entre políticos e jornalistas, que ao compartilhar horários, agendas e espaço físico, estabeleceriam uma relação de intimidade quase familiar, exemplificada por Neveu como um grupo de ‘viciados’ que fala em códigos que somente os jornalistas se tornam capazes de decifrar.

As características elencadas por Neveu desenham de forma coerente o cenário no qual a pesquisa se insere. Ressalva-se, porém, que o interesse maior está relacionado à segunda característica, que diz respeito ao tratamento da informação. No momento político vivenciado pelo país desde a ventilação da possibilidade de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff em 2016, o exercício do conhecimento acerca dos fatos torna-se um quesito fundamental para o amadurecimento da democracia. Porém, de que forma, exatamente, o jornalismo se relaciona com a democracia?

Segundo Traquina, o jornalismo se legitimou perante o antagonismo do poder político, incluindo-se em um processo secular de luta pela liberdade e por uma nova forma de governo, representada pela democracia. Nesse momento o poder absoluto foi posto em xeque e buscaram-se caminhos alternativos que valorizassem a opinião

pública. Essa luta por liberdade foi representada, sobretudo, pela luta contra a censura.

Ainda no século XIX, quando despontaria o chamado “novo jornalismo”, o jornalismo e a imprensa, de modo geral, mantinham estereótipos como “demagogos, fanáticos, ou, simplesmente, escritores de terceira categoria” (TRAQUINA, 2005, p. 45-46). Contudo, ao mesmo tempo desprezado e temido, o jornalismo assumiu um papel que o colocou na posição de Quarto Poder, como o responsável por equilibrar a atuação dos outros poderes sobre a sociedade. “Assim, o jornalismo, o designado ‘Quarto Poder’, e a democracia constituíram-se em simbiose” (TRAQUINA, 2005, p. 49).

Apontava-se, então, para o duplo papel a ser desempenhado pelo jornalismo: a) vigiar o poder político e proteger o cidadão de possíveis abusos dos governos; e b) fornecer ao cidadão as informações necessárias para que desempenhassem suas responsabilidades cívicas, integrando o conceito de serviço público à identidade jornalística.

Atualmente, a simples ação de votar já não basta para que o cidadão contribua com o funcionamento do sistema democrático. Outras participações se fazem necessárias, como nas decisões sobre políticas públicas e em definições orçamentárias. Esse cenário também abriga e reflete a amplitude do problema apontado por essa pesquisa, pois há “a percepção de que o conceito de notícia hoje praticado por editorias de política está cada vez mais distante das exigências do que tem sido chamado de cidadania informada. As demandas cognitivas para o exercício dos direitos civis e políticos não têm sido atendidas pelo jornalismo comercial” (ROTHBERG, 2010, p. 22). O papel do jornalismo na condição de atividade vinculada ao exercício da democracia, cabe reforçar, é considerado nessa pesquisa como uma das características essenciais ao que se chama “bom jornalismo” ou “jornalismo de qualidade”, termos discutidos no Capítulo 3.

Não se pode deixar de mencionar, ainda que brevemente, a relação entre o que se considera o jornalismo ideal/normativo e o jornalismo comercial. Quando o jornalismo se reestrutura e o seu produto se torna comercializável, inegavelmente há uma afetação entre a qualidade do seu conteúdo natural e o conteúdo que vende mais. Ao falar sobre a realidade dos meios de comunicação, Niklas Luhman profere uma frase que representa tal situação: “depois da verdade, a publicidade” (2005, p. 83). Essa seria a situação ideal, porém, a relação entre jornalismo, verdade e publicidade

não é somente posterior e pode afetar a notícia antes de sua formulação (não é o foco dessa pesquisa discutir aspectos pré e pós-informativos, mas se considera honesto mencionar tais aspectos). A venda de espaços publicitários, por exemplo, não é apenas do espaço que sobra do noticiário. Por vezes corta-se o texto para privilegiar o recurso financeiro que advirá do anúncio. A necessidade do lucro, inegavelmente, interfere no tamanho dos textos, fato representado, por exemplo, pelo *lead*, que surgiu também para suprir a preocupação de garantir que as informações principais do acontecimento fossem preservadas.

Daniel Cornu (1994, p. 15) apresenta a notícia como um produto imaterial e destaca que “a notícia ou informação de actualidade responde a um certo número de critérios clássicos, que terão sua importância no momento de definir o que é uma ‘boa’ informação”. Critérios representados basicamente pelas perguntas: o quê, quem, quando, onde, como e por quê?, que deveriam atender às necessidades do jornalista de produzir uma informação sucinta e completa, suprimindo a necessidade informativa do público. Ao tratar da relação comercial existente nos jornais, Cornu levanta um questionamento pertinente e que permite pensar outros elementos, como a influência que leva à veiculação de determinada notícia. Pergunta o autor: “quem paga exige?” (1994, p. 63). O desenvolvimento do patrocínio aparece como um elemento que problematizou de forma mais intensa a relação entre o desenvolvimento do trabalho jornalístico, a publicidade e o conteúdo que chega ao público.

Nessa discussão há claramente a percepção de que o jornalismo se alterou com sua comercialização, ganhando, inclusive essa denominação de “jornalismo comercial”. Reflexo disso pode ser visto na alteração da linguagem, muitas vezes calcada em princípios publicitários ou no espetáculo, como forma de atrair os leitores. Essas alterações são resultado também da grande quantidade de informações disponíveis com a chegada da internet, que amplificou a busca pelo público virtual e por “cliques” e “visualizações”.

No cenário exposto cogita-se que o “bom jornalismo” pode estar sendo atropelado, metaforicamente, por dois trens. O primeiro deles é o trem da velocidade, hoje fetichizada, como define Moretzsohn (2002); e o segundo é o do retorno financeiro, que mantém a redação em funcionamento. O “bom jornalismo” e o “jornalismo comercial” têm coexistido, sendo essa relação, crê-se, fundamental para a manutenção da empresa jornalística. Contudo, tem-se a sensação, nesse primeiro

momento, de que o bom jornalismo perde espaço em detrimento da comercialização e da crise financeira que se abate sobre os jornais, especialmente os impressos.

Voltando ao jornalismo político, as peculiaridades que nele se apresentam, apontadas por Neveu, também mostram um quadro que ‘aprisiona’ os jornalistas. A primeira é a autonomia, diretamente relacionada a distância e ao compromisso político. A segunda está relacionada à visão turva que se tem do “papel democrático” da imprensa e da mídia. A terceira mudança está relacionada à situação do jornalismo político na mesa da redação e nas organizações.

Vê-se que os padrões do jornalismo político se desenvolveram dentro do triângulo autonomia, democracia e posição no campo jornalístico. Embora na sua origem o uso da imprensa como instrumento de informação sobre atividades políticas fosse inseparável da própria ação política, tal configuração, idealmente, já não serve mais aos dias atuais, o que não significa que não exista ou não possa ocorrer. O uso feito na origem foi denominado por Neveu como proto-jornalismo, pois havia um ator político, um torcedor de determinado grupo. As escritas tinham a intenção de integrar debates e mobilizar apoios. Nesse período o jornalismo não era visto, por aqueles que o exerciam, como uma profissão e sim como uma forma de ativismo que permitia a preparação para uma posição política.

Ao contrário da retórica discursiva da publicidade, que não é autônoma em relação ao discurso político porque sua posição é sempre de um militante, o jornalismo moderno institucionalizou-se com outra ordem discursiva, baseada em padrões como objetividade, contendo, por exemplo, as perguntas essenciais representadas pela fórmula 3Q+O+C+P ou fórmula do *lead* mencionada anteriormente.

Mas o que se caracteriza como a qualidade da informação jornalística? A reflexão sobre a questão da qualidade partiu da concepção de que há um modo de fazer jornalismo, ratificado pela academia e ensinado por ela ano após ano. Alguns questionamentos foram levantados a partir disso: Por que não verificar como esse modo de fazer está acontecendo na prática diária? Em que momento teórico efetivamente está? A aplicação desse modo de fazer não foi excessivamente simplificada? Considerando a necessidade de estudos que sistematizem e analisem as características do jornalismo político no Brasil, vislumbrou-se que o caminho para encarar o objeto deveria seguir pela ótica da qualidade do conteúdo, do jornalismo levado ao público.

Rogério Christofolletti (2010), por exemplo, pesquisou junto a editores e *publishers* brasileiros o que seria a qualidade ou quais os elementos da qualidade no jornalismo. Entre as características estiveram o apartidarismo, a imparcialidade política, a objetividade e a primazia pela informação em detrimento da opinião.

Outros pesquisadores, como Josenildo Guerra, discutem a qualidade pela ótica do sistema produtivo como um todo. Para ele “a qualidade é um recurso organizacional de vinculação entre a esfera da produção de bens e serviços e a esfera do consumo desses bens e serviços” (2010, p.1). Há ainda estudos focados em aspectos da qualidade como: ética, uso das fontes e enquadramentos, levados a cabo por pesquisadores como Karam (2014); Christofolletti (2012); Rothberg (2010); Sant’Anna (2005); Guazina (2014); entre outros. No cenário internacional tem-se o pioneirismo de Bogart ao tentar compreender porque a queda nas vendas de jornal ocorria e a relação com o conteúdo ofertado. Recentemente estudos de Lacy e Rosenstiel (2015) pela ótica das melhores práticas; Romero-Rodriguez e Aguaded (2016) tentando encontrar uma taxonomia para a qualidade no jornalismo; McQuail (2012;2013) discute a atuação da mídia, considerando os diversos aspectos da sua relação com a política e como isso influencia a qualidade do conteúdo ofertado. Schulz (2015) discute condições mínimas que determinam a qualidade e a performance jornalística em uma sociedade democrática. Discutir a qualidade, olhando-a a partir dos diversos aspectos teóricos que a envolvem, é um dos compromissos dessa pesquisa.

O objetivo da pesquisa é analisar a qualidade do jornalismo político brasileiro no período de votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A escolha desse período se deve ao fato de representar um momento atípico da política nacional, na qual estão envolvidos diversos setores sociais e cujo evento provoca alterações ou impactos significativos na sociedade. O jornalismo ocupa nesse caso o papel de informar acerca do processo, de forma que seja possível ao leitor posicionar-se de forma fundamentada sobre um processo que altera completamente a estrutura de poder do país.

A motivação para as questões da pesquisa surgiu durante o acompanhamento do noticiário acerca do processo, que causava a percepção de que as notícias possuíam sempre perspectivas muito similares, quando não idênticas; utilizavam-se das mesmas fontes; e davam os mesmos enquadramentos para as temáticas do *impeachment*. Assim, tomou-se como hipótese a existência de uma automatização na

produção jornalística que acaba influenciando na qualidade do produto noticioso veiculado. Essa automatização é entendida aqui numa perspectiva de simplificação de fluxos investigativos no jornalismo, que acaba cobrindo os fatos de forma superficial, naturalizando mesmo processos de crise e de grande impacto social. Assim, ainda que cumpram com os requisitos pro forma perdem em qualidade. Essa perspectiva, como assumem Prudêncio, Rizzotto e Sampaio (2018), provoca, além da normalização, um esvaziamento da política na cobertura. Portanto, a hipótese assume que a automatização e a normalização levaram o jornalismo comercial praticado durante a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff a deixar de observar critérios mínimos de qualidade, falhando em aspectos como profundidade do conteúdo veiculado, pluralidade de fontes e diversidade temática. Nesse cenário, duas questões guiam a pesquisa: 1) quais parâmetros de qualidade se evidenciam e quais se ausentam no conteúdo veiculado pelo jornalismo político brasileiro? e 2) que implicações essas presenças ou ausências trazem ao jornalismo?

Para se compreender o contexto político, as discussões teóricas e chegar ao objetivo proposto, a pesquisa foi organizada em oito capítulos.

No Capítulo 1 traz uma contextualização sobre o surgimento do *impeachment* na mídia e são retomados aspectos centrais do processo, especialmente os discursos sob os quais os parlamentares votaram o processo, pontuando as discussões teóricas ainda vigentes sobre o teor do processo: se foi golpe ou *impeachment*.

O Capítulo 2 discute o jornalismo político e os papéis assumidos diante da sociedade, especialmente seu compromisso com a informação e com a contraposição aos poderes instituídos, que lhe conferiu o grau de Quarto Poder. Tais compromissos refletem diretamente no fortalecimento ou enfraquecimento da democracia, uma vez que a imprensa pode contribuir para uma cidadania bem informada ou adotar viéses oficiais restritos, fortalecendo o oficialismo.

A discussão sobre qualidade e jornalismo aparece no Capítulo 3. Nele são retomadas as perspectivas europeias, americanas e latinas das discussões sobre qualidade. Demonstra-se que a resposta ao que pode ser entendido como qualidade permanece em construção.

O Capítulo 4 adentra na relação entre jornalismo e verdade, apresentando inicialmente as discussões sobre objetividade e subjetividade. São abordadas ainda as teorias do jornalismo, as perspectivas teóricas sobre construção ou reflexão da realidade e, por fim, o que é notícia e porque são noticiadas.

No Capítulo 5 apresentam-se três aspectos normativos do jornalismo, que são ensinados pela academia. Inicia-se pelo uso de fontes e sua relação com o jornalismo político, de forma mais específica. Posteriormente passa-se ao *lead* e a sua presença como elemento norteador da redação. No terceiro ponto aborda-se a linguagem noticiosa.

As escolhas metodológicas são apresentadas no Capítulo 6, que trata inicialmente da origem e das características do método utilizado, passando a explicação do corpus e do período analítico. Posteriormente destrincham-se as etapas analíticas para então apresentar as categorias de análise, separadas em processo de seleção e processo de criação.

O Capítulo 7 traz os dados quantitativos resultantes da análise. Os dados estão organizados pela sequência metodológica e interrelacionados com as discussões teóricas precedentes.

Na última parte são apresentadas as considerações finais, nas quais se propõe uma relação mais qualitativa entre os achados práticos e os teóricos. Dessa forma trata-se da relação entre o jornalismo político e a cobertura do *impeachment* na primeira parte; e da qualidade em relação à cobertura na segunda parte. Também são feitos apontamentos em relação a possíveis problemas de pesquisa a serem exploradas futuramente.

Capítulo 1 – Por Deus, pela família e pelo povo brasileiro: o *impeachment*

Pode-se afirmar que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, presidente eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou midiaticamente logo após as eleições de 2014. Como mapeado por Santos e Guazina (2018), a Folha de S. Paulo estampava em sua capa um texto opinativo que fazia menção a um possível *impeachment* da presidente recém eleita. O texto apareceu em 2 de novembro, apenas seis dias após vitória da candidata em segundo turno, por 51,6% dos votos, contra o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves. Como demonstrado pelas autoras, as menções a um possível processo de *impeachment* apareceram em uma tendência crescente, impulsionada em abril de 2015, quando 10 capas da Folha de S. Paulo citaram o processo. Em julho do mesmo ano a Folha aventava a possibilidade de composições políticas e articulações entre partidos, além de cobrir manifestações e o processo do Tribunal de Contas da União pela acusação de crime de responsabilidade fiscal por meio do qual a presidente teria feito operações financeiras ilegais². Porém, foi em agosto, setembro e outubro de 2015 que as menções ao *impeachment* se destacaram, já apresentando lideranças do processo e opiniões sobre ele. No dia 2 de dezembro de 2015, 13 meses após a primeira menção ao processo pela Folha, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, recebeu e aceitou a denúncia contra Dilma Rousseff.

O contexto social e político em que se arquitetava o processo contra Rousseff envolvia um amplo número de acontecimentos que extravasavam o jornalismo. Entre eles, as inúmeras fases da operação Lava-Jato, que somada a outras operações menores, repercutiram no espectro político e na descrença em políticos, uma vez que apontavam presença massiva de personalidades políticas ou influentes no ambiente político. Essas mesmas operações que expuseram o caráter corrupto da política alimentaram o sentimento de antipetismo, associando o Partido dos Trabalhadores como o principal responsável pela crise política do país.

A imbricação entre o que a mídia publica e como ela interfere nos processos políticos que permite afirmar que o *impeachment* foi um processo político-midiático,

²Folha de S. Paulo. Ofensiva do Planalto incomoda tribunal. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20293&keyword=pedaladas&anchor=5996670&origem=busca&pd=00fc1e8305cabe29a872d8567a1daaf4>>. Acesso em: ago. 2016.

como se tornará perceptível ao longo desta tese. Esse processo político-midiático que culminou na cassação do mandato da presidente legitimamente eleita e a relação e posicionamento da imprensa de referência do país diante dele vêm sendo estudados pela academia em diversos aspectos. Um desses aspectos é tratado por Marques, Montalverne e Mitozo (2017), ao mostrarem que Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo também trataram do tema, em seus editoriais, logo após a posse de Rousseff. De acordo com o levantamento realizado pelos autores, no período entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016 chegou ao índice de 10% o total de textos editoriais dedicados a falar sobre o *impeachment*. Em O Estado de S. Paulo o índice sobe para 16%. O que se destaca nessa atuação da imprensa é que os jornais em questão trataram do processo mesmo antes de ele possuir uma perspectiva política formal e continuaram a fazê-lo inclusive quando “não havia qualquer movimentação institucional em torno da proposta” (2017, p.12). Para além disso, o estudo demonstra que as notícias que justificassem o impedimento de Dilma Rousseff, independentemente de suas razões, tornaram-se argumentos para a defesa do afastamento em 85% dos textos analisados. Esses argumentos serviram para combater as narrativas de golpe ou de ruptura institucional utilizadas pela defesa ou pelos grupos de apoio e foram utilizadas pelos dois jornais.

Segundo os autores, ainda que Folha e Estado possuíssem posicionamentos divergentes quanto ao futuro do país em uma possível gestão de Michel Temer, agendaram a temática do *impeachment* e forneceram suprimentos para propor que o processo fosse uma saída viável para as crises política e econômica enfrentadas pelo país. Além disso, sobressaiu-se a tentativa de justificar a legitimidade do afastamento por meio do discurso sobre respeitar as regras da democracia. Guazina, Prior e Araújo (2019) também analisaram editoriais de O Estado de S. Paulo e O Globo, demonstrando a atuação dos jornais em duas frentes argumentativas: o ritual constitucional fundamentado na reafirmação do funcionamento da democracia brasileira e a refutação da tese de golpe levantada por Dilma Rousseff.

O que a literatura recente³ tem evidenciado é que os argumentos em prol do impedimento de Dilma Rousseff estiveram presentes nas opiniões dos jornais, mas

³ Ver: ALBUQUERQUE, A. A comunicação política depois do golpe: notas para uma agenda de pesquisa. *Compólitica*, v. 8, n. 2, p. 171-206, 2018.
AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos*, n. 111, p. 272-289, 2018.

além disso nas notícias também. Rizzoto, Antonelli e Ferracioli (2017), após analisarem 33 textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, concluíram que o jornal tratou o “pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff majoritariamente a partir da disputa política – que nesse caso é também partidária, seja ela entre o PT e o PSDB, entre Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, ou entre Rousseff e Eduardo Cunha” (p. 94). Para os autores, as notícias falharam na contextualização dos acontecimentos, limitando-se a tratar os fatos de maneira episódica.

O *impeachment* de Dilma Rousseff caracterizou-se também como uma disputa sobre o discurso, especialmente sobre as teses de legalidade do processo e de golpe jurídico-midiático. Leonardo Yarochevsky (2016, p. 15) afirma que “O dia 17 de abril de 2016 vai entrar para a história como o dia em que a democracia foi violentada pela Câmara dos Deputados”. O professor, doutor em Direito, afirma que ao votar pela admissibilidade do processo de *cassação* sem que tenha sido comprovado o crime de responsabilidade que atentasse contra a Constituição Federal, 367 deputados e deputadas “assaltaram a democracia”. O processo esteve, desde seu início, envolto em outros elementos políticos que transcendiam as pedaladas fiscais, utilizadas como mote legal. O *impeachment* caracteriza-se como um processo de natureza híbrida: política e jurídica/penal (YAROCHEWSKY, 2016). Entretanto, embora as “pedaladas” tenham se configurado como o eixo norteador do processo do ponto de vista da legislação, pela ótica da mídia e dos parlamentares eram visíveis discursos frágeis e controversos, baseados tão somente em aspectos políticos. Como alerta Yarochevsky “não houve uma discussão real e verdadeira sobre o conteúdo da denúncia” (2016, p. 17)

Os discursos tornaram-se ainda mais controversos no dia de votação pela abertura do processo, quando o parlamento brasileiro, ao julgar o processo em um domingo, teve também confetes de celebração – imprimindo a ideia de que um processo de *impeachment* pode ser motivo de festa para um país – e frases justificadoras de voto como a proferida pelo então deputado Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Engrossam o coro das justificativas incoerentes com a motivação legal do processo as falas da deputada Mara Gabrili (PSDB-SP), que votou “Por São Paulo, pelo fim dessa quadrilha que assaltou o país, pelo meu pai que tanto sofreu na mão do PT, pelo meu povo brasileiro, eu voto sim” ((ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016); e o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) cujo voto se deu “Com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua – dizendo que Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo tchau pra essa querida e para o PT, partido das trevas – eu voto sim ao *impeachment*, Sr. Presidente”. Esses poucos exemplos demonstram que nos bastidores da política eram outros os elementos mobilizadores do processo, como o ódio ao PT ou a justificativa reiterada midiaticamente pelos congressistas como relativas à postura considerada “dura” e de “pouca negociação” de Dilma Rousseff. Não se pode ignorar que um *impeachment*, por definição, é um processo político e está envolto em sua premente característica discursiva, mas, antes disso, configura um grave processo jurídico e constitucional, a ser julgado pelos devidos motivos legais.

É com base nesse contexto que o sociólogo Jessé Souza (2016), por exemplo, fala em “o golpe ‘legal’ e a construção da farsa” (p. 94). Para o autor, os ataques ao governo de Dilma Rousseff foram intensificados a partir das manifestações de junho de 2013. Os protestos assumem um caráter relevante no contexto pré-*impeachment*.

Para Trindade “uma das principais formas de manifestação do conflito [político] se dá a partir das ações de protesto de caráter disruptivo empreendidas coletivamente” (2018, p. 4 – grifo da autora). É por meio delas que os movimentos sociais adquirem caráter político, numa tentativa de equilibrar suas demandas em relação ao comportamento excludente das instituições políticas ou ao desconforto que sentem em relação a elas. Pela primeira vez no período democrático brasileiro, o ano de 2015 demarcou a existência de mobilizações massivas convocadas por organizações não alinhadas com o histórico de luta à esquerda, conforme apontam Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015).

Jessé Souza acredita que as manifestações populares foram redirecionadas para um combate ideológico, que passaram da esfera municipal, com as tarifas do Passe Livre em São Paulo, e chegaram ao governo federal com pautas sobre corrupção, especialmente. Nesse sentido, pode-se dizer que a força popular mobilizada pelo Movimento Passe Livre, entretanto, foi sendo apropriada por

movimentos políticos da direita brasileira, a exemplo do que se tornou o Movimento Brasil Livre (MBL). Entretanto, como esclarecem Tatagiba, Trindade e Teixeira, embora os protestos tenham sido “convocados por organizações que claramente se localizam à direita do espectro político” (2015, p. 198), os participantes dos movimentos nas ruas possuem perfil mais complexo e por isso torna-se difícil padronizar os posicionamentos ou os projetos políticos desejados.

O movimento pelo *impeachment* foi concentrado por organizações até então desconhecidas, como o MBL, o Movimento Vem pra Rua e o Revoltados Online. Contudo, nos bastidores também envolveu organizações com recursos e capilaridade social “como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Força Sindical, o Comando Nacional dos Transportes e o financiamento de partidos como o PMDB e PSDB” aponta Luciana Tatagiba (2017, p. 89). A Fiesp mais tarde assumiria publicamente em sua campanha “Eu não vou pagar o pato”, favorável ao *impeachment* e contra a carga tributária vigente. O animal tornou-se um dos símbolos da campanha pelo *impeachment* de Dilma.

Ainda no contexto das manifestações de junho de 2013 e da apropriação da indignação popular pelos movimentos de direita, a mídia brasileira, defende Souza, associou-se a instituições jurídicas e policiais no processo de deslegitimar o governo Dilma. “Palavras de ordem como ‘Muda Brasil’ como forma cifrada de invocar a verdadeira bandeira – Muda (de governo) Brasil – passaram a dominar o imaginário das manifestações, defende o autor (SOUZA, 2016, p. 94). No contexto midiático-social ganhavam destaques os temas da corrupção e dos altos gastos públicos em saúde e educação, enquadrados de forma negativa. Esse cenário é corroborado por Prudêncio, Rizzotto e Sampaio, que identificam na cobertura do processo o predomínio do discurso de crise nas notícias “que não abordam diretamente o *impeachment*, mas apresentam elementos que podem ser utilizados para reforçar a tese do *impeachment*, como o cenário econômico, denúncias da lava jato e de corrupção e afins” (2018, p. 23).

Embora o governo tenha tentado canalizar os desejos das manifestações para projetos de interesse popular, como a reforma política, o conservadorismo do congresso e o pouco tempo disponível inviabilizaram tratativas nesse sentido, esbarrando “no desinteresse da mídia, que experimentava o auge de seu poder de pautar a agenda política relevante” (SOUZA, 2016, p.94). A cobertura negativa da mídia em relação às pautas do governo federal contribuiu para o redirecionamento

de insatisfações locais relativas às prefeituras e aos gestores municipais, ao governo federal, que não possuía tutela sobre muitos dos problemas reclamados. Um dos caminhos de confirmação desses indicativos foi a queda de popularidade de Dilma Rousseff registrada pelo DataFolha⁴, passando de 65% de aprovação em março de 2013 para 30% em 29 de junho de 2013. Entre 2013 e as eleições de 2014 tornam-se visíveis as forças que se articulariam em prol do *impeachment*/golpe de 2016. A aliança que se consolida, segundo Souza (2016), é entre a mídia e a classe média conservadora. A derrubada de Dilma Rousseff efetivou-se, de fato, também devido ao apoio popular e ao apoio midiático.

A crise econômica que chegou em 2015 foi um dos potencializadores da atmosfera do “Brasil em crise” – expressão em cartola⁵ adotada pelo jornal O Globo para falar sobre o processo de *impeachment*. No complexo cenário de manifestações populares, escândalos de corrupção, crise econômica e esquemas financeiros (até então corriqueiros em todos os governos federais e também em estaduais), este último foi o aspecto legal necessário e utilizado para efetivar a cassação de Rousseff.

Dentro de um pacote social-político de crise, as disputas narrativas a respeito da “real” motivação para a remoção de Dilma Rousseff do poder ganharam espaço. O posicionamento de políticos e da mídia frente ao processo, como mostrado, deram força para perspectivas defensoras de que a deposição da presidente se deveu a inconformismos políticos, configurando-se, portanto, não como um processo legal de *impeachment* mas num novo formato de golpe midiático-jurídico. E com isso apontam para os possíveis danos ou fraturas expostas ao longo do período. A principal delas, segundo Luis Felipe Miguel (2016), é a ameaça à jovem democracia brasileira. Para o autor, “o impedimento da presidente, contudo, sem crime de responsabilidade claramente identificado, em afronta aberta às regras estabelecidas, marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder” (MIGUEL, 2016, p. 29) e assim foi violado um dos requisitos básicos da democracia eleitoral, conforme preposto pelo liberal Robert Dahl: “o princípio da intercambialidade, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem

⁴ Dados da pesquisa Data Folha disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em 17 out. 2018.

⁵ Cartola tem o mesmo significado de retranca ou chapéu. São palavras ou expressões usadas acima do título do texto para definir o assunto da matéria. A maioria das notícias do O Globo sobre o *impeachment* usavam a cartola “Brasil em crise”.

poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas” (MIGUEL, 2016, p. 29)“. O incômodo trazido no pensamento de Miguel (2016) é no sentido de que o consentimento da maioria pode fazer serem ouvidos os interesses dessa mesma maioria. No caso dos governos do PT, uma parcela da população que incomoda às classes dominantes.

Pela ótica internacional, Teun van Dijk (2017) defendeu que a mídia, especialmente a Rede Globo, desempenhou papel relevante na manipulação da opinião pública pró *impeachment*. Para van Dijk

[...] esse *impeachment* foi resultado de uma manipulação maciça da Globo, a maior corporação de mídia do país e da voz da classe média conservadora e, mais geralmente, da oligarquia de direita economicamente dominante e sua agenda neoliberal, ameaçando o avanço de direitos sociais na jovem democracia do país (2017, p. 200 – tradução livre⁶)

Embora as críticas do autor por vezes superestimem a capacidade de influência do grupo de mídia sobre o público, tal posicionamento não invalida seus argumentos, defende Rodrigues (2018), que estudou os editoriais dos jornais de referência em relação aos pedidos de *impeachment* de Dilma e Temer. Rodrigues coloca na mesma seara de van Dijk, embora de forma mais sutil, a posição do argentino Ariel Goldstein, da Universidade de Buenos Aires. Segundo Goldstein “a imprensa conservadora-liberal ofereceu a legitimidade para o avanço do *impeachment* conservador de Dilma Rousseff da presidência em agosto de 2016” (*apud* Rodrigues, 2018, s/p). O que Rodrigues aponta é que “sempre que certa unidade de crítica entre os meios de comunicação encontrou reflexo em perturbações sociais, políticas ou econômicas, os governantes de plantão caíram antes mesmo da realização de novas eleições” (2018, s/p). A única exceção apontada pelo autor, nesse cenário, foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrentou a adversariedade da mídia, mas ainda assim conseguiu eleger uma sucessora.

O *impeachment* de Dilma Rousseff também precisa ser compreendido dentro do cenário mais abrangente de *impeachments* que vem sendo provocados na América Latina nos últimos 30 anos, conforme demonstra o estudo de Pérez-Liñan (2007). Um método para remover governos indesejados por algumas forças, sejam sociais,

⁶ No original: this *impeachment* was the result of massive manipulation by Globo, the largest media corporation in the country and the voice of the conservative middle class, and more generally of the economically dominant right wing oligarchy and its neoliberal agenda threatening the advancement of social rights in the young democracy of the country.

políticas ou jurídicas, que passou de intervenções e golpes militares, para caminhos constitucionais, avalizados pelos sistemas judiciais, segundo o pesquisador⁷. Esses elementos, somados ao contexto latino-americano, levam esta tese a assumir a perspectiva de que a deposição de Dilma Rousseff se deu por motivos essencialmente políticos uma vez que a base jurídica encontra argumentos contrários e favoráveis a mesmo nível e por isso, apresenta características predominantes de um golpe político moderno, como define Liñan e embasam os autores supracitados.

⁷ Ver: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/anibal-perez-linan-crise-no-brasil-nao-se-encerrara-logo.html>>. Acesso em: 31 out. 2018.

Capítulo 2 – O jornalismo político

O jornalismo tem, desde sua origem, uma relação umbilical com a sociedade. E aqui volta-se para a sua existência no Brasil, sem desconsiderar que há diferenças históricas importantes em relação aos países milenares, cuja origem e desenvolvimento do jornalismo possuem características e fundamentos próprios. Neste capítulo é pautada a discussão sobre o jornalismo e sua relação com a política e a democracia, elencando ainda as novas e velhas tensões presentes no jornalismo político.

Inicia-se pela discussão sobre as notícias de “política”, como são reconhecidas pelo público as informações acerca dos poderes e processos políticos do país. Segundo a Enciclopédia de Ciência Política, editada por George Kurian e Jocelyn Boryczka (2010), a política pode ser compreendida como esfera e como atividade. O conceito espacial da política diz respeito à demarcação de sua esfera, considerada menos constante e regular do que outras como religião, moral, direito e economia, tomadas como mais conhecidas do que a política. Assim, a política como esfera, defende a enciclopédia, permaneceu difusa nas suas fronteiras e vaga no seu núcleo. O núcleo tradicional do conceito de esfera política envolve ainda a distinção entre o público e o privado, cujas fronteiras podem tornar-se infinitamente interpretáveis e sujeitas a demarcações conflitantes. Academicamente, entre os diversos termos surgidos no século XX para conceituar a política, está a metáfora do chamado “sistema político”, baseada na interligação das partes a um todo. A política como arena, fórum, palco ou teatro torna a distinção entre a esfera e os conceitos de atividade fluidos, pois essas metáforas também aludem à realização de uma atividade. O conceito de política como atividade tem sido parte de um processo de conceitualização desde o século XIV. A democratização e a parlamentarização são condições históricas que auxiliaram na sistematização da atividade política. Características como competência, prudência e capacidade de julgamento têm ligações diretas aos critérios de aprovação da capacidade pessoal do líder político para exercer a atividade.

Já o Dicionário de Política de Bobbio (1998) explica que a política deriva da *Pólis* (politikós) e tudo o que se refere à cidade. O termo Política, no entanto, expandiu-se com a influência aristotélica nas definições sobre funções e divisão do Estado e as várias formas de governo. Durante séculos tal termo foi usado a fim de

designar estudos da esfera de atividades que se referem de algum modo às coisas do Estado. Na modernidade o termo perde seu significado original e passa a ser substituído por expressões como “ciência do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, sendo usado para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que têm como referência a *pólis*, ou seja, o Estado. Entre as atividades da *pólis* estão o exercício sobre determinado território, o legislar por meio de normas válidas, a gestão dos recursos da sociedade e, para além desses momentos de ruptura política, como o *impeachment*.

Faz-se necessário considerar que há uma interface entre a política e a comunicação de massa, como aponta Wilson Gomes (2014) – o que acaba levando a expressões frequentemente empregadas como “comunicação política” ou “jornalismo político”. Para o autor, a zona de interface pode abrigar o jornalismo e a cobertura que faz dos eventos políticos assim como as atividades de assessoria política. Assim, a imprensa constitui-se como um dos componentes da política, considerada nesta tese como uma atividade referenciada ao Estado (*pólis*), realizada por meio dos representantes, eleitos ou indicados, com efeitos sobre a sociedade. E o jornalismo, quando passa a ser reconhecido como campo social, controla ou distribui poder material e simbólico, atuando ainda como espaço de conflito na disputa pelo capital simbólico (GOMES, 2014).

Pode-se dizer que o jornalismo político se estruturou a partir da divulgação dos fatos relacionados à *pólis*. “Jornalismo político” é uma nomenclatura habitual nas redações, nos corredores da academia e no cotidiano dos diálogos sobre a mídia. E traduz-se como a especialização da profissão em assuntos relativos à política, em níveis locais, regionais ou nacionais, e suas relações com o parlamento, os partidos e as esferas de poder formal da sociedade. Essa área inclui, entre outras, a cobertura de eleições, de votações parlamentares, de negociações entre grupos políticos, além das instituições relacionadas ao governo, como ministérios, secretarias e órgãos oficiais em geral. Também integram a lista as atividades relacionadas às políticas públicas. A definição do jornalismo político, entretanto, dá-se prioritariamente a partir da prática, sendo as definições teóricas ainda discretas e carentes de estudos.

Neste capítulo descreve-se o jornalismo político a partir de um levantamento das discussões teóricas que envolvem o conceito e a prática, procurando dar suporte às relações que se pretende estabelecer entre o jornalismo político e a qualidade do produto noticioso a ser analisado nos jornais impressos.

Desse modo, o primeiro aspecto que se considera necessário discutir nessa relação é o entendimento sobre o papel do jornalismo como parte da sociedade democrática. Fala-se em sociedade democrática tomando como base o Brasil e tendo como premissa, sem ignorar as diversas configurações possíveis, que nos locais onde a imprensa opera de forma independente e produz jornalismo político com liberdade para se expressar, há algum grau de democracia. Para essa discussão, são trazidos autores de diversos países, que discutem e historicizam o papel do jornalismo “dentro das” e “para as” democracias.

O segundo aspecto abordado diz respeito ao jornalismo político na condição de campo e suas configurações atuais, destacando o pensamento de autores como Erick Neveu (2002), Kucinski (2009), Guazina (2011), Kovach e Rosenstiel (2003) e Cook (2011). Além disso, são retomados alguns aspectos históricos que ajudam a compreender a composição atual do jornalismo político no Brasil, a partir das contribuições de Medina (2006), Pérez-Liñan (2007) e Sodré (2012).

2.1 O tripé: democracia, política e jornalismo

Na condição de prática social das democracias, o jornalismo pode ser entendido como um relato do cotidiano, mostrando a vida em todas as suas dimensões, como uma espécie de enciclopédia, como definiu Traquina (2005). Também pode ser visto, de forma mais abrangente, como “atividade de natureza técnica caracterizada por compromisso ético peculiar” (LAGE, 2014, p.21), cabendo ao profissional selecionar e unir no noticiário o interessante e o útil ao público, respeitando fielmente o dito pelas fontes, apresentando pluralidades de versões para os acontecimentos e assumindo a responsabilidade com eventuais erros ou equívocos que possam causar danos ou prejuízos às pessoas ou à sociedade. Na perspectiva dessa tese, o jornalismo é um espaço de exposição e reflexão sobre os acontecimentos diários que impactam a sociedade, baseado na conjugação de fatos, fontes diversificadas e dados passíveis de serem confirmados, atuando de maneira pró-ativa e reativa em relação à realidade.

Para pensar a relação entre o jornalismo e a política faz-se necessário falar, inicialmente, sobre aspectos gerais das notícias capazes de influenciar no seu relato diário. Cabe pensar que o noticiário político, detentor da atenção diária do público,

pouco ou praticamente nada tem de sua influência e/ou participação. Requer falar também sobre democracia e jornalismo.

Parte-se da perspectiva liberal de democracia, seguindo a premissa de Larry Diamond (2003), para quem o termo liberal significa um sistema político no qual as liberdades de grupos e indivíduos são protegidas e em que existem esferas autônomas da sociedade civil e da vida privada, independente do controle do estado, dialogando com o conceito de Robert Dahl. Partindo da ideia de Poliarquia, determinante para a concepção liberal de democracia, Dahl a define como uma ordem política baseada em duas grandes características: “a cidadania é extensiva a um número relativamente alto de adultos e os direitos de cidadania incluem não apenas a oportunidade de opor-se aos funcionários mais altos do governo, mas também a de removê-los de seus cargos por meio do voto” (DAHL, 2012, p. 350). Assim, tem-se um sistema capaz de incluir as minorias, distribuindo a capacidade de influência entre elas (MIGUEL; 2005), pois ainda que o público não mantenha interesse por todos os temas do Estado, possui a capacidade de se mobilizar em relação aos seus interesses específicos. O sistema político poliárquico é considerado por Dahl (2012) como necessário “para a consecução mais viável possível do processo democrático no governo de um país” (2012, p. 352), embora possa não ser suficiente. A poliarquia configura-se pela existência de sete instituições:

1. **Funcionários eleitos.** Os funcionários eleitos são constitucionalmente investidos do controle político das decisões governamentais.
2. **Eleições livres e justas.** Os funcionários eleitos são escolhidos em eleições frequentes, conduzidas de modo justo, nas quais a coerção é relativamente rara.
3. **Sufrágio inclusivo.** Praticamente todos os adultos têm o direito de votar na eleição dos funcionários do governo.
4. **Direito de concorrer a cargos eletivos.** Praticamente todos os adultos têm o direito de concorrer a cargos eletivos no governo, embora os limites de idade possam ser mais altos para ocupar o cargo do que para o sufrágio.
5. **Liberdade de expressão.** Os cidadãos têm o direito de se expressar, sem o perigo de punições severas, quanto aos assuntos políticos de uma forma geral, o que inclui a liberdade de criticar os funcionários do governo, o governo em si, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia dominante.
6. **Informação alternativa.** Os cidadãos têm o direito de buscar soluções alternativas de informação. Ademais, existem fontes de informação alternativa protegidas por lei.

7. **Autonomia associativa.** Para alcançar seus vários direitos, inclusive aqueles relacionados acima, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, inclusive partidos políticos independentes e grupos de interesse. (DAHL, 2012, p. 369)

Tais características instituídas caracterizam direitos e processos reais e se relacionam com a execução do processo democrático, embora não respondam a todas as suas necessidades. Ao mesmo tempo, a poliarquia pode ser enfraquecida em determinados contextos, originando ditaduras e regimes autocráticos, ou fortalecidas, favorecendo sua estabilidade. Apesar da proeminência nos estudos democráticos, Dahl não está eximido de críticas, como é próprio da natureza científica. Entretanto, seus preceitos ilustram e atendem, neste momento, as necessidades dessa pesquisa, para a qual a democracia é entendida como um sistema político-social no qual sejam respeitadas as decisões soberanas do povo sobre os diversos aspectos políticos e o sistema político permita que os cidadãos votem em seus representantes e possam ser votados – se o desejarem – periodicamente. Para além disso, um Estado Democrático respeita as liberdades individuais, de opinião e de expressão, a igualdade de direitos e deveria fornecer a possibilidade de povos e partidos políticos se manifestarem sobre todas as decisões de interesse geral, almejando a equidade de condições. A democracia brasileira possui peculiaridades e a sua não consolidação faz com que existam desafios em sua conceituação e até mesmo compreensão. Contudo, em termos gerais, a proposta democrática assumida pelo país pretende-se liberal, à semelhança da exposta por Dahl.

Considerando as características poliárquicas de Dahl, especialmente no que se refere a fontes de informação e liberdade de expressão, adentra-se na relação da mídia com a democracia. As liberdades de expressão, de informação e de imprensa são basilares para os estados democráticos. A liberdade de expressão diz respeito ao direito comum de o cidadão expressar-se sem censura ou licença. A liberdade de imprensa trata do direito da mídia em levar os fatos para conhecimento público sem que haja cerceamento ou ameaças ao seu trabalho. As duas relacionam-se especialmente ao se considerar que o espaço do jornalismo configura-se também em um espaço de visibilização da expressão do cidadão. Entretanto, a liberdade de imprensa pode servir também para mascarar a liberdade de empresa (KUCISNKI;

LIMA, 2009), quando os interesses da mídia são mascarados embora dominados por interesses particulares. Lattman-Weltman (2003) relata a ocorrência de um processo de adaptação entre a mídia e a democracia. Nesse processo a mídia assume um papel de fiscalização e de zelo pela legitimidade do governo, tendo em conta também os interesses dos cidadãos e criticando, fiscalizando e propondo agendas públicas (SOARES, 2006, p. 91).

É preciso considerar, como aponta Moisés (2010) em sua pesquisa sobre “Os significados da democracia segundo os brasileiros”, que apesar de preferido por dois terços da população brasileira, o regime democrático, hoje com seus 30 anos, foi experimentado por apenas dois períodos, de 1946 a 1964 e de 1988 até o momento. Entretanto, para Ballestrin (2017, p. 17) “a crise política brasileira atual indica que o Brasil está vivenciando um período de transição política que caminha para o fechamento parcial do seu regime democrático”. Isso porque podem ser visualizadas características como a incerteza e a indeterminação, características típicas de períodos transitórios, podem ser observadas nos processos executivos, legislativos e jurídicos.

Excluindo-se os dois momentos mencionados, na maior parte do século XX predominaram no Brasil sistemas oligárquicos, autoritários ou semi-liberais. Entende-se como sistema democrático aquele em que a participação popular é assegurada, enquanto os sistemas oligárquicos, autoritários ou semi-liberais não asseguram liberdades individuais, competição política, participação da população ou direitos dos cidadãos. Desse modo, em perspectiva temporal longa, “a democracia é um fenômeno político relativamente novo no Brasil e, ao mesmo tempo, frágil e descontínuo na experiência política dos brasileiros” (MOISÉS, 2010, p. 1). Nesse contexto, o sistema midiático atua no papel de informar sobre acontecimentos, entregando ao público dados sem os quais ele não teria condição de conhecer outras realidades para além de seu círculo próximo de pessoas/fatos (FONSECA, 2011). E incluso nos sistemas midiáticos estão todos os meios de comunicação livres de influência do governo, ainda que privados.

Ao discutir “O papel da confiança para a democracia e as suas perspectivas”, Moisés e Meneghello (2013) afirmam que no Brasil, apesar da preferência pela democracia, existe desconfiança em relação às instituições democráticas em geral e, de forma especial, aos partidos políticos, ao Congresso Nacional e ao sistema judiciário. As instituições com estrutura hierárquica, como a igreja e as Forças

Armadas, recebem os índices mais altos de confiança. Sobre a confiabilidade da mídia nesse processo, aparece entre as condições mínimas para o estabelecimento de um regime democrático o “acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral”, destaca Moisés (2010, p.8).

Tentando compreender a relação entre os sistemas de mídia e os sistemas políticos, Azevedo (2006) propõe uma análise por meio de modelos de paralelismo político, já trabalhados por Hallin e Mancini (2004), em relação a diversos países. Segundo Albuquerque (2012), de maneira simplificada, “o conceito de paralelismo político⁸ se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos”.

Para caracterizar um sistema de mídia foram considerados como dimensões analíticas: o mercado de mídia; o paralelismo político; o desenvolvimento do jornalismo profissional; e o grau e a natureza da intervenção estatal no campo da comunicação. Na primeira dimensão – mercado de mídia – está relacionada à força ou à fraqueza da mídia de massa no mercado de informações; na segunda – paralelismo político – a relação entre imprensa, governos, ideologias e partidos; a terceira – jornalismo profissional – envolve o grau de profissionalismo do jornalismo; e na última – intervenção estatal – está a capacidade de intervenção e regulamentação do Estado no setor das comunicações.

Já o sistema político tem como dimensões a história política, que envolve padrões de conflito e consenso; o modelo democrático em voga, seja majoritário ou proporcional; os valores políticos e a pluralidade ou individualismo; as funções do Estado; e a presença de regras legais nos processos regulatórios e de governança. Portanto, os casos são definidos pelo cruzamento das características do sistema de mídia e do sistema político. Há uma ressalva feita por Hallin e Mancini de que no mundo real e empírico os dois sistemas apresentados não possuem o mesmo grau de pureza dos modelos teóricos e devem ser classificados por proximidade com os modelos ideais, inclusive com a possibilidade de mescla dos atributos dos modelos ou de vivência de uma fase transitória entre modelos. Além disso, os sistemas midiáticos não são estáveis, ao contrário, vivenciam mudanças diariamente (AZEVEDO, 2006).

⁸ Mais informações no texto: “O paralelismo político em questão”, de Afonso de Albuquerque, publicado pela revista *Compólitica*. Referência completa ao final desse texto.

Após endossar tais elementos, Azevedo apresenta as características dos modelos de cada sistema. O primeiro é o *pluralista polarizado*, verificado em países como França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Nele os principais elementos do sistema de mídia são jornais com baixa circulação e orientados para a elite política e à centralidade da mídia eletrônica. Predomina o “jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos, ou, em casos mais extremos, simplesmente a serviço de governos, partidos ou grupos econômicos” (AZEVEDO, 2006, p. 90).

O modelo *corporativista-democrático* compreende países como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça, tendo um desenvolvimento precoce da indústria jornalística e da liberdade de imprensa, apresentando ainda alta circulação de jornais e “imprensa fortemente ligada a grupos sociais organizados, embora essa ligação venha sofrendo declínio desde os anos 1970” (AZEVEDO, 2006, p. 90). Seu jornalismo apresenta alto grau de paralelismo político, moderado grau de diversidade externa e, mesmo tendo um legado de jornalismo opinativo, o jornalismo de informação tem recebido ênfase. “O profissionalismo no campo jornalístico é elevado e a mídia é vista pelos cidadãos como uma instituição importante que o Estado deve proteger garantindo a liberdade de imprensa [...]” (*idem*). Ao mesmo tempo há regulação da mídia pelo governo.

O *modelo liberal* é caracterizado pelo desenvolvimento precoce da imprensa comercial e massiva, marcado pela liberdade de imprensa e pelo individualismo, típico dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Nos EUA predomina o jornalismo voltado à informação, sendo que na Inglaterra essa orientação convive com a tradição opinativa dos ingleses. A regulação pelo governo é mais visível na Inglaterra e no Canadá, especialmente sobre a televisão. Esse modelo pode ser definido pela predominância das leis do mercado e pela limitação da intervenção e regulação do Estado.

Considerando esses três contextos, Azevedo acredita que o sistema que mais se assemelha ao do Brasil é o *pluralista-polarizado*. Entre os itens de similaridades considerados pelo autor estão o autoritarismo no passado, a recente democratização, a polarização nos embates partidários, especialmente nas disputas presidenciais, com esquerda, centro-esquerda e centro-direita – a partir de 2019 pode-se incluir a extrema-direita após assumir o cargo presidencial com Jair Bolsonaro. O autor não elenca o jornalismo opinativo, característico do modelo, nem os interesses

ideológicos, políticos e econômicos como presentes no sistema de mídia brasileiro. Além disso, somam-se a esses fatores “a existência de um Estado com inequívoco passado autárquico, estatizante e intervencionista (inclusive na área da comunicação) e a introdução tardia de um padrão burocrático-racional na ação governamental e nos processos de governança” (AZEVEDO, 2006, p. 92).

Marcada essencialmente pelos discursos retóricos e a sua relação com a corrupção, a política tem sido um tema constante nos jornais. Percebe-se uma contraposição entre uma “política ideal” e uma “política real”; embora, na prática, ambas não existam unicamente da forma mostrada no noticiário. O jornalismo atua nesse cenário ao contribuir ora com um lado, ora com o outro, porém, não fica indiferente.

Albuquerque (2009) difere da percepção de Azevedo (2006) também quanto ao modelo de relação entre o sistema midiático e o político no Brasil. O autor acredita que o sistema brasileiro difere do mediterrâneo e que nem todas as variáveis do sistema “pluralismo polarizado” aplicam-se à realidade brasileira. Quanto ao nível de desenvolvimento dos mercados de mídia, Albuquerque considera possuir semelhanças significativas no Brasil, a exemplo da baixa taxa de circulação dos jornais, do direcionamento dos jornais ao público mais elitizado, do tardio desenvolvimento da imprensa e do peso desproporcional que possui a televisão. Já quanto ao paralelismo político – grau de proximidade entre as mídias e as forças políticas do país – os países mediterrâneos apresentam alto grau de paralelismo, enquanto o brasileiro, ainda que os meios de comunicação sejam ativos diante das questões políticas, fazem isto “na qualidade de representantes por excelência dos anseios da população brasileira – antes que como porta-vozes de um ponto de vista particular (ALBUQUERQUE, 2009, p. 6)”.

O critério do profissionalismo apresenta diferenças marcantes entre os sistemas midiáticos dos países mediterrâneos e do Brasil. A influência do jornalismo americano no Brasil estimulou a retórica do profissionalismo como a busca imparcial aos fatos. Entretanto, o jornalismo americano não foi simplesmente adotado, adveio de uma adaptação de aspectos condizentes também com a realidade brasileira.

O último e mais diferente critério, quanto à regulação midiática, responde ao fato de os sistemas de rádio e televisão terem se desenvolvido com base em empresas privadas, ao contrário dos países mediterrâneos, cujos sistemas foram patrocinados inicialmente pelo Estado. Para Albuquerque (2009), esse conjunto de limitações do

modelo Pluralista Polarizado são evidentes e o sistema midiático brasileiro não pode ser explicado somente a partir das características desses modelos, pois possui características próprias, irreduzíveis aos modelos apresentados por Hallin e Mancini.

A complexidade dos sistemas midiático e político brasileiros envolve também o papel da imprensa na fiscalização do Estado, contrapondo-se ao poder público em defesa dos interesses da população e ocupando, portanto, o papel de Quarto-Poder em relação aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de princípio similar ao conceito de *Fourth Estate*, segundo o qual, na tradição liberal britânica, a imprensa é descrita como um contra-poder ou de *Fourth Branch*, que remete ao modelo americano de divisão de poderes, no qual a imprensa desempenha, mesmo que não oficialmente, papel participativo no exercício de “*check and balances*” – freios e contra-pesos – do governo, por meio do qual os poderes controlam-se reciprocamente (ALBUQUERQUE, 2009, p. 1-2)

Na realidade brasileira, o papel de Quarto Poder pode alimentar o alinhamento do jornalismo brasileiro com o liberalismo, reivindicando uma autonomia às organizações jornalísticas, que se submetem a poucos limites ou regulações e tomam as críticas ou tentativas de regulação como ameaça ou ataque à liberdade de expressão (ALBUQUERQUE, 2009; KUCINSKI; LIMA, 2009). Na visão de Albuquerque, a compreensão da mídia como Quarto Poder deve se dar a partir do “papel da imprensa nos termos de um Poder Moderador, bastante influente” (2009, p. 2), colocando a imprensa no papel de desempenhar um “superpoder”, atuando como árbitra dos conflitos que se estabelecem entre os três poderes e, para além disso, como defensora do interesse público. Contudo, este papel deve ser tomado cautelosamente, pois legalmente não há a atribuição dessa competência à mídia, embora nada a impeça de assumi-la. A liberdade de expressão

Ampliando o olhar para o contexto brasileiro, Lattman-Weltman (2003) apresenta a mídia como a instituição mais decisiva para a qualidade do exercício da cidadania – aspecto fundamental sob a ótica do Brasil redemocratizado. Segundo o autor, a mídia atua sobre as estratégias das disputas eleitorais, impondo coordenadas e linguagens específicas; fornecendo elementos simbólicos e cognitivos decisivos para a escolha do eleitor; e forjando consensos sobre as pautas políticas e institucionais. Dessa forma, acaba definindo “de um modo ou de outro, a agenda pública, dos seus termos mais gerais a alguns dos mais específicos. Defende o

consumidor, julga a justiça, denuncia a corrupção, expõe a fraude” (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 131).

Brian McNair (2009) defende que, na tentativa de evitar os abusos que caracterizaram a era feudal, os jornalistas na democracia são encarregados de monitorar o exercício do poder. A mídia buscaria respostas para questões como: os governos são competentes, eficientes e honestos? Estão cumprindo suas responsabilidades com o povo que os elegeu? Suas políticas e programas são baseados em julgamentos e informações sadias e projetados tendo em mente os interesses da sociedade como um todo? Assim, “o jornalismo político supervisiona as atividades de nossos governantes, em nosso nome, e com nossa permissão” (2009, p. 239 - tradução livre⁹). Essa autorização tácita garantiria que o jornalista atuasse como um mediador entre o cidadão e os políticos. Representando o cidadão perante o poder, seria papel do jornalista fazer a voz do público ser ouvida. A questão atual é: qual público tem chances de ter sua voz ouvida quando a pauta é a própria política? A resposta para essa pergunta perpassa ao menos pelo pluralismo midiático e pela informação como poder. Para avançar nessas questões é preciso olhar para as características do jornalismo político e tentar compreendê-lo.

2.2 O jornalismo político

Os estudos brasileiros utilizam amplamente o termo “jornalismo político”, descrevem-no, analisam seus conteúdos, mas a conceituação aparece em segundo plano. O foco dos estudos nacionais está voltado principalmente à relação entre comunicação e política, de forma mais abrangente. As discussões aqui apresentadas buscam suprimientos na literatura internacional sobre jornalismo, para estabelecer características e conceitos que possam ser aplicados ao jornalismo político brasileiro. Apesar de eventuais riscos de não representatividade que se possa ter, acredita-se que os ganhos são maiores, pois o jornalismo brasileiro cresceu sob a perspectiva do “novo jornalismo” ou “jornalismo americano”, cultivando raízes que compartilham valores universalizados do jornalismo e, por isso, as teorias internacionais podem ser trazidas para compreender o cenário do jornalismo político brasileiro e assim colaborar para a discussão conceitual do jornalismo político em si.

⁹ No original: “In its capacity as watchdog, political journalism oversees the activities of our governors, on our behalf, and with our permission”.

Partindo de Timothy Cook (2011), observa-se inicialmente que o jornalismo político atua em duas frentes na alocação de valores promovida pela política: como reforço ao poder político e como provedor de recursos a atores oficiais para que sigam suas agendas. No entanto, torna-se explícita a necessidade de repensar a mídia para além de apenas reforçadora do poder existente. Cook afirma que “o jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa” (2011, p. 205). A existência do jornalismo político, para o autor, está frequentemente atrelada ao que se chama de política midiática.

Há um tensionamento no campo do jornalismo político que perpassa políticos, jornalistas e público. A política midiática integra as discussões de John Zaller (1999), que a define como um sistema em que os personagens políticos procuram obter um cargo e, enquanto o ocupam, realizam política por meio da comunicação que atinge os cidadãos, utilizando os meios de comunicação de massa. Tal conceito está em oposição à política partidária, na qual os políticos procuram ganhar eleições e governar como membros de equipes partidárias (ZALLER, 1999, p.1). Isso não significa que esta última tenha deixado de existir em detrimento da primeira – ocorre que a política partidária passa a compartilhar o palco com a política midiática, esta ainda em fase de compreensão.

Para Zaller, os interesses dentro da política midiática aparecem por estrato. Os políticos objetivam usar a comunicação para mobilizar o apoio público que necessitam para ganhar eleições ou para efetivar seus projetos enquanto estão no poder. Assim, os jornalistas procuram, com a política midiática, produzir histórias que atraiam audiência e exponham a “voz independente e significativa dos jornalistas”¹⁰ (ZALLER, 1999, p. 2). E os cidadãos pretendem monitorar a política e responsabilizar os políticos sem muito esforço, na opinião do autor.

Os interesses que prevalecem, contudo, são, da parte dos políticos, o de manter os jornalistas como uma correia transportadora neutra, que leva seus discursos e releases à publicação, sem questionamentos. Da parte dos jornalistas, porém, não querem desempenhar papel de servo e prevalecem os interesses investigativos e analíticos, que é “tudo o que os políticos detestam”¹¹ (ZALLER, 1999, p. 2). Quanto ao público, Zaller supõe que continua tendo o mesmo tipo de ação nas eras da política

¹⁰ No original “Independent and Significant Voice of Journalists”

¹¹ No original: “all of which politicians detest”

partidária e da política midiática. Nos dois casos, o eleitor sente-se demasiadamente pequeno para agir e para provocar mudanças políticas, pois encara a si próprio como “uma única pessoa”, que nessa condição não faz diferença no processo todo. Esse tipo de pensamento desestimula o envolvimento com aspectos da política como estudar propostas e candidatos.

As especificidades apontadas por Zaller (1999) podem ser compreendidas de forma mais estruturada a partir de Erik Neveu (2002, p. 23), que trata o jornalismo político como um campo específico e aponta três características que o compõem. A primeira delas envolve a “nobilidade” que há no espaço ocupado pelo jornalismo político dentro do campo. A segunda diz respeito à peculiaridade no tratamento da notícia, envolvendo seus problemas de transmissão e inteligibilidade. Por exemplo, as regras institucionais, o vocabulário político e a diferença entre partidos e candidatos ainda permanecem como um mistério para muitos cidadãos, fruto, entre outros fatores, da profissionalização das atividades políticas, que reforçam o bloqueio de acesso ao campo. A terceira característica trata da intensidade e da regularidade de interações entre políticos e jornalistas, que ao compartilhar horários, agendas e espaço físico estabeleceriam uma relação de intimidade quase familiar, exemplificada por Neveu (2002) como um grupo de viciados falando em códigos que somente os jornalistas se tornam capazes de decifrar. Tais características podem ser verificadas no jornalismo político brasileiro, a exemplo do restrito acesso de jornais aos espaços políticos mais importantes do país, como o Congresso e o Palácio do Planalto¹²; e a menção a normas, procedimentos e projetos, visivelmente tomados como de conhecimento público quando não o são.

As características que compõem o jornalismo político também mostram um cenário que aprisiona os jornalistas e se relaciona com três mudanças. A primeira delas é a autonomia, diretamente relacionada à distância e ao compromisso político. A segunda mudança está relacionada à visão turva que se tem do “papel democrático” da imprensa e da mídia. Neveu afirma que

[...] os jornalistas não são apenas convidados a atuar como guardas públicos diante dos governantes e a fornecer informações objetivas, mas também a

¹² Para que tenham acesso ao Congresso para realizar coberturas jornalísticas os jornais necessitam passar por um processo de credenciamento e precisam manter profissionais em Brasília, o que dificulta o acesso às fontes e informações primárias por parte de pequenos jornais, que acabam sendo pautados pelos chamados jornais de referência.

dar sentido à política e aos problemas encontrados por vários grupos sociais – interpretar a política deixando de lado a objetividade! Os jornalistas também devem dar informações completas, prestar atenção aos desejos de diferentes audiências e assim correr o risco de serem acusados tanto de serem chatos quanto de banalizarem a política” (2002, p. 25 - tradução livre¹³).

Essa ambiguidade, segundo Neveu, requer compreender para quem os jornalistas falam sobre política e como falam. A terceira mudança está relacionada à situação do jornalismo político na mesa da redação e nas organizações. Sobre tal posição Neveu questiona se “Os jornalistas políticos são a aristocracia da redação?”¹⁴ (2002, p. 25 - Tradução da autora). Esse questionamento está diretamente relacionado aos privilégios que detinham os aristocratas e que se transfere, de certo modo, para a classe dos jornalistas que cobrem política – o que pode incluir recursos financeiros, confiança, maiores espaços para publicação, acesso a fontes privilegiadas. Benefícios que poderiam resultar em melhores conteúdos, em notícias com maior teor informativo, mais esclarecedoras – mas não se pode afirmar que isto ocorra deliberadamente. Apesar de muito associado ao jornalismo dito de “investigação” o jornalismo político não implica, necessariamente, em um trabalho maior de apuração, embora teoricamente devesse. Nessa seara, os contatos privilegiados dos repórteres auxiliam na manutenção desse status aristocrático. E há mesmo um interesse em manter tal status entre as fontes oficiais, que dominam o noticiário político brasileiro, pois isso aumenta o capital simbólico do jornalista e também da empresa de mídia (GUAZINA, 2011).

A relação dos jornalistas com fontes que não querem ser identificadas, as fontes anônimas ou em *off*, é outro aspecto de preocupação para a categoria. E que provoca ainda desconfiança por parte do público. Falando sobre a elaboração de reportagem com tais fontes, Kovach e Rosenstiel demonstram ser extremamente relevantes o rigor e o ceticismo do repórter em relação a elas. Pois, por tratar essencialmente de “processos inacabados”, o jornalismo investigativo precisa reconhecer que “tem acesso somente a uma parte da investigação, nenhum controle sobre ela”. O risco maior, ao abusar dessas fontes, é de a imprensa se tornar mais

¹³ No original: “Journalists are not only invited to act as public watchdogs in the face of rulers and to provide objective information, but also to make sense of politics and of the problems encountered by various social groups – to interpret politics by leaving out objectivity! Journalists must also give complete information, pay attention to the desires of different audiences and so take the risk of being accused both of being boring and of trivialising politics”.

¹⁴ No original: “Are political journalists the aristocracy of the newsroom?”.

vulnerável e converter-se em um instrumento dos investigados (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 183).

Também pela ótica da prática jornalística, McNair acredita em um posicionamento ideal para os profissionais: “os jornalistas devem ser, em suma, repórteres objetivos da realidade política, esforçando-se para serem tão neutros e distantes quanto possível, embora mantenham suas próprias opiniões políticas”¹⁵ (2009, p. 238-239 - tradução livre). Num cenário ideal, as expectativas a respeito do jornalismo político em uma democracia poderiam se dar nas formas de informação (reportagem); no uso de teor crítico (comentários, análises e contraditórios); na representação e na advocacia; no uso de parcialidade (desde que claramente sinalizada e distinguida do comentário). Contudo, o desempenho pragmático dos meios de comunicação ao cumprirem essa função, segundo McNair, tem sido criticado “desde que existe, tanto pela esquerda como pela direita, no espectro ideológico”¹⁶ (2009, p.240).

No Brasil, foi nas décadas de 1960 e 1970, períodos de ocorrência da era do milagre econômico, que o jornalismo econômico cedeu espaço e prestígio para a cobertura política, segundo Cremilda Medina (2006, p. 32). Contudo, a sucessão dos planos econômicos – do Cruzado ao Real, e seus entrelaçamentos notórios com o campo político – fizeram surgir uma cobertura que mesclava os aspectos das duas áreas. No final da década de 80, a reconstituição das instituições democráticas e os alinhamentos da economia brasileira, considerando impasses internos e externos, seriam motivadores da necessidade de estabelecer uma comunicação com vieses políticos e econômicos. Albuquerque considera que “a imprensa desempenhou um papel importante, ainda que frequentemente ambíguo” nesse processo de redemocratização e, por isso, tomou para si um papel ativo como “fiadora da democracia e suas instituições” (2009, p. 10).

Pérez-Liñan (2007) apresenta outra perspectiva, na qual defende que foi desencadeado um jornalismo mais investigativo nos anos 80, quando se caminhava para o final da ditadura militar. O autor pontua o episódio do Riocentro¹⁷ como de

¹⁵ No original: “Journalists must be, in short, objective reporters of political reality, striving to be as neutral and detached as possible, even though they will hold their own political views”.

¹⁶ No original: “for as long as they have existed, from both left and right on the ideological spectrum”.

¹⁷ O caso conhecido como “Riocentro” consistiu num plano para explodir duas bombas de fabricação artesanal, na noite de 30 de abril de 1981, durante um show de música popular brasileira que reuniu cerca de 20 mil jovens no centro de convenções de mesmo nome, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

grande relevância para o jornalismo que passava a ser exercido com liberdade de imprensa. Nesse episódio, novas técnicas de reportagem investigativa teriam sido desenvolvidas no local, quando os principais meios de comunicação seguiram a história a ser relatada. Contudo, a nova liberdade chegada no final daquela década também teria implicado uma nova postura dos profissionais, que tentavam produzir mais conteúdo de impacto, muitas vezes convertidos em escândalos que traduziam uma espécie de raiva contra o sistema político, até então atuante como censor.

Pérez-Liñan indica como uma das respostas a esse processo de censura a adoção de uma perspectiva mais militante no jornalismo da América Latina. Neste novo contexto, os jornalistas passaram a considerar a exposição das faltas dos políticos como parte de seu papel profissional e a divulgação de escândalos tornou-se mais recorrente. Assim, a nova cultura profissional “trouxe maiores incentivos para que os jornalistas investigassem o presidente e seus colaboradores, fortalecendo o papel de vigilância da imprensa, mas também criando importantes problemas institucionais¹⁸” (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 81).

No caso brasileiro, um dos exemplos foi a cobertura adversária do Jornal Nacional em relação ao chamado “Mensalão” conforme demonstrado por Guazina (2011). Para a autora, a investigação dos atos ocultos dos governos funda o alicerce da profissão “e faz parte de seu *ethos*, constituindo-se como um verdadeiro DNA do campo”. Por isso, ainda vigora a percepção da mídia como zeladora e fiscalizadora da legitimidade dos governos (SOARES, 2006). Como aponta Guazina (2011, p. 24), o jornalismo político seleciona e organiza os acontecimentos de maneira a dar sentido

O show era um evento anual, celebrado em virtude das comemorações do Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Entre 21h15 e 21h20, com o show já em andamento, uma bomba explodiu dentro de um carro, um automóvel Puma, 1977, no estacionamento do Riocentro. No interior do automóvel estavam dois militares, o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, codinome “Dr. Marcos” e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, codinome “agente Wagner”, ambos lotados no DOI do I Exército. O artefato explosivo, que seria instalado no pavilhão de eventos onde ocorria o show explodiu antes da hora planejada, ferindo gravemente o capitão Machado e matando o sargento Rosário, que transportava a bomba sobre seu colo. Além da bomba que explodiu no Puma, ocorreu uma segunda explosão no interior do Riocentro, esta na miniestação elétrica responsável pelo fornecimento de energia do centro de convenções. A bomba foi jogada por cima do muro da miniestação, mas explodiu em seu pátio e a eletricidade do pavilhão não chegou a ser interrompida. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 3-4). Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/acoespensais/Caso%20Riocentro/relatorio_preliminar%20riocentro%20CNV.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2016.

¹⁸ No original: “[...] brought greater incentives for journalists to investigate the president and his or her collaborators, strengthening the watchdog role of the press but also creating important institutional problems”.

à realidade política, possibilitando, assim, “orientar as interpretações sobre o mundo da política”.

Na condição de campo, o jornalismo político – por sua associação à nobilidade e pelas especificidades no tratamento do texto e no relacionamento com as fontes – corre o risco de ser afetado pela intensa relação com os atores do espaço político. Isso porque, por se configurar como uma especialidade, tende a ser praticado por um mesmo repórter por muitos anos.

2.3 Novas e velhas tensões no jornalismo político

O jornalismo desempenha papel fundamental ao prover aos cidadãos informações necessárias para a elaboração de julgamentos informados sobre líderes políticos e para a participação efetiva no funcionamento do estado democrático. Porém, como destacam Barnet e Gaber, as mídias qualificadas não apenas transmitem como também descobrem informações relevantes. Agem como vigilantes do governo, sendo capazes de “inibir abuso do poder político”¹⁹ (2001, p. 1). Nesse sentido, Barnet e Gaber levam a compreender as notícias não apenas como uma coleção aleatória de informações, mas sim como um processo afetado por influências fluidas. Um dos aspectos dessa fluidez, no atual contexto de circulação de informação, é o acesso direto dos políticos ao público, sendo que “o conteúdo político pode ser transmitido diretamente para grandes audiências frequentemente sem passar pelas organizações noticiosas²⁰” (BENNETT, 2012, p. 2). Em cenários como esse, a comunicação política moderna pode estar sendo cada vez mais minada, podendo inclusive ameaçar valores importantes nas sociedades democráticas (BARNETT; GABER, 2001).

São elencadas por Barnett e Gaber quatro pressões que afetam o jornalismo político. A primeira delas é a mudança na natureza do relacionamento com as fontes formais, hoje muito mais especializadas e também detentoras dos meios de informação. Para Estrela Serrano (2010) a comunicação política tem mudado radicalmente nas últimas décadas, substituindo as relações interpessoais entre políticos e jornalistas pela profissionalização e especialização em comunicação

¹⁹ No original: “inhibit abuse of political power”.

²⁰ No original: “[...]political content can be transmitted directly to large audiences often without passing through news organizations”.

estratégica, por meio da qual os atores tentam influenciar o fluxo noticioso. Com o jornalista comprimido entre as pressões do mercado e a imposição das fontes, sobra pouco espaço para o exercício da criatividade e da apuração detalhista.

O impacto da propriedade de mídia está em segundo lugar, tratando especificamente de questões como pluralismo e concentração de mídia em poucas mãos, que acabam diminuindo a diversidade. Barnett e Gaber (2001) opõem-se, porém, a ideias conspiracionistas ou de que os meios são meramente agentes ideológicos a serviço das elites. Silva et. al (2015) sugerem, em análise estatística, a existência de correlação entre democracia e concentração de mídia, sendo os países mais democráticos menos propensos à propriedade concentrada dos meios de comunicação. No Brasil, estudo realizado pelo Media Ownership Monitor aponta que cinco empresas concentram mais da metade dos veículos de comunicação, num universo dos 50 principais veículos de televisão, rádio, jornal, revista e internet²¹. Citando a relação entre a mídia e o governo no Reino Unido, Bennett (2012) faz suposições que podem ser estendidas ao Brasil, sem prejuízo, em termos de mídia. O autor pondera que talvez tenha sido construída uma fortaleza para a informação, com apenas um muro, protegendo a imprensa da censura formal, porém deixando o sistema de informação vulnerável à degradação nas mãos de interesses comerciais. Nesse caso não há motivação para assumir um interesse social que esteja acima do comercial. Esse é um dos aspectos que fragiliza a conexão entre a informação política e a qualidade da democracia.

Nesse contexto, as novas mídias (blogs e sites independentes) têm sido instrumentos de descentralização da informação, permitindo que outras vertentes informativas ganhem destaque. Entretanto, o excesso de informação nas redes delega espaço para boatos e notícias falsas, especialmente sobre o espectro político, como mostra-se adiante.

Como terceiro elemento de pressão consta o crescimento sem precedentes nos meios de comunicação e o impacto desse aumento da concorrência no noticiário político. “O jornalismo sempre foi uma atividade competitiva, e os jornalistas políticos, em particular, sempre se orgulharam de sua capacidade de mergulhar em histórias "exclusivas" para descobrir novos ângulos ou perspectivas sobre histórias

²¹ Para mais informações acessar: < <http://brazil.mom-rsf.org/br/> > .

existentes²²” (BARNETT; GABER, 2001, p.6). O que mudou foi o incessante aumento, a partir dos anos 90, da quantidade de canais disponíveis para comentários sobre política. Menos tempo para apurar, mais material disponível para ser analisado. A disputa pela audiência foi intensificada. Os políticos passaram a impor condições para falar e, devido à competitividade, os meios acabam aceitando, pois caso não aceitem, a concorrência o fará. Essa postura afeta diretamente o consumidor de notícias. Uma das perspectivas dessa afetação é a hiperinformação. Para Sylvia Moretzsohn (2017, p. 295), a “‘era da informação’ induz ao aprofundamento da alienação pelo excesso de oferta” e a ideia de que todos teriam o mesmo poder de voz e influência virtualmente conduz “à mistificação que encobre as relações de poder, escancara as portas para a disseminação das chamadas ‘fake news’, instaurando um ambiente de absoluta insegurança informativa, com previsíveis consequências desastrosas”. Nesse caso, o próprio status do jornalista sobressai em relação a outros profissionais que atuam na rede, especialmente pelo acesso privilegiado a fontes oficiais integrantes dos poderes públicos.

Como quarta pressão aparece a mudança na natureza da profissão de jornalista. Mudaram as hierarquias, o uso de tecnologias e as condições de emprego. Entre as mudanças encontra-se a tendência da indústria midiática em “[...] militar contra uma cultura de reportagem que é reflexiva e desafiadora, e para uma que é apressada e conformista²³” (2001, p.8). No Brasil, como identificado por Adghirni e Pereira (2011), o jornalismo passa por mudanças que são também estruturais e afetam as esferas profissionais, de identidade e legitimidade, mas também presenciam a “flexibilização dos valores-notícia e de questionamento sobre os métodos e parâmetros que balizam a produção de noticiário” (p. 39). As transformações no processo da prática jornalística perpassam pela multiplicação de conteúdos, redefinições de status profissional, integração das redação e das próprias práticas pela tecnologia. Adghirni e Pereira apontam que os atores ainda tateiam seu entorno na tentativa de chegar a modelos mais adequados de produção da notícia. Também por esses motivos, Barnett e Gaber (2001) apontavam já há algum tempo que a crise do jornalismo político no século XXI estava apenas no começo.

²² No original: “Journalism has always been a competitive activity, and political journalists, in particular have always prided themselves on their ability to break ‘exclusive’ stories on uncover new angles or perspectives on existing stories”.

²³ No original: “to militate against a reporting culture which is thoughtful and challenging, and towards one which is rushed and conformist”.

Apesar da comunicação cada vez mais direta entre políticos e público, a diferenciação da informação jornalística pode se apresentar como uma das possibilidades para sair da “crise do jornalismo político” mencionada anteriormente. Despertar um jornalismo independente é o caminho visto por Lance Bennett como “a única esperança de informações regulares e confiáveis sobre o que aqueles no poder estão fazendo²⁴” (2012, p. 4). Sem informações regulares e confiáveis advindas da mídia, a democracia enfraquece e o governo torna-se responsável por seu autopolicamento, enfatizando suas próprias atividades por meio de seus relações públicas, propagandistas e *spin-doctors*. Para Moretzsohn, o combate ao comportamento irrefletido de disseminar notícias falsas “exigiria a articulação de ações presenciais e virtuais – por exemplo, escolas ou movimentos sociais que aliem contato direto e atuação nas redes para esclarecer a necessidade de se certificar da veracidade das informações que circulam e desfazer equívocos” (2017, p, 304).

Considerando a relação com a mídia como vital para a sobrevivência dos governos, Bennett destaca que a habilidade ou inabilidade do governo para produzir e controlar as notícias é uma parte importante para o “poder” de governar. Existe, portanto, uma batalha para influenciar jornalistas e organizações noticiosas, para relatar versões de eventos que favoreçam aspectos políticos particulares²⁵” (2012, p. 12). Cabe, portanto, aos profissionais, estabelecer os limites e fazer a filtragem entre a liberdade da fonte para dizer o que bem entende e o direito do leitor de saber o que realmente importa.

Dentro de todo esse cenário envolvendo tecnologia, redes sociais, novas mídias, mudanças profissionais, prevalece a percepção de que “há menos *hard news* e mais *soft news*, e há menos reportagem sobre o governo e os políticos e mais sobre o caos social e o drama pessoal²⁶” (BENNETT, 2012, p.24)”. Isso porque o público é bombardeado cada vez mais com inúmeras informações e encorajado a assumir um lado dentro de contextos não esclarecidos, nos quais a mídia oferece perspectivas restritas e o processo de hiperinformação predomina. A mídia providencia reportagens instantâneas, análises e comentários sobre o processo político enquanto ele ainda está em desenvolvimento. Nesse contexto, porém, há elementos que

²⁴ No original: “the only hope for regular and reliable information about what those in power are doing”.

²⁵ No original: “to report versions of events that favor particular political sides”.

²⁶ No original: “There is less hard news and more softnews, and there is less reporting about government and politics and more about social chaos and personal drama”.

permanecem sendo essenciais ao jornalismo político. Bennet (2012) elenca uma série de critérios desejáveis em uma notícia política sob o ponto de vista democrático. São eles:

1. As agendas independentes de cada organização noticiosa deveriam proporcionar um ambiente de informação mais diversificado.
2. Oferecer vozes e pontos de vista diversos a partir de fontes credíveis fora dos círculos oficiais pode reduzir a síndrome do “inside the beltway” – a lacuna que as pessoas costumam sentir separá-las dos políticos que dominam o conteúdo das notícias.
3. Mais explicações sobre como as decisões políticas são tomadas e sobre como se conectar com organizações envolvidas podem ajudar as pessoas a se tornarem engajadas.
4. Oferecer um contexto histórico ajudaria a estabelecer as origens dos problemas nas notícias e limitaria a capacidade dos políticos de reinventar a história para seus interesses.
5. Ampliar a cobertura de cidadãos políticos – os ativistas – ajudaria as pessoas comuns a ver caminhos para o envolvimento pessoal e ouvir perspectivas diferenciadas pode ajudar a avaliar as informações oficiais de forma mais crítica.
6. Fazer melhor uso de tecnologias interativas pode criar relações entre as diferentes audiências e também entre organizações cívicas, o que pode estimular o aprendizado sobre questões específicas e muni-las para ações mais efetivas.

O problema é o vicioso círculo político no qual estão envolvidos o povo, os políticos e a imprensa. Segundo Bennett, o espaço para notícias sérias encolheu devido à crise econômica que afeta o jornalismo e com isso os atores políticos adotam estratégias desenvolvidas juntamente com profissionais da comunicação para capturar esse espaço para suas mensagens. Isso significa que a “comunicação pública” é fortemente moldada pelo uso do *marketing* e de persuasão “para organizar, roteirizar e divulgar notícias para seu efeito midiático mais dramático²⁷” (2012, p. 147). O resultado desses dois estágios mencionados são notícias cada vez mais feitas por e para quem está dentro da política, o que acaba deixando o cidadão comum fora do cenário democrático ou incluindo-o via espaços alternativos, com informações de má qualidade, incorretas, imprecisas ou mesmo inverídicas. Com isso, são nutridas no público as sensações de desilusão com os dois lados: as notícias e a política.

²⁷ No original: “to stage, script and spind news for its most dramatic media effect”.

Esse fator atua de forma negativa também sobre o conjunto da sociedade, pois a reportagem política é relevante por permitir que por meio dela se estruturam os diálogos sociais sobre o poder. Para Beckett “o relato da política é a mais importante função do jornalismo²⁸” (2008, p. 87). Sem tal relato, de que outra maneira seria possível estabelecer um debate político na comunidade? – questiona o autor. Apesar disso, não há em Beckett uma superestimação da tendência de se estabelecer uma “era de ouro” em que haja profundo engajamento e na qual público, políticos e mídia compartilhem de um espaço comum e igualitário. Para ele, tais perspectivas são mitos que exageram o poder da mídia e o grau em que a opinião pública está habilitada para agir como uma força democrática direta (BECKETT, 2008).

Os aspectos que envolvem democracia, política e jornalismo afetam diretamente a relação do jornalismo com a qualidade. É a esse tópico que o próximo capítulo leva.

²⁸ No original: “The reporting of politics is the most important function of journalism”.

Capítulo 3 – Qualidade e jornalismo

A proposta desse capítulo é a reflexão sobre a qualidade no jornalismo. As perspectivas teóricas indicam diversos ângulos a partir dos quais é possível analisar o jornalismo e perceber suas qualidades ou defeitos. Uma das perspectivas estabelecidas é o chamado jornalismo de referência²⁹: vertentes europeias e norte-americanas partem de características dadas como tamanho e recursos financeiros do jornal, percepção do público leitor, número de exemplares diários, sua utilização como fonte pelos demais jornais, entre outros. “Grandes jornais”, tomados publicamente como de referência, são facilmente identificáveis por possuírem força política capaz de derrubar governos, de influenciar as tomadas de decisões, de interferir nos resultados do mercado financeiro – características que trazem consigo uma definição e/ou significação prévia de que possuiriam qualidade – uma característica muito associada também ao conceito de verdade. O olhar dessa tese pretende verificar também se existe jornalismo de qualidade fora do jornalismo de referência e/ou como se apresenta esse jornalismo.

3.1 Qualidade segundo estudos norte-americanos e europeus

O estudo sobre qualidade no jornalismo ainda é um desafio na literatura do campo da Comunicação. A principal característica tem sido a busca pela definição de qualidade a partir do que pensam as pessoas que trabalham com o jornalismo ou o estudam. Isto é, as análises acadêmicas (sobretudo empíricas) e a opinião de profissionais ajudam na enumeração das categorias e características que se aliam ao que se pode chamar “bom jornalismo” ou “jornalismo de qualidade”, sinonimizado, em algumas ocasiões, também pelo termo “jornais de referência”.

Citado de forma recorrente nas literaturas internacionais e nacionais, o estudo de John C. Merrill realizado em 1968 fez um exercício de compreensão sobre quais eram os jornais de elite no mundo e como se caracterizavam. O autor apresenta a discussão sobre “jornais de referência” e dentro dela faz uma diferenciação categórica entre *jornal de qualidade* e *jornal de prestígio*. A principal diferença do jornal de qualidade, segundo Merrill, é agir sem ingerências governamentais. O jornal

²⁹ Segundo Zamin (2014, p. 939) o jornalismo de referência pode ser objetivado como “aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige. Desta abordagem deriva a variante Jornalismo de Referência regional, ou seja, aqueles que se constituem como referência aos formadores e informadores da opinião pública em determinada região de um país”.

de prestígio é regrado ou controlado por uma sociedade fechada, sendo a imprensa controlada pela máquina estatal. Merrill adjetiva os jornais de qualidade como corajosos, independentes e com padrão informativo, ao passo que os de prestígio seriam jornais sérios, de elite, voltados à difusão de dogmas e políticas, atuando como porta-vozes de órgãos, pessoas ou grupos. Da observação de Merril (1968), destacam-se como indicadores de qualidade: liberdade; preocupação social; ausência de sensacionalismo; equipe de trabalho diversificada; desejo de ajudar a expandir a audiência instruída; e desejo de influenciar líderes de opinião.

Outro estudo amplamente citado é o de Bogart (1977), realizado pelo *Newspaper Readership Project*³⁰, cujo resultado está na obra *Preserving the Press: How Daily Newspapers Mobilized to Keep their Readers*. Ele apresenta uma perspectiva voltada para a compreensão da queda das vendas de jornais e traz a percepção do público sobre o que este caracteriza como um jornalismo de qualidade. Em *survey* com 746 pessoas da *American Society of Newspaper* foram verificados critérios de qualidade editorial, entre os quais se destacaram como elementos de qualidade, em ordem de ocorrência: precisão, imparcialidade, investigação e pessoal especializado. Em 2004, Bogart lançou nova publicação na qual discute os critérios de qualidade do conteúdo jornalístico, buscando conhecer a opinião da indústria, dos acadêmicos e dos leitores. Neste estudo, o autor enfatiza a dificuldade para medir a qualidade pela ausência de uma maneira objetiva de proceder.

Apesar das dificuldades apontadas por Bogart, várias pesquisas têm desbravado caminhos por meio dos quais é possível tentar definir e mensurar a qualidade jornalística. Anderson (2014), por exemplo, discute o futuro da qualidade do jornalismo expondo sua consideração de que no “mundo” subdesenvolvido ou em desenvolvimento a função normativa da mídia como provedora de informações é a principal referência de análise. O conceito de provedora adotado no texto vem de Stromback (2005) e outros autores. Ele está relacionado de forma mais direta à democracia participativa. Essa percepção não é tomada de forma estanque e esta não é considerada a única função do jornalismo. Tanto Bogart quanto Anderson apresentam a ideia do jornalismo como um fórum que, como tal, possuiria papel parcial de informação. Desse modo, o jornalismo não é responsável por repassar toda

³⁰ Projeto criado pela *American Newspaper Publishers Association* e pela *Newspaper Advertising Bureau*. Leo Bogart esteve à frente da presidência executiva do projeto, entre 1977 e 1983, no qual procuravam descobrir as razões da queda de circulação dos jornais norte americanos.

a informação existente, mas, como observam os autores, o jornalismo constitui-se como um provedor de informações atrelado ao desenvolvimento dos “mundos”, em aspectos democráticos, econômicos, sociais, entre outros.

Shapiro, Albanese e Doyle (2006) afirmam que, quando se tem qualidade em abundância, a excelência do jornalismo torna-se visível. Para os autores, a literatura emergente que busca medir e discutir a qualidade no jornalismo tem usado critérios baseados em valores como: a precisão, a imparcialidade, a empresa jornalística, as fontes e os conteúdos das histórias. Tais critérios são compartilhados, por exemplo, como integrantes dos valores-notícia e dos critérios de seleção do jornalismo, abordados por Traquina (2005).

Os autores lembram também da relevância dos prêmios jornalísticos como elementos definidores do que é qualidade jornalística para os norte-americanos (SHAPIRO, ALBANESE, DOYLE, 2006). Contudo, o grande esforço das empresas jornalísticas para alcançar os prêmios requer uma suspeição sobre as mudanças empreendidas. Os autores pontuam que os critérios de avaliação desses prêmios, tal qual a definição de padrões de qualidade no jornalismo, ainda são um esboço. E questionam: “Quais são, então, os critérios de excelência segundo os quais os árbitros do melhor trabalho do jornalismo compilam suas listas anuais de vencedores?” (tradução livre)³¹. Em busca da resposta relatam:

Procuramos e solicitamos listas de critérios aplicados pelos juízes em vários programas de prêmios importantes, incluindo os prêmios Pulitzer, os prêmios George Polk e programas nacionais de premiação no Canadá, na Grã-Bretanha e na Austrália. O resultado? Muitos programas simplesmente não têm diretrizes de julgamento, enquanto os de outros consistem principalmente em listas de termos, sem explicação ou ilustração. (SHAPIRO, ALBANESE E DOYLE, 2006, p. 429 – tradução livre)³²

No Canadá, por exemplo, o prêmio *National Newspaper Award* considera entre os critérios-chave para a avaliação dos textos a serem premiados itens como:

³¹ No original: “What, then, are the criteria of excellence according to which the arbiters of journalism’s best work compile their annual lists of winners”.

³² No original: “We searched for and requested lists of criteria applied by judges in several leading awards programs, including the Pulitzer Prizes, the George Polk awards, and national awards programs in Canada, Britain, and Australia. The result? Many programs simply don’t have judging guidelines, while those of others consist mostly of lists of terms, without explanation or illustration”.

1. Se a ideia é significativa, considerando aspectos como noticiabilidade, oportunidade, originalidade e criatividade, humor e iniciativa;
2. A reportagem – com critérios como profundidade; contexto e plano de fundo; precisão; equidade e equilíbrio; fontes abrangentes e relevantes;
3. O engajamento do leitor é observado pelo detalhe que pode envolvê-lo, respondendo suas questões e mostrando o esforço da empresa jornalística;
4. A escrita precisa deixar claro qual é o foco/tema da história, considerando ainda aspectos como estrutura e organização; citações e exemplos; precisão e justiça; criatividade e risco; e interesse do leitor;
5. Impressão geral: se é excelente, boa ou indiferente.

A partir desses critérios avaliativos, a definição seria de que:

O excelente jornalismo não deve ser apenas original em conteúdo (notícias de última hora ou fornecer ângulos únicos no noticiário), mas deve ser inovador e envolver-se na técnica usada para contar essas histórias. Espera-se que os jornalistas conduzam seu ofício com integridade (isto é, comportando-se com imparcialidade e independência de suas fontes), e para muitos observadores do ofício, é importante que seu trabalho seja transparente no método - ou seja, o público deve ser capaz para entender de onde vem a informação. Finalmente, o estilo de escrita deve demonstrar uma técnica exemplar de contar histórias (SHAPIRO, ALBANESE E DOYLE, 2006, p. 431- tradução livre³³).

Na pesquisa de Shapiro, Albanese e Doyle (2006), após entrevistar vários juízes de prêmios jornalísticos, os oito critérios que mais se sobressaíram, de modo geral, foram: qualidade da escrita (incluindo a técnica de contar histórias); profundidade de investigação e rigor da reportagem; evidência de integridade (equidade, equilíbrio ou independência); relevância social (benefício público ou impacto); história; originalidade do assunto; qualidade da análise; atenção ao contexto; e clareza da história.

Tais respostas podem ser entendidas a partir da explicação de McQuail (2013): apesar de ter uma base prática mais do que filosófica ou normativa, a

³³ No original: Excellent journalism should not just be original in content (breaking news stories or providing unique angles on the news) but should be innovative and engaging in the technique used to tell those stories. Journalists are expected to conduct their craft with integrity (that is, behaving with fairness and independence from their sources), and to many observers of the craft, it is important that their work be transparent in method— that is, the audience should be able to understand where the information comes from. Finally, the style of writing should demonstrate exemplary storytelling technique.

expectativa de que a mídia deva fornecer informações de qualidade é tão importante para o pensamento moderno sobre os padrões midiáticos quanto os princípios de igualdade, liberdade e diversidade. Enfatiza ele:

Os benefícios decorrentes de uma fonte de conhecimento confiável não precisam ser mencionados, principalmente quando se considera que o oposto seriam mentiras, desinformação, propaganda, calúnia, superstição ou ignorância, mas é importante observar os principais argumentos para se terem estruturas de mídia que ajudem a produzir informação de alta qualidade (e verdade)” (MCQUAIL, 2013, p. 189)

Lacy e Rosenstiel (2015) afirmam que a interpretação sobre o termo *qualidade* no jornalismo varia de indivíduo para indivíduo; mas, devido à socialização, é mais provável que seja compartilhada por um grupo que possui experiências em comum. Dois grupos com papel fundamental para a literatura sobre a definição de qualidade no jornalismo são os acadêmicos e os profissionais: membros que compartilham o interesse na natureza e na qualidade do que é produzido pelo jornalismo. Porém, tais grupos têm diferentes treinamentos e objetivos. De forma bastante superficial: profissionais criam o jornalismo e acadêmicos estudam esse jornalismo. Contudo, não são grupos que se excluem e ambos têm contribuído para a interação e o compartilhamento de observações sobre qualidade no jornalismo.

Ainda assim, devem-se pontuar as diferenças em relação aos acadêmicos. De acordo com Lacy e Rosenstiel (2015), os acadêmicos analisam a qualidade sob as óticas da demanda e da produção. A demanda enfatiza a interação entre as necessidades dos consumidores, além das notícias e dos conteúdos. A abordagem pela produção tem de especificar as características do conteúdo que estão associadas com níveis mais elevados de qualidade. Ambas as abordagens definem a qualidade do jornalismo como uma questão de grau e demonstram não ser tão simples como ter ou não qualidade.

Nesse caso, o público avaliaria o conteúdo de determinado jornal de acordo com seus padrões e determinaria se possui qualidade ou não. Lacy e Rosenstiel apontam ser provável que pelo menos alguns dos mesmos elementos jornalísticos sejam encontrados nas avaliações dos leitores. O conteúdo poderia mostrar os mesmos elementos de qualidade do ponto de vista do jornalista, mas dois diferentes consumidores de notícias avaliariam a qualidade como diferente por causa de suas

diferenças nos desejos e necessidades de informação” (tradução livre)³⁴ (LACY E ROSENSTIEL, 2015, p. 11-12).

O impacto da qualidade, sob a perspectiva da demanda, pode se dar no nível individual ou comunitário. O segundo é mais impactante, pois as comunidades se organizam e agem como grupo:

O impacto no nível da comunidade é mais do que apenas uma soma das utilidades individuais, porque as comunidades agem como grupos para se governarem. Além disso, há desejos e necessidades individuais de informação que refletem a influência da participação em um grupo social. Uma pessoa precisa de informações para ajudar a decidir como votar, não porque nasceu com o direito de votar, mas porque é membro de um grupo social que permite e pode até esperar que indivíduos participem do processo político (LACY E ROSENSTIEL, 2015, p. 12 – tradução livre³⁵).

Para compreender um nível é preciso conhecer o processo no outro, pois níveis diferentes podem requerer atributos e medidas de qualidade diferentes. Por exemplo, o que impacta positivamente em um indivíduo pode ser negativo quando transferido para o nível social. Uma informação preconceituosa sobre uma pessoa pode servir a um indivíduo, mas pode prejudicar uma comunidade por não permitir ao indivíduo avaliar corretamente candidatos políticos e tomar uma decisão bem informada na hora de votar, por exemplo.

Sob outro aspecto, a motivação do indivíduo para acessar e consumir jornalismo também influencia na sua avaliação sobre a qualidade. Se uma pessoa gosta de histórias sobre ações sociais do governo, ela pode considerar uma matéria sobre a distribuição de renda, por exemplo, de alta qualidade. Por outro lado, alguém que não apoia tais medidas pode achar a informação inútil. As informações consideradas de alta qualidade, nessa perspectiva, deveriam permitir às pessoas tomarem decisões eficazes e eficientes, seja na hora de escolher um carro ou na hora de exercer sua cidadania.

³⁴ No original: “The content could show the same elements of quality from a journalist perspective, but two different news consumers would evaluate the quality as being different because of their differences in information wants and needs”.

³⁵ The community level impact is more than just a summing of individual utilities because communities act as groups to govern themselves. In addition, there are individual information wants and needs that reflect the influence of membership in a social group. A person needs information to help decide how to vote not because she was born with the right to vote, but because she is a member of a social group that allows and may even expect individuals to participate in the political process

McQuail (2012) também considera a demanda e o produto como formas de medir a qualidade. Expõe que a demanda em relação à qualidade está atrelada à percepção de como o jornalismo supre as necessidades e os desejos do consumidor individual. Esta abordagem é relativista e por meio dela é possível explicar os argumentos de que a qualidade não pode ser medida devido à sua subjetividade. Pensando dessa forma, assume-se que as necessidades e os desejos dos indivíduos seriam pouco compartilhados, o que resultaria em uma ampla variedade de opiniões sobre jornalismo de qualidade. Ele utilizou o conceito de “*media performance*” para falar sobre a qualidade na mídia. Em sua visão, a abordagem dessa avaliação não é excludente de outras vertentes, sendo uma variante híbrida.

Contrapondo a abordagem da demanda com a ótica do produto, McQuail pressupõe existirem características inerentes, tanto nas mensagens como nos aspectos que podem ser alterados para melhorar a qualidade do conteúdo. Para ele há características – elencadas por jornalistas, gestores, críticos e acadêmicos – que representam qualidade. Essa abordagem do produto seria mais vantajosa, pois permitiria aos jornalistas e aos editores “controlar ou influenciar o caráter do conteúdo que produzem mais facilmente do que eles podem inferir os interesses do público. Com foco na qualidade dentro do produto, os produtores são capazes de melhorar ou fazer algo sobre a qualidade” (MCQUAIL, 1992, p. 17).

Para além das duas definições citadas, McQuail define também os benefícios da qualidade da informação ou verdade da mídia. São eles:

1. Contribuir para uma sociedade informada e uma força de trabalho qualificada;
2. Fornecer a base para processos de decisão democráticos (um eleitorado informado e crítico);
3. Proteção contra a propaganda e os apelos irracionais;
4. Alerta contra riscos;
5. Atendimento às necessidades de informações cotidianas do público;

McQuail afirma que o conceito mais central na teoria da mídia, em relação à qualidade da informação, provavelmente seja o de objetividade, especialmente quando aplicado à informação noticiosa. A objetividade “não deve ser confundida com a noção mais ampla de verdade, embora seja uma versão dela”, defende (2013,

p. 190). Trata-se da adoção de uma posição de distanciamento e neutralidade em relação ao objeto reportado. Outro esforço diz respeito a evitar partidarismos ou a apresentação de vieses em questões polêmicas, o que vai ao encontro dos primeiros achados de Merrill (1968). Além disso, para McQuail a objetividade requer “apego estrito à precisão e a outros critérios de verdade (tais como relevância e abrangência)” (2013, p. 190). Esse padrão idealizado teria se tornado o referencial dominante sobre o que seria o papel do jornalista profissional, estando atrelado ainda aos princípios da liberdade, que muitas vezes depende da objetividade como garantia para existir, e da igualdade, que requer justeza de atitude e não discriminar as fontes e objetos da notícia.

Assim, McQuail (2013, p. 192) chega ao que considera os principais requisitos de qualidade da informação:

- A mídia de massa deve fornecer uma oferta abrangente de notícias relevantes e de informações gerais sobre eventos na sociedade e no mundo ao redor dela;

- A informação deve ser objetiva, no sentido de ser factual em sua forma, precisa, honesta, suficientemente completa e verdadeira em relação à realidade, e confiável, no sentido de ser verificável nos fatos de opinião;

- A informação deve ser equilibrada e justa (imparcial), relatando perspectivas e interpretações alternativas de forma não sensacionalista e imparcial, na medida do possível.

Winfried Schulz (2000), adotando alguns dos parâmetros citados por McQuail, amplia a discussão e elenca três condições mínimas que determinam a qualidade e a performance jornalística em uma sociedade democrática. Em primeiro lugar, as pesquisas de campo que abrem ou fecham possibilidades de ação dos jornalistas; em segundo lugar as regras/normas legais e políticas que garantem liberdade e proteção ao jornalismo, embora não baste ao país ser democrático para transferir qualidade ao jornalismo. Torna-se necessário entender como os princípios democráticos são traduzidos pelas práticas jurídicas e como tais práticas interferem ou pautam o comportamento de protagonistas políticos e como atuam diante das liberdades individuais. Em terceiro lugar estão os padrões usados pelos jornalistas para garantir e conduzir a rotina produtiva, bem como seu comportamento em situações-limite.

Antes de explicar as três condições citadas por Schulz, falar de qualidade no jornalismo para o autor implica, automaticamente, em falar sobre definição de critérios ou padrões. Schulz afirma que os critérios para o jornalismo de qualidade estão muito conectados com valores básicos de liberdade, sociedade democrática, igualdade, segurança social e ordem. A conexão entre critérios de qualidade e valores democráticos apresenta como essenciais: a independência, a diversidade e a objetividade. Embora as veja como normas abstratas em certo grau, Schulz vê interconexão nelas.

Para Schulz a independência possui dois significados ou atua em dois sentidos: independência “de” e independência “para”. A independência “de” está relacionada não somente ao Estado, mas também aos grupos de pressão, aos anunciantes e aos proprietários dos meios de comunicação, principalmente no caso de conglomerados ou cadeias poderosas. A independência “para” diz respeito à possibilidade de advocacia e de assumir o papel de cão-de-guarda.

A relação entre diversidade e qualidade traz dois aspectos: diversidade de conteúdo e diversidade de acesso. Diversidade ou pluralidade de conteúdo envolve as várias dimensões, gostos, opiniões, assuntos, questões, pessoas, grupos e/ou regiões. A diversidade de acesso significa que todos os grupos sociais e atores políticos devem ter acesso à mídia. Existem ainda dois princípios: igualdade e proporcionalidade. A igualdade significa que cada grupo recebe igual atenção na mídia em termos de espaço e tempo. Proporcionalidade significa que a atenção é alocada de acordo com a importância ou o tamanho dos diferentes grupos na realidade. Esses dois princípios são apontados por Schulz (2000) como responsáveis por papéis importantes em campanhas eleitorais, especialmente quando há atenção diferenciada a um ou outro partido.

Porém, para Schulz, a objetividade é o critério mais problemático, em parte por estimular associações a um conceito controverso. Contudo, é possível percebê-la como um conceito mais concreto no momento em que é associada às regras da prática diária do fazer jornalístico. A subdivisão, para Schulz, envolve a distinção entre factualidade e imparcialidade, sendo a primeira a responsável pelos aspectos de verdade e relevância e a segunda pelo equilíbrio e pela apresentação neutra.

Voltando às três condições propostas por Schulz como requisito para qualidade no jornalismo – pesquisa; regras/normas legais e políticas; padrões da rotina produtiva – comecemos pela pesquisa, que, em geral, envolve a existência de

recursos suficientes. Essa não é uma questão nova, uma vez que é recorrente a necessidade de recursos de ordem financeira e tecnológica para o desenvolvimento do jornalismo, seja para contratar um bom profissional ou adquirir uma câmera fotográfica, por exemplo. A questão central é que mais recursos para a pesquisa podem contribuir para uma reportagem mais diversa e melhor apurada.

As regras legais e políticas são a segunda condição levantada por Schulz (2000). Apesar de a democracia ser citada por ele como um dos requisitos, não basta o país ser democrático para se transferir qualidade ao jornalismo. O que importa é “como os princípios democráticos são transformados no sistema de leis e na prática da jurisdição. O que também importa é o quão profundamente eles determinam as instituições políticas e o comportamento dos protagonistas políticos” (Schulz, 2000, online – tradução livre³⁶). Assim, o sistema de leis deve garantir primeiramente a liberdade de comunicação individual, a liberdade de acesso à informação, a liberdade de expressão; e a liberdade de distribuição de opinião. Secundariamente deve proteger com leis específicas o jornalista, garantindo direito de informação em relação às autoridades do Estado, o direito ao sigilo da fonte e a proteção contra a apreensão ou censura de seus textos. Em terceiro lugar, é pré-requisito para a qualidade jornalística a proteção da mídia contra o controle do Estado, bem como por grupos de pressão ou por empresas de negócio. Além disso, partidos políticos, bancos, grupos empresariais e o próprio governo³⁷ não deveriam ser proprietários de veículos midiáticos. Por fim, também é preciso que o jornalismo seja protegido contra a concentração de poder, que limita a competição na mídia, reduzindo a diversidade e o controle mútuo (SCHULZ, 2000).

Os padrões profissionais envolvem as condições em que os jornalistas trabalham, primeiramente relacionadas às pesquisas e também às regras legais e políticas. Nesse sentido Schulz (2000) fala sobre a dedicação profissional, mais precisamente sobre padrões e valores que são usados pelos jornalistas como forma de garantir e direcionar a rotina produtiva. A importância de algumas regras para a

³⁶ No original: “how the democratic principles are transformed into the system of laws and in to the practice of jurisdiction. What also matters is how far they determine the political institutions and the behavior of the political protagonists”.

³⁷ Em contraposição a esse pensamento de Schulz é preciso considerar o surgimento das empresas públicas de comunicação, a exemplo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que tem se destacado nos últimos anos por levar informações públicas aos cidadãos. Embora a atuação nem sempre seja desvinculada do interesse governamental, a importância do meio e das informações transmitidas devem ser considerados.

qualidade do jornalismo fica mais clara quando se observam as fronteiras do jornalismo, onde a mídia lucra com violações “às margens” da norma, tais como a imprensa marrom³⁸ no impresso e o comércio em rádio e TV. Por serem comportamentos quase inevitáveis, obviamente a mídia explorará suas liberdades e seus privilégios com fins comerciais. Para contrapesar são essenciais as críticas públicas e as punições legais.

Nesse sentido, McQuail também defende a responsabilização da mídia em um processo por meio do qual ela é chamada a prestar contas. Para ele “a responsabilização da mídia inclui todos os processos voluntários ou involuntários pelos quais ela responde direta ou indiretamente à sociedade e àqueles imediatamente afetados pela qualidade e/ou as consequências do que ela divulgou” (2013, p. 196).

Para Johanna Vehkoo “À primeira vista, a qualidade parece ser algo muito subjetivo, dependendo dos próprios interesses, conhecimentos e preferências, até da política” (2010, p.4, tradução livre³⁹). Não existem critérios universais que determinem ou regulem o que se compreende por qualidade. Logo, o juízo sobre o termo está relacionado a contextos como os socioeconômicos e educacionais. Vehkoo percorre literaturas que tentam definir e/ou mensurar a qualidade no jornalismo e adota a entrevista como método⁴⁰ para tentar definir “o que significa qualidade de uma forma que seria aceitável para a maioria dos jornalistas, se não todos. Existem normas e códigos de conduta essenciais para o jornalismo de qualidade” (2010, p. 5, tradução livre⁴¹). Considerando os padrões e os códigos de conduta compartilhados pelos profissionais ao redor do mundo, o papel da imprensa livre nas sociedades democráticas torna-se indissociável do conceito de qualidade, pois “se esse tipo de jornalismo de qualidade desaparecer, todos estaremos com sérios problemas. Uma democracia funcional precisa de um público informado” (VEHKOO, 2010, p. 5, tradução livre⁴²).

³⁸ O termo imprensa marrom refere-se a jornais que priorizam histórias sensacionalistas para vender mais, em detrimento do compromisso com o relato sóbrio dos fatos.

³⁹ No original: “at first look, quality seems to be a very subjective thing, depending on ones’ s own interests, knowledge and preferences, even politics”.

⁴⁰ Em sua pesquisa entrevistou 11 pessoas, entre jornalistas e editores ativos e acadêmicos.

⁴¹ No original: “what quality means in a way that would be acceptable to most journalists, if not all. There are standards and also codes of conduct that are essential to quality journalism”.

⁴² No original: “if this kind of quality journalism disappears, we are all in serious trouble. A functioning democracy needs an informed public”.

Por outra perspectiva, Picard acredita que a única forma de mensurar a qualidade é julgando a atividade jornalística. Para ele “A qualidade do jornal é um conceito amorfo e problemático. Quando solicitados a defini-lo, jornalistas e outros têm dificuldade em articular seus elementos. É mais frequentemente exemplificado pela sua ausência e definido em oposição ao comportamento indesejável” (2004, p 60 – tradução livre⁴³). As definições vão ao encontro de conceitos como verdade, justiça e integridade – que podem ser elementos de qualidade – e das regras explícitas pelos códigos de conduta que determinam os comportamentos aceitáveis ou não. Porém, ainda que existam problemas de definição, o jornalismo de qualidade ou os jornais de qualidade são reconhecidos como elementos fundamentais e de influência sobre aspectos sociais, políticos e culturais nas democracias.

Picard (2004) apresenta outra questão relevante para se pensar sobre a qualidade do jornalismo. Trata-se da quantidade e dos tipos de conteúdo veiculados e do quanto o material produzido pelo próprio jornal ou por outros influencia sua qualidade. Segundo o autor, a maior parte do conteúdo dos jornais americanos não é editorial, mas de publicidade, que chega a atingir 60% das edições. Além disso, a maior parte dos conteúdos classificados como sendo “editoriais” não podem ser classificados como notícia. Pelo menos três quartos dos materiais são compostos por comentários, quadrinhos, colunas, entretenimento e outras seções que não são puramente notícia e cujos conteúdos não são produção própria.

De forma resumida o que estudos europeus e americanos propõem até o momento é que para existir qualidade no jornalismo há requisitos essenciais, que envolvem: as práticas diárias e seus processos; a ideologia; a conjuntura política do país (democracia); a existência e o cumprimento de normas legais e as políticas de punição e de proteção ao jornalismo e ao jornalista; o atendimento às necessidades do público; e a cooperação-contribuição da mídia para o desenvolvimento saudável da região na qual se insere, defendendo valores como igualdade, liberdade e o direito à informação.

Mesmo com características elencadas e definidas, não existe um conceito dado sobre o que é qualidade no jornalismo ou jornalismo de qualidade. Cada um obtém seu resultado a partir de um tipo de estudo (*survey*, entrevistas, revisões

⁴³ No original: “Newspaper quality is an amorphous and problematic concept. When asked to define it, journalists and others have difficulties articulating its elements. It is most often exemplified by its absence and defined in opposition to undesirable behavior”

teóricas) e propõe características que compõem o fenômeno qualidade. Com isso, porém, não há aperfeiçoamento de métodos que possam ser replicados em larga escala, o que de certa forma contribui para a incipiência dos estudos da área.

3.2 Perspectivas latinas

No Brasil, Josenildo Guerra afirma que os estudos ainda são incipientes e aponta que apesar da existência de iniciativas para a qualidade do jornalismo, como a adoção de manuais de redação, as inovações tecnológicas, a organização empresarial e os sistemas de responsabilização de mídia, “ainda não foi efetivamente incorporada uma cultura de avaliação de qualidade como já existe em outras áreas, tanto do setor industrial como de comércio e serviços” (2010, p. 5), o que foi verificado como inexistente também nos estudos europeus e americanos. Para o autor “a qualidade é um recurso organizacional de vinculação entre a esfera da produção de bens e serviços e a esfera do consumo desses bens e serviços” (2010, p.1). Há ainda estudos focados em aspectos da qualidade como: ética, uso das fontes e enquadramentos – levados a cabo por pesquisadores como Karam (2014); Christofolletti (2012); Benedetti (2004); Rothberg (2010); Sant’Anna (2005); Leal (2008); Guazina (2014); entre outros.

A incipiência dos estudos deve-se, entre outros fatores, às dificuldades de conciliação das diversas perspectivas de compreensão tanto do ensino quanto da teoria, que precisam passar pelo processo de diálogo e chegar ao consenso que permitiria uma definição única e mais concreta sobre qualidade. Importam no processo os valores éticos e os procedimentos técnicos que estruturam o jornalismo como atividade social e profissional. Guerra aponta que

A ausência sistemática do assunto na agenda acadêmica e profissional é um sintoma dos grandes desafios que o tema requer, que envolve desde aspectos teóricos relacionados a princípios que em tese seriam “referências de qualidade” até uma cultura empresarial e profissional cautelosa a ferramentas de avaliação de seu trabalho, seja por receio de sofrer influências indevidas seja por receio de revelar suas fragilidades (2010, p. 19)

Essa perspectiva denota uma realidade que pode se estender não somente ao Brasil, mas também aos demais países, uma vez que são escassas as propostas metodológicas para se avaliar a qualidade jornalística.

Outra pesquisa brasileira na qual se verificaram os elementos de qualidade foi desenvolvida por Rogério Christofolletti. O autor afirma que “qualidade se tornou sinônimo de busca de excelência técnica, se converteu em peça de marketing e em argumento determinante para a implantação de processos de controle e de gestão dos processos jornalísticos” (2010, p.5). O autor aponta tensionamentos entre as esferas que buscam a qualidade jornalística, como a academia, os próprios jornais, os observatórios de imprensa e os órgãos governamentais. Na pesquisa, realizada para a Unesco, Christofolletti entrevistou 22 profissionais entre editores executivos, gestores e *publishers* de jornais e revistas impressos, com grande abrangência no país. O jornalismo de qualidade, para esses profissionais, teria que abarcar características como:

abordagens diferenciadas; amplitude; análise; apartidarismo; apego à verdade; apresentação agradável; apuração limpa e sem ruído; boa apuração; boas histórias e personagens interessantes; comprometimento com a comunidade; confiabilidade; contexto; correção; credibilidade; crítica; eficiência; elementos que permitam interpretar os fatos; ética; fidelidade; furo jornalístico; imparcialidade política; independência econômica; independência editorial; índice de erros zero; ineditismo; informação e não opinião; interesse público; interpretação da realidade e vai além dos fatos; investigação; liberdade de imprensa; melhor versão da verdade; novidade; objetividade; pluralidade; precisão; prestação de serviço para o leitor; qualidade de apresentação; rapidez; relevância; responsabilidade; responsabilidade social; simplicidade; sintonia com o público; utilidade para o leitor; zelo (CHRISTOFOLETTI,2010, p.29).

Muitos desses critérios citados pelos profissionais ligados ao jornalismo aparecem também como elementos citados pelos pesquisadores europeus e americanos. Esse fator corrobora para o indicativo de que há o compartilhamento de valores e padrões jornalísticos mesmo em diferentes espaços geográficos e culturais, embora, como aponta Guerra (2010), existam dificuldades para o consenso sobre quais seriam mais relevantes e/ou universais dentro de um contexto macro – aspecto relevante para compreender as definições relativizadas sobre o que é qualidade.

Christofolletti evidencia ainda, a partir dos critérios elencados pelos entrevistados, o conflito existente entre os padrões jornalísticos e o atendimento às demandas do público. Segundo ele, os profissionais acreditam que “os meios oferecem um noticiário que se sustenta pelos critérios de noticiabilidade, mas também dão o que os leitores querem e precisam” (2010, p.30). A contrariedade

explícita nesse pensamento demonstra uma fricção entre a teoria e a prática, sobre dar ao público o que ele quer ou o que precisaria saber.

Apesar de os estudos serem ainda mais incipientes no Brasil e na América Latina, a Universidade Católica do Chile é a responsável pela proposta metodológica temporalmente mais consolidada e replicada⁴⁴; que permite avaliar a qualidade nos diversos meios de comunicação, e que será parcialmente adotada por esta tese. Apesar das limitações, a proposta adota uma ótica diferente das empregadas nos estudos americanos e europeus mencionados anteriormente. As entrevistas e pesquisas com grupos focais foram a base do método, que se propõe a estudar a qualidade no jornalismo a partir do produto veiculado, por meio de categorias elencadas em ficha analítica.

Conhecido como *Valor Agregado Periodístico (VAP)*, o método objetiva verificar o que é agregado, pelo jornalismo, ao conteúdo que o público conseguiria obter por meios próprios. Quer dizer, o que de relevante o jornalismo faz pela informação? A metodologia e seus passos são detalhados no Capítulo 6, contudo ressaltamos aqui os achados teóricos que direcionaram a elaboração da ficha analítica por eles desenvolvida e serve como embasamento para pensar e decodificar a qualidade no jornalismo político, pretendida pela pesquisa.

O método VAP começou a ser desenvolvido na década de 90, quando os pesquisadores perceberam a necessidade de avaliar a qualidade do jornalismo e teve sua última etapa em 2004. As pesquisas envolveram países como Argentina, México, Colômbia e Peru. Suas fichas analíticas foram aplicadas tanto aos meios impressos como aos audiovisuais. A metodologia, como apontam Pellegrini e Mujica (2006), expandiu-se pela América Latina sendo utilizada tanto como ferramenta de estudo quanto de ensino do jornalismo.

Nas pesquisas para se chegar à ficha do VAP foi realizada uma seleção de padrões do exercício do jornalismo, compartilhados tanto pela academia como pelas organizações profissionais e pelo público. Esses padrões também poderiam ocorrer em qualquer meio, independente da linha editorial, da missão ou dos objetivos do veículo de comunicação. A visão dos profissionais e do público foi obtida por meio de uma série de estudos com grupos focais, realizados durante o ano de 2003.

⁴⁴ Afirma-se que este é o método mais replicado pela aplicação em diversos estudos na América Latina e Europa; e de maior consolidação devido aos 20 anos de sua existência e de seu aperfeiçoamento.

Descobriu-se que ambos os grupos partilham a visão de que os três critérios centrais do “bom jornalismo” seriam o peso informativo/relevância, a clareza no estilo e a proximidade geográfica e emocional da informação. Contudo, houve diferenças na hierarquia desses valores. Para os jornalistas o mais importante no “bom jornalismo” foi o peso informativo/relevância, enquanto para os membros do público o item de maior importância foi a proximidade. Esses critérios coincidem com os obtidos pela pesquisa de Rogério Christofolletti (2010) quando questiona os profissionais sobre os elementos que compõem o bom jornalismo.

Os padrões jornalísticos não são exatamente os mesmos em todos os lugares do globo, contudo, há padrões mínimos compartilhados⁴⁵. Seus elementos de diferenciação estão basicamente na ênfase que dão a cada fato e no que refere às políticas nacionais de comunicação. Hanitzsch et. al (2019, p. 18) explicam que os jornalistas experienciam a profissão em caminhos diferentes, ainda que mantenham compromisso com algumas normas e práticas básicas e comuns.

Uma grande parte do VAP foi baseada na seleção de padrões, que ao recorrer aos diferentes estilos normativos, deram-se em qualquer veículo. Assim como no método VAP, não é a proposta dessa pesquisa estimular ou sugerir que haja, ou seja implementada, uma forma “intelectual” de se fazer jornalismo. Trata-se, como bem definem Pellegrini et. al (2011), da capacidade do meio e do jornalista de entregar e, sobretudo, de processar informação – selecionando e priorizando o que é notícia; as fontes envolvidas no fato, considerando sua variedade; e dando a cada um o espaço que lhe corresponde. Nada mais é do que a medição de critérios básicos, deixando de lado, num primeiro momento, os elementos éticos, culturais e pessoais, embora esses também integrem a qualidade do jornalismo.

Como observa Josenildo Guerra (2010), o método VAP, assim como outros métodos de análise da qualidade do jornalismo ainda em desenvolvimento, é uma ferramenta que reforça princípios e fundamentos tradicionalmente ligados às responsabilidades dos jornalistas nas sociedades democráticas. Considera-se não ser possível pensar esse trabalho sem adotar essa mesma perspectiva de que o jornalista possui responsabilidades e seu jornalismo é peça fundamental nas sociedades que se pretendem democráticas, tal como o Brasil.

⁴⁵ Ver: HANUSCH, Folker; HANITZSCH, Thomas . Comparing Journalistic Cultures Across Nations. *Journalism Studies*, 18:5, 525-535, 2017.

Por trabalhar com a concepção de qualidade a partir do produto veiculado, o VAP se diferencia da proposta de Guerra⁴⁶, por exemplo, que trata de analisar a qualidade com um viés de produção, olhando a partir de questões organizacionais e também das propostas que procuram defini-la a partir do pensamento acadêmico ou profissional. O método adota duas diretrizes, que não podem ser substituídas por outras maneiras de se obter informação: a *função notarial* e a *atribuição de sentido*. (PELLEGRINI; MUJICA, 2006).

A função notarial envolve a seleção de fatos e fontes existentes e confiáveis. Demonstra a capacidade do meio de certificar, com a prática profissional adequada, que um fato realmente ocorreu e, ao levá-lo ao conhecimento público, seria em razão de seu acesso ao que aconteceu “de verdade”. Este critério também se associa à credibilidade depositada pelo público no veículo e à comprovação temporal de sua seriedade no tratamento da informação. Nesse caso, quando se trata de um meio de grande reconhecimento, caso de três dos veículos que compõem o *corpus*⁴⁷ dessa pesquisa, pode se converter em fonte para demais meios. Os aspectos básicos da *função notarial* são a capacidade de acesso aos fatos por meio de fontes relevantes e a capacidade de seleção por meio da avaliação do peso informativo/relevância do fato noticiado.

A *atribuição de significado* reflete a escolha da pauta, a hierarquização e a relação entre conteúdos, pois a capacidade do meio em dar sentido ao universo de informações se materializa nessas etapas. O meio e o jornalista organizam e relacionam todos os elementos que circundam a informação e seu contexto, de modo a torná-los compreensíveis para um público geral e dar-lhes significado em relação aos movimentos sociais⁴⁸.

Dentro do contexto de valor agregado, Martins (2010) considera que a produção de informações adicionais ao fato permite que o leitor exerça melhor sua cidadania quando há contextualização, o que é possível “se para além dos valores-notícia que geraram a seleção e hierarquização do fato noticiado (principais critérios de noticiabilidade), a narrativa e a edição da matéria incorporar serviço”. Como

⁴⁶ Josenildo Guerra é pioneiro ao propor uma metodologia brasileira que permite a análise de qualidade editorial de jornais com a ferramenta Q-Avalia. O sistema permite que qualquer pesquisador o acesse e utilize para avaliar as publicações. O sistema de avaliação pode ser acessado em: < q-avalia.com.br >

⁴⁷ Trata-se dos jornais Folha de S. Paulo; O Globo e Estado de S. Paulo.

⁴⁸ Movimentos sociais tomados aqui como as várias relações estabelecidas entre as esferas sociais, não associado diretamente à movimentos organizados em função de algum tema específico.

serviço o autor identifica o fornecimento de informações, dados, utilidade pública e contexto (cultural, social, estatístico e histórico). Desse modo a notícia adquiriria um valor duplo quando são somados o “valor notícia” ao “valor-serviço”, portanto, um valor agregado. O que se destaca da agregação de valor é que ela não é privada, e sim coletiva. Isso, segundo Martins (2010, p.18), “gera uma nova compreensão do papel da notícia e do papel do jornalista na sociedade: a socialização da informação, por sua vez transmutada em saber”.

Confluindo na direção dos estudos do trabalho dos meios de comunicação exclusivamente a partir do produto, ou seja, da notícia, e ao mesmo tempo apontando os riscos da perspectiva, Romero-Rodríguez e Aguaded (2016, p. 5), tentando encontrar uma taxonomia para a qualidade no jornalismo, questionam: pode a qualidade da informação ser avaliada levando em consideração apenas o conteúdo de um meio?⁴⁹, ao passo que respondem: “Sem dúvida, o leitor tem acesso direto ao produto final, e a qualidade do conteúdo está associada à qualidade da informação” (2016, p. 5 – tradução livre⁵⁰). Contudo, os autores alertam que, ao escolher não levar em conta o processo de produção ou os aspectos de pré-informação, pode-se ter uma visão parcial de um processo que é complexo, afetado pelos interesses da mídia, por aspectos educacionais e sociais e pela condição de trabalho do profissional. Estes aspectos são tão importantes quanto a origem das informações e os tipos e a variedade das fontes, por exemplo.

Por ser uma forma de conhecimento, Gomes defende que o jornal como tal pode ser avaliado e afirma que “a notícia se refere aos fatos, ela não passa de um conjunto de asserções acerca de fatos, por conseguinte, deve poder ser julgada a partir da sua capacidade de dar a conhecer o fato, levá-lo ao conhecimento dos seus leitores/espectadores/ouvintes” (2009, p. 34). Desse modo, a escolha dessa pesquisa considera que a notícia acabada é a melhor forma de verificar a qualidade do jornalismo. Não porque os critérios e etapas anteriores não sejam importantes, mas porque eles em nada ou muito pouco interessam ao leitor. O juízo e a absorção da informação se darão a partir do produto acabado e dos critérios imediatamente identificáveis, posto que é o que está ao alcance do público.

⁴⁹ No original: “can the quality of information be evaluated by only taking into consideration the content of a medium”

⁵⁰ No original: “Undoubtedly, the reader has direct access to the final product, and the quality of the content is associated to the quality of information”.

3.3 Respostas em construção

As discussões teóricas demonstram que a qualidade jornalística, assim como o próprio jornalismo, é diretamente influenciada pelo contexto social e cultural da comunidade que circunda sua produção, devendo ser observada dentro do espaço-tempo no qual está inserida. Os valores consensuais dos jornalistas e da sociedade a respeito do jornalismo interferem no grau de qualidade atribuído aos conteúdos e conseqüentemente aos jornais. Assim como os contextos sociais e culturais, o espaço-tempo e os valores consensuais não são estáticos, embora sejam, em geral, duradouros. A qualidade no jornalismo é, portanto, um conceito em evolução, por isso pode modificar-se constantemente. Nesse primeiro momento considera-se que não é possível defini-lo, mas caracterizá-lo identificando mutações e destacando principais elementos presentes ou ausentes no contexto do jornalismo atual.

Se na década de 60 o jornalismo passa pelo modelo desenvolvimentista e assume características dos modelos jornalísticos ocidentais, socialistas e autoritários, é possível perceber a ação do contexto e do espaço temporal sobre o tipo e a qualidade do jornalismo praticado. Tais contextos também influenciam na percepção de pesquisadores, profissionais e até mesmo do público, aspectos que contribuem, para além das mudanças tecnopráticas, à transformação dos conceitos de qualidade, ainda que incipientes.

O jornalismo assume um viés contemporâneo de fórum com papel de informação. Entretanto, o poder que lhe era delegado nos anos 1960 se reduz, sendo visto também como um elemento parcial. Ainda assim, permanecem suas responsabilidades em relação ao desenvolvimento das sociedades nos aspectos econômicos, sociais e democráticos. E é também a influência dos contextos sociais e das experiências democráticas das sociedades que começam a afetar as concepções mais recentes sobre o que deve ser abarcado pelo jornalismo de qualidade. E os grupos sociais tornam-se também grupos de pressão sobre formas, temas e enquadramentos de conteúdo; além de serem fortalecidos movimentos de “auto-informação” com notícias produzidas por pessoas alheias ao compromisso jornalístico, muitas vezes com forte viés político ou de desinformação. Entre esses grupos estão ainda os profissionais e os acadêmicos, alternando entre interagir com as necessidades dos leitores e especificar as características do conteúdo.

Apesar dos conflitos teóricos, das indefinições e da influência cada vez mais presente de diferentes grupos sociais, a qualidade pode ser vista como uma questão profissional, conectada com valores que vão além da prática. Essas percepções permitem questionar – talvez, inclusive, indicar – se tais valores se associam a um certo caráter utópico do jornalismo: uma vez que circundam também o imaginário dos profissionais sobre o que é a profissão, poderiam tais parâmetros serem apenas elementos retóricos, ausentes do produto acabado (notícia)?

As pesquisas referenciadas não permitem chegar a essa resposta uma vez que não verificam, nos textos jornalísticos que chegam ao público, os parâmetros técnicos nem a conexão com os valores que elencam. Por isso, parte da bibliografia acadêmica ainda se centra no que normativamente deveria ser feito em detrimento de especificar como tem sido feito ou a forma de fazê-lo. A partir disso é preciso pensar em que medida os critérios de verificação da qualidade conseguem apontar para a melhoria da prática jornalística.

Os caminhos da prática se ligam diretamente às características fundantes do jornalismo, que envolvem as discussões sobre jornalismo e verdade, jornalismo e realidade e o que é notícia e por que se noticia. Essas discussões ganham espaço no próximo capítulo.

Capítulo 4 – É verdade, eu vi no jornal...

Neste capítulo tem-se como objetivo trazer discussões acerca da relação entre jornalismo, notícia e verdade. O capítulo está dividido em três partes. Na primeira são apresentadas conceituações teóricas acerca da relação entre jornalismo e verdade; na segunda passa-se aos aspectos de construção e reflexão da realidade segundo as principais teorias do jornalismo; para então na terceira parte se chegar ao questionamento sobre o que determina se um acontecimento é notícia ou não e por que passa a ser noticiado.

4.1 Jornalismo e verdade

Entre as definições populares e acadêmicas mais recorrentes associa-se o jornalismo à realidade. Há verdade na crença compartilhada por profissionais e ratificada pela credibilidade atribuída pelo público ao jornal. O principal produto do jornalismo é a não-ficção. Porém, é preciso compreender, como demonstra Traquina (2005), que na maioria das vezes o que aparece são fragmentos da realidade, acontecimentos que pedem o noticiamento e que muitas vezes pedem confirmação rigorosa e rápida.

Wilson Gomes afirma que a veracidade é uma norma sempre implícita nos atos de fala. Em miúdos “ninguém é obrigado a levar a sério algo que eu digo se não achar que eu estou convencido de que o que digo é verdade” (2009, p. 9). Explicita-se, portanto, uma relação entre realidade e veracidade. A questão central é que o jornalismo se propõe a ser uma prática que expõe a verdade. Há todo um discurso em torno do que é real, verídico e que, para além de ser, parece real. Como define Gomes: “somente o que pode dizer a verdade pode também mentir, e verdade e falsidade não têm a ver com todo o tipo de fala, mas somente com aquele tipo que pretende dizer alguma coisa sobre a realidade” (2009, p. 11). O jornalismo fala sobre a realidade, podendo, portanto, ser verdadeiro ou falso. Essa concepção se transfere para a deontologia do jornalismo, que o define como a atividade de fabricar e distribuir notícias. Assim, o jornalismo compromete-se, ante seu público, a usar todos os recursos cabíveis “para evitar o engano e o erro” (GOMES, 2009, p. 11). Garantindo a execução dos procedimentos de verificação e de certificação, a notícia estaria a salvo da má-fé e da distorção proposital. Entretanto, para além disso, Gomes aponta o compromisso do jornalista com a prevenção de erros produzidos pela “precipitação,

parcialidade, desatenção, desinformação, incultura, ignorância, inexperiência ou ingenuidade” (2009, p. 12). A notícia não pode, por isso, ser apenas veraz, deve ser verdadeira.

Nelson Traquina, logo na capa de seu livro Teorias do Jornalismo, propõe refletir sobre “Porque as notícias são como são”. A resposta requer uma ampla abordagem dos aspectos técnicos, dos procedimentos indicados e dos padrões já consensualizados na prática da profissão e principalmente na reflexão teórica sobre o jornalismo, alvo do livro em questão. Traquina (2005, p. 22) defende que “há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas, e que os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais”. Com isso questiona o fato de o jornalismo ser muitas vezes reduzido somente ao domínio técnico da linguagem e de seus formatos; e os jornalistas serem vistos como meros empregados, fabricantes de notícia.

Há ainda um questionamento sobre a separação das Teorias do Jornalismo das Teorias da Comunicação. Pena (2005) defende que a formação jornalística (que origina o objeto de estudo dessa pesquisa) necessita de recortes específicos, como os trazidos ao campo jornalístico por Traquina, Lage, Jorge Pedro Sousa, entre outros, e, por isso, a separação é pertinente. Para Pena a reflexão acadêmica é parte fundamental ao desenvolvimento do pensamento crítico, desde que associada à produção discente condizente com a realidade. Segundo o autor, o ideal seria unir experiência profissional e reflexão acadêmica.

Como atividade intelectual, o jornalismo ocupa na sociedade o papel de informar os cidadãos, exercendo uma espécie de “*checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo” (TRAQUINA, 2005, p. 23). A teoria democrática liberal aponta como imprescindível para a democracia a existência de um jornalismo livre, pois sem liberdade estaria restrito a uma farsa. Dessa relação simbólica entre jornalismo e democracia deriva ainda o chamado “Quarto Poder”, responsável pelo legado de “desconfiança, suspeita e medo em relação ao poder político” (TRAQUINA, 2005, p. 23). Constrói-se, então, a imagem do jornalismo como cão de guarda – visão reiterada pelo chamado jornalismo americano, por exemplo – defensor dos interesses do público. O discurso do interesse público ajuda o jornalismo a firmar sua legitimidade social:

Faz parte das tradições mais arraigadas do discurso liberal a afirmação de que a função democrática mais fundamental do jornalismo é a de agir como *watchdog* a vigiar o Estado, para revelar abusos contra o interesse público, cometidos nas esferas governamental e política e para fomentar o debate público sobre o funcionamento do governo (GOMES, 2009, p.70-71).

Essas e outras características implicadas na legitimação do jornalismo são abordadas pelas chamadas Teorias do Jornalismo, sobre as quais se discorre adiante. A proposta deste capítulo é, portanto, caminhar entre os aspectos teóricos da produção da notícia.

4.1.1 O jornalismo constrói ou reflete a realidade?

O contexto contemporâneo, considerando as novas mídias sociais, altera a relação transmissor-receptor dos tempos analógicos e potencializa aos leitores a interação, a correção, a negação ou a confrontação de informações fornecidas pela mídia tradicional – como são chamados, por exemplo, os jornais estudados nesta pesquisa. Essas mudanças alteram a perspectiva sobre o que é a realidade e o ângulo de compreensão de acontecimentos, especialmente os políticos. Não se pode desconsiderar o exemplo mais visível no período de elaboração desta tese e que alterou a relação dos brasileiros com a política: a disseminação massiva de notícias falsas no período eleitoral de 2018, com textos de grandes jornais adulterados, tornando o cenário mais complexo, pois há sofisticação na produção de factóides que vão além da mera reprodução automatizada por *bots - softwares* que simulam ações humanas. (ALMEIDA, 2018).

Além disso, tem-se o impacto das redes sociais de canal aberto e fechado. Machado e Konopacki (2019) pontuam que houve uma mudança de discurso das campanhas nos canais abertos (Facebook e Twitter) devido ao constrangimento público a que estavam suscetíveis, inclusive por parte da chamada mídia tradicional. Entretanto, canais fechados como o Whatsapp “passaram a ser instrumentos relevantes para a difusão de conteúdo político e eleitoral, sem a mesma capacidade de escrutínio público sobre o conteúdo trocado por seus usuários” (p. 7). A intensificação dessas plataformas para propagandas políticas, converteu-se em espaço de proliferação de notícias falsas, pois não existem ações ou medidas fiscalizatórias capazes de cessar tais iniciativas. Esse contexto tem potencial de

deturpar a compreensão dos fatos políticos nos grupos restritos, pois para ser rompido necessita de uma iniciativa interna. Além de serem espaços seguros para a afirmação de posicionamentos socialmente condenáveis estimulados por conteúdos falsos ou tendenciosos.

Assim, considerando que há um contexto fluido e que ainda está sendo explorado teoricamente em relação ao contexto político e de notícias falsas, a construção deste capítulo baseia-se na relação clássica entre o que dizem as teorias do jornalismo acerca da sua relação com a realidade.

Considerando as concepções apresentadas por Traquina (2005), parte-se de duas teorias: a teoria construcionista e a Teoria do Espelho. Aquela indica que o produto do jornalismo é uma construção social, que ajuda a construir a própria realidade. Em oposição, a Teoria do Espelho tenta emplacar o ideal do jornalismo como reflexo da realidade.

A Teoria do Espelho apresenta-se como a “transmissão expurgada da realidade, um espelho”. Como primeira teoria oferecida para explicar porque as notícias são como são, está intimamente relacionada à ideologia profissional dos jornalistas, e é a mais antiga a responder que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2005, p. 146). O aspecto central é o jornalista como comunicador desinteressado, que não é desviado por interesses pessoais, cuja missão é “*informar, procurar a verdade e contar o que aconteceu, doa a quem doer*” (grifo original – *idem*, p. 147). No século XIX e XX os processos de comercialização e profissionalização do jornalismo foram alterados pelos governos democráticos, que promoveram um discurso em torno do papel social dos meios de comunicação e da responsabilidade dos jornalistas. O paradigma da notícia como informação define o jornalista como observador que relata com honestidade e equilíbrio os acontecimentos, atento para não emitir opiniões pessoais. Teria sido, portanto, superado o paradigma do jornalismo como arma política e dos jornalistas como militantes partidários.

Essa percepção também traz a discussão surgida no século XX, nos Estados Unidos, sobre o conceito de objetividade. A especialidade de Relações Públicas e a eficácia da Propaganda ganharam força na Segunda Guerra Mundial e o jornalismo precisava, então, desconfiar dos fatos: “Com a ideologia de objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida”

(SCHUDSON, 1978, p. 122 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 148). A objetividade requeria, como disse Walter Lippmann (2008), o uso de métodos científicos e procedimentos profissionais como antídoto para a subjetividade. Nesse quesito, Pena (2005) ressalta o problema mais recorrente em relação à objetividade: sua definição em oposição à subjetividade. O seu surgimento – da objetividade –, de acordo com Pena, é para reconhecer a inevitabilidade da subjetividade e não para negá-la. Embora a realidade não possa ser colocada no jornalismo como se estivesse refletida no espelho, a objetividade continua sendo um fator determinante da notícia. Isso não reduz, entretanto, a ideia de evitar cultuar os fatos como expressão absoluta da realidade – nem a desconfiança e o método rigoroso de verificação que devem ser adotados em relação a tais fatos.

Bennett traz uma perspectiva europeia diferente e acredita que o jornalismo pode ser enviesado não porque o repórter não segue a objetividade, mas justamente porque os padrões o obrigam a tentar prevenir o viés. Assim, “a ideia central é que as práticas profissionais que incorporam normas de independência e objetividade do jornalismo também criam condições que sistematicamente favorecem a divulgação de perspectivas oficiais⁵¹” (BENNETT, 2012, p. 194-195). Desta forma, tem-se a percepção de que as notícias seguidoras desse padrão representam melhor a realidade. Porém, introduzem perspectivas políticas distorcidas nas notícias e acabam, os próprios jornalistas, legitimando-as como amplas e realistas.

Na perspectiva construcionista da notícia, porém, a Teoria do Espelho sofre rejeição, por diversas razões. O primeiro aspecto defendido é o de que seria impossível distinguir a realidade e os meios que a noticiam, porque as notícias ajudam a constituir a realidade. Em segundo lugar, a linguagem neutra é impossível e dessa forma não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos. Em terceiro lugar defende que os meios noticiosos estruturam a representação dos acontecimentos por diversos fatores, entre os quais os organizativos e a imprevisibilidade dos acontecimentos.

O paradigma das notícias como construção discorda radicalmente das perspectivas que defendem que as atitudes dos jornalistas são um fator determinante no processo de produção de notícias. Não defende, contudo, que as notícias sejam

⁵¹ No original: The central idea is that the professional practices embodying journalism norms of independence and objectivity also create conditions that systematically favor the reporting of officials perspectives.

ficcionais, mas sim convencionais. Considerá-las como narrativas não as destitui do caráter de correspondentes da realidade. Considerá-las como histórias ou “estórias”, como coloca Traquina, destaca a importância de compreendê-las também em sua dimensão cultural. Stuart Hall, por exemplo, é um dos autores a sublinhar a importância de trazer os acontecimentos para o horizonte do significativo, dar a conhecer o inesperado ou invulgar aos mapas de significado que já compõem o conhecimento cultural e o mundo social de cada um. É por meio da identificação social, da classificação e da contextualização que os meios tornam os fatos inteligíveis para o público.

Para a compreensão do jornalismo e sua qualidade atrelada ao noticiário político, consideram-se importantes também as discussões em torno das teorias da ação política e da teoria estruturalista. As teorias da ação política partem do interesse em compreender o papel da ideologia, estimulado por autores marxistas, e pela redescoberta das possibilidades da linguagem, manifesta em estudos semióticos e culturais, a partir dos anos 60. Tem-se que:

Na nova fase de investigação, a relação entre o jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática (TRAQUINA, 2005, p. 161).

Assim surgiram, nos anos 70, os chamados estudos da parcialidade. Explicitaram-se os conceitos de objetividade e parcialidade associados ao papel do jornalismo pela sociedade. Foi reforçada a ideia do jornalista como “servidor público” que busca a verdade e atua como cão-de-guarda. O novo caminho investigativo sugeria que as notícias deveriam refletir a realidade sem distorção, aceitando que seria plenamente possível tal tarefa. Ideologicamente, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, as teorias da ação política defendem que as notícias são distorções sistemáticas que servem a interesses de agentes específicos, que projetam suas visões de mundo ou da sociedade por meio delas.

O estruturalismo, por sua vez, aborda o papel da mídia na reprodução da ideologia dominante. A principal diferença em relação às teorias da ação política é que os estruturalistas consideram existir uma relativa autonomia dos jornalistas em relação ao controle econômico. O processo de produção da notícia, para os defensores dessa teoria, além de pressupor a natureza consensual da sociedade, coloca as notícias como reforçadoras desse padrão de consensualismo. Para tornar

um acontecimento inteligível são incorporados e refletidos os valores comuns, que formam a base dos conhecimentos culturais.

Na seara das afetações no fazer jornalístico, a teoria interacionista expõe também o viés do tempo. Os jornalistas vivem sob o desafio diário de elaborar um produto final, orientados pelas horas de fechamento. Logo, a notícia precisa sair, sem escusas. A definição de Traquina aponta que as notícias “são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (2005, p. 180).

Traquina apresenta ainda outras teorias situadas a seguir, que ajudam a compreender o contexto geral do objeto estudado. Uma delas é a Teoria da Ação Pessoal ou do *Gatekeeper*. Nela, o processo de produção da informação é concebido como um fluxo movido pelas escolhas do jornalista, que acaba por definir o que é ou não notícia. A conclusão de David White, após realizar sua pesquisa na década de 50, foi de que o processo de seleção de notícias era subjetivo e arbitrário, que se baseava nas experiências do profissional, sendo afetado ainda por suas atitudes e expectativas. A principal característica dessa teoria é a abordagem pela ótica do profissional ou mesmo uma microssociologia. Por isso não será abordada de forma mais detalhada nessa pesquisa.

Há ainda a teoria organizacional, cuja ênfase é o processo de socialização organizacional e como isso reflete na atuação e na cultura profissional. Defende que o trabalho jornalístico “é influenciado pelos meios de que a organização dispõe” (TRAQUINA, 2005, p. 158), além de apontar a relevância do fator econômico para a atividade jornalística. Por não fazer parte do corpo desta pesquisa a investigação sobre como a organização afeta o produto elaborado pelo jornalista, não será dada atenção às especificidades dessa teoria, demarcando-se somente o conhecimento de que tais fatores afetam a produção noticiosa, ainda que não estejam no foco do presente estudo.

4.2 O que é notícia e por que noticiar

Escolher o que é notícia ou o porquê de noticiar um fato está intrinsecamente relacionado com as discussões teóricas precedentes. Das reflexões derivam muitas das técnicas de verificação utilizadas na prática jornalística para garantir a representação da realidade, para fugir dos dilemas ideológicos e para preservar a

maior parte possível do acontecimento original. A definição básica é que todo o acontecimento novo é notícia. O dilema é definir o que merece estampar as páginas dos jornais. Para isso, os manuais apontam características que devem ser levadas em conta na definição do que será publicado e daquilo que é mais relevante entre tantas pautas diárias.

O clássico *Ideologia e Técnica da Notícia*, de Nilson Lage (1979), apresenta as formas de seleção e de organização das notícias. Antes disso frisa a importância de o jornalista cercar-se de todas as tecnologias que possibilitem ampliar o número de dados, tais como gravadores e câmeras fotográficas. Partindo para a construção do texto, Lage lembra que a tarefa primeira do jornalismo é selecionar e ordenar os dados, sendo para isso necessária uma consideração de *importância* ou *interesse*. Quando os textos são olhados de maneira empírica, devem ser considerados itens como: proximidade, atualidade, identificação, intensidade, ineditismo e oportunidade. Para Lage, dentro da empresa jornalística esses fatores “influem segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante; secundariamente, operam ainda gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou avaliações prévias quanto a efeitos, consequências ou desdobramentos de um fato noticiado” (1979, p. 67).

Os apontamentos de Lage dialogam diretamente com as observações de Traquina sobre os valores-notícia. “Ser ou não ser notícia?”, questiona (2005, b, p. 61). Traquina defende que ainda há uma visão simplista e minimalista dos jornalistas em relação aos valores-notícia. Simplista quando demasiadamente impactado pelo idealismo do jornalista como um espelho, refletor da realidade. Minimalista porque, segundo o autor, a ideologia dominante coloca o papel mediador do jornalista como reduzido. Disso derivaria a falta de reconhecimento do profissional em assumir a relevância social de seu trabalho.

Os valores-notícia são colocados por Traquina (2005b) como elementos de interação que constituem referências claras e disponíveis para conhecimentos práticos sobre a natureza e sobre os objetos das notícias – sendo capazes de auxiliar na rápida e complexa produção de notícias. Contudo, o autor não deixa de mencionar críticas realizadas por outros autores, como Stuart Hall, para quem a natureza dos valores-notícia é esquivada, além de ser uma das estruturas mais opacas do jornalismo por apresentar um padrão estável e previsível. Esta previsibilidade Traquina associa

à existência de critérios de noticiabilidade, que nada mais são do que os valores-notícia compartilhados pelos membros da “tribo jornalística”⁵².

“Como é que os acontecimentos se tornam notícia? é o questionamento que move o estudo de Galtung e Ruge, entre as décadas de 60 e 90. A tese dos autores é de que “quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, mais hipóteses existem para os acontecimentos serem registrados como notícia por esse mesmo meio noticioso” (apud TRAQUINA, 2005b, p. 70). Apontam como critérios necessários para um evento se tornar notícia: frequência, amplitude, clareza (ou falta de ambiguidade), relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.

Lia Seixas vê o ato de selecionar também como o de descartar e afirma que “no mundo da pós-verdade, das inovações, do algoritmo-gatekeeper, da fake news, o jornalista precisa deletar, omitir, retirar, deixar, destacar, nomear os objetos da realidade” (2018, p. 337). O ideal, aponta a autora, é que o jornalista pudesse mensurar o grau de noticiabilidade. Entretanto, para ela, Galtung e Ruge falharam em sua proposta de equação de fatores para medir o fenômeno social. Apoiada em Gutmann, Seixas (2018) aponta que a ênfase noticiosa está no interesse público e na objetividade, embora existam elementos que são objeto da realidade e não contemplam categorização por valores. Além disso, para Seixas, a observação tem se dado com foco em *quality papers*, o que pode afetar a noção de noticiabilidade, quando se considera que a cultura de cobertura 24 horas.

Para Mauro Wolf (1999), a noticiabilidade é o conjunto de elementos por meio dos quais o veículo informativo controla e gerencia a quantidade e o tipo de acontecimentos que resultarão em notícias. Ela é composta pelos valores-notícia. Eles ajudam a responder o que é suficientemente interessante para se tornar notícia. Antes do apontamento dos critérios, Traquina recorre a uma observação de Bourdieu, para quem os jornalistas operam a **seleção** e a **construção** daquilo que é selecionado. E é a distinção entre os valores de seleção e de construção que fica à margem das discussões promovidas por autores como Galtung e Ruge, por exemplo. Já Mauro

⁵² O conceito de tribo jornalística defende que os jornalistas são uma comunidade interpretativa transnacional, ou seja, uma tribo, que compartilha ideologias profissionais, valores e normas, além da cultura profissional marcada por representações, que contém, inclusive, elementos míticos.

Wolf foi o responsável por apontar a presença dos valores-notícia em todas as fases do processo de produção jornalística.

Os valores de seleção, de acordo com Wolf, seriam os utilizados pelos jornalistas na seleção dos acontecimentos que se tornarão notícias, porém isso não ocorre como uma listagem simples de valores, mas sim de forma complementar. Isto é, os valores funcionam conjuntamente, como um pacote: “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que <<recomendam>> a seleção de um fato” (WOLF, 1999, p. 195-196 – grifo do autor).

Ocorre que o propósito de tais valores, afirma Wolf, não é ser uma classificação abstrata, mas ajudar a consolidar procedimentos de checagem, como os citados por Gomes (2009) como essenciais para existência da verdade na informação. É uma tipificação que tem por objetivo “atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos” (WOLF, 1999, p. 197). Dividem-se ainda em dois subgrupos. O primeiro envolve os valores-notícia substantivos, referentes à avaliação direta do acontecimento em termos de importância ou de interesse como notícia. Porém, escolher uma notícia somente pela “importância” não confere justificativa. A importância detém pelo menos quatro variáveis: grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; e relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. O segundo subgrupo abarca os valores-notícia contextuais, que envolvem o contexto de produção da notícia e funcionam como guias para a apresentação do material, definindo o que deve ser ressaltado, omitido ou priorizado na construção de cada notícia. Eles se relacionam diretamente com fatores como as possibilidades técnicas e organizativas e os limites de cada empresa. O diferencial entre os apontamentos de Wolf e de Galtung e Ruge é que estes não realizam essa separação dos critérios, apresentando-os como integrantes de uma etapa única.

Traquina (2005) compartilha dessa subdivisão em dois grupos. Para o autor, os critérios substantivos de noticiabilidade envolvidos no processo de seleção são: notoriedade, proximidade, atualidade, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo. Já os contextuais dizem respeito a: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso. Para os valores de construção, o autor

considera os critérios que definem quais elementos serão colocados ou descartados na produção da notícia. Como critérios de construção são citados: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Em pesquisa de 2017, Seixas e Alves afirmam que as divisões de Wolf e Traquina constituem-se como as mais acatadas teoricamente. A primeira, mais conceitual e fundamentada; e a segunda, adotada pelos cursos jornalísticos no Brasil, mais didática. Ainda que existam tais diferenças, as autoras pontuam que “as forças do produto, do público e da concorrência são claras para quem analisa o campo jornalístico” (2017, p. 160).

E nesse cenário, apesar de representarem um padrão mais ou menos estabelecido, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia podem ser influenciados pela política editorial da empresa. Outro aspecto relevante diz respeito ao intenso relacionamento com as fontes, que pode acabar afetando a compreensão ou a definição dos valores-notícia e os critérios a serem adotados pelo jornalista.

Sobre as fontes, Wolf (1999, p. 222) afirma que são fator “determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*”. Porém, lembra o autor, ainda há um menosprezo do papel ativo da fonte, tomando o jornalista como protagonista. Há duas áreas que centralizam esses problemas: as fontes primárias e as agências de notícia. Como previu Wolf, há necessidade de se fazer uma distinção entre esses dois tipos de fonte, uma vez que as agências são empresas especializadas, que integram o sistema de informação e executam um trabalho de confecção; e as fontes primárias, por outro lado, “pertencem à instituição de que são a expressão e, na maior parte dos casos, não se dedicam exclusivamente à produção de informação” (*idem*, p. 223). Portanto, as agências encontram-se em um estágio avançado do processo produtivo.

Ainda sobre a seleção das notícias, Wolf aponta que “os modos, os processos e os hábitos que provocam essa regulamentação são já uma primeira forma importante de seleção” (1999, p. 241). De forma mais enfática, a seleção não pode ser descrita como uma mera escolha subjetiva do jornalista, mesmo que ele atue profissionalmente. É preciso compreender a complexidade do processo, que não é permanentemente associado à necessidade de escolher e transmitir notícias.

A seletividade pode ser percebida ainda pela ótica do agendamento promovido pela mídia por meio da seleção. A Teoria do Agendamento está situada no bojo dos estudos que defendem o poder de a mídia, a longo prazo, influenciar a

percepção natural que o público teria sobre determinado acontecimento. McCombs e Shaw popularizaram o conceito dentro das teorias da comunicação na publicação de 1972, em que denominam o efeito como *Agenda Setting*. O texto fundante dos autores demonstra que a agenda midiática influencia nas agendas pública e política. Porém, os papéis não são estanques e a agenda pública pode influenciar a agenda política e até mesmo a midiática. As três, portanto, moldam-se “pela experiência pessoal que as pessoas têm da realidade e pelos acontecimentos que ocorrem no mundo” (SOUSA, 2008, p.10).

Hohlfeldt (1997) também aborda o duplo fluxo de informação. Ele defende que as agendas pessoais são formadas a partir de influências não somente da mídia, uma vez que a maior parte das informações não vai diretamente da mídia para o receptor, mas também passam pelo crivo dos líderes de opinião, com os quais são estabelecidas relações emocionais complexas e variadas. Por meio dessa lógica, Hohlfeldt explica a correlação entre as agendas midiática e do público – afirmando que, desse modo, a agenda do receptor pode por vezes acabar influenciando a agenda midiática. Um quesito fundamental nessa relação entre as agendas é o tempo. Por meio dele é que se evidencia ou se comprova a forma como se dá o fenômeno do agendamento e também se torna possível compreender os temas agendados. Obviamente o grau de interesse do público nos temas também é determinante, pois supõe-se que há maior busca por assuntos de interesse particular ou de total desconhecimento, que cause curiosidade.

Lang e Lang (1983) propuseram o termo *agenda building* (construção da agenda) para descrever a influência recíproca entre as três esferas. A partir dessa perspectiva, a *Agenda Setting* alcançaria outro patamar contextual, ao qual não pertenceria sozinha. Em 2008, McCombs concedeu uma entrevista à Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisadores da Comunicação - Intercom. Na ocasião, falou sobre diversos aspectos da *Agenda Setting* e ressaltou a necessidade de se olhar para “de onde a agenda da mídia vem” e que “há diversas influências que formam essa agenda midiática” (2008, p. 211). Para demonstrar didaticamente as camadas de influência, McCombs adere à metáfora da cebola e suas camadas. Para ele, três camadas merecem destaque.

Em primeiro lugar vem a camada externa, aquela mais visível. Nela encontram-se as fontes de notícia, responsáveis por abastecer a mídia com informação. Entre essas fontes incluem-se as agências governamentais, as assessorias

de imprensa e os entrevistados em geral. Sua importância é inegável, pois repassam as diversas informações que compõem as notícias. Na segunda camada estão as próprias notícias veiculadas nas diversas mídias. Está presente o diálogo comum entre os jornalistas dos vários meios e é denominada por ele como agendamento entre meios de comunicação. Entre os exemplos recorrentes no Brasil, encontram-se as pesquisas realizadas por institutos como o Datafolha, do jornal Folha de S. Paulo, que repercute nele e acaba sendo noticiado nos demais veículos pela relevância ou ineditismo dos dados. A influência de um veículo em outros denomina-se, portanto, agendamento intermediário. A terceira camada expõe a *Agenda Setting* e seus efeitos e atributos sobre o público, especialmente sobre a formação de opinião. Efeitos e atributos são apontados como interseções cada vez mais constantes. O exemplo citado por McCombs se refere a pessoas que usam, mesmo sem deixar explícito o motivo, a opinião de outrem, por ser igual a sua, para justificar um argumento. Considerando que elementos importantes na mídia se tornam salientes entre as opiniões do público, é preciso começar pela atenção para se refletir sobre os efeitos de forma sequencial. McCombs diz que os elementos “podem ser objetos, assuntos públicos, candidatos políticos. Esses elementos também podem ser atributos, atributos desses objetos, e o efeito combinado disso influencia comportamentos, atitudes” (2008, p. 212).

O contra-agendamento seria pautado, dentro desse contexto, pela dificuldade de relacionamento entre público e mídia, pois a acessibilidade aos tópicos do dia nem sempre é garantida ao leitor. Logo, o público deposita sua confiança na agenda da mídia para definir o que é relevante ou não. É nesse momento que a relação ética do jornalismo com a informação se torna ainda mais necessária. McCombs faz questionamentos primordiais para se analisar essa relação: “que tópico colocamos nessa agenda, porque há um espaço limitado na agenda, não apenas o tópico que colocamos nela, mas quais aspectos em torno do tópico, que atributos daquele tópico também estão inseridos na agenda” (2008, p. 217).

Propondo transmutar o público da categoria “massa de manobra” para a de sujeito que pode produzir sentidos midiáticos, Silva (2010, p. 85) pondera que “a sociedade também tem sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, diariamente, e sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia”. Assim, o contra-agendamento seria possível também pela mobilização social, pela defesa de temas e pelos

enfrentamentos de problemas, podendo se dar de maneira coletiva ou não. A forma de se obter esse espaço na mídia seria marcado, de acordo com Silva, por sete momentos: a seleção do tema; a elaboração de produtos midiáticos a serem oferecidos aos meios (releases, imagens, entrevistados); planejamento e ações de *advocacy* e estabelecimento de relações de troca entre organizações e de redações (fontes); tentativa de influenciar as instâncias decisivas sobre o que é notícia e deve ser publicado; monitoramento e análise do material veiculado; replanejamento de ações para otimizar a inserção de pautas; aproveitamento cuidadoso dos espaços conquistados com vistas à mobilização; e sensibilização social (SILVA, 2010).

Herman e Chomsky (1988), por outro lado, afirmam que prevalece um modelo de propaganda na construção da notícia. O jornalismo reproduz discursos oficiais e, assim, exime-se do seu papel de investigador independente e fiscalizador dos demais poderes, pelo qual é chamado de Quarto Poder. Em sua análise, os autores descrevem os meios de comunicação como um sistema de propaganda descentralizado e não conspiratório, mas muito poderoso. Tal sistema é capaz de criar consenso entre a elite social e os assuntos de interesse público, estruturando o debate em torno de uma aparência de consentimento democrático, mas atendendo aos interesses dessa mesma elite. Em outra perspectiva, Stuart Hall acredita que os *mass media* reproduziriam os discursos dominantes por meio dos quais se dá significado à realidade, perpetuando-se as ideias dominantes pela linguagem e pelos sistemas simbólicos, além de estruturar os acontecimentos selecionados mediante esquemas ideológicos (HALL, 1977, *apud* SOUSA, 1999, p.35).

No processo de agendamento e contra-agendamento, os critérios de noticiabilidade também desempenham papel relevante. De acordo com Wolf (1987, p.173), a noticiabilidade pode ser definida como o “[...] conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias”. Para Sousa (1999), uma série de fatores devem ser levados em consideração para analisar o que torna um acontecimento “noticiável”. Ele elenca os seguintes: a ação pessoal, a ação social, a ação ideológica e a ação cultural. Desse modo, os critérios citados que tornam um acontecimento noticiável são, primeiramente, de índole social, ideológica e cultural. Nesse contexto não se pode excluir a ação pessoal, como a dos editores, que acabam atuando na definição do que é notícia e efetivamente será veiculado. O fato de haver

múltiplas forças atuantes sobre o fenômeno “notícia” diminui a possibilidade de se ter critérios rígidos e válidos igualmente em todos os lugares. Assim,

[...] são, frequentemente, de natureza esquiva, opaca e, por vezes, contraditória, e funcionam conjunta e inter-relacionadamente em todo o processo de fabricação/construção das notícias, dependendo da forma de operar da organização noticiosa, da sua hierarquia interna e da maneira como ela confere ordem ao caos. Além disso, os critérios de valor-notícia mudam ao longo do tempo (assuntos que há algum tempo não seriam notícia são-no hoje) e têm diversas naturezas, apesar de revelarem uma certa homogeneidade no seio da cultura profissional jornalística transnacional (SOUSA, 1999, p. 40).

Desse modo, a noticiabilidade, a seleção e a hierarquização dos acontecimentos passam pelos seguintes critérios: (a) as influências pessoais; (b) um pendor social, sobretudo organizacional; (c) um pendor ideológico; e (d) um pendor cultural (SOUSA, 1999).

As ponderações sobre valores e critérios também ajudam a compreender o que é notícia. Os membros da tribo jornalística, porém, não respondem de forma científica, explica Traquina (2005). Suas reações são mais instintivas e aparecem de uma forma lógica que nem sempre pode ser explicitada. Nesse caso, não há regras que determinem quais critérios têm prioridade, ainda que os critérios de noticiabilidade existam e perdurem a alguns séculos.

A frase popular “é verdade, eu vi no jornal”, aludida no título desse capítulo, rememora o jornalismo embasado em fatos, do século XX, e relembra que existem hoje mudanças e, inclusive, ameaças que permitem achar a verdade ou uma versão dela em outros espaços que não o jornalístico. A verdade não é mais uma exclusividade de jornais há muito estabelecidos. Entretanto, ainda há elementos normativos clássicos que ajudam o jornalismo a se firmar como um espaço de informações verdadeiras e relevantes, como mostra o Capítulo 5, a seguir.

Capítulo 5 – Três aspectos normativos do jornalismo

O jornalismo já possui uma estrutura textual reconhecida. Seus gêneros e formatos são facilmente identificáveis e atualmente inclusive reproduzidos, por exemplo, por sites que se assumem como noticiosos, mas difundem somente notícias falsas ou extremamente tendenciosas e recortadas, denominadas popularmente como *fake news* – notícias falsas na expressão em inglês.

O contexto das notícias falsas integra a “eterna crise” vivenciada pelo jornalismo, que para Batista e Patrício “está assentada no nível de confiança demonstrada pelos consumidores nas informações veiculadas a partir da produção jornalística” (2019, p. 1-2). Os dados da Latinobarômetro⁵³ indicam que a credibilidade da imprensa ante a opinião pública tem decaído. Em 2016 apenas ¼ dos entrevistados acreditava que os jornalistas eram independentes e os meios brasileiros ficaram abaixo da média dos estudos naquele ano.

Na brecha da crise de identidade, de negócio e de confiança, o fenômeno das notícias falsas sobre política, agora recorrente, espalha-se e ganha credibilidade também porque, entre outros elementos, imita o jornalismo “de verdade”. Ou seja, a linguagem é passível de ser desvendada, imitada e realizada. A questão central constitui-se em descobrir: como utilizar a linguagem jornalística a favor do jornalismo *de e com* qualidade?

Inicialmente as notícias falsas requerem que haja uma reconfiguração do campo jornalístico, como sugerem Fernandes, Oliveira e Gomes (2019), pois com a ascensão das novas mídias o jornalismo perdeu espaço como campo simbólico para estes outros meios informativos ou comunicacionais. Alguns passos dados pelo jornalismo vão ao encontro dessa reconfiguração, a exemplo das agências de checagem que desmentem boatos ou falsas notícias. Vale lembrar que esse processo se insere ainda no cenário também de reconfiguração do campo político. Para os autores, o fenômeno se relaciona ainda com a percepção social sobre a democracia e a participação na esfera pública; e envolve a tentativa da mídia em retomar seu papel ameaçado dentro do jogo político. Assim, embora possam parecer uma ação

⁵³ Ver: <<http://www.latinobarometro.org/latNewsShowMore.jsp?evYEAR=2016&evMONTH=9>>. Acesso em jun. 2019.

espontânea e horizontal “as fake news também constroem narrativas que sustentam interesses de atores que não revelam nitidamente sua identidade e colocam em risco a busca pelo diálogo democrático” (FERNANDES; OLIVEIRA; GOMES; 2019, p. 21).

O texto jornalístico é um dos mais lidos e de maior alcance em diversos setores da sociedade. Além de fonte de informação, também é utilizado com fins educacionais ou como dados coletados para pesquisas de diversas áreas, conforme aponta Tavares (1997), e como exemplifica esta pesquisa. A constituição do texto contém características próprias; por isso, em termos de linguagem, três elementos são centrais para que o jornalismo se diferencie. Portanto, a proposta desse capítulo são pautar esses elementos, a citar: o uso de fontes, verídicas e confiáveis, que passaram por um processo de apuração; a estruturação baseada no *lead*, já reconhecido como um elemento jornalístico, mas que vive o dilema entre o engessamento e a transgressão; e a linguagem, responsável pelos efeitos e formas de cada história contada, seja por meio das escolhas de palavras ou do estilo narrativo. Estes aspectos são detalhados nos tópicos a seguir.

5.1 Uso de fontes e o jornalismo político

“Para produzir trabalhos de qualidade e jornalisticamente relevantes é essencial saber como e que fontes localizar, escolhendo-as criteriosamente em função do trabalho que se tem para realizar” (GRADIM, 2000, p. 105). Processos de *impeachment*, como o tratado neste trabalho, envolvem normalmente – ou deveriam envolver – para além dos três poderes, entidades organizadas da sociedade civil e o público de forma geral, como preconizam os preceitos democráticos de participação popular e a autodeterminação dos meios como defensores dos interesses do público. Grande parte do debate público, nas suas diversas esferas, ocorre a partir da mídia e também acaba alimentando-a. Essa alimentação mútua, contudo, nem sempre ocorre de forma equilibrada, uma vez que a mídia detém maior poder quando comparada ao cidadão comum ou suas formas de organização social. O acesso dos jornalistas a fontes, a dados e/ou a documentos coloca o jornalismo numa posição privilegiada. Decorre daí a possibilidade de se afirmar que seu papel deve ser fornecer informações verídicas e substanciais, capazes de fundamentar os debates da esfera pública para então retomar o ciclo retroalimentar mídia-público.

Não são centrais a esta pesquisa as diversas influências que as redes tecnológicas de comunicação propiciam e as novas afetações nas relações com as fontes, embora tenha-se em mente que tais influências estão indiretamente presentes nos conteúdos analisados. Privilegia-se a análise do jornalismo impresso, sendo considerada a fonte e sua contribuição ao texto sem um olhar específico sobre como essas novas relações profissionais possam interferir. Isto porque, independente da tecnologia de apuração ou publicação, o rigor de apuração em relação às fontes e a preservação da qualidade da informação divulgada devem, em tese, ser mantidos.

Tomando o processo de impedimento presidencial como um grande evento, ele poderia ser alçado à mesma categoria de, por exemplo, uma catástrofe, respeitadas as peculiaridades. Nesse contexto, Amaral (2016, p.1) define bem a posição do jornalismo em relação ao fato: “o discurso jornalístico sobre uma catástrofe ambiciona o inenarrável. Cabe a ele organizar o caos e dar sentidos ao acontecimento”.

A vivacidade do jornalismo está em dar sentido aos acontecimentos a partir de sua intensa relação com as fontes. São as fontes as responsáveis por dar ao fato veracidade, comprovação, “fé pública”. Nesse meandro, elas servem ainda de escudo para os jornalistas que, não raro, eximem-se de responsabilidade e de críticas, alegando terem apenas relatado o acontecimento de acordo com as fontes.

Um dos principais problemas, se não o principal, na relação das fontes com o jornalismo é que elas têm assumido cada vez mais papéis protagonistas, de modo geral. Ao jornalismo político, ousa-se dizer, a relação com a fonte é crucial à sua própria existência. Secundariamente, muitas vezes acaba retratando a ausência do jornalista no texto jornalístico, que se configura em recortes de falas, não refletidos em relação ao contexto histórico-social dos acontecimentos.

O protagonismo das fontes vem sendo debatido por pesquisadores como Jorge Pedro Sousa (2002), defensor de que tais estudos têm constituído aspectos centrais para as pesquisas em jornalismo. A razão para isso, segundo ele, reside na

[...] constatação de que se o jornalismo fornece informações e ideias ao espaço público, e se essas informações e ideias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas, então importa esclarecer qual é a proveniência dessas informações e ideias, qual o processamento e enquadramento a que são sujeitas antes de chegarem ao espaço público, quais as forças que bloqueiam algumas delas ou aceleram a difusão e aumentam o impacto de outras (SOUSA, 2002, p. 2)

As relações entre fontes e jornalistas e os diversos tipos de fonte são ainda mais complexificadas no jornalismo político – e compreender como elas repercutem na sociedade não é tarefa simples. No vasto campo de estudo das fontes, Aldo Schmitz (2011, p. 9) faz uma relação dos tipos de fontes, dividindo-as em duas grandes categorias e diferenciando-as entre “fontes de informação” e “fontes de notícia”. As primeiras se caracterizariam por estarem disponíveis a alguém; já as segundas necessitariam de um meio de transmissão e de mediação para circularem seus conhecimentos ou saberes (fontes pessoais). Para o autor, é a fonte de notícia que se configura como a matriz do jornalismo, pois confirma o que será levado ao conhecimento público.

A relação entre o jornalismo e as fontes também precisa ser compreendida sob a ótica da transparência e dos conceitos sobre verdade e veracidade. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 126) defendem que “se os jornalistas procuram a verdade, se entendem também que devem ser honestos e verazes com seu público – que apresentem a verdade”. Contudo, “a única maneira prática de dizer ao público o quanto sabemos é revelar o máximo possível sobre nossas fontes e métodos” (2003, p. 126). Essa é a regra da transparência. O papel da transparência no jornalismo reflete também o respeito do jornalista por seu público. Demonstrar como a informação foi obtida e “os motivos e preconceitos do jornalista que a transmite” (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 127) permite ao público julgar a validade dessa informação e protege o jornalista em caso de engano ou erro da fonte. Além disso, a transparência demonstra que “o jornalista tem um motivo ou interesse público” (*idem*). Por exemplo, sobre o campo das matérias jornalísticas, os autores questionam: “se um texto indica ‘especialistas dizem’, quantos são esses especialistas com quem o repórter conversou?”. A chave da regra da transparência perpassa pelo constante autoquestionamento do repórter sobre o que o leitor precisa saber para avaliar a informação por conta própria e o que, em sua matéria, exige explicação. Porém, essa realidade não é a mais evidente. Ao contrário, Kovach e Rosenstiel (2003) apontam que a falha dos jornalistas tem sido justamente silenciar sobre métodos, motivos e fontes.

O cenário moderno também interfere na relação do jornalista com a fonte. Eventos como o surgimento da assessoria de imprensa, atuante como mediadora entre as informações que o jornalista desconhece e não presencia, é um dos exemplos

levantados por Schmitz (2011, p. 9), embora para o autor “a maioria das informações jornalísticas advenham de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia”. Em sua definição, as

fontes de notícias são pessoas interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 19)

Considerando essas características das fontes, explicita-se a necessidade de uma ação ativa do jornalista em relação a elas como forma de antever, diagnosticar e verificar os interesses e a parcela de contribuição efetiva que darão à notícia. Schmitz desenvolve uma matriz que conta com fontes primárias e secundárias. A primária forneceria a “essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados ‘em primeira mão’, que podem ser confrontados com depoimentos de fontes secundárias”. As fontes secundárias seriam responsáveis pela contextualização, interpretação, análise, comentário ou complemento da matéria jornalística, produzida a partir da fonte primária (2011, p. 23).

Para além das subdivisões entre “fontes de informação” *versus* “fonte de notícias” e “fontes primárias” *versus* “fontes secundárias”, Schmitz propõe uma classificação das fontes em oito categorias.

A primeira delas é a *oficial*, consultada em função da ocupação de cargo ou função pública em órgãos de poder constituído do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Inclui ainda organizações da Administração Pública indireta, como companhias públicas, cartórios, entre outras. Quando consultadas fontes desta categoria, deve-se ter em mente que elas podem apresentar realidade distorcida para preservar os interesses de seu grupo ou apenas os seus.

A segunda categoria trata da fonte empresarial, aquela que representa corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Pellegrini et. al. (2011, p. 45) consideram essas fontes como “oficiais privadas”, sendo “aquelas pessoas que informam em virtude do cargo que exercem no setor

privado ou na sociedade civil – tradução livre⁵⁴”. Schmitz afirma que a relação dessas fontes com a mídia visa a preservar sua imagem e reputação, sendo também quem exerce poder econômico sobre os jornais, podendo gerar publicidade que, por vezes, confunde-se com notícia.

Fonte *institucional* é a representante de organização sem fins lucrativos ou grupo social. Nesse caso precisam ser consideradas as crenças da fonte na causa que defende, atentando para as informações fornecidas. Contudo, essa fonte é considerada espontânea e desvinculada de qualquer interesse próprio – o que, acredita-se, não a desvincula de interesses da instituição que representa.

Como *popular* temos, em geral, pessoas comuns, que não falam por uma organização ou grupo social. Na metodologia adotada nesse estudo, tais fontes configuram-se como “testemunhais” (PELLEGRINI, et. al. 2006). Na condição de testemunha, por não defender causa própria, aparece como vítima ou cidadão reivindicador.

Notável é a fonte com fama ou talento, entre as quais artistas, escritores, entre outros, que falam de si ou seu ofício. Estas também podem atuar como “fontes especializadas” ou “*experts*” devido ao longo tempo desempenhando funções ou atuando em determinado ramo.

A fonte *testemunhal* serve como justificativa para a imprensa ao representar algo visto e ouvido por um partícipe ou observador. O papel de “portadora da verdade” é atribuído a fontes nessa condição. O relato dessa fonte “se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (LAGE, 2001, p. 67 *apud* SCHMITZ, 2011, p. 26).

São consideradas *especializadas* pessoas de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organizações que detenham conhecimento notório. Comumente está associada à profissão ou especialidade na área de atuação. São consultadas também pela capacidade de analisar cenários e possíveis ações ou acontecimentos. Pela metodologia VAP são “pessoas que opinam em virtude de seus conhecimentos sobre determinado tema” (PELLEGRINI et. al, 2011, p. 45 – tradução livre⁵⁵).

⁵⁴ No original: aquellas personas que informan en virtud del cargo que ejercen en el sector privado o la sociedad civil.

⁵⁵ No original: personas que opinan en virtud de sus conocimientos sobre un tema.

A última categoria abrange as fontes de *referência*. Elas envolvem bibliografias, documentos ou mídias consultadas pelo jornalista. Servem como base das afirmações e dos conteúdos jornalísticos, auxiliando a preencher a narrativa e a conectar os acontecimentos às suas causas. Entre os exemplos há os dossiês, que quando confiáveis podem se constituir como provas, e ainda outros jornais e revistas, usados como fonte de consulta.

Não constam nessa categorização de Schmitz (2011) fontes ocultas e indefinidas. Estas também são essenciais para compreender o jornalismo político. Na metodologia VAP, Pelegrini et. al. (2006, p. 45) classificam as fontes não identificadas como fontes de linha editorial, sendo “pessoas cujo nome não é divulgado – tradução livre⁵⁶”. Esse modelo de relacionamento com a fonte é comum no Brasil. Uma das jornalistas políticas da Folha de S. Paulo, jornal em análise nessa pesquisa, faz uma definição. Para Eliane Cantanhêde, “o *off* é como a democracia e o próprio casamento: cheio de riscos, mas ainda não inventaram nada melhor. É por meio do *off* que nós, os jornalistas daqui e de alhures, descobrimos nossos melhores furos, nossas melhores dicas, nossos melhores documentos” (2006, p. 185).

Contudo, sempre que se ouve uma fonte em *off* no mundo dos políticos deve-se considerar a estreita relação com o boato. Por exemplo, as denúncias contra partidos adversários não precisam de provas para existirem, basta que algum veículo as publique como “uma fonte disse que...”. De outro lado, ilustra Cantanhêde, “um político do PT passar uma informação em *off* contra um do PSDB, e vice-versa, é sinal amarelo na certa. E só não é sinal vermelho porque, na prática, eles podem efetivamente ter os dados corretos” (CANTANHÊDE, 2006, p. 187). Cabe ao jornalista a checagem de tais dados e a definição sobre a publicação de dados não apurados.

No contexto atual de informação, as fontes buscam os jornais e muitas delas configuram-se como “poderosas”, provocando um nível de dependência entre a mídia e os interesses externos de personagens poderosos da sociedade. O perigo dessa relação, como aponta McQuail (2012, p. 139), é que pode causar “uma redução da liberdade”. O autor aponta que há uma excessiva certificação dos fatos por autoridades, relacionada a uma parcialidade dada ao poder institucional, reflexão que faz a partir de Tucumán (1978) e Fishman (1980). Revela ainda que estudos sobre a

⁵⁶ No original: personas cuyo nombre no se da a conocer.

classificação das fontes e suas atribuições, entre outros fatores, indicam que “as notícias são um fluxo ‘de cima para baixo’ na sociedade, com a mídia divulgando para o público em geral o que os oficiais, porta-vozes ou líderes ‘responsáveis’ das instituições decidem dizer” (MCQUAIL, 2012, p. 139).

Pinto discorre sobre a fonte no atual contexto de informação midiaticizada e considera que a sofisticação pela qual passam pode levar a uma mitificação da relação dos jornalistas com elas e a relação delas com os jornalistas. Para ele, “as fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados” (PINTO, 2000, p. 277). Ou seja, tanto as fontes que procuram jornalistas ou as por eles procuradas são entidades interessadas, que se encontram implicadas e atuam a partir de estratégias pré-determinadas.

Contudo, há diversos níveis de interação que podem existir entre fontes e jornalistas. As características pessoais do repórter, como sexo, idade, status profissional e local de trabalho, por exemplo, são capazes de desempenhar papel relevante nessa relação. Nesse mesmo sentido, há ainda a necessidade de considerar papel das próprias condições de trabalho e os interesses e pressões dos grupos de mídia ao qual está relacionado – fatores que podem limitar ou potencializar o posicionamento dos profissionais frente às fontes. Some-se também: “formação cultural, técnica e ética do jornalista” (PINTO, 2000, p. 285), sua experiência e posição na empresa e na carreira e a vigilância dos pares e do público em relação às normas deontológicas. Todos são elementos que pesam “na qualidade do trabalho jornalístico e, desde logo, na qualidade da informação disponibilizada ao público” (*idem*). Silvia Moretzsohn (2007) afirma que, no caso das entrevistas factuais, a interação com a fonte tem sido substituída por uma atitude utilitária de se obter informação em menor tempo, simplificando questões complexas sob o pretexto de “explicá-las” ou “esclarecê-las”. Desse modo, reproduzem-se estereótipos e fecha-se o espaço para a dúvida. As perguntas sobressalentes são reduzidas apenas ao papel de garantidoras de manchete, adequadas à rotina.

Matt Carlson (2011) aponta que o estudo das relações entre jornalistas e fontes tem direcionado pouco foco para o uso de fontes anônimas, casos em que o jornalista promete anonimato em troca de informação. Para Carlson as fontes anônimas e sua utilização no jornalismo ainda são complexas e “há casos em que seu uso deveria ser aplaudido e casos em que deveria ser desprezado” (2011, p. 40 –

tradução livre⁵⁷). O problema das fontes não identificadas é percebido pelo autor como um viés relevante para compreender as mudanças econômicas, tecnológicas e culturais pelas quais passa o jornalismo no século XXI. Com um cenário sintetizado pela relação anônima, resta para a audiência apenas vislumbrar a relação entre jornalistas e fontes sem nome, com a única opção de confiar no que está sendo oferecido (CARLSON, 2011).

Os reflexos do anonimato aparecem também em relação à credibilidade da imprensa tradicional, em decadência, e que sofre com as críticas persistentes e mais facilmente realizadas por meio das tecnologias de comunicação virtual. Para Carlson, a mudança de comportamento em relação à presença massiva de fontes anônimas relaciona-se ainda com o componente da transparência, sendo insustentável hoje para as instituições – isso inclui o jornalismo – basearem-se apenas em ações ocultas. Assim, as práticas ocultas do jornalismo não são desejáveis uma vez que para a maior parte do público é impossível saber quem está falando, porque sua identidade é ocultada e o que não está sendo dito. Por outro lado, se as fontes anônimas forem banidas do jornalismo, pode se perder uma ferramenta importante para desvendar histórias e responsabilizar os poderes.

5.2 O lead

O chamado jornalismo moderno, iniciado no século XIX, trouxe consigo o *lead* como um elemento que se perpetuaria no fazer jornalístico. O contexto da era industrial trazia ao jornalismo o elemento da comercialização. Vender espaços nos jornais significava cortar espaço das notícias e adaptar o texto para que nada do essencial para a compreensão fosse perdido. Historicamente, o lead tem seu surgimento associado ao jornalismo inglês ou norte-americano. Karam (2007, p. 1) defende que devemos considerar a inspiração para a articulação da linguagem jornalística como advinda também “da tradição greco-romana em relação ao uso das palavras e ao discurso claro e convincente”. Apresentavam-se, já naquela época, os elementos que permeiam o *lead*. Muito embasadas na retórica, as regras dos discursos incluíam expor os fatos, demonstrá-los e concluir. Perpetuava-se também que os

⁵⁷ No original: There are times when their use should be applauded and times when it should be scorned.

discursos prescindiam de três qualidades: brevidade, clareza e verossimilhança. Porém,

para que a exposição fosse completa exigia-se, no entanto, alguns elementos essenciais. Cícero, em *De Inventione*, relacionou os aspectos essenciais para que o texto se tornasse completo. Para o famoso orador romano, era preciso responder as perguntas quem? (quis / persona) o quê (quid / factum) onde? (ubi / locus) como? (quemadmodum / modus) quando?(quando / tempus) com que meios ou instrumentos (quibus adminiculis / facultas) e por quê (cur / causa) (KARAM, 2007, p. 1).

Vê-se todas as perguntas do *lead* contempladas pela proposição de Cícero. Logo, não se pode ignorar a semelhança entre os modelos textuais propostos, motivo pelo qual referencia-se essa discussão. Entretanto, também não se pode deixar de lado a relevância dos jornalismo inglês e norte-americano no processo de institucionalização de um padrão jornalístico. Desse modo, considerando a pontuação de Karam (2007), resgata-se brevemente a história do *lead* no jornalismo moderno ou industrial, tomado nessa pesquisa como um dos responsáveis por massificar o formato do texto jornalístico. Começa-se recordando que, para além de ser um elemento do ritual estratégico da objetividade, trabalhado por Tuchman (1993), a pirâmide invertida também é fruto dos interesses, ainda do século XIX, de comercialização das informações. Sua estrutura, que acabou por se configurar no *lead*, mudou a organização das informações, facilitando o corte do texto para as alocações de propaganda publicitária nos jornais impressos, sem prejudicar o que se consideraria principal sobre o fato.

De acordo com Felipe Pena, o *lead* chegou ao Brasil por meio do jornalista Pompeu de Souza quando já era um conceito amplamente difundido nos Estados Unidos, no início do século XX. Até esse período, afirma Pena (2005, p. 41), os jornais brasileiros ainda “eram essencialmente opinativos”, sendo que as reportagens não escondiam a posição do jornalista ou da empresa sobre os diferentes temas. Foi então que o novo conceito trouxe a promessa de “revolucionar as redações e trazer objetividade ao jornalismo” (*idem*). Essa revolução se dá porque, de forma resumida, o *lead* é a sintetização de um relato, permitindo ao leitor, ao ouvinte ou ao espectador entender as seis perguntas básicas: o quê, quem, como, onde, quando e por quê. Contudo, seu uso não deveria servir como uma amarra para o profissional; ao contrário, intenta facilitar sua escrita e também permitir o exercício do seu estilo individual.

Sobre a maneira como o processo de comercialização interferiu na forma de estruturação das informações, Traquina expõe: “as notícias tornaram-se crescentemente estandardizadas ao tomarem a forma que chamamos hoje de ‘pirâmide invertida’, enfatizando o parágrafo de abertura, o lead” (2005, p. 59). Assim, transforma-se a organização estrutural das informações a serem colocadas no noticiário. O estabelecimento do *lead* como convenção fortaleceu também o surgimento de uma autoridade profissional. Surgem o direito e a obrigação do jornalista de “mediar e simplificar, cristalizar e identificar os elementos políticos no acontecimento noticioso” (TRAQUINA, 2005, p. 89), afirmando competências e saberes e indicando a construção de um campo profissional.

O conceito de *lead* está diretamente associado ao de notícia. Para Adelmo Genro Filho (2012, p. 194), “a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos jornalísticos, objetos das notícias, que constituem a menor unidade de significação”. O jornalismo possui, portanto, uma forma particular de perceber e “produzir” fatos. Esses fatos são recortados da realidade em que se encontram e reconstruídos obedecendo a regras pré-determinadas, tanto objetivas, como o *lead* representado pela fórmula 3Q+O+C+P, quanto subjetivas, como a necessidade de ser imparcial. Já Daniel Cornu (1994, p. 15) apresenta a notícia como um produto imaterial e destaca que “a notícia ou informação de actualidade responde a um certo número de critérios clássicos, que terão sua importância no momento de definir o que é uma “boa’ informação”. Critérios representados basicamente pelas perguntas do *lead*, que deveriam suprir as necessidades do jornalista de produzir uma informação sucinta e completa, contemplando a necessidade informativa do público.

No Dicionário de Comunicação de Carlos Rabaça e Gustavo Barbosa (2002) é apresentada a seguinte definição de *lead*:

(jn) Do ing. *lead* (comando, primeiro lugar, liderar, guiar, induzir, encabeçar). Abertura de texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história. Resumo inicial, constituído pelos elementos fundamentais do relato a ser desenvolvido no corpo do texto. O lide torna possível, ao leitor que dispõe de pouco tempo, tomar conhecimento do fundamental de uma notícia em rapidíssima e condensada leitura do primeiro parágrafo. Deve ser redigido de modo a "fisgar" o interesse do leitor para a leitura de toda a matéria. Na construção do lide, o redator deve responder às questões básicas da informação: o *quê*, *quem*, *quando*, *onde*, *como* e *por quê* (embora não necessariamente a todas elas em conjunto). (RABAÇA; BARBOSA, 2002)

Dentro da especificação do conceito há as variações, que vêm a configurar as diferentes tipologias de *lead*. As variações estilísticas podem ir do clássico ao cronológico, passando por outros como: de citação, circunstancial, conceitual, de apelo direto, interrogativo ou explicativo. O clássico, por exemplo, apresentaria todos os elementos essenciais, sem preocupação com a hierarquização, enquanto o cronológico se preocuparia em seguir a ordem cronológica de acontecimento dos fatos (PENA, 2005).

No caso da citação, inicia-se com a transcrição de uma fala ou depoimento que sejam expressivos para a história relatada. O circunstancial iniciaria apenas com a explicação do "como" que, pela originalidade, justificaria a prioridade de iniciar o discurso. O *lead* conceitual empregaria uma ideia ou definição capaz de atrair o consumidor, já o apelo direto buscaria envolvê-lo com algo de seu interesse. O interrogativo parte de um questionamento perturbador ou sem solução, a partir do qual se desenvolve o texto, enquanto o explicativo utiliza de uma justificativa para abrir o *lead*, explicando o contexto de determinado acontecimento ou mesmo tornando inteligível um pronunciamento, por exemplo (PENA, 2005).

A pirâmide invertida, que segue o *lead* clássico, também serve como elemento organizador do texto jornalístico. O relato baseado nela prioriza a ordem inversa à cronológica, partindo do ponto culminante para os menos importantes. Por isso ela está invertida. Alguns autores trabalham ainda com a pirâmide em pé ou deitada, cuja ordem de apresentação dos fatos é diferenciada, como é o caso de Adelmo Genro Filho (2012). O autor propõe que a pirâmide seja desinvertida e colocada em pé. O objetivo dessa desinversão é que se possa narrar os fatos de outra perspectiva, não apenas do mais importante para o menos importante como sugere o modelo americano, mas do ângulo do singular para o particular, do pico para a base. Esse modelo narrativo permitiria dar mais clareza e maior sensação de experiência ao ler o texto, pois mostraria o fenômeno do ângulo da particularidade e da universalidade. Nesse aspecto ele destaca que o *lead* funciona como princípio organizador da singularidade, mas que a rigor ele não precisa estar localizado sempre no início da notícia, como é comum, pois “[...] é no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular” (GENRO FILHO, 2012, p. 206).

A inserção dos elementos do *lead* influencia também nas formas de seleção e de organização dos acontecimentos, especialmente da notícia. Nilson Lage (2001,

p.26-27) afirma que a notícia pode ser definida “como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”, congregando dois conceitos: o de verdade e o de interesse humano. Com isso, a notícia é por ele encarada como “algo que se constitui de dois componentes básicos: **a)** uma organização relativamente estável, ou componente lógico; e **b)** elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia – o componente ideológico”. A organização relativamente estável está diretamente associada ao modo de estruturação do texto jornalístico. O *lead* procura levar ao texto elementos como objetividade, clareza e concisão. Como dito anteriormente, com ele o jornalista deveria ser capaz de repassar ao público a informação clara e de forma completa.

Erbolato (1991) concebe, a partir do *lead*, dois tipos de notícias. O primeiro trata da notícia analítica, que abarca todos os elementos da narrativa e estrutura-se de forma completa, respondendo a todas as perguntas do *lead*. O segundo tipo compreende as notícias sintéticas, nas quais se encontram apenas os elementos básicos da narrativa, respondendo aos três “Qs”: quem, quando e o quê. O *lead* exige de seu escritor a apresentação de um resumo do fato, a identificação de lugares e de pessoas envolvidas e as particularidades da história. Além disso deve ser capaz de provocar interesse no leitor, para ir até o fim do texto.

Murray (1985) diz que o *lead*, entre outras funções, dá o tom da notícia, a forma como a história começará a ser lida. Apresenta o tema que será abordado e dá significado para o que está escrito. Desse modo, pode deixar clara a perspectiva pela qual o autor quer orientar o texto e sua autoridade sobre a pauta, constituindo-se como a espinha dorsal da notícia. É também papel do *lead*, de acordo com Murray, direcionar os avanços da história relatada, os seus limites e o peso de cada uma das partes envolvidas. Por fim, delimitaria ainda o gênero em que o texto se encaixaria por meio da estruturação das respostas às seis perguntas guias.

O *lead* agrega ainda em suas perguntas o mito da objetividade, citado anteriormente. Assim, bastaria ao profissional responder às questões a partir de sua observação direta ou da narração das fontes e, já na redação, tratar de redigir “um parágrafo sintético, vivo, leve com o que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor” (ERBOLATO, 1991, p.65). Há ainda autores como Comassetto (2003) e Lage (2004), que consideram a existência de um sublead, ampliando as informações dadas no *lead*, sem chegar ao desfecho.

Entretanto, o essencial e não passível de ser ignorado é o fato de todo texto apresentar uma macroestrutura, que carrega consigo a marca do autor. Como define Comassetto:

Na hora de dizer alguma coisa, o falante sabe, ainda que implicitamente, qual o conteúdo de sua mensagem e o que pretende com ela. Automaticamente separa o mais importante do menos importante. Prioriza algumas informações, omite outras, por julgá-las desnecessárias ou irrelevantes para a ocasião, e formata seu discurso de acordo com a intenção e o efeito pretendidos com o enunciado. Da mesma forma, pela macroestrutura, pode o leitor deduzir com rapidez o tema central da mensagem, isto é, de que fala o emissor e aonde ele quer chegar com as informações que está passando (COMASSETTO, 2001, p. 30).

Tomando essas prerrogativas, não se pode ignorar que o tempo é um ator importante e que atua sobre a produção da notícia, motivo pelo qual o *lead* também serve como um tranquilizador do jornalista no momento de escrever, sabendo que o faz dentro dos “padrões” preconcebidos, evitando esquecer informações decisivas.

Cristina Ponte assinala que o jornalismo reivindica ser objetivo por registrar fatos verificados e apresentados de forma neutra, deixando de lado comentários. Ponte (2005, p. 55) relembra que as perguntas básicas para a notícia e a regra da pirâmide invertida “definem o essencial da informação condensado no *lead*, seguindo detalhes e explicações”. Porém, a autora contrapõe essa percepção de jornalismo objetivo, em que “isso” é importante e “aquilo” não. Para ela “a própria ideia de um ‘essencial’ e de um ‘acessório’ transforma-se, assim, num ‘saber prático’, que alimenta a ideologia de que a ‘notícia breve’ informa com suficiência o leitor”(2005, p.55).

Embora relevante ao jornalismo como guia básico e orientador no momento de atender o mínimo de informação necessário para compreensão de um acontecimento, o *lead* funciona como um engessador de pautas. Quer dizer, nem todas as pautas se encaixam perfeitamente num sistema de mera resposta ao *lead*. Há histórias a serem contadas que pedem transgressão, em geral essas são as premiadas pelos concursos que coroam o “bom jornalismo”, por exemplo. A velocidade de produção do dia a dia dificulta que se reflita extensamente sobre cada pauta ou que se fuja do *lead* ou da pirâmide invertida em cada notícia. Assim, o que se propõe é a fuga consciente quando a pauta assim o pedir, ir além da mera aplicação da técnica.

5.3 A linguagem noticiosa

Aborda-se por último a linguagem jornalística, pois os dois elementos anteriores também integram a composição textual que se reflete nela. Já sabendo da necessidade de fontes credíveis e de uma estruturação do texto que respeite ou transgrida o *lead* de forma consciente e representativa ante a história; agregam-se à discussão outros elementos fundamentais à linguagem jornalística e relevantes para o jornalismo.

Tavares demonstra a importância de a estrutura gramática do texto jornalístico ser simples e ter código linguístico restrito. Para ela, isso possibilita “[...] o controle de qualidade, torna a produção do texto facilitada e acelerada, características importantes da produção de um item de consumo de massa” (1997, p. 124). Com isso a autora acredita que o jornalismo não busca a produção de um texto original ou criativo, fato passível de ser questionado uma vez que os textos jornalisticamente premiados são os que fogem da linguagem tradicional e comum. Porém, isso não invalida o pensamento da autora, se pensarmos de maneira funcional, pois sua reflexão leva ao pressuposto de que se procura realizar no jornalismo um texto mais padronizado, “que não chame atenção sobre si, porém para a informação que carrega”. A informação apresentada pelo texto é a estrela, e é, portanto, ela quem deve se destacar para além dos adereços de linguagem que possam ser usados. A visão de Tavares sobre a produção do texto jornalístico perpassa a produção rápida e em massa para a qual regras linguísticas devem ser simplificadas ao máximo.

Para Nilson Lage a função referenciado texto, trabalhada por Jakobson⁵⁸, é a privilegiada pela linguagem jornalística. Com isso, busca-se eliminar tanto a função emotiva (do emissor) quanto à função conativa (direcionada ao receptor). Dessa forma, o contexto confunde-se com o tema de qualquer mensagem noticiosa. Na sequência aparece a função fática que diz respeito ao estabelecimento da

⁵⁸O linguista russo Roman Jakobson define seis funções de linguagem que podem ser encontradas nos textos: a **função referencial** define que a maior finalidade do ato comunicacional é transmitir informação, sendo essa uma característica da maioria dos textos; **função emotiva**, na qual enfatiza-se a linguagem que expressa sentimentos, emoções e avaliações centradas no “eu” do mundo interior; a **função conativa**, cujo objetivo é persuadir ou convencer o receptor, com finalidade de influenciar seu comportamento; a **função poética** é inovadora e utiliza combinações de imagens e ideias, sendo predominante da poesia, mas também presente no jornalismo; a **função fática**, cuja intenção é iniciar um contato por meio de cumprimentos com abordagem coloquial, objetiva e rápida; a **função metalinguística** tem por função falar do código, explicar conceitos ou definições; a função referencial destaca o objeto da mensagem. A intenção é transmitir informações objetivas sobre o referente.

comunicação e a verificação da efetividade do canal. Por fim o autor fala da função poética, que segundo ele não pode ser descartada em nenhum texto, pois o entendimento se vincula ao ritmo sugerido na ordenação de palavras e dos acentos (LAGE, 1982, *passim*). O relato de Lage sobre a produção da notícia pelos redatores demonstra parte do processo de busca pela melhor linguagem para o texto:

Redatores experientes resmungam o texto das notícias, à medida que escrevem. Embora lhes seja absolutamente estranho que seu trabalho tenha algo que ver com a “poética” - domínio da forma literária - é evidente que existe uma estética aplicada aos longos períodos, cheios de intercalações, com o que se noticiam féretros pomposos ou paradas cívicas, tanto quanto à estrutura entrecortada, telegráfica, que acentua a urgência, o nervosismo ou o impacto de um fato inesperado. O “resmungo” é uma investigação da harmonia, do ritmo, dos acentos (LAGE, 1982, p. 32).

Soma-se ao contexto o esforço para facilitar a introdução de conceitos supostamente desconhecidos ou não dominados pelo público, por meio da função metalinguística. Nesse caso, não se trata de definir de maneira única e irretratável as coisas ou fenômenos, mas de dar os enfoques necessários para que a leitura possa continuar. O exemplo apresentado por Lage é o de uma cidade, que pode ser caracterizada pelo número de habitantes, pela condição política ou localização geográfica, de acordo com os interesses do texto. As características elencadas devem permitir que o conceito, lugar ou coisa sejam reconhecidas pelo leitor de forma a tornar o texto amplamente compreensível. Porém, isso requer algum grau de planejamento e compromisso do jornalista diante do público.

Nilson Lage sugere ainda:

“Notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, os verbos que se referem ao invisível e ao não-verificável, como pensar, acreditar, confiar. O que alguém pensa, ou aquilo em que o povo confia, não é notícia, salvo quando manifestado (tornado aparente) num discurso, numa eleição” (LAGE, 2001, p. 35).

Quando se fala de narrativas políticas é preciso considerar que a linguagem adotada detém características específicas quanto à sua estruturação. Motta e Guazina (2010) apresentam o conflito como uma categoria estruturante da narrativa sobre política. Os autores defendem que o conflito não se origina no jornalismo, pois é inerente ao jogo político, entretanto, “a linguagem jornalística se apropria dos elementos do jogo político e os categoriza, especialmente nos momentos de tensão” (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 146). É assim que o conflito se institui como um

elemento estruturador da narrativa jornalística, auxiliando para que se compreenda o mundo político em dualidade e reforçando a perspectiva da política como um jogo opositor. Por meio de seus mecanismos de representação de situações e personagens, a mídia se torna capaz de modelar a reação dos envolvidos em relação à história ou aos próprios papéis que lhes são atribuídos, explicam os autores.

O arsenal normativo clássico, como visto, funciona como elemento auxiliar para a produção de conteúdo jornalístico de qualidade. E eles integram também a metodologia VAP adotada nesta tese, como é possível conferir no capítulo a seguir, que trata das escolhas metodológicas da pesquisa.

Capítulo 6 – Escolhas metodológicas

Por que estudar a qualidade no jornalismo político a partir do *impeachment*? A escolha em estudar a qualidade jornalística das coberturas políticas analisando o noticiário impresso sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2014 não foi somente uma escolha fácil. O processo de impedimento é notoriamente um dos maiores acontecimentos políticos dessa década, quiçá o maior, e está cercado por diversos outros fatos que tornam sua narrativa complexa e, por isso, um caso farto para pesquisa.

O interesse mais específico pelo tema da qualidade partiu do acompanhamento diário do noticiário e uma primeira impressão de que as notícias eram sempre muito “iguais” e com as mesmas abordagens e personagens. Na contramão dessa percepção, o evento, que assumiu grandes proporções e mexeu com a estrutura política de todo o país, indicava necessitar mais do que uma cobertura “normal”, monótona, como se fosse somente mais um processo político distante da população.

O questionamento sobre como e qual seria um ideal de qualidade para o jornalismo levou a uma intensa busca por estudos e perspectivas da área. A opção por assumir uma investigação sobre o tema da qualidade no jornalismo político tornou-se mais palpável quando localizado o método do *Valor Agregado Periodístico (VAP)*, um método que resulta em dados quantitativos e a partir destes permite a análise qualitativa, com o cruzamento e a interpretação das frequências e variáveis que venham a ser identificadas.

A partir do método, o desafio ainda latente é validar esse caminho para verificar os elementos de qualidade, reconhecendo suas limitações e complementando-o se necessário, de forma a contribuir para as discussões acerca do jornalismo e seu relacionamento com a sociedade, como propõe a Linha de Pesquisa à qual esta tese está filiada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

6.1 A escolha do *corpus* e o período de análise

Assumindo, portanto, como tema o processo de *deposição* da presidente Dilma Rousseff, tomou-se como objeto de estudo as editoriais de política dos jornais Folha de S. Paulo; O Globo; O Estado de S. Paulo; A Tarde; O Liberal; e Zero Hora.

A escolha do jornal impresso se deu a partir de um primeiro levantamento realizado para um artigo⁵⁹, sobre o surgimento do tema “*impeachment*” nas capas do jornal Folha de S. Paulo, que expôs uma ampla presença do tema no noticiário já a partir da primeira semana pós-eleição em 2014.

Além disso, os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo são considerados jornais de referência, sendo os principais jornais impressos do país. O Globo e Estado possuem, inclusive, agências de notícias homônimas vinculadas, que distribuem seus conteúdos aos jornais de menor porte do país. Os três jornais também figuraram entre os mais lidos pelos parlamentares em pesquisa⁶⁰ realizada pela FSB Pesquisas no ano de 2016 que entrevistou 230 deputados federais, de 26 partidos.

Os dados apontaram que os jornais impressos continuam sendo a principal fonte de informação para 43% dos parlamentares entrevistados. A Folha de S. Paulo foi o jornal preferido pelo nono ano consecutivo da pesquisa, com 65%, seguida pelo “O Estado de S. Paulo”, com 41% e “O Globo”, com 31%. Além desses dados, a pesquisa também apontou o impresso como o meio de informação mais confiável para 70% dos entrevistados.

Além desses três jornais de nível nacional, procurando garantir uma procura garantir uma amostra plural⁶¹, foram inclusos na análise jornais regionais que tivessem editoria de política e também estivessem disponíveis *online*. São eles: O Liberal, jornal que circula no Pará, representando o Norte do país; A Tarde, o principal jornal da capital baiana e um dos mais antigos do país, representando a região Nordeste; o Zero Hora, que circula na capital e interior do Rio Grande do Sul, assim como em partes de Santa Catarina e Paraná, representando o Sul.

Após a escolha dos jornais, a etapa subsequente foi a definição dos períodos a serem observados. Como o processo de *impeachment* se estruturou em três grandes etapas, mostrou-se oportuno acompanhar a cobertura de acordo com essas etapas. Para isso foi selecionado um período de sete dias antecedentes a cada etapa de

⁵⁹ O referido artigo intitula-se: *O impeachment de Dilma Rousseff nas capas da Folha de S. Paulo e está em fase de publicação.*

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.fsb.com.br/noticia/fsb-lanca-nona-edicao-do-midia-e-politica-2016/>>. Acesso em 15 dez. 2017.

⁶¹ Pretende-se incluir o jornal Correio Braziliense, que possui maior proximidade em relação aos poderes públicos da União, representando o Centro-Oeste do país. O jornal ainda não foi incluído porque suas edições do período em análise não estão disponíveis online, necessitando de negociação para a aquisição das edições.

votação do processo na Câmara e no Senado. Desse modo temos os seguintes períodos:

- a) **11 a 17 de abril de 2016:** período que corresponde à votação da admissibilidade do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, que aconteceu no dia 17 de abril;
- b) **6 a 12 de maio de 2016:** votação do parecer favorável ao afastamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal, que deu início ao mandato provisório do Vice-Presidente Michel Temer, por 180 dias;
- c) **25 a 31 de agosto de 2016:** votação final pela aprovação do processo de pelo Senado Federal, que culminou na cassação do mandato da presidente.

O *corpus* consiste em 21 edições de cada jornal, considerando os sete dias que antecedem os três períodos-chaves de definição do processo em que ocorreram votações no Congresso Nacional. Para compor o *corpus* analítico foram selecionados os textos relacionados ao *impeachment* que estiveram na capa dos jornais como manchete principal. Quando ausente essa condição, foram consideradas: manchete secundária, chamada de capa ou, quando não esteve na capa, utilizou-se a primeira notícia dentro da editoria de política. A seleção ignorou os textos meramente opinativos (as "colunas" e os "editoriais"), por serem construídos de forma diferente da notícia informativa, assim como as entrevistas. Os gráficos, as fotografias e os infográficos foram considerados somente por sua existência e dimensão (tamanho), não tendo seu conteúdo dissecado.

Os jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo noticiaram o processo de *impeachment* todos os dias nos períodos selecionados, compondo 21 notícias cada. O Globo não disponibiliza virtualmente sua edição de 14 de abril; e O Liberal não veiculou notícias sobre o *impeachment* no dia 28 de agosto; desta forma, serão analisadas 20 notícias para cada um desses jornais. O Zero Hora publica edições conjuntas de final de semana, sendo, portanto, a mesma edição para sábado e domingo nos dias 17 de abril, 8 de maio e 28 de agosto de 2016, totalizando 18 edições a serem analisadas. Um total de 121 notícias sobre o processo de afastamento de Dilma Rousseff serão analisadas.

6.3 Etapas analíticas

A primeira parte será quantitativa e descritiva, elaborada a partir da aplicação do instrumento metodológico adaptado do *VAP*. Considerando que o processo informativo possui as etapas de seleção e criação, a ficha com as categorias a serem analisadas é organizada a partir delas.

Desse modo, as categorias do processo de seleção (*função notarial*) estão abarcadas em quatro grandes etapas. A primeira trata da identificação, envolvendo os dados básicos do analista, do veículo e da localização da notícia na capa e na editoria de política em análise nesta pesquisa.

A segunda é denominada seletividade. Nela são abordados os tipos de notícia quanto à temporalidade, podendo ser quente – a notícia atual – ou fria – a notícia atemporal, que não necessita urgência na sua publicação. Este indicador calcula as porcentagens das notícias atuais e atemporais, sob o pressuposto de que as notícias atuais possuem, habitualmente, mais interesse noticioso. A origem da informação também é observada, a partir de quatro categorias:

- Indefinida: quando não se pode precisar de quem foi a iniciativa;
- Reprodução: casos em que o conteúdo é processado por outro meio, como agências, grandes jornais, recortes de documentos oficiais ou transcrição de comunicados à imprensa.
- Iniciativa da fonte: são os temas que têm origem fora do meio que o publica, tais como: conferências, declarações públicas, espetáculos, acidentes, desastres, etc.
- Iniciativa do meio: quando a investigação é própria do meio, com perspectiva exclusiva.

Além disso, calcula-se o **índice de relevância/peso informativo** por meio da análise das seguintes categorias:

- *Status* dos implicados: hierarquia social dos atores da notícia, medida por meio da observação do cargo que ocupam, não de seu nível de influência.
- Número de implicados: quantidade de atores da notícia ou de pessoas que aparecem diretamente implicadas no fato (não se deve confundir com os afetados pelas consequências).

- Proximidade geográfica: quão próximas são a cidade do meio de onde se emite a notícia e o local onde ocorre o fato.
- Presença de fator humano: a proximidade que é possível ser sentida pelo público com as pessoas referidas pela notícia. É a capacidade que o meio tem de estabelecer uma aproximação entre o fato e os interesses do público. Não se volta apenas para o aspecto emocional, embora esse não seja descartado.
- Relevância por consequência: efeitos objetivos que tem o fato noticiado sobre um determinado grupo de pessoas. Essa variável determina quantas pessoas são afetadas pelas consequências da notícia.
- Relevância por consequência temporal: permanência, no tempo, das consequências para os atores do fato que se informa, de acordo com os antecedentes incluídos na notícia.

Estas variáveis são medidas em uma escala entre 1 a 4 (baixo, médio a baixo, médio a alto e alto), sendo 1 o grau mínimo de relevância e 4 o maior. A partir delas, pelo cálculo da média, chega-se a um indicador do índice de relevância, que varia entre os graus referidos.

A terceira etapa trata da equidade. Nela são observadas a presença de protagonista e antagonistas e seus problemas/obstáculos e a diversidade temática das pautas. Por ser passível de aplicação aos diversos meios de comunicação o VAP contém uma lista com 10 temas, subdivididos em 26 eixos temáticos⁶². Eles servem para serem aplicados, por exemplo, quando se analisa um jornal impresso por completo, olhando todas as editorias. Como no caso dessa tese há um recorte específico sobre política, optou-se por selecionar os eixos inclusos no tema “Estado e política”, a citar: Governo (entidade); Congresso/partidos; Política exterior; Justiça/polícia; Militar/defesa; Governo e suas atividades.

⁶² Nesse caso, o método adota um cálculo de entropia para verificar as categorias informativas priorizadas pelo jornal e assim identificar quais setores têm mais espaço. Essa fórmula não se aplica a essa tese devido a observação de notícias específicas, relacionadas a um evento único. Entretanto, considerou-se pertinente manter as categorias de “Estado e política” para verificar se houve variação nas abordagens da cobertura do *impeachment*.

A quarta etapa verifica o acesso e está relacionada ao uso e à diversidade de fontes, medido por meio das fontes presentes na notícia, do seu alinhamento (ao antagonista ou ao protagonista) e da diversidade nos pontos de vista.

As categorias do processo de criação (*atribuição de sentido*) são avaliadas por meio de outras três grandes etapas.

A primeira delas compreende o estilo, medido ao se considerar a estrutura da notícia (pirâmides invertida, cronológica, mista) e o nível narrativo. O nível narrativo é determinado pela voz do narrador no texto publicado. São consideradas duas alternativas possíveis: a transcrição, quando o narrador se limita a repetir o que foi dito por uma ou várias fontes; e o processamento, quando o narrador proporciona antecedentes e explicações que resultam em uma informação mais completa. Os verbos de atribuição e os adjetivos valorativos⁶³ são contabilizados a partir de sua ocorrência em cada notícia. Verifica-se também a presença de elementos gráficos (imagens, gráficos e infográficos).

A segunda etapa observa o conteúdo. São verificadas a presença de antecedentes e de consequências, a presença do jornalista no texto, o número de dados comprováveis observados no texto e o nível de compreensibilidade das informações. Este último é medido também em escala de 1 a 4, sendo: 1) não se compreende, 2) não, em sua maioria, 3) sim, em sua maioria e 4) sim, totalmente. Por dados comprováveis compreendem-se todas as informações que são potencialmente verificáveis pelo público. Quando uma pessoa faz uma declaração, assume-se que essa declaração existiu e pode ser comprovada (não se busca na tese comprovar o conteúdo da declaração). São contadas a partir de verbos presentes no texto e que indicam ações ratificáveis. O número de dados comprováveis presentes no texto serve para determinar o grau de profundidade das informações. Para isso calcula-se o total de dados comprováveis presentes por notícia e estima-se a sua média em relação ao total de notícias avaliadas. Se considera que, a não ser que sejam notícias muito breves, as informações que contenham menor quantidade de dados comprováveis tenderiam a relegar espaço a frases especulativas por parte do jornalista e, desse modo, a uma maior superficialidade. Obviamente, nem todas descrições de ações podem ser comprovadas, como por exemplo, pensamentos e sensações de terceiros, nem as experiências dos envolvidos, a menos que sejam por

⁶³ Se considera como adjetivo valorativo aquilo que é definido a partir de um juízo de valor por parte do autor do texto.

eles declarados. Estes dados podem ser verificados a partir de três categorias: dados comprováveis de antecedentes; dados comprováveis de consequências e dados comprováveis do fato em si.

Com a ênfase são verificadas as seguintes categorias: a base narrativa; o enfoque adotado; a presença de pontos de vista; e a presença de polarização.

A base narrativa, que é demarcada de acordo com a predominância, pode se dar de três formas:

- Opinião: a base do texto se refere a juízos de valor do jornalista a respeito dos fatos noticiados.
- Especulação: a base do texto se refere a dedução por parte do jornalista de mundos possíveis, surgidos a partir dos fatos ou de conversas com as fontes relacionadas com a informação.
- Faticidade: o núcleo da informação são os fatos comprováveis.

O indicador enfoque classifica cada notícia segundo a ideia principal sob a qual está organizada. São aplicáveis cinco categorias:

- Atribuição de responsabilidades: a notícia é apresentada de tal forma que a responsabilidade por causar ou desenvolver um problema recai sobre um grupo ou indivíduo;
- Conflito: dois lados de um problema são apresentados, com grupos ou indivíduos em posições antagônicas, competindo por algo. Também se considera conflito quando a notícia ressalta as estratégias e o estilo de uma das partes.
- Custo-benefício econômico: os custos ou benefícios do fato noticiado, que podem ser avaliados em termos financeiros. Podem ser situações reais ou percebidas, atuais ou futuras, que incluam referências a custos, ganhos ou perdas.
- Descritivo/informativo: neste caso o texto trata de aspectos factuais do tema e não se sugerem interpretações causais ou do problema descrito.
- Interesse humano: é a personalização da notícia. Ocorre quando um indivíduo particular, família ou grupo é destacado como ilustração de um problema maior, com o interesse de provocar empatia.

Quanto a presença de pontos de vista, o método prevê a identificação de quantos estão visíveis na notícia. Dessa forma as opções variam entre “somente um ponto de vista”; “um ponto de vista com referência a outra versão” ou “mescla de pontos de vista”. É identificada ainda a presença de polarização.

A presença de viés está prevista na metodologia original, entretanto, considera-se que não há como identificar “presença “ou “ausência” de viés sem que sejam estabelecidos critérios sólidos para tal, o que não é explicitado pelo VAP, configurando-se como um ponto da proposta metodológica a ser revisado e que por isso não será utilizado nesta pesquisa. A ficha completa do VAP possui variáveis aplicáveis ao estudo de rádio e televisão (ANEXO I), retiradas por não terem relação com o jornalismo impresso em estudo nessa pesquisa. A ficha analítica, de acordo com as descrições acima efetuadas, ficou da seguinte forma:

Tabela 1. Ficha analítica adaptada do método VAP*

1. Analista:	2. Edição:	3. Data:
4. Manchete na capa:		
5. Título da notícia principal:		
6. Localização da notícia na capa 1) não está na capa 2) menção na capa 3) Manchete na capa 4) Manchete principal na capa		
SELETIVIDADE		
7. Tipo de notícia 1) Atual/quente 2) atemporal/fria		
8. Origem da informação 1) indefinida 2) reprodução 3) da fonte 4) iniciativa do meio		
9 Relevância por implicação		9.4 Raridade/ frequência
9.1 Status dos implicados 1) baixo 2) médio- baixo 3) médio-alto 4) alto		1) muito habitual 2) habitual 3) inusual 4) muito inusual
9.2 Número de implicados 1) baixo 2) médio-baixo 3) médio-alto 4) alto		
9.3 Proximidades 1) no exterior sem nacionais envolvidos 2) no exterior com nacionais envolvidos 3) no país do meio 4) na cidade do meio		9.5 Fator humano 1) baixo 2) médio a baixo 3) médio-alto 4) alto
10 Relevante por consequências 1) pessoa ou grupo muito pequeno 2) Regional ou segmento social 3) nacional 4) multinacional		
11 Relevante por consequência temporal 1) Mínima 2) Transitória 3) Prolongada 4) Permanente		

EQUIDADE		
12 Pauta informativa social 1) Governo 2) Congresso e Partidos Políticos 3) Política Exterior 4) Justiça E Polícia 5) Militar e Defesa 6) Governo Atividades Comunitárias/Municipais		
13 Identificação do problema protagonista 1) Personificado 2) Não personificado 3) Inexistente		
14 Identificação de obstáculos/ antagonistas 1) Personificado 2) Não personificado 3) Inexistente		
14.1 protagonista/ problema: 14.2 antagonista/ obstáculo:		
ACESSO		
Tipos de fontes e Contribuições	Nº total	Contribuição
15 Número de fontes documentais		
16 Número de meios citados		
17 Número de fontes indefinidas		
18 Número de fontes pessoais		
18.1 Governamental protagonista		
18.2 Governamental antagonista		
18.3 Governamental neutra		
18.4 Oficial pública protagonista		
18.5 Oficial pública antagonista		
18.6 Oficial pública neutra		
18.7 Oficial privada protagonista		
18.8 Oficial privada antagonista		
18.9 Oficial privada neutra		
18.10 Especialista protagonista		
18.11 Especialista antagonista		
18.12 Especialista neutro		
18.13 Testemunhal protagonista		
18.14 Testemunhal antagonista		
18.15 Testemunhal neutra		
18.16 Não identificada protagonista		
18.17 Não identificada antagonista		
18.18 Não identificada neutra		

ESTILO
19 Estrutura da narrativa por unidade 1) Pirâmide Invertida 2) Cronológica 3) Mista
20 Nível narrativo por unidade 1) Transcrição 2) Processamento
21 Número de adjetivos valorativos :
22 Número de verbo de atribuição:
23 Contribuição gráfica específica 23.1 Foto 1) baixa 2) médio-baixa 3) média-alta 4) alta 0) não há 23.2 Infográficos 1) baixa 2) médio-baixa 3) média-alta 4) alta 0) não há 23.3 Gráficos 1) baixa 2) médio-baixa 3) média-alta 4) alta 0) não há
CONTEÚDO
24 Antecedentes 1) Tem 2) não tem 3) não corresponde
25 Consequências 1) Tem 2) não tem 3) não corresponde
26 Observação jornalística/do profissional 1) Tem 2) não tem 3) não corresponde
27 Números de dados comprováveis:
28 Compreensibilidade 1) não se compreende 2) não, em sua maioria 3) sim, em sua maioria 4) sim, totalmente
ÊNFASE
29 Base narrativa por unidade 1) Opinião 2) especulativo 3) fático
30 Enfoque 1) custo-benefício econômico 2) interesse humano 3) conflito 4) atribuição de responsabilidades 5) descritivo/informativo
31 Presença de pontos de vista 1) Somente um 2) um ponto de vista com referência a outra versão 3) mescla de pontos de vista
32 Presença de polarização 1) Sim 2) não

*A ficha está organizada nesse formato para facilitar a visualização das categorias. Sua aplicação foi realizada por meio de planilhas eletrônicas.

Para facilitar o registro das informações solicitadas pelo método optou-se pelo registro em planilhas de dados. Foram elaborados “códigos de interpretação” para as

etapas, com o objetivo de clarificar o processo de aplicação e de facilitar a replicação da metodologia por outros pesquisadores, cooperando para seu aperfeiçoamento, uma vez que as explicações dadas pelos autores não padronizam a interpretação. Os códigos se propõem a explicar cada sessão da metodologia. A seguir expõem-se as descrições e explicações básicas das categorias considerando qual é o tipo de variável, se é nominal ou numérica; o que a variável qualifica ou qual a sua função; o que a variável indaga ou quer saber; qual o procedimento para responder à pergunta; e as cautelas necessárias para o procedimento. Assim, cada variável da ficha acima do VAP foi detalhada com esses elementos, como se demonstra em sequência. Para diferenciar e marcar o recorte, a adaptação e o complemento realizado ao VAP será acrescentada uma nova letra ao nome da metodologia, que será designada como VAP-A – ou Valor Agregado Periodístico Adaptado.

6.4 Processo de seleção

1. Primeira etapa: dados de identificação

Analista	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o responsável pela análise.
O que indaga	Qual é o nome do avaliador
Procedimento	Inserir o nome na planilha.
Cautelas	O procedimento é mecânico e não há cautelas específicas a tomar

Data	
Tipo de variável	Numérica
O que qualifica	Identifica a data da publicação.
O que indaga	Qual é a data da notícia avaliada?
Procedimento	Inserir a data na planilha.
Cautelas	Não confundir data da notícia com a data de avaliação.

Edição	
Tipo de variável	Numérica
O que qualifica	Identifica o número da edição veiculada.
O que indaga	Qual é edição?
Procedimento	Copiar e colar o número na planilha.
Cautelas	O procedimento é mecânico e não há cautelas específicas a tomar

Manchete /chamada principal na capa

Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o título da manchete presente na capa
O que indaga	Qual é a manchete?
Procedimento	Copiar e colar/digitar a manchete na planilha.
Cautelas	O procedimento é mecânico e não há cautelas específicas a tomar

Título da notícia (internamente)	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o título da notícia interna relacionada à manchete principal.
O que indaga	Qual é o título da principal notícia relacionada à chamada de capa?
Procedimento	Copiar e colar o título na planilha.
Cautelas	Sempre que houver mais de uma notícia vinculada ao mesmo título considerar a primeira que aparecer dentro da editoria de política.

*Essa variável foi criada devido a opção de avaliar as notícias internas relacionadas às manchetes na capa ou à sua ausência. Ela pode ser adaptada a outras necessidades de pesquisa ou mesmo removida, sem prejuízo à metodologia.

Localização da notícia em relação à presença na capa	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se a notícia está na capa e o tipo de presença
O que indaga	Qual é tipo de presença da notícia na capa?
Procedimento	Escolher a opção adequada entre “não está na capa”; “manchete principal na capa”; “chamada de capa”; ou “menção na capa”.
Cautelas	Não confundir chamada de capa com menção. A menção é uma única frase/título sem acompanhamento de texto explicativo.

2. Segunda etapa: Elementos da seletividade da informação

Tipo de notícia	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se a notícia é quente ou fria, permitindo calcular o índice percentual das notícias atuais ou atemporais.
O que indaga	Qual é o tipo da notícia?
Procedimento	Escolher a opção adequada entre “Atual/quente” ou “atemporal/fria”
Cautelas	Não confundir suíte com pauta fria.

Origem da informação	
Tipo de variável	Categórica

O que qualifica	Identifica se a notícia partiu da <i>iniciativa do meio</i> ; se é <i>reprodução</i> ; se foi <i>fornecida pela fonte</i> ; ou ainda se é <i>indefinida</i> , não sendo possível saber de onde veio.
O que indaga	Qual é a origem da informação?
Procedimento	Identificar no texto os elementos que permitem saber se a pauta foi gerada a partir de um elemento externo, como por exemplo uma sessão do Senado ou uma fala de senador, o que a torna uma notícia originada pela fonte; ou se possui roupagem única que a caracteriza como iniciativa do profissional/jornal.
Cautelas	Não confundir a notícia originada na fonte com a reprodução. A reprodução caracteriza-se pela divulgação de textos tais quais fornecidos pelas fontes/agências ou outros meios de comunicação.

2.1 Subetapa: peso informativo ou índice de relevância

Relevância por implicação_Status dos implicados	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a hierarquia social dos atores da notícia, medida por meio da observação do cargo que ocupam, não de seu nível de influência.
O que indaga	Qual é o status dos atores da notícia?
Procedimento	Identificar no texto os atores e seus cargos, delimitando seu nível de influência pelos índices: 1) baixo 2) médio- baixo 3) médio-alto 4) alto.
Cautelas	Não confundir o nível de influência do ator com o cargo que ocupa. O cargo é elemento o relevante para a análise.

Relevância por implicação_número de implicados	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a quantidade de atores da notícia ou de pessoas que aparecem diretamente implicadas no fato.
O que indaga	Qual é o número de atores implicados na notícia?
Procedimento	Identificar quantos atores aparecem no texto e categorizar pelos índices: 1) baixo 2) médio- baixo 3) médio-alto 4) alto.
Cautelas	Não confundir com a identificação nominal dos implicados e nem com os afetados pelas consequências (categoria abaixo).

*Neste caso para a classificação pelos índices levar em consideração os seguintes valores numéricos correspondentes a quantidade de pessoas implicadas na notícia: 1 pessoa (baixo) 2 pessoas (médio-baixo) 3 (médio-alto) 4 ou mais pessoas (alto).

Relevância por implicação_proximidade geográfica	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica quão próximas são a cidade do meio de onde se emite a notícia e o local onde ocorre o fato.
O que indaga	Qual é o local do fato e a sua proximidade com a cidade do meio?
Procedimento	Identificar se o evento acontece: 1) no exterior sem nacionais envolvidos; 2) no exterior com nacionais envolvidos; 3) no país do meio 4) na cidade do meio.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Relevância por implicação_Presença de fator humano_ou_Impacto_Sócio-emocional	
Tipo de variável	Catégorica
O que qualifica	Identifica o modo como a informação pode gerar empatia no leitor. Leva em conta três elementos: a proximidade que é possível ser sentida pelo público com as pessoas referidas pela notícia; a raridade do acontecimento; ou o fator humano*.
O que indaga	Há presença de fator humano na notícia?
Procedimento	Identificar o fator humano como: 1) baixo 2) médio a baixo 3) médio-alto 4) alto.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

*Nesse caso, o termo “fator humano” refere-se à aproximação da vida privada do personagem com o leitor, levando em consideração aspectos íntimos e o estímulo de sentimentos como ternura, compaixão, ódio, entre outros.

Relevância por implicação_Raridade/frequência	
Tipo de variável	Catégorica
O que qualifica	Identifica a possibilidade de aquele fato acontecer no cenário político.
O que indaga	Qual é a frequência de acontecimentos como o noticiado?
Procedimento	Identificar a probabilidade de tal acontecimento se tornar real tomando como base aspectos históricos relacionados ao fato e sua presença na mídia e ao padrão de ações políticas da mesma natureza. Identificar a raridade ou frequência do acontecimento com base nas categorias: 1) muito habitual 2) habitual 3) inusual 4) muito raro.
Cautelas	Não há cautelas específicas.

* No caso do *impeachment* essa variável foi retirada, pois o processo todo caracteriza-se como um evento não usual, que se considera muito raro.

Relevância por consequência	
Tipo de variável	Catégorica
O que qualifica	Identifica efeitos objetivos que tem o fato noticiado sobre um determinado grupo de pessoas. Essa variável determina quantas pessoas são afetadas pelas consequências da notícia.
O que indaga	Quantas pessoas são afetadas pelas consequências do tema da notícia?
Procedimento	Identificar se o tema abordado na notícia atinge 1) pessoa ou grupo muito pequeno; 2) comunidade regional ou um segmento social; 3) suas consequências são nacionais ou 4) suas consequências são multinacionais.
Cautelas	Não há cautelas específicas.

Relevância por consequência temporal	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a permanência, no tempo, das consequências, para os atores do fato que se informa, de acordo com os antecedentes incluídos na notícia.
O que indaga	Qual o impacto temporal das consequências da notícia para os atores nela envolvidos?
Procedimento	Identificar se as consequências temporais são: 1) Mínima; 2) Transitória; 3) Prolongada; ou 4) Permanente.
Cautelas	Não confundir transitório, que é breve, passageiro e tem prazo certo para acabar com Prolongada, cujas consequências terão maior duração temporal.

3. Terceira etapa: equidade

Diversidade temática das pautas	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a quais órgãos, poderes ou atividades integram a pauta informativa.
O que indaga	Qual o eixo temático da notícia?
Procedimento	Identificar se a pauta refere-se ao Governo (entidade); a Congresso ou partidos; Política exterior; Justiça/polícia; Militar/defesa; Governo municipal.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Problema_x_Protagonista	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se há presença de um problema/ protagonista.
O que indaga	Há problema/protagonista na notícia?
Procedimento	Identificar se há a personificação do problema em um personagem. Verificar, portanto, se o problema é 1) Personificado; 2) Não personificado; ou 3) Inexistente.
Cautelas	Não há cautelas específicas a tomar.

Obstáculo_x_antagonista	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se há presença de um obstáculo/antagonista.
O que indaga	Há obstáculo/antagonista na notícia?
Procedimento	Identificar se há a personificação do obstáculo e de um personagem antagonista. Verificar, portanto, se o obstáculo é 1) Personificado; 2) Não personificado; ou 3) Inexistente.
Cautelas	Ter atenção na hora de identificar se há somente um ou os dois personagens na notícia. Lembrar que não é obrigatória a existência dos dois (protagonista x antagonista).

Identificação dos personagens_protagonista_x_antagonista	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o problema e/ou o obstáculo.
O que indaga	Qual o problema/obstáculo apresentado na notícia?
Procedimento	Detalhar o problema/obstáculo copiando trecho do texto. Identificar nominalmente o protagonista e o antagonista, quando presentes.
Cautelas	Ter atenção na hora de identificar se há somente um ou os dois personagens na notícia. Lembrar que não é obrigatória a existência dos dois.

4. Quarta etapa: acesso - tipos de fontes e contribuições

Número de fontes documentais	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o número de fontes documentais
O que indaga	Quantas fontes documentais foram localizadas no texto
Procedimento	Contar e nomear as fontes documentais
Cautelas	Além de contar numericamente a quantidade de fontes documentais, lembre-se de nomeá-las a fim de verificar seu grau de recorrência. Quando ausente marcar zero (0). Exemplo: 1-carta; 2-declaração oficial lida.

*Nesta pesquisa são consideradas como fontes documentais aquelas que se originam em documentos ou eventos públicos (declarações públicas).

Número de meios citados	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica a citação de outros meios de comunicação utilizados como fonte.
O que indaga	Quais e quantos são os meios de comunicação citados
Procedimento	Contar e nomear os meios citados
Cautelas	Além de contar numericamente a quantidade de meios citados, lembre-se de nomeá-los a fim de verificar seu grau de recorrência. Quando ausente marcar zero (0)

Número de fontes indefinidas	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica a presença de fontes indefinidas de informação
O que indaga	Há informações cujas fontes não se pode identificar no texto?
Procedimento	Contar fontes indefinidas e copiar trecho em que aparecem.
Cautelas	Não confundir fontes indefinidas com fontes ocultas ou não identificadas (off).

Número de fontes pessoais	
Tipo de variável	Catórica e nominal
O que qualifica	Identifica a quantidade de fontes pessoais utilizadas nas notícias.
O que indaga	Quantas fontes foram utilizadas na notícia
Procedimento	Contar quantas fontes estão presentes na notícia e anotá-las, nomeando-as. Isso inclui as fontes ocultas ou não identificadas, que devem ser listadas como tal.
Cautelas	Não esquecer de incluir na contagem as fontes ocultas ou não identificadas. Não confundir fontes documentais com fontes pessoais.

Fonte Governamental	
Tipo de variável	Catórica e Nominal
O que qualifica	Identifica o tipo de fonte governamental presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é a fonte governamental presente e qual o seu posicionamento?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As fontes governamentais incluem apenas aquelas relacionadas ao poder Executivo.

Fonte oficial pública	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o tipo de fonte oficial pública presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é a fonte oficial presente e qual o seu posicionamento?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As fontes oficiais públicas são aquelas que informam em função do cargo público que ocupam nos demais poderes, excetuando-se o Executivo.

Fonte oficial privada	
Tipo de variável	Catagórica e Nominal
O que qualifica	Identifica o tipo de fonte oficial privada presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é a fonte oficial privada presente e qual o seu posicionamento?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As fontes oficiais privadas são aquelas que informam em função do cargo privado que ocupam.

Fonte especialista	
Tipo de variável	Catagórica e Nominal
O que qualifica	Identifica o tipo de fonte especialista presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é a fonte especialista presente e qual o seu posicionamento?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As fontes especialistas são aquelas com grande reconhecimento por sua área de atuação.

Fonte testemunhal	
Tipo de variável	Catagórica e Nominal
O que qualifica	Identifica o tipo de fonte testemunhal presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é a fonte testemunhal presente e qual o seu posicionamento?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As testemunhais são aquelas que depõem sobre o fato em razão de terem presenciado ou participado dele.

Não identificada	
Tipo de variável	Catagórica e Nominal
O que qualifica	Verifica o tipo de fonte não identificada presente na notícia, se é protagonista, antagonista ou neutra.
O que indaga	Qual é o posicionamento da fonte não identificada?
Procedimento	Identificar o posicionamento da fonte dentro do texto e escolher a opção adequada.
Cautelas	O protagonismo, antagonismo ou neutralidade da fonte deve ser em relação ao tema noticiado e não em relação a outras fontes. As fontes não identificadas ou ocultas são aquelas cujo nome não se dá a conhecer.

6.5 Processo de criação

1. Primeira etapa: estilo

Estrutura da narrativa por unidade	
Tipo de variável	Catagórica
O que qualifica	Identifica a estrutura narrativa por unidade textual.
O que indaga	Qual a estrutura adotada para a composição do texto?
Procedimento	Identificar a estrutura adotada e escolher a opção que melhor se encaixe entre as pirâmides invertida, cronológica, mista.
Cautelas	No caso de não constar todos os elementos de uma das pirâmides, escolher aquela cujos elementos sejam predominantes.

Nível narrativo por unidade	
Tipo de variável	Catagórica
O que qualifica	Identifica a voz presente no texto, qualificando-o se foi uma transcrição, que é quando o narrador se limita a repetir o que foi dito por uma ou várias fontes; ou se foi processamento, quando o narrador proporciona antecedentes e explicações, que resultam em uma informação mais completa.
O que indaga	Qual é o nível narrativo predominante no texto?
Procedimento	Verificar o nível narrativo predominante no texto e escolher entre <i>transcrição</i> ou <i>processamento</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Número de adjetivos valorativos	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica quantos adjetivos valorativos aparecem em cada notícia.
O que indaga	Quantos adjetivos valorativos estão presentes na notícia?
Procedimento	Contar e nomear os adjetivos presentes, separando-os por vírgula.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Números de verbos/expressões de atribuição	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica os verbos/expressões que atribuem partes do texto a determinada fonte.
O que indaga	Quantos são os verbos ou expressões de atribuição de fala presentes no texto?
Procedimento	Contar quantas são as expressões ou verbos presentes em cada notícia e preencher numericamente na planilha.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

* Na metodologia constam apenas verbos, foram acrescentadas as expressões, pois muitas atribuições de falas ocorrem sem utilização de verbo.

Contribuição gráfica específica - Foto	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a presença de imagem junto ao texto.
O que indaga	Há presença de imagem atrelada ao texto?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as categorias: 1) baixa; 2) média-baixa; 3) média-alta; 4) alta; ou não há. Levar em conta o tamanho das imagens para determinar a classificação. Inferior a ¼ de página é considerada <i>baixa</i> . Com ¼ de página <i>média-baixa</i> ; com 1/3 de página <i>média-alta</i> ; e com ½ página ou mais <i>alta</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

* Foi inserido o padrão de tamanhos das imagens inexistente na descrição do método VAP. Acredita-se ser mais confiável a mensuração com uma medida atrelada neste caso.

Contribuição gráfica específica - Infográfico	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se existe infográfico associado ao texto.
O que indaga	Há presença de infográfico associado ao texto?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as categorias: baixa; média-baixa; média-alta; alta; ou não há. Levar em conta o tamanho do infográfico para determinar a classificação. Inferior a ¼ de página é considerada <i>baixa</i> . Com ¼ de página <i>média-baixa</i> ; com 1/3 de página <i>média-alta</i> ; e com ½ página ou mais <i>alta</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Contribuição gráfica específica - Gráficos	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se existe gráfico associado ao texto.
O que indaga	Há presença de gráfico associado ao texto?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as categorias: baixa; média-baixa; média-alta; alta; ou não há. Levar em conta o tamanho dos gráficos para determinar a classificação. Inferior a ¼ de página é considerada <i>baixa</i> . Com ¼ de página <i>média-baixa</i> ; com 1/3 de página <i>média-alta</i> ; e com ½ página ou mais <i>alta</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

2. Segunda etapa: conteúdo

Número total de dados comprováveis	
Tipo de variável	Numérica
O que qualifica	Identifica e contabiliza os dados comprováveis presentes no texto.
O que indaga	Quantos são os dados comprováveis presentes no texto?
Procedimento	Identificam-se os dados comprováveis a partir da presença de verbos que indiquem ação de algo ou alguém na situação relatada. Estes dados podem ser verificados a partir de três categorias: dados comprováveis de antecedentes; dados comprováveis de consequências e dados comprováveis do fato em si.
Cautelas	Lembrar que se compreendem como dados comprováveis nesse instrumento todas as informações que são potencialmente verificáveis pelo público. Por exemplo, quando há uma declaração pessoal, conta-se que essa afirmação existiu com todos os seus conteúdos como um único dado possível de ser comprovado (a entrevista existiu ou não). As informações declaradas na entrevista podem ser contadas separadamente apenas se dentro do texto uma verificação adicional as confirma ou refuta, individualmente. Obviamente, nem todas descrições de ações podem ser comprovadas, como por exemplo, pensamentos e sensações de terceiros, nem as experiências dos envolvidos, a menos que sejam por eles declarados. Também cabe lembrar que declarações dadas pelas fontes aos jornalistas não necessariamente geram dados verificáveis, a exemplo das fontes ocultas ou não identificadas, impossíveis de serem cotejadas.

Número de dados comprováveis_Antecedentes	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica se são disponibilizados no texto elementos suficientes em relação a antecedentes do mesmo fato que ampliem sua compreensão.
O que indaga	Existem antecedentes do fato no texto?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as opções: <i>tem</i> ; <i>não tem</i> ou <i>não corresponde</i>
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Número de dados comprováveis_Consequências	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Verifica se estão disponíveis as consequências geradas ou possíveis a partir do fato noticiado, de forma comprovada.
O que indaga	São indicadas na notícia as consequências decorrentes do fato?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as opções: <i>tem</i> ; <i>não tem</i> ou <i>não corresponde</i>
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Número de dados comprováveis_Fato em si	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Verifica se estão disponíveis dados comprováveis sobre o fato que dá origem a notícia em si.
O que indaga	Existem dados comprovando o fato que dá origem a notícia?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as opções: <i>tem</i> ; <i>não tem</i> ou <i>não corresponde</i>
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Observações jornalísticas/do profissional	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a existência de opinião ou de observações do profissional no texto.
O que indaga	Existem observações ou opiniões do profissional no texto?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as opções: <i>tem</i> ; <i>não tem</i> ou <i>não corresponde</i>
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Compreensibilidade	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica o nível de compreensibilidade das informações apresentadas no texto.
O que indaga	Qual o nível de compreensibilidade das informações?
Procedimento	Preencher a planilha respeitando as categorias: 1) não se compreende, 2) não, em sua maioria, 3) sim, em sua maioria e 4) sim, totalmente
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

2.1 Subcategoria ênfase

Base narrativa por unidade	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Identifica a base narrativa do texto.
O que indaga	Qual a base narrativa predominante no texto?
Procedimento	Preencher a planilha escolhendo entre as opções descritas a seguir. Opinião: a base do texto se refere a juízos de valor do jornalista a respeito dos fatos noticiados. Especulação: a base do texto se refere a dedução por parte do jornalista de mundos possíveis, surgidos a partir dos fatos ou de conversas com as fontes relacionadas com a informação. Faticidade: o núcleo da informação são os fatos comprováveis.
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Enfoque	
Tipo de variável	Categórica
O que qualifica	Classifica cada notícia segundo a ideia principal sob a qual está organizada.
O que indaga	Qual o enfoque dado para a notícia?
Procedimento	Preencher a planilha escolhendo entre: atribuição de responsabilidades; conflito; custo-benefício; descritivo-informativo; Interesse humano.
Cautelas	Quando houver dúvidas relacionadas às categorias verificar o texto metodológico descritivo. (INSERIR AQUI?)

Presença de pontos de vista	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica quantos pontos de vista são perceptíveis na notícia.
O que indaga	Quantos pontos de vista aparecem na notícia?
Procedimento	Preencher a planilha escolhendo a opção mais adequada entre: <i>somente um</i> ; <i>um ponto de vista com referência a outra versão</i> ou <i>mescla de pontos de vista</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Presença de polarização	
Tipo de variável	Nominal
O que qualifica	Identifica se há polarização na notícia.
O que indaga	Há polarização política na notícia?
Procedimento	Preencher a planilha optando entre: <i>sim</i> ou <i>não</i> .
Cautelas	Não há cautelas específicas a serem tomadas.

Faz-se necessário retomar que as alterações realizadas no método dão conta apenas da remoção de categorias, sem prejuízo aos resultados. Entre as alterações foi excluída a categoria “viés” e adotada apenas uma das temáticas (Estado e política) entre as dez ofertadas, por tratar-se de uma análise da editoria de política.

A partir do preenchimento da planilha de avaliação e da tabulação quantitativa dos dados, a segunda etapa analítica é qualitativa. Acredita-se que a partir da observação e da análise dos elementos abordados pela ficha pode-se demonstrar como o acontecimento foi sendo apreendido. E então verificar e/ou inferir as relações entre o modo de cobertura do acontecimento e a configuração final do acontecimento narrado, construído para o leitor. Isso se dá principalmente de maneira descritiva, por meio de frequências simples, resumos das variáveis e com a construção de índices, de acordo com os veículos e as notícias analisadas. Soma-se a isso a discussão dos dados encontrados em relação às teorias, sejam sobre o jornalismo, o noticiamento político e os sistemas midiáticos e políticos.

A partir disso, será possível também, como propõe o *VAP*, comparar os meios tomando como referência as variáveis que se sobressaírem e afetarem diretamente a qualidade do trabalho jornalístico. Como ressaltam Pellegrini et. al (2011, p. 43) “do cruzamento das variáveis ou da construção de análises multivariáveis mas sofisticadas é possível extrair conclusões muito valiosas a respeito do comportamento dos meios frente ao processo de informação social⁶⁴”. É nesse momento que é desvendado, exposto e criticado o jornalismo político praticado pelos veículos. E também quando se apontam caminhos para eventuais alterações que influenciem positivamente para o ensino, o exercício e a veiculação de um jornalismo de qualidade.

⁶⁴ No original: “del cruce de las variables o de la construcción de análisis multivariáveis más sofisticadas se pueden extrair conclusiones muy valiosas respecto del comportamiento de los medios frente al proceso de información social”

Capítulo 7 – Os dados quantitativos

Nessa seção são apresentados os dados quantitativos mensurados a partir da aplicação das categorias analíticas propostas pelo método VAP-A. Ao longo da apresentação quantitativa são feitas ponderações teóricas e relações analíticas qualitativas, de forma a auxiliar na interpretação dos dados quantificados, com base nos preceitos da análise de cobertura. São realizados cruzamentos para a interpretação e correlação entre os dados, por isso algumas categorias aparecem agrupadas.

7.1 Seletividade: origem das informações e posição das notícias na capa

Quanto ao posicionamento das notícias sobre o *impeachment* na capa dos periódicos confirmou-se um alto índice de exposição como manchete principal. Ainda assim, todos registraram ao menos uma capa sem mencionar o processo em um dos períodos de sete dias anteriores às votações. A Tabela 2 demonstra o formato textual utilizados pelos jornais para destacarem o processo em suas capas.

As manchetes foram classificadas como: manchete principal, quando é o destaque principal da capa; manchete na capa, quando possui título e texto de apoio; e menção, quando possui apenas título na capa.

Tabela 2. Posicionamento das notícias analisadas nas capas

Jornal	Tipo de texto na capa				
	Total de notícias por jornal	Manchete principal	Manchete na capa	Menção	Ausente
Folha de S. Paulo	21	14 (66,6%)	5 (23,8%)	1 (4,7%)	1 (4,7%)
A Tarde	20	15 (75%)	4 (20%)	0	1 (5%)
O Globo	20	17 (85%)	2 (10%)	0	1 (5%)
Estado de S. Paulo	21	18 (85,7%)	2 (9,5%)	0	1 (4,7%)
O Liberal	20	17 (85%)	2 (10%)	0	1 (5%)
Zero Hora	18	13 (72,2%)	2 (11,1%)	0	1 (5,5%)

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Os jornais O Globo, o Estado de S. Paulo e O Liberal apresentaram percentuais similares em todos os critérios, como destacado na tabela. No caso de O

Liberal, grande parte de sua agenda é ditada pelas agências “Globo” e “Estado”, pertencentes ao mesmo grupo midiático dos dois jornais homônimos, considerados de referência. A Tarde também utiliza uma grande quantidade de material advinda dessas agências, mas registrou menos posicionamentos como manchete principal na capa.

A Folha de S. Paulo teve o menor percentual de notícias principais da editoria de política e que apareceram como manchete principal na capa, 66,6%. Também registra o maior uso de manchetes, 23,8%, como forma de distribuir o conteúdo. E foi o único jornal a utilizar o formato menção, em 4,7% das edições. Dessa forma a Folha diminuiu durante o período em análise o destaque dado ao processo, não o apresentando como tema principal do jornal em todas as edições que antecederam as votações. As sete ocasiões em que o *impeachment* não recebeu tratamento de maior destaque nas capas da Folha foram marcadas pelos seguintes temas:

Quadro 1. Comparativo entre manchetes da Folha de S. Paulo

Data	Manchete principal na Capa	Notícia/manchete citando o <i>impeachment</i> , dentro da editoria de Poder
07/05	Meirelles quer limitar e desvincular gasto público	Comissão do Senado dá aval ao afastamento de Dilma**
08/05	Odebrecht relata pressão do BNDES para doar a Dilma	Presidente Bandeirante*
09/05	Andrade Gutierrez pede desculpas por malfeitos	Vice investiu na Segurança em SP e defendeu temas conservadores
26/08	Russomano lidera em SP e ganharia eleição no 2º turno	Dilma mencionará ‘chantagem’ em defesa**
27/08	Lula, Alckmin e Temer tiram mais votos em SP do que atraem	Ex-aliado, Renan bate boca com petistas**
28/08	Ranking inédito revela que só 24% das cidades são eficientes	Ex-ministro isenta Dilma sobre pedaladas***
29/08	Receita aponta desvio e tira isenção do Instituto Lula	Dilma encara provável discurso final com alívio**

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

*menção na capa

**manchete na capa

*** não está na capa

A disposição dos dados na planilha pretende demonstrar a seleção de um tema em detrimento de outros e verificar indícios de correlação entre eles. Com o quadro comparativo percebe-se, no caso dos textos dos dias 7 e 8 de maio, no início da semana que culminou no afastamento da presidente, a opção por um viés que privilegia ou no mínimo tende a beneficiar Temer. No primeiro caso falando sobre ações aparentemente benéficas propostas por seu ministro da Fazenda em oposição

ao aval da comissão do Senado ao afastamento de Dilma, que ficou em segundo plano.

No dia 8 de maio, o efeito é o contrário: uma manchete desabonadora de Dilma, cujo texto da capa e interno não mencionam o *impeachment* em nenhum momento⁶⁵, em oposição a uma notícia sobre o possível presidente, evidenciando seus feitos quando atuou no governo paulista e o fato de ser o segundo presidente paulista em 110 anos. Nesse caso, a relação entre Dilma, corrupção e *impeachment* não é pautada abertamente, mas permite inferir uma relação indireta e uma reiteração velada de que o afastamento é justificado, se não pelas pedaladas pela corrupção, que teoricamente não estava em julgamento, embora tenha se evidenciado nos discursos proferidos como justificadores pelos deputados e senadores.

No caso das duas manchetes do dia 27 de agosto, a principal sobre as eleições paulistas e a discussão protagonizada por Gleisi Hoffmann e Renan Calheiros, ambas demonstram fraqueza, que indiretamente remete a uma fraqueza de Dilma (Lula tira votos *x* ex-aliado do PT).

No dia 28 a fala do ex-ministro isentando Dilma sobre as pedaladas fiscais perdeu espaço para uma notícia sobre cidades eficientes, emplacada como manchete principal. Nessa data faltavam somente três dias para a votação final ocorrer, sendo natural a pauta do *impeachment* ser o tema principal nas capas dos noticiários devido às proporções do evento e suas consequências. Entretanto, não foi o que se verificou na Folha de S. Paulo. Esses dados dialogam com os resultados da pesquisa⁶⁶ de Prudencio, Rizzotto e Sampaio que indicam que “o campo econômico raramente aparece, indicando que os jornais pouco discutiram a questão fundamental que originou a denúncia contra Rousseff, as chamadas pedaladas fiscais (2018, p. 22).

No dia 29 de agosto, véspera da votação final sobre o processo, uma notícia que enfraquece Lula, amplamente noticiado pela mídia como mentor de Dilma em outras ocasiões, em contraposição a uma manchete “bola de cristal” que prevê o discurso de Dilma no Senado como “o final” que será encarado por ela com “alívio”.

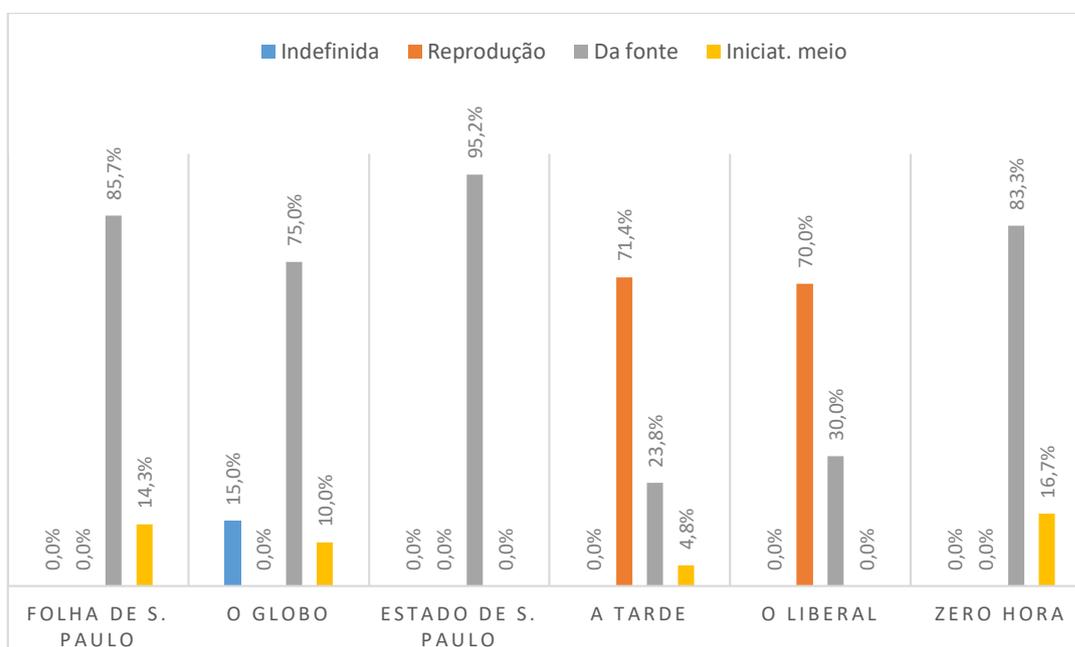
⁶⁵ A notícia cita as acusações de Marcelo Odebrecht feitas contra Dilma, porém, não pauta o *impeachment* nem faz qualquer tipo de relação entre os eventos de corrupção e o julgamento em processamento no Senado durante esse período.

⁶⁶ Ver: A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “*impeachment*” de Dilma Rousseff.

As duas manchetes juntas, ao passo em que promovem, também antecipam a sensação de finalização da – também midiaticamente chamada – “era petista”.

O segundo item da Seletividade diz respeito à origem da informação, que considera a causa da notícia, de onde se extraem as informações. São classificadas em quatro categorias. As notícias de origem “Indefinida” não permitem identificar de quem foi a iniciativa para que a pauta estivesse nos jornais. As notícias consideradas como “reprodução” são aquelas cujo conteúdo foi processado por outro meio de comunicação, como agências informativas, recortes de documentos oficiais ou transcrição de comunicados elaborados para a imprensa. Como "iniciativa da fonte" são considerados os temas pautados de fora do meio de comunicação, a exemplo de conferências de imprensa, declarações públicas, espetáculos, acidentes. A "iniciativa do meio" considera pautas resultantes de investigação própria do jornal, com temas próprios. Os dados aparecem no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1. Origem da informação



Fonte: elaboração da autora a partir da aplicação do VAP-A.

No Gráfico 1 estão expostos os índices de origem da informação para cada jornal. Pode-se perceber que mesmo nos grandes jornais o índice de conteúdo originado pela iniciativa do meio, em amarelo, é baixo. Como iniciativa do meio, cabe lembrar, são consideradas as investigações próprias do meio ou temas próprios que não partam exclusivamente dos acontecimentos em andamento ou dos

envolvidos nele. O Zero Hora registrou o maior percentual desse tipo de conteúdo, com 16,7% de seus textos adotando perspectivas diferenciadas das pautadas pelo Congresso; seguido do O Globo, com 10%, Folha com 9,5% e de A Tarde, com 5%. O Estado e O Liberal não tiveram textos oriundos de iniciativa dos próprios jornais. Além disso, todos os textos de O Estado de S. Paulo tiveram origem na fonte. Tais dados permitem afirmar que todos os textos de O Estado de S. Paulo analisados na pesquisa foram pautados pelo Congresso e pelo curso natural do processo.

Os textos do Zero Hora registrados como "iniciativa do meio" foram os seguintes: “Os fiéis escudeiros de Michel Temer” publicado na edição de final de semana do dia 7 de maio; “De aliados a adversários de Dilma”, publicado no dia 9 de maio; e “A vez do Senado”, publicado no dia 11 de maio. Todos os textos foram apresentados na semana de votação da segunda etapa do processo. Isso pode indicar que houve um maior tempo de pesquisa e preparo de tais conteúdos entre uma etapa e outra – com duração de cerca de um mês. Contudo, somente os títulos não permitem compreender que a notícia não seja oriunda dos fatos. A diferença está na perspectiva adotada nos textos. No caso dos dois primeiros textos, são abordadas informações referentes aos relacionamentos pessoais de Dilma e Temer com alguns de seus aliados, detalhando essas relações e como afetavam o processo de *impeachment*.

Já os textos de iniciativa própria de O Globo ocorreram na semana anterior à primeira etapa de votação do *impeachment* na Câmara. Abordaram: “Votos já são suficientes”, na sexta-feira, 15 de abril; e “O espólio petista”, no domingo, 8 de maio de 2016. No primeiro caso, o jornal apresenta número de votos com base em levantamento realizado por seus profissionais. Suas informações a respeito do voto dos parlamentares foram recorrentes nas três semanas analisadas nessa pesquisa, inclusive, reproduzidas ou mencionadas por todos os outros jornais em uma ou outra etapa, o que denota um processo autofágico da mídia ou o agendamento intermediático. A notícia foi publicada na sexta-feira, alimentando o final da semana de especulações em torno da votação, e tentou, de certa forma, antecipar o resultado que viria a ocorrer no domingo.

O segundo texto “O espólio petista” é uma notícia de “pauta fria”, baseada em jornalismo de dados. O Globo buscou informações em diversos bancos de dados para expor a quantidade de cargos de confiança no governo de Dilma Rousseff e quantos eram ocupados por pessoas filiadas ao PT. A notícia foi publicada no domingo, um dia usual para veiculação de pautas não factuais. Sua publicação pode

ser entendida também como um indicativo de notícia com maior tempo de apuração, especialmente pela grande quantidade de dados expostos e relacionados no texto.

A Folha teve também duas notícias de iniciativa própria, sendo ambas sobre o passado de Michel Temer. Novamente verificamos a presença da pauta fria como “iniciativa do meio”. A primeira notícia é intitulada “Presidente Bandeirante”; a segunda “Vice investiu na Segurança em SP e defendeu temas conservadores”, publicadas nos dias 8 e 9 de maio, quando a possibilidade de Temer assumir a presidência interinamente seria votada. Os textos integraram uma série de reportagens sobre a atuação do Vice-Presidente, motivada pelo fato de ele ser o único, à época já tratado como “provável”, presidente paulista em 110 anos. Nesse caso, nota-se também um viés do que seria um critério de proximidade entre a localização do meio (São Paulo e o leitor principal) e a pauta.

A Tarde registrou um texto de iniciativa do próprio jornal, intitulado “Saída de Dilma desemprega baianos em cargos federais”, publicada no dia 8 de maio de 2016. A notícia também adota o tom de proximidade e tenta apresentar uma perspectiva local de como o evento impacta os políticos baianos, porém em nenhum momento faz referência aos impactos à população baiana.

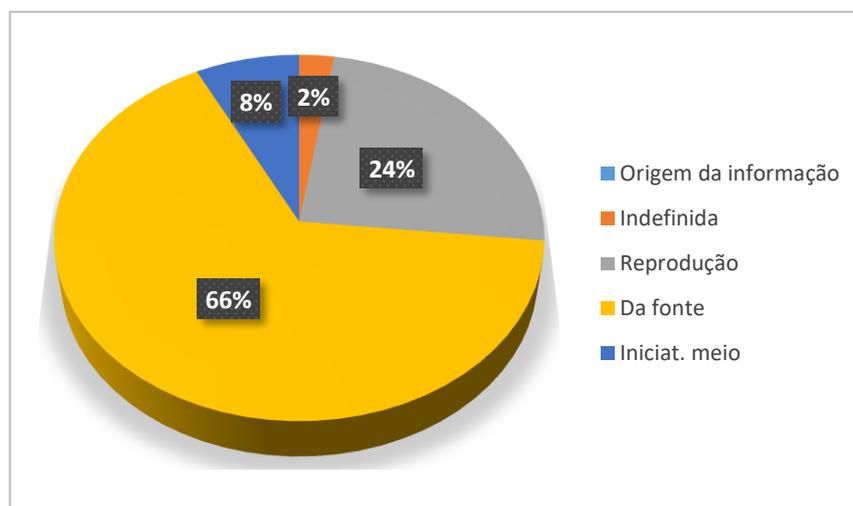
No caso dos grandes jornais, a maioria das pautas foram originadas pela iniciativa da fonte, ou seja, pautadas de fora da mídia, por eventos como reuniões, declarações públicas e sessões do Congresso. Essa dependência da iniciativa das fontes, similar em todos os jornais, reflete um tipo de cultura ou rotina estabelecida em relação ao *newsmaking* do jornalismo político realizado na cobertura do processo de *impeachment*. Também denota o protagonismo dado e assumido pelas fontes para pautar as notícias estampadas nos jornais.

As notícias originárias de material processado por outros meios, sejam jornais, agências noticiosas ou comunicados de imprensa, foram a base dos textos publicados por O Liberal e A Tarde. A maior parte do conteúdo teve origem nas agências informativas do O Globo e do Estado de S. Paulo. A realidade desses jornais de menor porte evidencia a relação entre a propriedade de mídia e a disseminação de conteúdo com limitação de perspectivas. Também demonstram um dos impactos do sucateamento dos investimentos das redações, com a preferência por comprar um conteúdo pronto, provavelmente mais barato do que manter um profissional cobrindo

o Congresso em Brasília, por exemplo. Nesse caminho o jornalismo do interior do país revive uma espécie de *copy desk* ou copidesque, no termo em português⁶⁷.

Em termos globais, considerando todos os jornais e notícias analisadas temos os seguintes dados no Gráfico 2:

Gráfico 2. Índice global de origem das notícias



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Note-se que 66% do total de notícias analisadas teve origem na fonte e/ou em seus eventos. Em seguida, 24% das notícias caracterizaram-se como reprodução, um índice alavancado pelos jornais baiano e paraense. A ínfima quantia de 8% dos textos que partiram da iniciativa dos meios demonstra que, em um quadro mais amplo, a composição do jornalismo não tem atuação forte dos jornais sobre o que é noticiado em relação à política, o que não invalida a sua atuação sobre o viés do que se torna notícia. No caso das notícias de origem “indefinida”, que somaram 2%, não ficou clara a origem da informação, se originada pela fonte ou de reprodução.

7.2 Índice de relevância ou peso informativo

Para se chegar ao valor do índice de relevância, foram consideradas seis categorias⁶⁸: *status* dos implicados; número de implicados; proximidade geográfica;

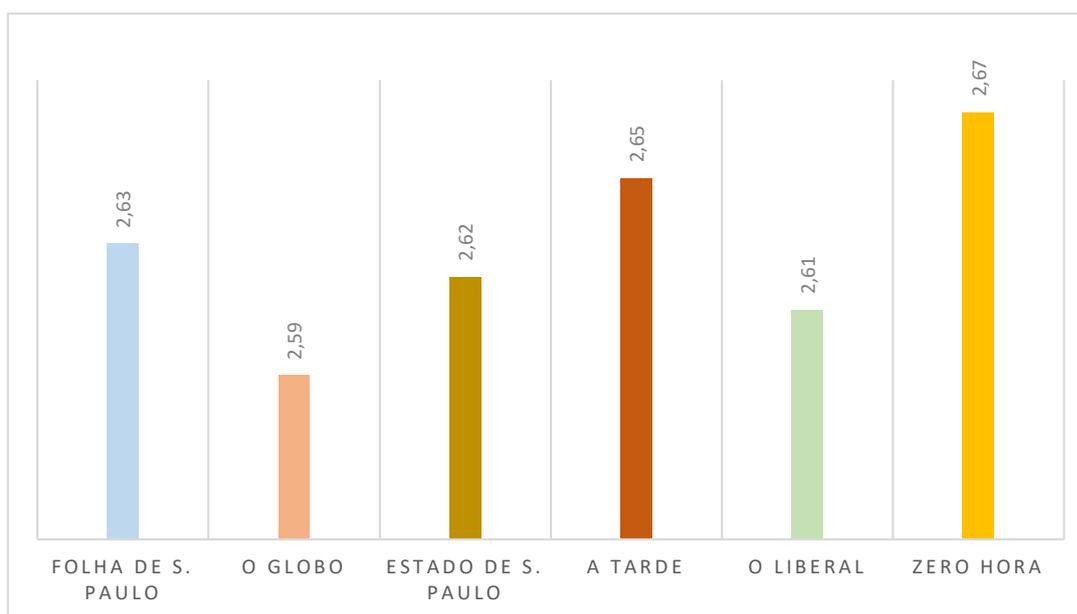
⁶⁷ O dicionário Michaelis indica que o termo copidesque indica a atribuição de: “Revisão de texto que tem como foco a correção gramatical e ortográfica, a clareza e a objetividade, os cortes necessários e a adequação às normas editoriais; copy, copy desk”.

⁶⁸Foi excluída dessa análise a categoria “Frequência/raridade dos fatos” uma vez que todas as notícias em análise referem-se ao processo de *impeachment*, que não é um acontecimento frequente e, portanto, sua retirada não afeta o resultado da pesquisa.

presença de fator humano; magnitude; e duração das consequências do fato. As variáveis foram medidas em uma escala variando entre 1 e 4, sendo 1 o grau mínimo de relevância e 4 o maior. A partir delas chega-se a um indicador do que seria o índice de relevância, que varia entre os graus referidos.

A seguir consta o Gráfico 3, com o índice geral de relevância e posteriormente detalhamos as categorias.

Gráfico 3. Índice de relevância/peso informativo



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Detectou-se grande similaridade no índice de relevância do conteúdo dos jornais analisados. Os resultados oscilam entre 2,59 e 2,67 nas três semanas analisadas. Com base nesses dados o nível de relevância dos conteúdos apresentados foi “médio-baixo”. Cabe notar ainda a inexistência de diferença significativa entre os jornais de referência e os jornais regionais, o que pode ser justificado em parte pelo fato de os jornais regionais reproduzirem os nacionais. O resultado também demarca o alerta para um possível baixo nivelamento da produção, mesmo nos jornais de referência. Nesse campo, chama a atenção o fato de os grandes jornais dispensarem a exclusividade na abordagem dada aos temas, vendendo por meio de suas agências as mesmas perspectivas que publicam.

Considerando o total de textos analisados (121), a baixa relevância verificada se deve especialmente aos atributos referentes ao fator humano, de nível baixo em

87% das notícias; e ao fator de relevância por consequência temporal, baixo em 93% das notícias, conforme Tabela 2, abaixo:

Tabela 2. Indicativos globais com menores índices de relevância

Índice	Fator humano	Rel. por consequência
Baixo	87%	93%
Médio-baixo	10%	2%
Médio-alto	1%	5%
Alto	2%	0%

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A

Do total de 121 textos analisados, somente 2,5% tiveram presença alta de fator humano. Nessas ocasiões destacavam aspectos referentes ao discurso final de Dilma Rousseff, a ser realizado no Senado Federal, sendo o foco do fator humano a emocionalidade do discurso. A ponderação a ser feita nesse caso é o fator humano constar nas falas da presidente e ser transmutado, ainda que forçosamente, aos jornais.

Quanto à relevância por consequência temporal, os textos indicavam efeitos objetivos das notícias sobre um restrito grupo de pessoas, sendo estas as envolvidas no processo, diretamente. Esse tópico aparentemente irrelevante diz muito sobre a cobertura jornalística realizada, pois ao se noticiar sobre um processo de *impeachment* não houve notícias que estiveram nas capas como manchete ou manchete principal e que referenciassem as consequências possíveis ou resultantes da retirada de Dilma Rousseff do poder. Não foram ouvidos especialistas de todos os lados, não foram observadas as ponderações da sociedade civil organizada e pelo que demonstram os textos analisados nem se cogitou ouvir os mais afetados pela decisão: o eleitor, o protestante, o favorável ou o contrário. A nação foi representada não somente no parlamento pelos deputados e senadores, mas também na mídia, embora os parlamentares tenham sido eleitos somente para o primeiro posto.

7.3 Diversidade temática

Para calcular a diversidade temática foram utilizadas as variáveis da chamada pauta informativa, que registra o foco principal do tema noticiado. Do total de 10

temas e 26 eixos temáticos possíveis, apresentados pelo VAP-A⁶⁹, selecionamos os seis eixos inclusos no tema “Estado e política”. São eles: Governo; Congresso/partidos; Política exterior; Justiça/polícia; Militar/defesa; Governo e suas atividades. Confira na Tabela 3 os dados relativos aos temas:

Tabela 3. Eixo temático estratificado por jornal

Eixo temático	Folha de S. Paulo	A Tarde	O Globo	Estado de S. Paulo	O Liberal	Zero Hora
Governo	38,1%	23,8%	30,0%	38,1%	20,0%	27,8%
Congresso/partidos	52,4%	71,4%	65,0%	57,1%	65,0%	72,2%
Política exterior	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Justiça/polícia	4,8%	4,8%	5,0%	0,0%	15,0%	0,0%
Militar/defesa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Governo e suas atividades	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%	0,0%	0,0%

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

A maioria dos textos pautou a discussão do *impeachment* pelo eixo do Congresso e dos partidos, como demonstra a gradação esverdeada na tabela. O jornal com maior destaque para esse eixo foi o A Tarde, com 71% das notícias adotando o Congresso/partidos como central. Em seguida o Zero Hora registrou 72,2% das notícias com essa perspectiva. A saliência do Congresso e dos partidos é um comportamento até certo ponto natural, tendo em vista que todo o processo ocorreu nas duas casas legislativas. O segundo posto foi ocupado pela perspectiva temática de “governo”, também em todos os jornais. Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo empataram com 38,1% das notícias com foco no governo, registrando o maior índice nesse eixo temático.

Com base nos dois eixos predominantes pode-se perceber a alternância entre a acusada, Dilma Rousseff, e os acusadores, inicialmente a Câmara Legislativa e posteriormente o Senado. O diferencial ficou por conta do jornal O Liberal, que teve 20% das notícias pautando o tema pelo eixo de Justiça/polícia. Isso pode estar relacionado ao fato de editarem notícias de diversas agências. Os dados reforçam ainda uma padronização na forma de cobertura adotada e uma baixa diversificação

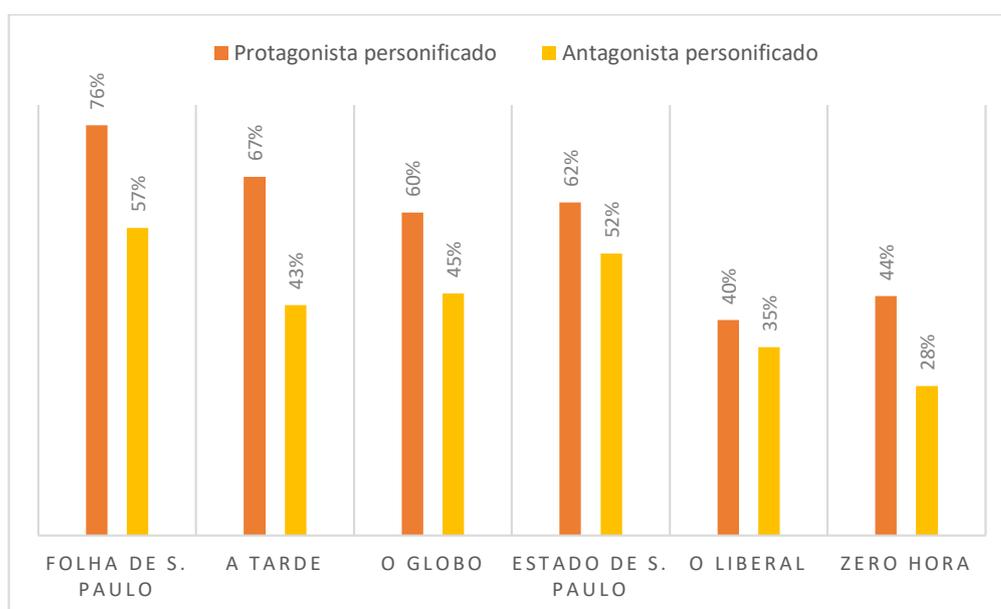
⁶⁹ Quando adotadas as 10 categorias temáticas e os 26 eixos de abordagem é possível calcular a entropia relativa para verificar a diversidade temática presente em jornais. Como foi adotada somente uma categoria temática, relativa a um tema específico, que é o *impeachment*, optou-se por não aplicar o cálculo de diversidade, elencando somente os seus percentuais simples.

na exploração de temas correlatos ao processo de deposição e que poderiam ser explorados a partir das outras perspectivas englobadas nos dos demais eixos, a exemplo de como serviços públicos básicos poderiam ser alterados por uma mudança de governo.

A temática da abordagem dialoga também com a falta de iniciativa dos veículos para a elaboração das pautas relativas ao *impeachment*, centrando-se nas falas dos envolvidos e no trâmite geral do processo.

A identificação da presença de protagonistas e antagonistas – Gráfico 4, abaixo – no texto também permite perceber a forma como a narrativa é construída.

Gráfico 4. Presença de protagonista e antagonista personificados



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Nesse caso, a Folha de S. Paulo foi o jornal que mais focou num enquadramento com protagonista personificado, mas nota-se que o recurso é utilizado por todos os jornais em quantidades relevantes. O Antagonista, entretanto, é menos personificado também em todos os jornais. Isso quer dizer que nem toda a notícia com protagonista personificado encontra um antagonista personificado. Exemplo disso são os casos em que Dilma aparece como protagonista personificada e seu antagonista é o Congresso em vez de um congressista.

A Folha de S. Paulo foi o jornal que mais se utilizou de protagonistas personificados em suas pautas, 76%, sendo essencialmente Dilma ou algum de seus

aliados os protagonistas da notícia. À exceção do caso em que Eduardo Cunha assume o posto, quando se trata de seu afastamento pelo Supremo Tribunal Federal. Os partidos políticos, na condição de entidade, os congressistas (deputados e senadores) e o vice-presidente Michel Temer aparecem como antagonistas personificados, mas somente em 57% dos textos. A Tarde, O Globo e Estado apresentam índices similares, com cerca de 10% a 15% a mais de protagonistas personificados em relação a antagonistas personificados. O Zero Hora registrou o menor índice com 44% de personificação de protagonistas, contra 28% de antagonistas personificados. O Liberal foi responsável pelo cenário mais equilibrado, com 40% de textos com protagonistas contra 35% de textos com antagonistas.

O comportamento da personificação conflituosa, entretanto, é comum à narrativa do jornalismo político, que tem como uma de suas categorias estruturantes o conflito (MOTTA; GUAZINA, 2010), usualmente colocando personagens em polos opostos. O que os dados indicam é a adoção, pela Folha de S. Paulo, de um posicionamento mais embasado em personagens, centrais para o noticiamento do *impeachment*, enquanto o Zero Hora centra-se mais nos acontecimentos, sendo os personagens peças internas utilizadas para clarificá-lo em vez de assumirem protagonismo. No caso de O Liberal, seus textos possuem menos personagens e adotam tons mais de resumo dos acontecimentos por derivarem essencialmente de agências de notícia, o que influencia diretamente na baixa proporção de textos com protagonistas e antagonistas.

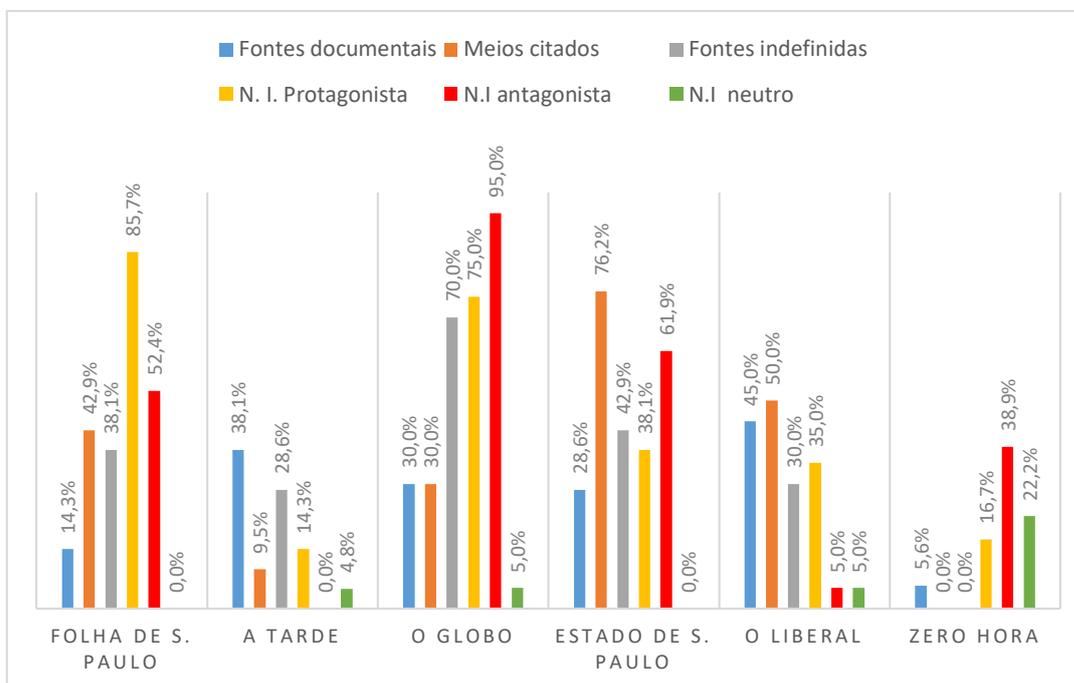
7.4 Utilização das fontes

Para observação das fontes utilizamos as categorias: documentais, citação de outros meios; fontes indefinidas; fontes não identificadas; oficiais públicas; oficiais privadas; especialistas; e testemunhais. O cálculo sob os quais foram gerados os gráficos considera a soma das fontes usadas pelos jornais em cada categoria.

Os registros totais de fontes usadas, por jornal, foram os seguintes: Folha de São Paulo, 93; A Tarde, 65; O Globo, 111; O Estado de S. Paulo, 103; O Liberal, 70; e o Zero Hora, 79. No primeiro gráfico expõem-se as fontes documentais, os meios citados, que dizem respeito ao referenciamento de outras mídias; as fontes indefinidas, casos em que os dados estão no texto, mas não se sabe exatamente qual

é a fonte; e as fontes não identificadas, aquelas cujos nomes não são informados, fazendo-se, geralmente, referência ao seu posto de trabalho.

Gráfico 5. Uso de fontes documentais, indefinidas e não identificadas considerando o total de notícias de cada jornal



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

No Gráfico 5 têm-se as fontes não identificadas, documentais e indefinidas de acordo com o total de notícias analisadas para cada jornal. Os dados apontam a liderança de O Globo, com 95% dos textos trazendo fontes não identificadas alinhadas ao antagonista, contra 61,9% do Estado de S. Paulo; 52,4% da Folha, 38,9% do Zero Hora e 5% do A Tarde. No alinhamento ao protagonista (Dilma ou seus representantes) a liderança foi da Folha de S. Paulo, com 85,7%, seguida de O Globo, com 75%. Os valores caem para 38,1% no Estado, 35% em O Liberal e 16% em Zero Hora. Os dados demonstram dois resultados preocupantes em relação ao que se espera, em perspectiva teórica, do jornalismo. O primeiro deles é o desequilíbrio no alinhamento das fontes quando em contextos com protagonistas e antagonistas; o segundo, o alto índice de fontes não identificadas, incompatível com os preceitos teóricos que indicam sua utilização de forma restrita e somente quando extremamente necessário e justificado para a compreensão da informação.

No dia 16 de abril, por exemplo, O Globo utilizou seis fontes não identificadas, a maioria delas apresentadas como sendo relacionadas à Dilma Rousseff. As falas destas fontes mencionam bastidores do Planalto e comportamentos da presidente. Na Figura 1, que ilustra parte da notícia, podem ser conferidas tais referências:

Figura 1. Excerto de notícia publicada pelo O Globo em 16 de abril de 2016

— Estamos dando um recado aos governadores do Ceará e da Bahia, que ficam pressionando o PP. Se insistirem, ficarão sem o nosso apoio na próxima eleição — disse um dirigente.

Do lado de Temer, a pressão também foi forte sobre os deputados. O PP anunciou à tarde que iria punir quem votasse contra a orientação pró-impeachment do partido, e à noite destituiu o vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), do comando do diretório estadual da legenda. A punição foi pelo fato de Maranhão ter gravado um vídeo anunciando que votaria contra a saída de Dilma e que estava “irmanado” com mais 11 deputados do PP. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, retirou Maranhão da presidência estadual e entregou-a ao deputado federal André Fufuca, favorável ao impeachment.

Do lado do governo, o PDT tomou posição idêntica e decidiu que caso algum deputado seu vote a favor do impeachment será submetido a um processo de expulsão. O partido autorizou a abertura de processo de expulsão contra o deputado gaúcho Giovani Cherini, que anunciou ser favorável ao impeachment.

A convocação de governadores para virar votos começou na tarde de quinta-feira, mas só ontem surtiu efeito. Reservadamente, no entanto, membros da tropa de choque de Dilma no Planalto confessavam que ainda não tinham garantidos todos os votos necessários, mas se mostravam animados com os apoios que começaram a pingar ao longo do dia. Ao fim do dia de ontem, na conta reservada do Planalto, contabilizava-se um placar pró-Dilma de entre 160 e 180 votos.

— A tropa dos governadores está funcionando — comemorava um dos articuladores políticos de Dilma.

Numa demonstração de força, Rui Costa levou ao gabinete presidencial 19 deputados de partidos da base aliada. Entre eles, Félix Jr (PDT), que estava indefinido. Saiu da reunião contra o impeachment.

— Fizemos o que tinha que ser feito, muita conversa, a presidente, pessoalmente. Recebeu políticos, telefonou, é um trabalho intenso que será mantido — disse um auxiliar presidencial.

Nas conversas, segundo relatos ao GLOBO, Dilma adotou um tom de campanha, pedindo abertamente voto a seu favor. Entre os argumentos elencados pela presidente ela diz que é em defesa de seu mandato e por uma pacificação do Brasil. “Não podemos aceitar um governo dos sem voto, que prega o Estado mínimo”, tem repetido nas falar, segundo um auxiliar palaciano. Os articuladores do Planalto admitiram ontem que o jogo dos aliados do vice-Michel Temer vinha surtindo mais efeito do que esperavam e entraram em campo com armas mais pesadas na guerra de cargos e verbas.

— Perto da turma do Temer, nós somos amadores — comparou um assessor presidencial.

Outra estratégia do Planalto que já estava em prática desde o começo da semana foi acentuada: a volta de deputados titulares para votar em vez de suplentes em que há dúvida quanto a fidelidade ao governo. (Isabel Braga, Catarina Alencastro, Eduardo Barretto, Simone Iglesias, Cristiane Jungblut, Marcelo Remígio e Renan Xavier) ●

 NA WEB
bit.ly/1NnZ9zv
Acompanhe a tendência de voto dos deputados

Fonte: O Globo.

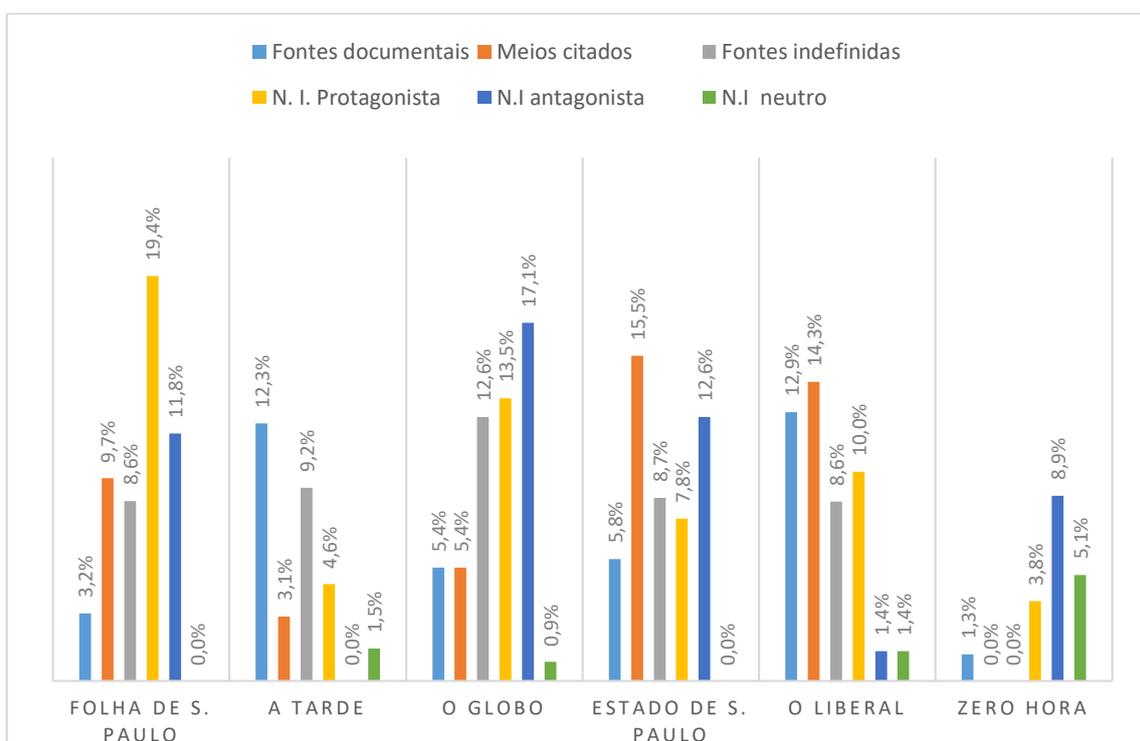
A diferença observável nesses dados recai sobre o uso de fontes não identificadas neutras, com cerca de 5% cada em A Tarde, O Globo e o Liberal. Na Folha de S. Paulo tais fontes não aparecem. O jornal gaúcho Zero Hora foi o único a registrar um índice de fontes não identificadas de posicionamento neutro de 22%. Embora tal índice também seja teoricamente reprovável, passa a ser mais aceitável quando não privilegia determinado posicionamento em detrimento de outro, respeitando a diversidade.

A utilização de conteúdos produzidos por outros meios também serviu para embasar as notícias. Este índice é mais elevado no O Liberal e no O Estado de S. Paulo. Cabe lembrar que o primeiro é assíduo consumidor de conteúdos produzidos

pela agência homônima do segundo, o que justifica a similaridade nos percentuais. Nesse critério, o Estadão se destaca pela autocitação de conteúdos e/ou levantamentos feitos por ele mesmo ou por veículos do grupo, como a Rádio Estadão. O motivo maior de autorreferenciação foi o placar do *impeachment* criado e alimentado diariamente por meio do site do jornal e que aparecia nos textos impressos com expressões como “segundo o placar do Estado”. Nos demais jornais os números alcançaram patamares baixos.

No Gráfico 6 constam os dados sobre as mesmas fontes (documentais, não identificadas e outros meios), porém considerando o número total de fontes citadas por cada veículo, sobre o qual calculou-se o percentual.

Gráfico 6. Uso de fontes documentais, indefinidas e não identificadas considerando o número total de fontes



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Desta outra perspectiva é possível afirmar que, excetuando as fontes oficiais públicas, como mostra o Gráfico 7 adiante, as fontes não identificadas foram as mais utilizadas pelos jornais. O total de fontes não identificadas utilizadas pelos jornais nacionais foi de cerca de 30%. Nos jornais regionais esse número varia entre 18% e 25%. Na Folha de S. Paulo o alinhamento é maior com a protagonista, no caso Dilma

Rousseff, com 19,4%. Nos demais veículos o alinhamento ao antagonista sobressai, variando de 17% no O Globo a 1% no O Liberal. A Tarde não registrou fontes não-identificadas e alinhadas ao antagonista.

Os dados apresentados, seja na perspectiva do Gráfico 5 ou do Gráfico 6, simbolizam um alerta. Todos os jornais utilizaram abertamente das fontes não identificadas, sendo os considerados jornais de referência líderes no seu emprego. Outro exemplo do jornal O Globo mostra a presença de informações advindas de fontes conhecidas somente pelo jornalista, conforme a Figura 2, abaixo:

Figura 2. Exemplo de notícia do O Globo, de 13 de abril de 2016

The image shows a newspaper article with several text boxes highlighting specific phrases and their sources. The highlighted text includes:

- Mesmo os peemedebistas mais alinhados com o governo passaram a admitir que, com a decisão do PP, parte desses votos deve se transformar, nos próximos dias, em apoio ao impeachment.** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- Nas contas de um peemedebista dessa ala os votos pró-impeachment podem chegar a 60...** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- Segundo um integrante do governo, no entanto, a presidente ainda conta com votos de um núcleo duro.** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- Na contabilidade do Planalto, segundo um assessor, Dilma teria, após os anúncios do PP e do PRB, cerca de 185 votos, uma vantagem de apenas 13 apoios...** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- Reservadamente, integrantes da bancada afirmaram...** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- Há relatos de que...** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)
- No final do dia, interlocutores do ex-deputado Valdemar Costa Neto [...] afirmaram que a tendência era de que...** (Source: JUNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI)

The article also features a quote from Marcos Pereira, Presidente do PRB: "A bancada decidiu por unanimidade apoiar o impeachment. Nós fechamos questão".

Fonte: O Globo

A notícia que ilustrou a capa do O Globo no dia 13 de abril de 2016 é contada por meio de fontes não identificadas. A história mostra confronto e se baseia em supostas informações e dados fornecidos por pessoas envolvidas no processo ou cujos cargos permitiram acompanhá-lo de maneira próxima. Logo na primeira coluna do texto há quatro referências a fontes que não podem ser identificadas e que mal podem ser “imaginadas”, pois a descrição sobre os procedimentos para chegar a elas, os locais de encontro, o motivo da ocultação de seu nome, nada é revelado. Ao deparar com esse texto, o juízo que o leitor faz da situação a partir de sua leitura é

real? O governo tinha/tem milhares de integrantes, quando se diz “um integrante” isso gera alguma credibilidade para o texto? Pode-se considerar que houve uma boa apuração nesse texto? Não se verifica que as informações fornecidas pelas fontes não identificadas sejam essenciais para a compreensão dos eventos relacionados ao fato, mas sim que alimentam a especulação e aura de confabulação e tramas em torno do processo.

Embora O Globo ilustre a situação, ela se repete nos demais jornais, como mostra o Gráfico 6. Parece ter se tornado senso comum a utilização abundante de fontes não identificadas ou ocultas no jornalismo analisado. E como uma situação aparentemente estabilizada, a resposta mais óbvia seria a de que o padrão tem sido este e que somente assim é possível fazer jornalismo político no país. Esse comportamento contribui para a imagem de que o ambiente político é restrito e que as fontes devem ser ocultas porque há perigo em dar declarações públicas no ambiente político (seja ele em termos de retaliação ou mesmo de ameaças físicas). A presença dessas fontes nos textos pode ser muito válida quando são apresentadas informações consistentes e imprescindíveis ao texto, como apontam Kovach e Rosenstiel (2015) e visam proteger a fonte de ameaças reais. Não é o caso de comentários que não podem ser comprovados, sobre o comportamento de Dilma Rousseff ou dos anônimos que especulam votos.

Há questionamentos derivados desse contexto. Só se faz política às escondidas, num esquema de confabulações e armações como transparecem em alguns textos? O que o público fica sabendo é também repassado às escondidas? Está sendo prezado, pelos jornalistas ou seus jornais, um relacionamento com uma fonte, que deseja manter-se oculta, cujas informações mais relevantes fornecidas são especulações sobre cálculos pouco exatos ou sobre sentimentos e características dos envolvidos? Tais questionamentos não podem ser respondidos ao olhar somente para o conteúdo publicado, mas faz-se importante registrá-los, pois sua existência também afeta o conteúdo, diante do cenário de mudanças tecnológicas, econômicas e culturais pelas quais passa o jornalismo (CARLSON, 2011).

Ilustra a mesma situação esse exemplo da Folha de S. Paulo, do dia 29 de agosto de 2017, antevéspera da votação final: “A obsessão por afastar o contraditório teve reflexo direto na perda de condições para governar ao longo de seu segundo mandato, dizem auxiliares”. Nesse caso, a fonte oculta supostamente apoia Dilma, mas profere falas que maculam a sua imagem, o que contribui para a sensação de

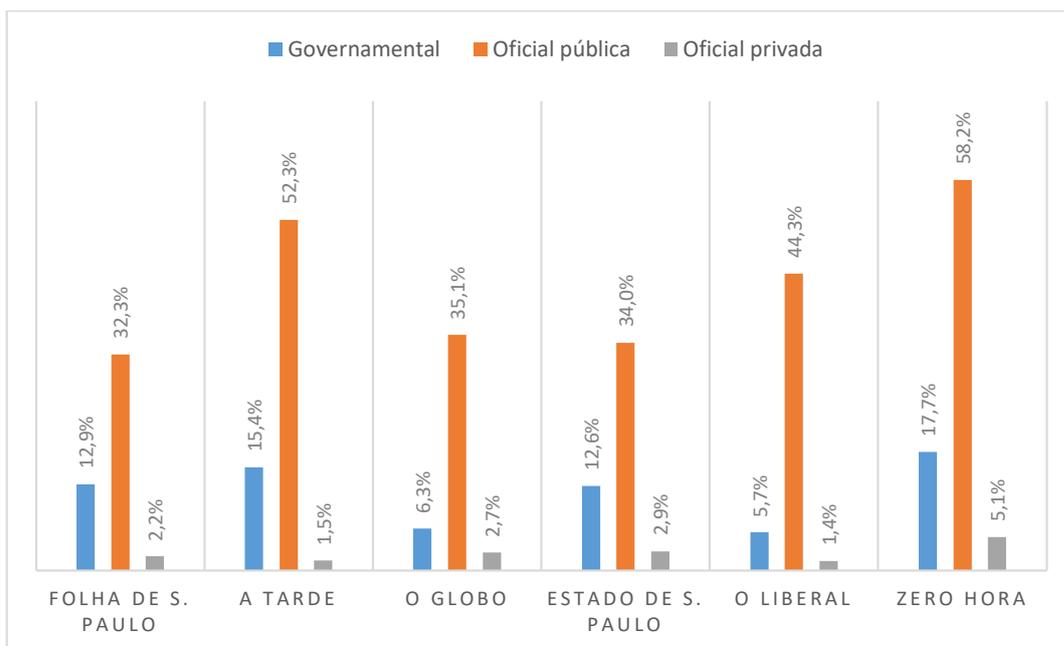
isolamento da presidente uma vez que mesmo quem está perto dela se oculta para dizer o quanto ela é autoritária e não aceita ser contrariada. Qual a contribuição da fonte para o texto? Tentar desenhar uma justificativa que tenha levado ao *impeachment*?

É preciso voltar à questão chave nesse cenário, que é o fato de o julgamento ser sobre o “crime de responsabilidade”, mas nas matérias jornalísticas outros elementos sobressaírem como auxiliares, ainda que sutilmente, para justificar a aprovação do processo por parte dos parlamentares. Um discurso que deveria ser também sobre como os parlamentares fugiram da justificativa e do motivo real de julgamento, utilizando o crime de responsabilidade como desculpa para derrubar a presidente, tornou-se um discurso pobremente elaborado sobre a personalidade da presidente e outras inúmeras alegações visíveis nas falas de justificativa dos votos dos deputados, já na votação de abertura do processo em abril de 2016. Poderia se questionar por que nenhuma notícia de capa estampou manchete afirmando que a razão do *impeachment* não era o crime de responsabilidade ou ao menos questionou a postura dos parlamentares em relação às suas justificativas.

Essas fontes ocultas utilizadas pelos jornais e que auxiliam na composição de seus textos são melhores do que as fontes de acesso direto às quais o leitor tem acesso?

Ainda dentro da seara das fontes, explora-se a seguir o uso das fontes pessoais. Elas podem ser oficiais públicas, que informam em função do cargo público que ocupam; ou oficiais privadas, que respondem por seus cargos privados; e governamentais, que integram o poder Executivo. Quanto a suas presenças nas notícias sobre o *impeachment* temos o seguinte cenário:

Gráfico 7. Uso de fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Como mostra o Gráfico 7, as fontes oficiais públicas predominaram em todos os jornais. O índice mais alto foi registrado pelo Zero Hora, com 58% das suas fontes integrando essa categoria, seguido pelo A Tarde, com 52%. O mesmo índice também se assemelhou entre os três jornais de alcance nacional. Folha, O Globo e O Estado utilizaram, respectivamente, 32%, 35% e 34% de fontes oficiais públicas em seus textos. Em segundo lugar estão as fontes oficiais governamentais, nas quais nota-se um índice novamente similar entre os jornais nacionais e o regional Zero Hora. E um índice mais baixo nos jornais regionais, O Liberal e A Tarde, com 7% e 8% cada.

A diferença entre Zero Hora e A Tarde, em relação aos jornais nacionais pode ser explicada pelo índice inferior de fontes anônimas (não identificadas ou indefinidas), como mostrado nos Gráficos 5 e 6.

Também sobressai a variação alta entre fontes oficiais públicas e governamentais. Os dados sugerem, num primeiro momento, que a diferença se deve ao protagonismo assumido pelo Congresso, e seus deputados e senadores, em relação ao processo de *impeachment*. Nesse caso as notícias parecem se confirmar como um fluxo de cima para baixo, como disse McQuail (2012), em que os jornais divulgam para o público o que as fontes oficiais decidem dizer. O agravante dessa situação é a falta de questionamento sobre o que é dito pela oficialidade, a aceitação passiva transparecida nas notícias analisadas, com declarações apenas repassadas ao público,

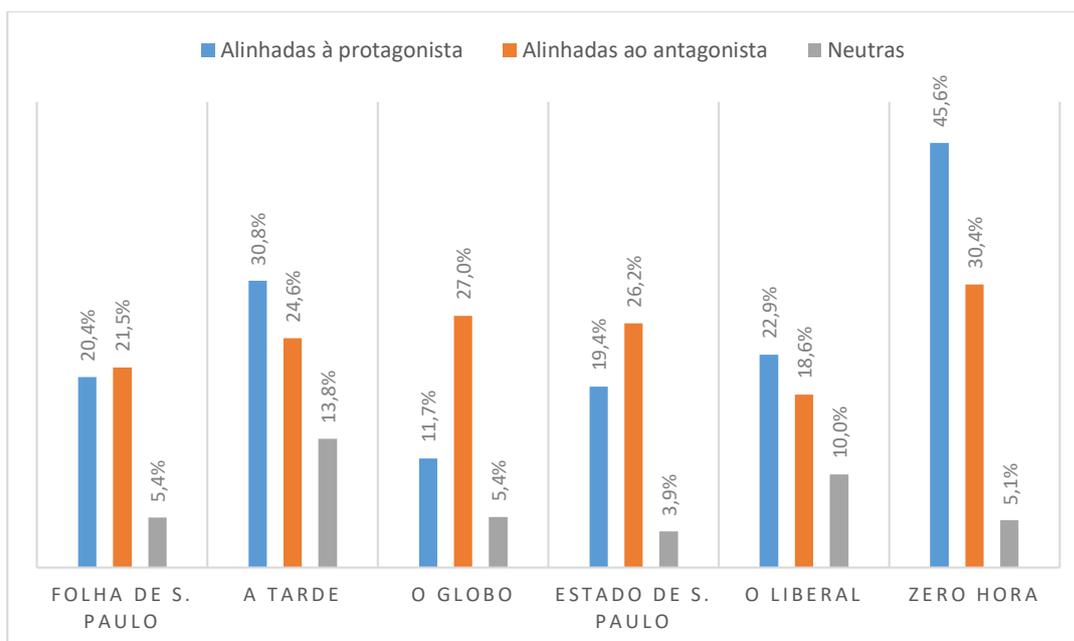
sem que haja argumentação, refutação ou contraposição de ideias. A fórmula evidencia a ideia de que se há uma fonte dizendo uma coisa a favor e outra dizendo outra contra, ainda que suas falas não dialoguem, a notícia está equilibrada. Este é um dos elementos que precisam ser verificados em termos de qualidade não-normativa.

As fontes oficiais privadas aparecem discretamente em todos os jornais, variando de 1%, registrado pelo O Liberal, a 9%, registrado pelo Zero Hora. Os jornais de referência mantiveram índices parecidos, variando de 3% a 5%. Estas fontes eram principalmente cientistas políticos e juristas, a exemplo da fala do cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, no O Estado de S. Paulo, em que diz: “ninguém vai eliminar esses programas, até mesmo o Congresso aprovou a continuação do Mais Médicos”, quando em 28 de agosto, véspera do afastamento definitivo da presidente, falava sobre a manutenção de programas sociais pelo governo de Michel Temer. Entre os juristas que apareceram como fonte privada estiveram Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, responsáveis pelo processo de acusação.

Dentre essas subdivisões das fontes não pode ser ignorada a ausência, nas matérias jornalísticas analisadas, de manifestação por parte de cidadãos que não ocupam cargos oficiais, seja emitindo suas opiniões, expressando suas angústias, ou mesmo fazendo questionamentos. O recurso “fala povo”, ainda em voga em alguns jornais de televisão, desapareceu do noticiário político praticado na cobertura do *impeachment* pelos impressos analisados. Há indícios de ser parte da política editorial dos jornais não inserir o “cidadão comum” nas pautas do *impeachment*.

As fontes governamentais e oficiais públicas e privadas também foram verificadas em relação ao seu alinhamento. Desse modo, foram consideradas como alinhadas à protagonista as fontes relacionadas à Dilma e contrárias ao *impeachment*; e como alinhadas ao antagonista as fontes favoráveis à deposição da presidente.

Gráfico 8. Alinhamento das fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Como demonstra o Gráfico 8, o conjunto das fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas alinharam-se principalmente à protagonista nos jornais Zero Hora; A Tarde e O Liberal. As perspectivas regionais influenciam esse resultado. As notícias tratando da relação entre *impeachment* e políticos locais, como foi o caso do A Tarde no dia 8 de maio, quando a notícia principal da editoria de política estampa: “Saída de Dilma desemprega baianos em cargos federais” é um dos exemplos. No caso do O Liberal, os textos agenciados podem ter influência, uma vez que excluem grande parte das fontes não identificadas e que eram oficiais públicas (textos em que se diz: “um deputado disse”). Para o Zero Hora o impacto é similar ao O Liberal, pois ao utilizar menos fontes não identificadas (e muitas das fontes contrárias eram não identificadas, como mostrado no Gráfico 5) o jornal privilegiou fontes que se expuseram. Nessa relação há indícios também de como a pressão sobre os profissionais atua e de como ceder demais à fonte pode ser um redutor de qualidade para o jornalismo. A pressão de falar somente sobre sigilo, mesmo coisas banais ou insignificantes, é um comprovador disso.

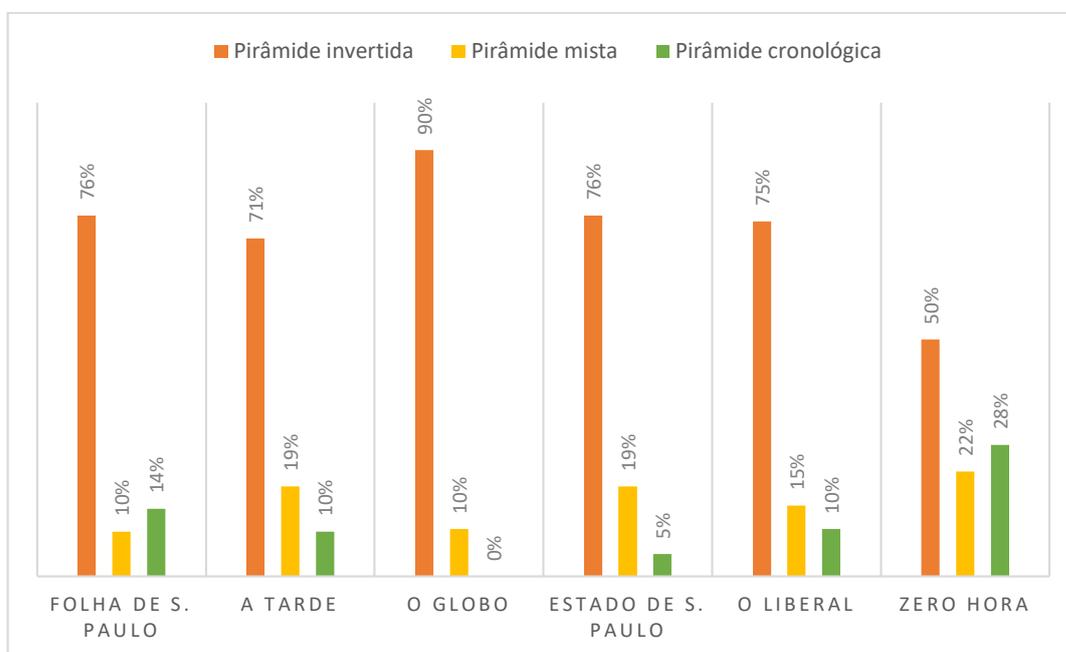
O alinhamento com o antagonista predominou nos jornais de referência, sendo a maior amplitude registrada no O Globo. O índice de neutralidade foi similar

na maioria dos jornais, tendo A Tarde e o Liberal, uma elevação em relação aos demais.

7.5 Conteúdo e estilo

Adentrando nos aspectos técnicos do texto, o primeiro a ser observado relaciona-se com a estrutura narrativa. Verificou-se a estrutura textual adotada de acordo com os três estilos de pirâmide: invertida; cronológica e mista. Há uma predominância do uso do modelo de pirâmide invertida sobre os demais, em todos os jornais. O periódico com maior equilíbrio entre os três modelos foi o Zero Hora.

Gráfico 9. Estrutura textual de abertura do texto



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

O uso da pirâmide invertida é liderado pelo O Globo, com 85% dos textos iniciados com o modelo. O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo utilizaram-no em 71% de suas notícias. O Liberal e A Tarde registraram 75% de textos com pirâmide invertida cada. O Zero Hora teve o menor percentual, com 38,9%.

A estrutura mista foi registrada com maior intensidade no Zero Hora, com 27,8% das ocorrências, seguido do Estado, com 23,8% e do O Liberal, com 20%. A Tarde e O Globo registraram 15% de pirâmide mista, contra 14% da Folha, que teve o menor percentual.

Figura 3. Exemplo de uso de lead/pirâmide invertida

O Globo

JÚNIA GAMA, ISABEL BRAGA, EDUARDO BRESCIANI
E MANOEL VENTURA*
opais@oglobo.com.br

-BRASÍLIA- A debandada de partidos da base aliada, que terá peso decisivo na votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff no próximo domingo, ganhou nova dimensão ontem com o desembarque do PP, que tem 47 deputados e havia se tornado a maior legenda aliada desde que o PMDB rompeu com o Palácio do Planalto. A decisão já começou a influenciar outros partidos que se encontravam divididos a respeito do impeachment, provocando um “efeito cascata”: o PRB, com bancada de 22 deputados, fechou posição a favor do afastamento da presidente e o PR deve liberar a bancada de 40 deputados para votarem como quiserem.

Zero Hora

Pressionada pela proximidade da votação do impeachment, Dilma Rousseff fez ontem um de seus discursos mais duros desde o início do processo. Um dia após a comissão especial aprovar parecer recomendando seu afastamento e no momento em que opositoristas ganham força com PP e PMDB, ela acusou o vice-presidente Michel Temer, que na véspera teve divulgado um áudio falando como novo presidente, de “golpista” e “conspirador”.

Folha de S. Paulo

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

A cinco dias da votação do parecer que pede a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, fatias expressivas de partidos com os quais o Palácio do Planalto negocia cargos e verbas anunciaram nesta terça-feira (12) o abandono do governo ou a ameaça de desembarque da base aliada.

O Liberal

BRASÍLIA
Agência Estado

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), anunciou ontem à noite o desembarque do partido do governo Dilma Rousseff. O dirigente disse que orientou os indicados pela legenda a entregar os cargos que possuem no governo. Nogueira anunciou o desembarque logo após receber das mãos do líder do PP na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PB), o resultado da reunião da bancada da Casa realizada ontem à tarde, na qual a maioria dos deputados decidiu fechar posição “majoritária” a favor do impeachment.

Estado de S. Paulo

Igor Gadelha
Valmar Hupsel Filho | BRASÍLIA

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), anunciou na noite de ontem o desembarque do partido da gestão Dilma Rousseff. A decisão da legenda, apontada como peça fundamental pelo Palácio do Planalto em sua luta para evitar o impeachment da presidente, foi mais um duro revés na estratégia governista e fez crescer a sensação de que uma de nova debandada de apoiadores ocorra de hoje até domingo, quando o impeachment deverá ser votado no plenário da Câmara.

A Tarde

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Em uma reunião, ontem, do colégio de líderes da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), definiu que a chamada para votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff será iniciada por parlamentares da região Sul e encerrada com as regiões Norte e Nordeste.

Fonte: Elaboração da autora a partir de O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Zero Hora, O Liberal e A Tarde. Edição de 13 de abril de 2016.

Ao optar pelos exemplos da mesma data, é possível perceber que há uma variação nos temas que apareceram nas capas dos jornais ou como destaques principais nas editoriais de política. Os três jornais nacionais tratam como destaque a saída de partidos da base de apoio à Dilma Rousseff. O Globo traz mais dados informativos no primeiro parágrafo, compondo o *lead* mais informativo dentre os seis jornais. A Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo trazem um resumo mais genérico dos acontecimentos, sem apresentar dados ou informações quantificadas.

Entre os jornais estaduais, o Zero Hora optou por destacar o discurso de Dilma Rousseff sobre o vice-presidente Michel Temer, após o vazamento de áudio em que ele ensaia o discurso de posse. A Tarde enfatizou a ordem de votação definida por

Eduardo Cunha, com informações objetivas e suficientes para a compreensão do que aconteceu. O Liberal foi o único a repercutir a mesma pauta dos nacionais, com texto fornecido pela Agência Estado. É perceptível nesse caso a similaridade das informações, cujo texto é iniciado com a mesma frase, inclusive. Entretanto, o *lead* de O Liberal conta com mais dados, enquanto o do Estado traz uma visão de conjuntura, com mais dedução.

O índice de uso da cronologia para iniciar os textos também foi maior no Zero Hora, com 33,3% das ocorrências. Em ordem decrescente, a Folha registra 14,3%; A Tarde, 10%; O Liberal, 5%; O Estado, 4,8% e O Globo não se utiliza da ordem cronológica.

O uso do *lead*, com o formato de pirâmide invertida, pode representar um apego à fórmula jornalística que o indica como um elemento técnico chave do texto noticioso. Constitui-se também em um facilitador da formalização do texto resumo e pode funcionar como um escudo para falhas, especialmente as de profundidade do conteúdo. Não se percebe nos jornais que haja uma iniciativa para romper com essa prática, o que é coerente com o fato de não haver inovação e nem a adoção de formatos textuais mais alongados, como a reportagem, durante a cobertura.

O segundo indicador de estilo analisado é o nível narrativo. Destacam-se os jornais A Tarde e O Liberal, que tiveram mais textos de estilo transcrição do que de processamento. A Tarde teve 75% de seus textos em estilo transcrição e o Liberal, 65%. O menor índice de transcrição ficou a cargo do O Globo, com 30%.

Figura 4. Exemplo de transcrição em A Tarde de 26 de agosto de 2016

ESTADÃO CONTEÚDO

Brasília

O primeiro dia de julgamento do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff no plenário do Senado foi marcado por tensão e bate-boca. Diante de holofotes e câmeras em número bem superior aos dias comuns, senadores se insultaram com termos como "assaltante", "cheirador" e "canalha".

A tensão começou pela manhã, quando o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu a suspensão do julgamento e avisou que pediria o afastamento do presidente em exercício Michel Temer. O senador Magno Malta (PR-ES) questionou o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, se era o ministro ou "esse menino aqui" que comandava a sessão, referindo-se a Lindbergh. Malta também disparou contra partidos, dizendo que PSDB, PMDB e PT estavam numa "lata de lixo".

Fonte: A Tarde

O exemplo é um excerto inicial do texto publicado pelo A Tarde na última semana de votação do *impeachment*. Além dos termos nada republicanos utilizados pelos senadores para referirem-se uns aos outros, o texto limita-se a descrever a balbúrdia ocorrida na sessão. O papel cumprido nesse caso é de expor a ridicularidade de comportamento de senadores diante de um processo grave para o país. Entretanto, o texto não traz críticas ou argumentos que deixem isso claro para o leitor. Mais uma vez transparece a normalização da mera aceitação e publicação do que foi dito pelos envolvidos, sem importar o teor do conteúdo em si.

O processamento foi mais presente no O Globo, como exemplificado na Figura 5 a seguir.

Figura 5. Exemplo de processamento em O Globo de 27 de agosto de 2016

JOSÉ CASADO
jose.casado@oglobo.com.br

No Congresso fracionado em 27 partidos políticos só se pensa no “dia seguinte” ao desfecho do processo de impeachment de Dilma Rousseff, na próxima semana, e às eleições municipais, em outubro.

Líderes do governo e da oposição negociam uma re-

forma político-partidária com o objetivo de abrir caminho à refundação dos partidos. As novas regras partidárias seriam votadas depois das eleições municipais com vigência já no próximo ano.

As normas para recriação teriam o efeito prático de uma anistia, principalmente para as organizações políticas que hoje estão soterradas

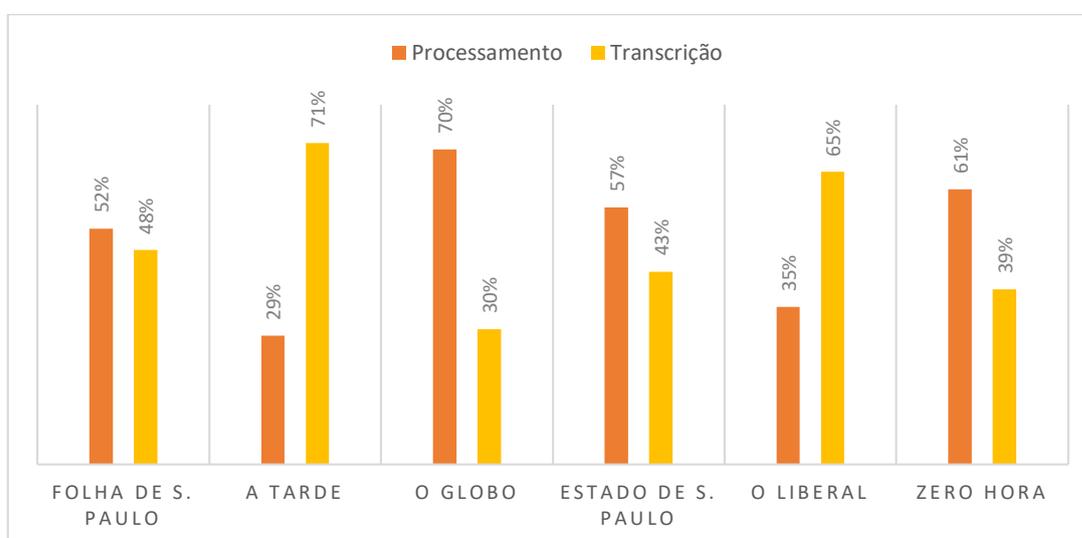
por múltiplos inquéritos judiciais sobre corrupção e lavagem de dinheiro em campanhas eleitorais.

Fonte: O Globo.

O processamento ilustra um processo de escrita diferente, pois os dados ou acontecimentos não são apenas organizados e citados sequencialmente. Sua exposição se dá de forma a interligar possíveis causas e consequências, permitindo inferir resultados. O risco nesse caso é a pendência para a especulação, dados apresentados na próxima seção.

Comparativamente, no Gráfico 10 vê-se que o processamento predomina nos jornais com autonomia de conteúdo e cai drasticamente nos jornais pautados essencialmente por agência.

Gráfico 10. Nível narrativo por unidade (processamento x transcrição)



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Quanto aos jornais que mantiveram o estilo narrativo de processamento à frente, O Globo lidera, com 70% dos textos nesse estilo. O percentual cai para 61,1% no Zero Hora, 57% no Estado de S. Paulo e 52% na Folha de S. Paulo.

Outro elemento que se soma a esse cenário é o uso de adjetivos e verbos ou expressões de atribuição, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Estrutura textual: adjetivos e verbos/expressões de atribuição

Categoria	Folha de S. Paulo	À Tarde	O Globo	Estado de S. Paulo	O Liberal	Zero Hora
Adjetivos	119	84	114	106	45	121
Verbos/expressões de atribuição	136	162	192	139	144	146

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

O uso médio de adjetivos por texto variou de 2,25 em O Liberal a 6,72 em Zero Hora. Os jornais de referência contaram, em média, com 5 adjetivos por texto. Porém, o destaque é para a grande quantidade de expressões ou verbos de atribuição, casos em que se atribui informações ou falas a pessoas ou instituições. O Globo é o líder na média desses valores, com cerca de 9 expressões ou verbos de atribuição por texto. Em seguida aparece o Zero Hora, com 8. A Tarde e O Liberal ficam na casa de 7 verbos ou expressões de atribuição por texto. E, nas últimas posições aparecem O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, com 6 ocorrências, em média. O uso de verbos e expressões de atribuição também demonstram o nível de profundidade dos textos, sendo menos presentes naqueles com maior processamento.

Aqui é onde se pode perceber os efeitos das mudanças estruturais pelas quais passa o jornalismo. A questão do tempo de produção se avizinha como uma chave explicativa, uma vez que textos mais processados exigem de seus autores maior reflexão, pesquisa e embasamento. Com um processo de grande magnitude em ocorrência, o caminho escolhido pode não ter sido apenas o mais fácil, mas o mais viável. Entretanto, essa mesma possibilidade pode ser refutada quando não se visualizam diferenças de cobertura entre a primeira semana analisada, de abril de 2016, para a última, em agosto do mesmo ano. Os veículos poderiam ter investido em pautas vinculadas ao acontecimento, que já era previsto, e utilizado a lacuna temporal para aprofundamento de questões relativas ao resultado da aprovação ou rejeição ao processo, por exemplo, o que não aconteceu. Esse comportamento pode

denotar também a existência de interesses editoriais em omitir-se em relação ao processo.

O uso de fotografias e infografias também foi observado. Todos os jornais tiveram presença de fotos na maioria das notícias analisadas, variando entre 80% em O Globo e 94,4% no Zero Hora. Já o uso de infografia foi maior na Folha de S. Paulo, com 76% de seus textos fazendo uso desse formato informativo. Os valores totais podem ser conferidos na tabela a seguir:

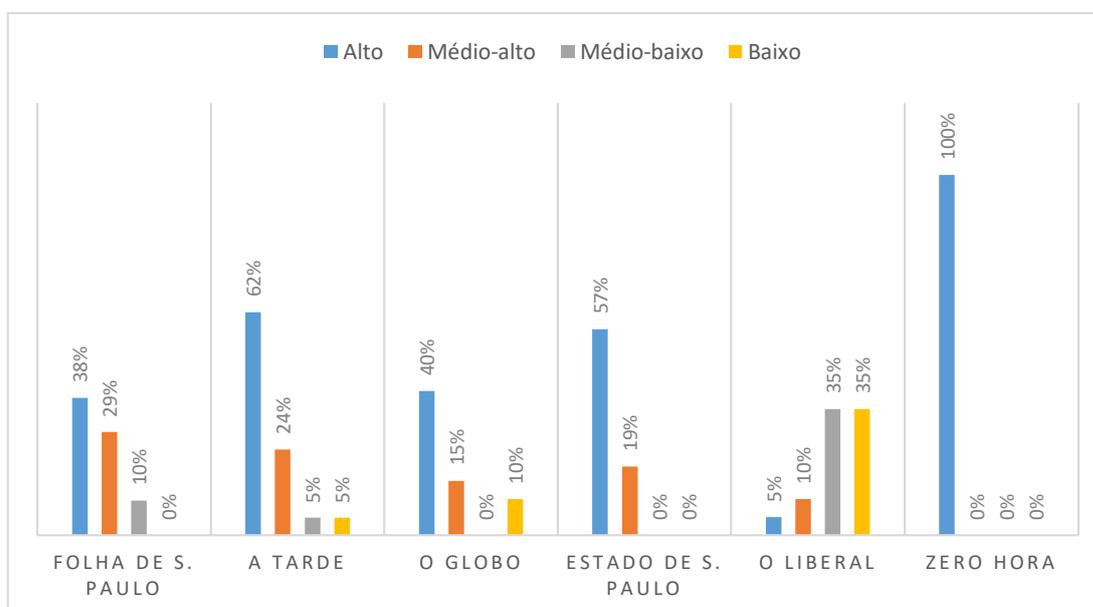
Tabela 5. Recursos gráficos

Tipo de recurso	Folha de S. Paulo	A Tarde	O Globo	Estado de S. Paulo	O Liberal	Zero Hora
Fotografia	76%	95%	65%	76%	85%	94%
Infografia	38%	19%	55%	24%	55%	22%

Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Estratificando os dados apresentados na Tabela 5, é possível verificar os percentuais de fotos e infográficos quanto a sua relevância, medida em escala variando entre 1 e 4, correspondendo aos índices: Baixo, Médio-Baixo, Médio-Alto e Alto.

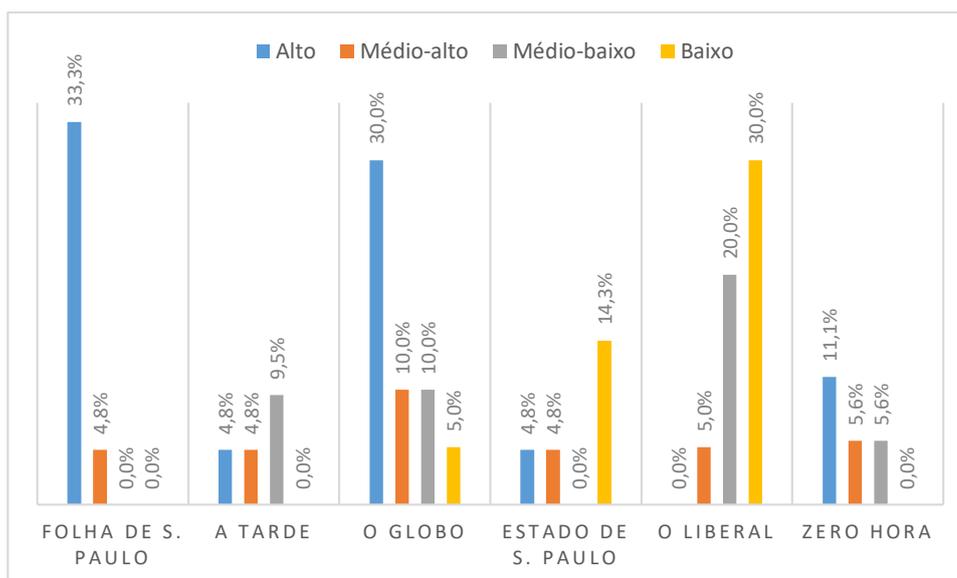
Gráfico 11. Presença de elementos gráficos: fotografias



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

A fotografia teve alto grau de utilização na maioria dos jornais. Os extremos ficaram com Zero Hora, com fotografias grandes em todas as suas notícias, e com O Liberal, que as utilizou em apenas 5,9% de seus textos. Foram consideradas grandes e de nível alto (4) as fotografias que alcançaram valor equivalente ou maior do que $\frac{1}{4}$ da página do jornal. O Liberal também registrou o maior uso de fotos pequenas, com 35,3%; seguido do O Globo, com 18,8%; e do Estado, com 5,9%. Os demais jornais não utilizaram fotos pequenas.

Gráfico 12. Presença de elementos gráficos: infografias



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

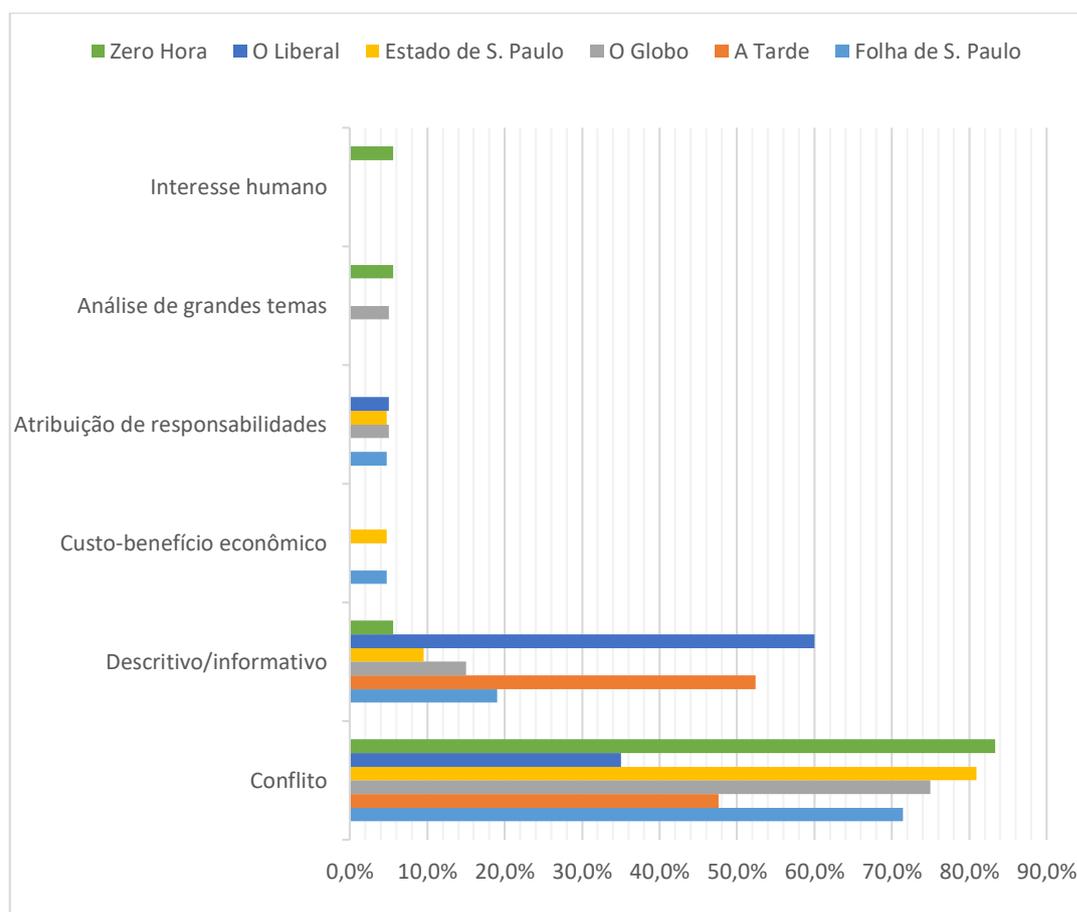
A Folha de S. Paulo liderou o uso de infografia, com presença variando entre média-alta e alta. O Liberal liderou, novamente, o baixo índice no uso de infográfico. Somente 10% de seus textos tiveram uso “médio-alto” do recurso. No mesmo caminho do O Liberal, O Estado também usou infográficos em grau baixo em 43% de seus textos. A baixa utilização de infográficos relaciona-se ao menos a dois fatores: a necessidade de pesquisa e sistematização de dados que possam ser compreendidos pelo leitor; e a organização visual desses dados, que requer mão de obra especializada.

7.6 A base narrativa

Para definir a base narrativa observou-se a forma principal de enquadramento dos textos de acordo com os fatores de maior visibilidade durante o desenvolvimento dos acontecimentos. Foram considerados como enquadramentos: atribuição de responsabilidades, conflito, custo/benefício, interesse humano e descritivo/informativo.

As narrativas com ênfase no conflito predominaram na maioria dos jornais. Cabe observar que o enfoque narrativo não é absoluto, mas a tendência mais presente no texto. Desse modo, a liderança ficou com o Zero Hora, com 88,9% dos textos enquadrando o *impeachment* a partir de conflitos. Em seguida O Globo e A Tarde tiveram 75% cada. A Folha de S. Paulo adotou esse viés como central em 71,4%. O Liberal teve o menor índice de conflito, com 30% das notícias com esse enfoque. O Gráfico 13 expõe comparativamente os valores:

Gráfico 13. Enfoque narrativo predominante

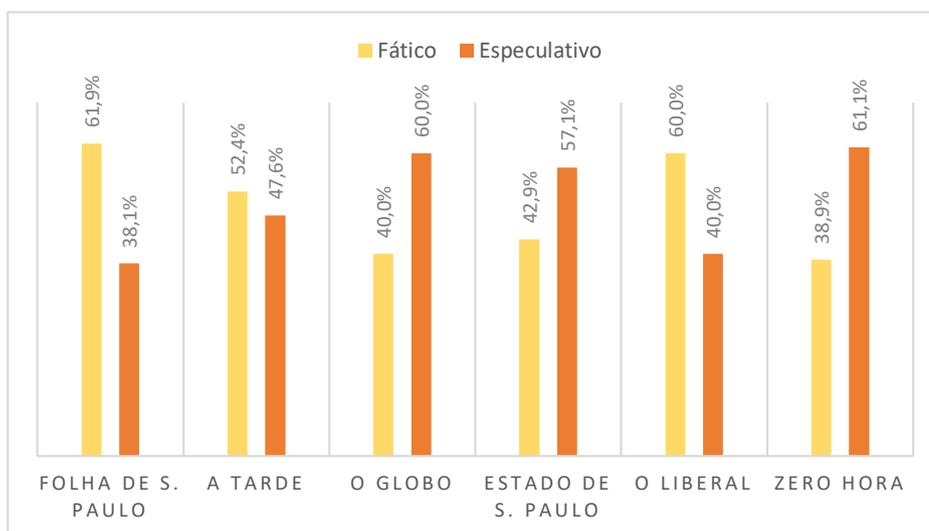


Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

O segundo item em destaque no Gráfico 13 é o enfoque descritivo/informativo. O Liberal teve a maior quantidade de textos com predominância desse viés, alcançando 55% das publicações analisadas. A segunda posição ficou com A Tarde, 20%; e em terceiro lugar aparece A Folha de S. Paulo, com 19%. O Globo, o Estado e o Zero Hora registraram valores inferiores a 10% nesse quesito. Os demais quesitos atingiram 10% ou menos, em todos os jornais.

O segundo quesito observado em relação à base narrativa foi o estilo discursivo adotado, exposto no Gráfico 14. Os resultados variaram entre textos com duas tendências: fáticas⁷⁰, cujo núcleo central da informação são dados comprováveis, e especulativas, cuja base são deduções de mundos possíveis derivados dos acontecimentos ou de conversas com fontes – não a simples especulação, no sentido estrito de raciocínio abstrato.

Gráfico 14. Base narrativa: fática x especulativa



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Como demonstra o Gráfico 14, houve predominância do nível fático na Folha de S. Paulo, com 61,9%, no O Liberal, com 60% e no A Tarde, com 52,4%. Os demais jornais revelaram índices mais altos de textos especulativos, sendo, 60% para O Globo; 57,1% para o Estado de S. Paulo; e 61% para o Zero Hora.

⁷⁰ O termo fático é adotado aqui numa perspectiva de relação com o factual, com os acontecimentos. Não se trata da abordagem proposta por linguistas, como Jakobson, sobre as funções referenciais da linguagem.

Figura 6. Excerto de texto fático do O Liberal

A comissão especial do impeachment do Senado aprovou ontem, por 15 votos a favor e 5 contra, o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável à continuidade do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. O texto será submetido agora à votação no plenário principal do Senado. As informações do Portal G1.

Dos 21 integrantes do colegiado, apenas o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), não votou. Antes de autorizar a votação no painel eletrônico, ele explicou que só iria registrar voto caso ocorresse um empate. Para que o relatório fosse aprovado, eram necessários os votos da maioria simples dos integrantes da comissão (11 votos).

O parecer de Anastasia será lido em plenário na próxima segunda-feira (9) e publicado no Diário Oficial do Senado. A partir daí, começa a contar o prazo de 48

horas para a votação em plenário. A previsão, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), é que o parecer de Anastasia seja apreciado pelo plenário na próxima quarta-feira (11). O quórum para a abertura da sessão é de 41 dos 81 senadores (maioria absoluta).

Se o parecer for aprovado pela maioria simples (metade mais um) dos senadores presentes à sessão, o processo é formalmente instaurado. Por exemplo: se estiverem presentes 50 senadores à sessão, são necessários pelo menos 26 votos para a aprovação ou rejeição do parecer.

Caso haja a aprovação, a presidente da República será afastada por até 180 dias para ser julgada pelo Senado e o vice-presidente Michel Temer assumirá o comando do Palácio do Planalto. Se o relatório for rejeitado, o processo é arquivado.

Fontes: O Liberal de 9 de maio de 2016.

No texto de O Liberal, de 7 de maio de 2016, intitulado “Parecer a favor do *impeachment* é aprovado por comissão do Senado” é possível perceber que a narrativa descende de fatos que são contados de forma mais dura, ocorrendo apenas a narração de etapas previstas para o *impeachment*, sem que haja uma maior elaboração por parte do profissional. No exemplo a seguir é possível perceber outra escolha narrativa, em que os fatos estão mais interligados com o contexto.

Figura 7. Excerto de texto especulativo de Zero Hora



DÉBORA ELY

debora.ely@zerohora.com.br

Elas pediram votos para Dilma Rousseff, apareceram em santinhos ao lado de Lula, constituíram a base aliada e alguns chegaram até o primeiro escalão do governo federal. Agora, defendem o impeachment da presidente.

Um em cada seis senadores mudou de lado no mais recente conflito político instalado no país. Se esses 14 senadores ainda estivessem ao lado de Dilma, não haveria, neste momento, maioria para aprovar a admissibilidade do impeachment. Para especialistas, o levantamento elaborado por Zero Hora sugere duas hipóteses: há parlamentares que agem mais por conveniência do que por coerência ou o descontentamento com a condução do país pelo Planalto espalhou-se, também, pelo Congresso.

– O político é como o capitão de um navio: ele tem de navegar de acordo com as ondas – resume Ricardo Caldas, cientista político da Universidade de Brasília (UnB).

Caldas avalia que a posição favorável ao impeachment entre os parlamentares ganhou legitimidade depois do avanço das manifestações populares. O estilo de negociar de Dilma, considerado menos habilidoso do que o despendido por Lula, também teria exercido influência sobre as sucessivas trocas de time pró e antigoverno.

– De 2014 para cá, o Planalto não foi capaz de cumprir aquilo que havia sido prometido, perdeu inteiramente o controle da situação fiscal do país e não levou em consideração que isso poderia gerar efeitos de natureza comprometedora – explica-se o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que, de ministro de Dilma, passou a apoiador da abertura de processo contra a ex-chefe.

– Não fui eu que troquei de posicionamento, mas a presidente que mudou e, nessa mudança, foi para um caminho de erros e prejuízos incontáveis para o Brasil – reforça Dário Berger (PMDB-SC), que acompanhou a troca de lado.

Mais do que pessoal, o movimento se mostrou partidário. O PMDB chefiou o desembarque do Planalto, seguido de siglas como PSD, PP e PR. Nesta troca de time, Bruno Lima Rocha, professor de Ciência Política da ESPM-Sul e da Unisinos, vê uma falha no modelo político brasileiro:

– A base governista se dá em cima daquilo que se chama de presidencialismo de coalizão, no qual se forma a maioria por meio da conveniência. O impacto maior recai no descrédito do sistema eleitoral.

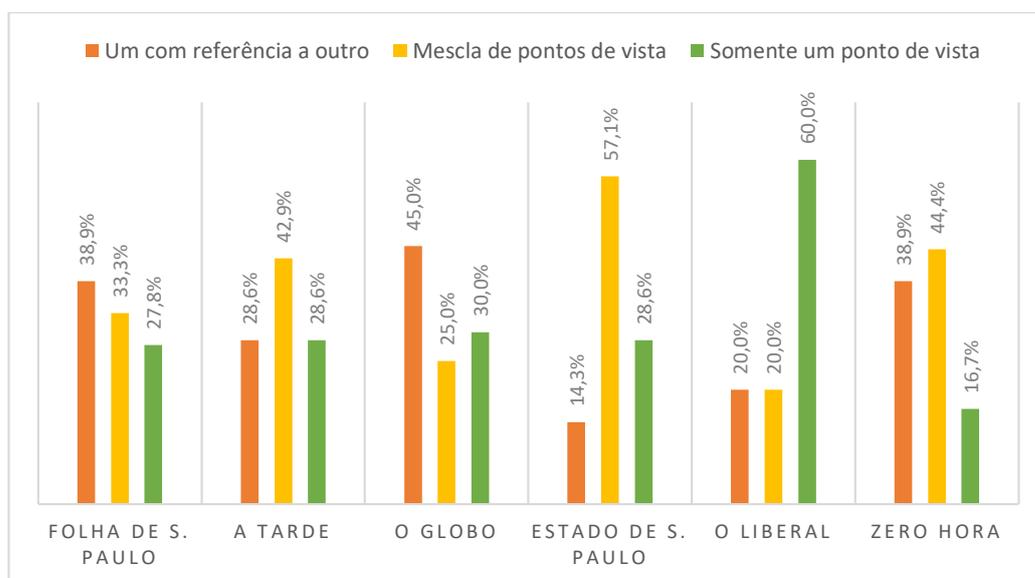
Fonte: Zero Hora de 9 de maio de 2016.

No exemplo de Zero Hora, precedido do título “De aliados a adversários de Dilma”, nota-se a elaboração mais especulativa em relação aos rumos do processo com base em dados levantados pelo próprio jornal e também nas declarações de fontes, inclusive uma fonte oficial privada, o professor de Ciência Política Bruno Lima Rocha, que reflete sobre as hipóteses apresentadas pela jornalista no começo do texto. Ainda que o texto de Zero Hora não seja profundo, há uma maior

interligação entre acontecimentos e contextos, sem que a escrita tenha se tornado uma mera descrição de acontecimentos.

A análise permitiu também verificar a presença de pontos de vista. Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo registraram a presença de “um ponto de vista com referência ao outro”. Isto indica que seus textos trouxeram os envolvidos na questão, mas um deles sobressaiu levemente. A Tarde, Estado de S. Paulo e Zero Hora conseguiram balancear os pontos de vista, sendo essa a predominância em seus textos. O Liberal foi o único a apresentar maior destaque de “somente um ponto de vista”, como expõe o Gráfico 15.

Gráfico 15. Presença de pontos de vista

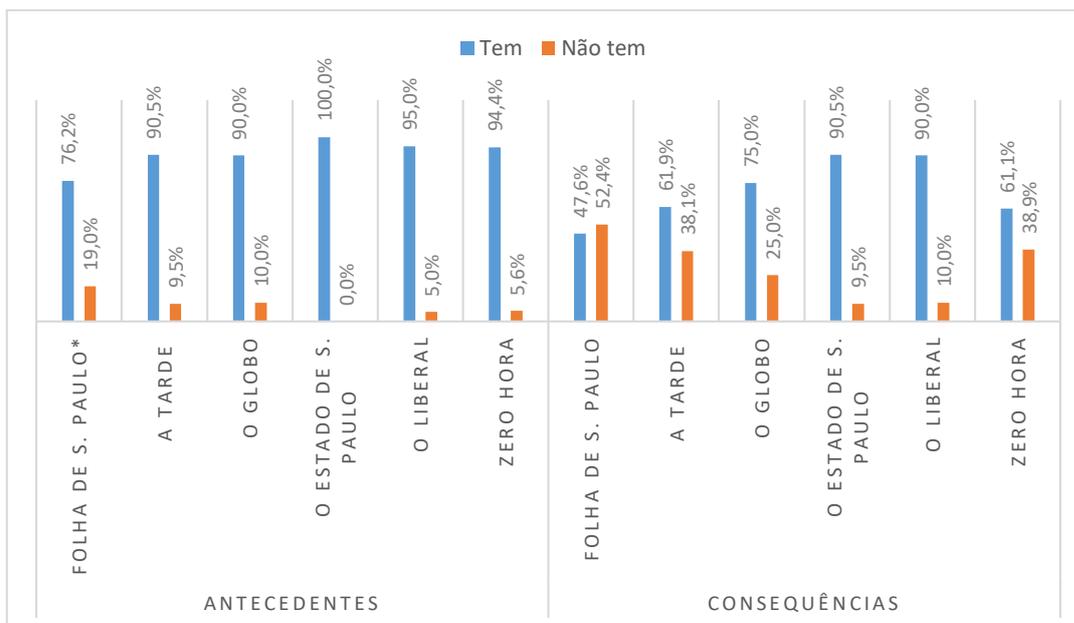


Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

O posicionamento do O Liberal é um reflexo da ausência de fontes em seus textos, uma vez que a ampla maioria de fontes não identificadas ou ocultas veiculadas pelos grandes jornais são removidas dos textos repassados por suas agências.

A presença de antecedentes e consequências no texto auxiliam na compreensão da profundidade com a qual foi tratada a pauta do *impeachment*. O Gráfico 16 expõe comparativamente quanto os jornais têm ou não de antecedentes e consequências em seus textos. Esses dados indicam se há a presença de elementos que reconstituam a história e apontem consequências. Está relacionada diretamente ao Gráfico 17, que aponta se há dados comprováveis de antecedência e de consequência e o percentual de ocorrência em cada veículo.

Gráfico 16. Presença de antecedentes e consequências nos textos



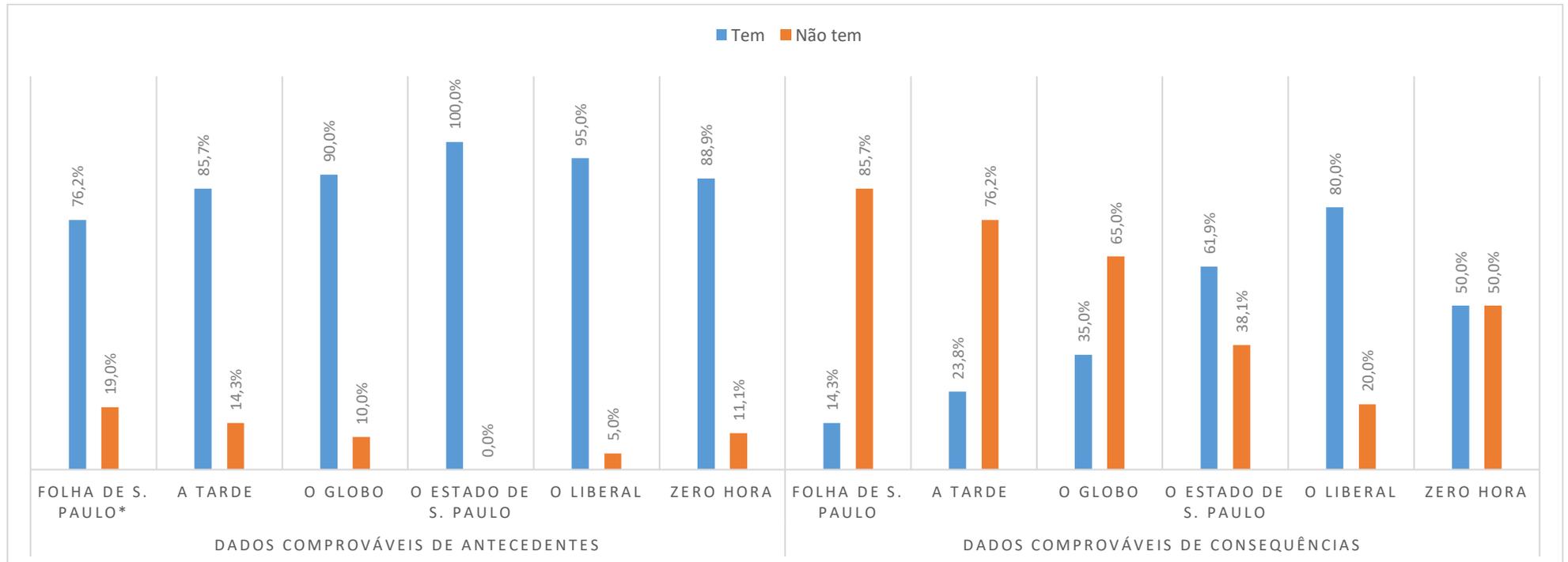
Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

* A Folha de S. Paulo apresenta uma notícia (4%) que não corresponde ao elemento de “Tem”, indicativo da presença de antecedentes por se tratar de um evento futuro.

Como pode se perceber no Gráfico 16, todos os jornais possuem dados comprováveis de antecedência e de consequência. Os dados de antecedência aparecem em todos os textos dos jornais analisados, com índices altos. O menor índice de dados comprováveis de antecedentes foi da Folha de S. Paulo, com 76,2%. Índice inferior, inclusive, aos jornais de âmbito estadual. Já a comprovação de consequências foi inferior, sendo o maior índice registrado pelo jornal Zero Hora, que trouxe dados comprováveis de consequências em 50% de seus textos.

Todas as notícias analisadas apresentaram dados comprováveis do fato em si, motivo pelo qual o valor percentual não foi incluído graficamente. Este comportamento da mídia é o naturalmente esperado quando se trata de um texto jornalístico uma vez que a base fundadora são os fatos comprováveis.

Gráfico 17. Presença de dados comprováveis de antecedência e de consequência



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

Os dados comprováveis de antecedentes mostrados no Gráfico 17 predominaram em todos os jornais, sendo o menor índice o da Folha de S. Paulo, com 76,2%. O Estado de S. Paulo trouxe antecedentes comprováveis em 100% de seus textos. O resultado coincide com a prática jornalística de se basear essencialmente em acontecimentos passados, sobre os quais é possível apresentar tais dados.

No que se refere aos dados comprováveis de consequência, o cenário inverte-se, com a maioria dos jornais deixando de lado essas informações. Somente O Liberal apresenta um índice maior de textos com tais dados, embora deixe a desejar em relação à profundidade. É o caso do trecho a seguir:

Na comissão, bastou maioria absoluta para aprovar o relatório. No plenário da Câmara, são necessários dois terços, ou 66,6%, dos 513 deputados, ou 342 votos pelo afastamento da presidente. O esforço dos aliados da presidente e do governo se concentrará agora nos partidos que ficaram divididos na comissão. Na comissão, houve 58,5% de votos a favor do *impeachment* e 41,5% contra. (O LIBERAL, 12 de abril de 2016)

A única consequência comprovável é que, após a aprovação na comissão, o processo precisará de dois terços dos votos, que correspondem a 342 votos, para que a presidente seja afastada. O caso a seguir exemplifica a mesma situação:

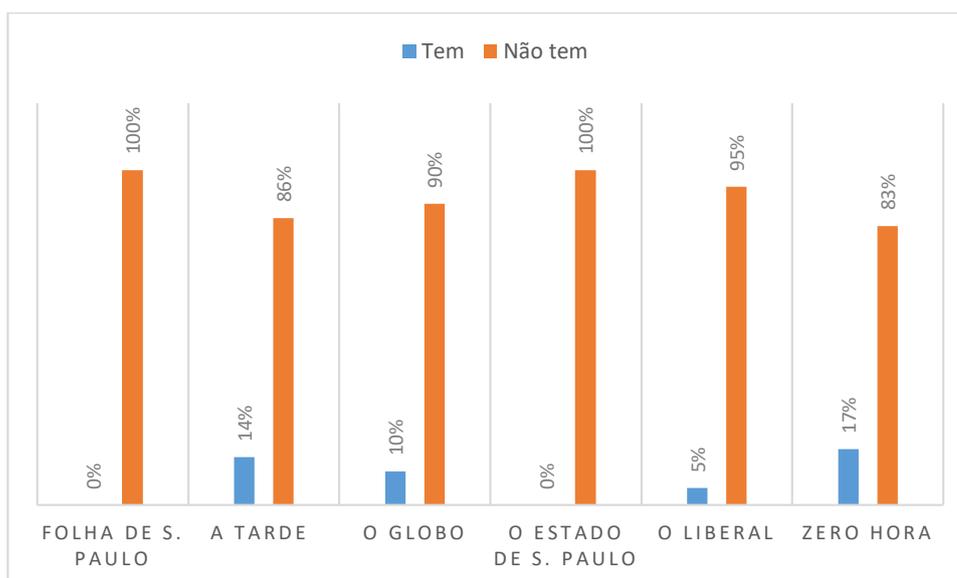
A comissão especial do *impeachment* do Senado aprovou ontem, por 15 votos a favor e 5 contra, o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável à continuidade do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. O texto será submetido agora à votação no plenário principal do Senado. (O LIBERAL, 7 de maio de 2016)

Neste caso, a informação, novamente relativa ao andamento do processo, demonstra que após a aprovação do *impeachment* na comissão especial do Senado o texto será, conseqüentemente, submetido à votação do plenário.

Nos dois casos a informação é útil e passível de comprovação ante as regras do *impeachment*. Entretanto, não funcionam como elementos que ampliem a compreensão sobre as conseqüências efetivas que se desenhavam após as etapas de aprovação. Em caso de confirmação do *impeachment* o que muda no país? Essa pergunta não foi explorada pelos textos analisados.

Dentre os elementos que constituem a base narrativa está a presença de observações realizadas pelo profissional responsável pela escrita. No Gráfico 18 é possível verificar que a maioria dos textos não teve observações pessoais dos jornalistas:

Gráfico 18. Presença de observação do profissional



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

A ampla maioria dos textos não apresentou observações pessoais dos profissionais. Esse indicativo quer dizer que não foram encontrados nos textos comentários ou afirmações que refletissem opinião pessoal ou do veículo. A presença de observação do profissional se deu nos jornais A Tarde, com 14%; O Globo, com 10%; O Liberal, com 5%; e Zero Hora com o maior índice, 17%.

Os trechos extraídos da notícia publicada por Zero Hora em de maio de 2016 demonstram a presença do profissional no texto:

Atordado, o PT concebeu a narrativa de que estava sendo vítima de um golpe, mas a tese naufragou, assim como todas as investidas na justiça. Até mesmo o ex-presidente Lula, seu fiador político, jogou a toalha. [...] Agora, irá se dedicar à reconstrução do partido, alvo de rejeição eleitoral que provoca uma deserção sem precedentes em seus quadros. (ZERO HORA, 12 de maio de 2016)

Segue a mesma perspectiva em texto de agosto:

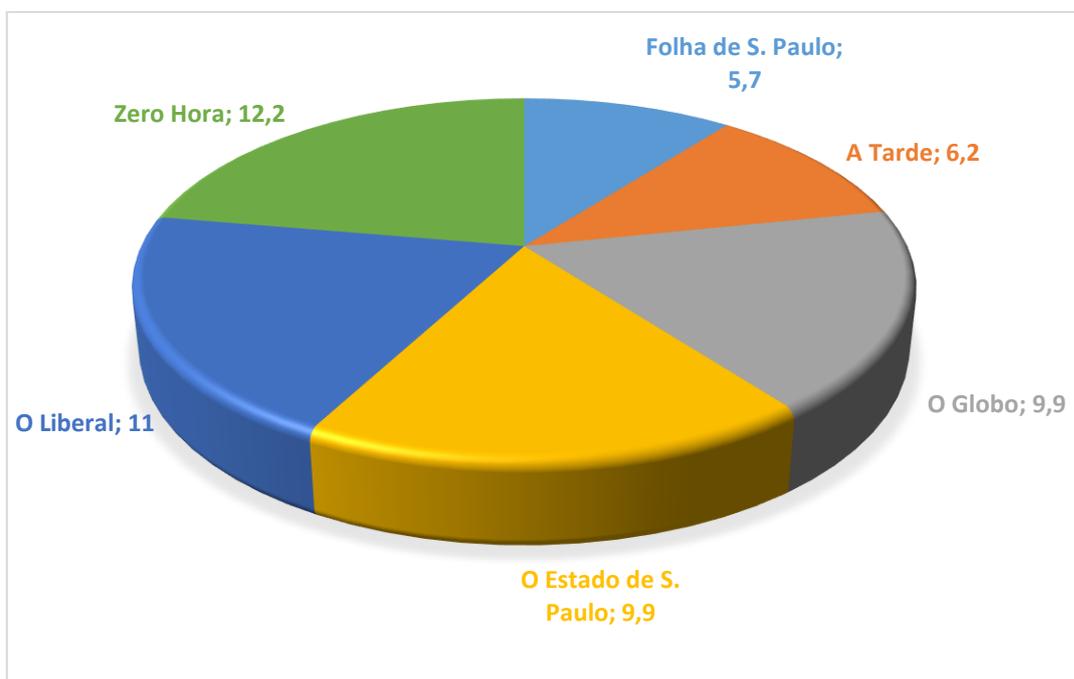
[...] No retorno, Renan deixou a mesa do Senado, onde senta ao lado de Lewandowski, para se manifestar em nome de uma trégua. Só que, em vez de jogar água no fogo, tocou gasolina. [...] Foi a senha para o rebuliço. Petistas classificaram a atitude como “baixaria” e partiram para cima do presidente do Senado. (ZERO HORA, 27 e 28 de agosto de 2016)

Nos dois casos, os textos trazem pitadas de opinião por meio de afirmações de efeito como dizer que Lula “jogou a toalha”, que Renan “em vez de jogar água no fogo, tocou gasolina” e que a declaração “foi a senha para o rebuliço”. Expressões facilmente reconhecidas e assimiladas pelo senso comum, que, embora sirvam para

ilustrar as situações não possuem valor informativo, não aprofundam o texto, apenas transparecem a percepção do profissional em relação aos fatos.

Como última etapa de análise do conteúdo tem-se o total de dados comprováveis. Para isso foram contados e posteriormente somados todos os dados de antecedência, de consequência e do fato em si passíveis de confirmação. Todos os jornais somaram valores diferenciados. A Folha de S. Paulo registrou a menor quantidade de dados totais comprováveis, com 120; seguida de A Tarde, com 130; e o Globo com 198, fechando a casa da centena. O Estado de S. Paulo, O Liberal e o Zero Hora apresentaram 208, 219 e 220 dados comprováveis, respectivamente. A média de dados comprováveis por texto e por jornal consta no gráfico a seguir.

Gráfico 19. Média de dados comprováveis apresentados por texto e por jornal



Fonte: elaboração da autora partir do VAP-A.

A média foi calculada dividindo-se o total de dados de cada jornal pelo número de notícias analisadas. O gráfico demonstra de forma mais ilustrativa a diferença entre os jornais. Da Folha de S. Paulo, que registrou o menor índice de dados comprováveis, até o Zero Hora, com o maior, a diferença de valor foi dobrada. Mesmo O Liberal, por exemplo, que é essencialmente baseado em textos de agências, inclusive dos jornais de referência aqui citados, trouxe mais dados comprováveis do que estes. Tal fator pode estar associado exatamente ao foco diferenciado entre os

textos publicados nos grandes jornais e os que suas agências vendem, como citado anteriormente. Entretanto, cabe ressaltar que a grande maioria dos dados comprováveis são de antecedentes, fartamente presentes nos textos, conforme demonstram os exemplos a seguir: “Na condição de *ré por crime de responsabilidade*, Dilma Vana Rousseff, 68 anos, *chega hoje ao congresso* para ser *a primeira presidente da República a ser interrogada* em um *tribunal formado por 81 senadores*” (ZERO HORA, 29 de agosto de 2016 – grifo da autora). Somente neste trecho o Zero Hora apresentou cinco dados passíveis de serem comprovados pelo leitor por meio de outras fontes. Os dados comprováveis de antecedência e do fato em si, como se pode perceber, são mais facilmente preenchidos, pois mesmo sendo este texto publicado a dois dias da decisão final pelo afastamento, não há consequências mencionadas, nem comprováveis nem pressupostas.

Capítulo 8 – Olhar o jornalismo com dados e teoria

Neste capítulo são retomados os principais achados empíricos, discutidos à luz das abordagens teóricas realizadas. Centra-se em dois aspectos principais para a compreensão da qualidade da cobertura sobre o processo de impedimento de Dilma Rousseff. O primeiro deles é a retomada sobre o jornalismo político que foi praticado no período, destacando os elementos centrais que o caracterizaram. O segundo aborda a cobertura em relação ao aspecto da qualidade, trazendo as características determinantes e apontando e discutindo falhas na qualidade medida.

8.1 O jornalismo político na cobertura do *impeachment*

Com base nos dados mostrados até aqui é possível afirmar que o jornalismo praticado, em termos gerais, está normativamente correto. Respeita o *lead*, utiliza-se da pirâmide invertida, noticia com base em fatos em desenvolvimento, utiliza fontes, possui linguagem clara e simples. Entre os elementos positivos, derivados da análise, está ainda a identificação de protagonistas e antagonistas, situando o leitor sobre quem é quem dentro do acontecimento noticiado. Entretanto, ao aprofundar o olhar na direção do conteúdo alguns problemas evidenciam-se, como mostrado adiante.

É notadamente reconhecido na literatura que o jornalismo mostra fragmentos da realidade, como disse Traquina (2005). Entretanto, os fragmentos do *impeachment* que apareceram foram demasiadamente pequenos, pois não ultrapassaram o acontecimento em si. A sessão do Congresso, a declaração do parlamentar, a fala de Dilma ou o discurso de Temer. As notícias soaram como repetições durante as três etapas, que tiveram procedimentos similares. Embora os procedimentos formais do processo fossem conhecidos de antemão, o jornalismo apenas esperou pelo acontecimento para noticiar da mesma forma, como se aquelas fossem as “novidades”. Esse cenário aliado ao fato de que houve um alto índice de notícias cujo foco centrou-se na descrição do processo indicia que há uma fragilização da qualidade, pois o formato descritivo/informativo proporciona menor atribuição de sentido aos acontecimentos. Na contramão da descrição simples, é a contextualização que agrega qualidade ao produto noticioso porque permite uma melhor compreensão da notícia, situando o leitor sobre antecedentes e consequências. A contextualização é um dos pontos fracos identificados na análise. E é nesse quesito que pode se

vislumbrar a concretização da sensação que motivou a pesquisa, de estar lendo o mesmo conteúdo e a mesma abordagem em diversos jornais.

A narrativa é importante porque dá suporte para a compreensão dos antecedentes e para a vinculação entre o fato e a realidade do leitor. Como dito no Capítulo 4, o jornalismo brasileiro, após a profissionalização ocorrida no século XX, abandonou suas características opinativas, passando a privilegiar a estruturação da narrativa a partir da pirâmide invertida e com a utilização do *lead* para fornecer o mais importante primeiro, calcando-se essencialmente nos fatos. No VAP-A, os autores apontam que a pirâmide poderia ser considerada uma estrutura democratizadora da imprensa, já que ao tratar a informação de forma mais simples e estruturada do que ocorre nos artigos opinativos requer níveis mais baixos de preparação intelectual para a compreensão do conteúdo noticiado. Entretanto, o seu uso pode ser um dos paradigmas jornalísticos a serem superados, uma vez que, dentre os textos analisados as informações trazidas não vão muito além do que já está dito no *lead*. Além disso, tomar o leitor como eternamente ignorante, ainda que inconscientemente, não contribui nem condiz com o papel da mídia como fonte de conhecimento. Cabe pensar nisso em relação, por exemplo, ao jornalismo opinativo, marcado por não esconder a posição do jornalista ou da empresa em relação às pautas. Entretanto, no Brasil os jornais ainda se revestem com a capa da objetividade e da imparcialidade. Os textos transparecem que a preocupação é apenas de informar, em seu sentido mais estrito, sem preocupação em explicar os fatos. Desta forma, pode-se dizer que os jornais analisados também contribuem para o aspecto superficial da hiperinformação dos cidadãos (MORETZSOHN, 2017). Como apontam Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2018), o jornalismo praticado no *impeachment* se afasta desse ideal do século XX, calcado em fatos, e passa a centrar-se nos personagens, nas declarações e nos conflitos.

Quando Gomes (2009) afirma que, em suas bases ontológica e de compromisso com a verdade, o jornalista procura sempre utilizar todos os recursos para evitar o erro e o engano, por meio de processos de verificação e certificação, isto inclui um aspecto central do que pode ser considerado "erro jornalístico", que é a desinformação. Desinformação nesse caso não assume o sentido de falsa informação cujo objetivo é enganar o leitor, mas corresponde a uma ação que mesmo involuntária, ao suprimir informações ou minimizar ou esconder suas consequências, contribui para a informação deficitária do leitor.

Relacionado a esse aspecto está o fato de as pautas terem sido apresentadas essencialmente sobre os mesmos critérios de seleção. A cobertura do processo de *impeachment* se deu essencialmente pela ótica do Congresso e dos partidos políticos, 63,8% em média, centrados na perspectiva mais comum possível de cobertura, aquela originada por iniciativa das fontes em 66% dos casos, seguida de 24% de reprodução. Este resultado, somado ao uso excessivo de fontes oficiais públicas (34%), governamentais (11,7%) e não identificadas (variando de 18% a 30%) se converte em um alerta em relação à qualidade do jornalismo político praticado, uma vez que não permite identificar a existência de uma proposta informativa diferenciada por parte dos impressos, nem mesmo em um momento de competitividade intensa com os informativos virtuais que atualizam simultaneamente o leitor sobre o que está acontecendo. E especialmente em relação ao impacto do *impeachment*.

Trazendo para esse contexto o conceito de Amaral (2015), de que o papel do jornalismo ao cobrir grandes eventos ou catástrofes – exemplos aos quais um *impeachment* pode ser comparado – é dar sentido aos acontecimentos, verifica-se um movimento o oposto. O *impeachment* aparece, na maioria das vezes como um evento naturalizado, sem grandes impactos, não tirando a cobertura jornalística da rotina. A sensação de normalidade no processo permanece maior do que a de catástrofe ou de um grande evento ao se tomar contato com as notícias analisadas. Esse cenário se confirma especialmente na última semana de julgamento do processo, quando na maioria das notícias o *impeachment* aparece como um processo concluído, o presidente já é Temer e o julgamento de Dilma assume características apenas de formalidade diante de decisões que já estão tomadas. Essa percepção aparece também em Prudencio, Rizzotto e Sampaio, identificando que após o afastamento de Dilma, em maio de 2016, Temer e aliados são os que mais “recebem atenção do noticiário, sugerindo a legitimação e normalização do acontecimento” (2018, p. 23).

Muitas das matérias estamparam placares com números de votos contra e a favor. E utilizaram, sobretudo, as fontes não identificadas, que descredibilizam o texto. Segundo preceitos citados por Kovach e Rosenstiel (2003), como o da transparência, demonstrar como a informação foi obtida permite que o público possa julgar a validade da informação e que o profissional esteja protegido em caso de erro ou engano da fonte. Entretanto, tais preocupações não aparecem nas publicações analisadas. As informações advindas de fontes pessoais foram em sua maioria dadas publicamente, veiculadas em mais de um jornal ou vieram de declarações oficiais dos

envolvidos no processo. Além, é claro, das declarações anônimas. E, neste sentido, a identificação da motivação do anonimato, sobre o porquê de a fonte escolher se ocultar também é ignorado. E, embora teoricamente tais fontes deveriam ser utilizadas somente quando essenciais para a compreensão do texto, sua presença é majoritária, especialmente quando se trata de falar sobre os comportamentos privados e sentimentos da presidente em relação ao processo. Pode-se afirmar que nenhuma das informações fornecidas anonimamente foram cruciais para que a informação fosse apreendida ou que tenham tido relevância em relação à compreensão do contexto do processo. Por isso constituem-se em fontes que podem ser desprezadas, na perspectiva de Carlson (2011).

Derivada dessa situação de grande dependência das fontes institucionais, há uma baixa utilização de fontes especializadas, que poderiam explicar os acontecimentos a partir de perspectivas não relatadas por aqueles diretamente envolvidos. Essa dependência demonstra a necessidade de novas práticas nas quais os profissionais não se limitem a repetir ou transcrever em seus textos o que as fontes dizem, mas que possam inserir análise sobre as suas declarações. Lembrando que análise nesse caso não é o mesmo que opinião. Trata-se de reflexão a respeito de declarações e seus contextos éticos, morais, legais, por exemplo. Ao fugir das perspectivas oficiais os jornais poderiam fortalecer um de seus aspectos centrais: a responsabilidade social como um dos pilares da democracia.

Além disso, a similaridade entre as notícias dificulta a criação de vínculos que possam fidelizar o leitor, pois ler a notícia em um jornal ou outro significa ter acesso à mesma informação, com praticamente o mesmo grau de profundidade, sem diferenças ou novidades significativas. O discurso do interesse público, que ajudou o jornalismo a se firmar em relação à sua legitimidade social, no entanto, não aparece nas notícias analisadas uma vez que os jornais se eximem, como comprova a análise do *corpus*, do debate público e priorizam o debate oficial que se torna público embora pouco tenha de sua participação.

Pensando em termos das teorias do jornalismo, especialmente a construcionista, pode-se dizer, sim, que a cobertura realizada ajuda a construir a realidade. Porém, privilegiou uma cobertura simplista, pautada pelas fontes e que demonstra uma realidade descolada da sociedade em geral, como se o problema pertencesse apenas ao clero político. O que se chama de cobertura simplista aqui pode estar relacionada também com a falsa vidraça da objetividade levantada pela Teoria

do Espelho: contar os fatos. E só. Entretanto, nessa mesma perspectiva do construcionismo, os jornais falham ao trazer o *impeachment* para o campo da significação, da identificação social e da contextualização. É neste ponto que os argumentos de Bennett (2012), mesmo referindo-se à Europa, encaixam-se nos resultados encontrados. Ao tentar prevenir o viés com o uso excessivo da objetividade, os jornalistas criaram condições que favoreceram a divulgação das perspectivas oficiais.

O jornalismo na condição de prática social, que reflete e é também reflexo dos movimentos sociais, especialmente os políticos, legitimou-se como um espaço de debate público em defesa dos interesses de suas audiências. Entretanto, mais do que fornecer o que a audiência quer, as boas práticas indicam a necessidade de fornecer também o que ela precisa (CHRISTOFOLETTI, 2010). No seu percurso de legitimação social, o jornalismo recebeu a alcunha de Quarto Poder, como aquele que fiscaliza e promove um contra-argumento às versões oficiais, checando, contrapondo, confirmando ou desmentindo. Quando, na cobertura do processo de *impeachment*, o jornalismo se deixa guiar pelas versões oficiais e as reproduz, acaba abdicando de seu papel de investigador e fiscalizador independente dos demais poderes, que o fez ser reconhecido como Quarto Poder.

Considerando que o conceito liberal de democracia prevalecia no Brasil durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, pressupondo um sistema político em que ao menos as liberdades individuais de grupos ou indivíduos sejam respeitadas e que ocorram eleições livres e justas, a acusação de risco à democracia deveria receber algum destaque. Quando parte da sociedade (autoridades, eleitores, pesquisadores) afirma que o *impeachment* é na verdade um novo formato de golpe, hoje não mais militar, ou um processo que coloca em risco uma democracia recente como a brasileira, tais temas mereciam ser discutidos de forma abrangente em alguma das principais notícias sobre o processo, o que não ocorreu.

Para além da ausência de algumas pautas, outro aspecto gritante em relação à democracia é a ausência do cidadão comum. Se a mídia constitui, como disse Lattman-Weltman (2003), uma instituição decisiva para a qualidade do exercício da cidadania, o consenso demonstrado na cobertura e a ausência de elementos simbólicos e cognitivos decisivos para as escolhas do leitor apontam fraquezas diante de tal papel. A percepção limitada de que o papel democrático do jornalismo é apenas fornecer informações objetivas e ser um cão de guarda, como disse Neveu (2002),

evidencia-se nesse caso, pois, que a cobertura se exime do papel de dar sentido à política e aos problemas que possam ter sido apontados pelos diversos grupos sociais. Como demonstrado na análise quantitativa, os interesses dos cidadãos em relação ao processo não aparecem e a presença de contextualização é praticamente nula.

Já Brian McNair (2009) traz outras questões para pensar o papel do jornalismo como instituição que impacta na democracia, como monitorar o poder e o olhar sobre a responsabilidade do governo com o povo que os elegeu. E, nesse aspecto, as profundas diferenças entre os planos de governo de Dilma Rousseff e Michel Temer estão entre os elementos que poderiam ter sido trazidos à tona pela cobertura. Deveria haver, como indica McNair, uma mediação entre cidadãos e os políticos. O preceito teoricamente ideal seria fazer a voz do público ser ouvida pelos decisores. O público ouvido, porém, não é o cidadão “comum”. Nos jornais analisados, políticos falam para políticos⁷¹.

O embate entre uma política “real” e uma política “ideal” também circunda o processo, especialmente nos discursos políticos proferidos pelos congressistas como justificativa de seus votos, como exemplificado na contextualização do processo, no início desta pesquisa. A relação entre o sistema de mídia e o sistema político pode auxiliar no debate de algumas questões. A perspectiva do pluralismo-polarizado (AZEVEDO, 2006) transparece no momento em que o jornalismo evidencia a narrativa do *impeachment* pela ótica do conflito. Entretanto, os elementos como os interesses ideológicos e econômicos que não são considerados por Azevedo como fatores centrais ao sistema midiático brasileiro, talvez mereçam reconsideração. Albuquerque (2012), por outro viés, acredita que os meios são ativos diante de questões políticas somente na condição de representantes dos anseios da população, antes do que de pontos de vista particulares. Entretanto, no jornalismo analisado não é possível saber qual o interesse ou o anseio popular em relação ao *impeachment*, à troca de governo ou mesmo a questões relacionadas com possíveis consequências do processo. Ainda que o contexto midiático brasileiro se encaixe no modelo pluralista-polarizado, em alguns quesitos somente uma análise focada e aprofundada entre conteúdo e teoria poderiam fornecer elementos mais conclusivos da relação sistema midiático-sistema político no Brasil.

⁷¹ Não se pode ignorar que as redes sociais possibilitam hoje um acesso direto do político ao eleitor. Onde suas mensagens são recebidas sem os filtros da imprensa. Entretanto, tal contexto não justifica a ausência total do público “comum” no jornalismo analisado.

O jornalismo praticado indica que a relação entre a qualidade jornalística e seu impacto na democracia pela formação de cidadãos bem informados carece de olhares científicos mais aprofundados e constantes. As mídias tradicionalmente tomadas como de referência assim como as regionais aqui estudadas apresentam fraquezas nos quesitos centrais à qualidade da informação que levariam a uma qualificação maior do cidadão para agir diante dos processos democráticos. Nesse sentido, pode-se dizer que permanece o desafio colocado por Cook (2011) de que o jornalismo precisa superar o papel de apenas reforçador do poder existente.

O que se pode propor inicialmente é um exercício de fuga consciente, quando a pauta assim o pedir – uma habilidade do profissional e que vai além da mera aplicação da técnica. Também faz-se necessário refletir sobre a prática da notícia breve, como aponta Cristina Ponte (2005), para que se possa superar a ideia de que tais informações são suficientes e de que o saber prático é a única oferta do jornalismo.

8.2 A qualidade e a cobertura do *impeachment*

A partir dos achados teóricos e empíricos assume-se que o Jornalismo de Qualidade em contextos democráticos é aquele que oferece ao seu público informações diversificadas com ampla oferta de pontos de vista e fontes credíveis externas ao círculo político oficial, sendo capaz de fornecer explicações e dados comprováveis sobre como as decisões políticas são tomadas e quais seus impactos, de forma a capacitar o cidadão para compreender o cenário noticiado e se posicionar diante dele.

A qualidade jornalística dos textos estudados permite fazer algumas inferências e generalizações, ainda que cautelosas, em relação ao jornalismo político brasileiro de modo geral. É preciso esclarecer que a metodologia e o recorte limitam as extrapolações, mas as características encontradas confluem com os achados de outras aplicações do VAP em diferentes jornais, editorias e países.

A qualidade do jornalismo político brasileiro pode ser considerada de grau baixo a médio, pois cumpre com funções básicas da normatividade, preenchendo requisitos de fontes, estrutura textual, clareza, entre outros. Entretanto, falha em seu papel social, pois limita-se a cumprir os aspectos normativos, sem que haja um

aprofundamento de conteúdo, levando, portanto, a uma formação superficial do leitor. Considerando a perspectiva de Bogart (1977) e Anderson (2014), o jornalismo é como um fórum que provê informações e é capaz de desempenhar um papel relevante, ainda que parcial, de informações – estando atrelado ao desenvolvimento em diversos aspectos, como os democráticos, econômicos e sociais. Entretanto, o jornalismo político analisado não contribui para uma compreensão crítica do processo de *impeachment*. Não permite ao leitor embasamentos sólidos para se posicionar contra ou a favor do processo, por exemplo – uma questão chave diante de um acontecimento que acirrou os ânimos políticos e sociais do país. Uma vez que as notícias são baseadas em declarações de fontes oficiais, muitas delas ocultas ou não identificadas, há um comprometimento da informação e o leitor fica à mercê da “guerra de interesses das fontes”, que são cada vez mais especializadas (BENNET, 2012).

O jornalismo realizado na cobertura do *impeachment* não possui autonomia em relação à abordagem que será dada ao fato, o que se confirma pelo viés da origem da informação, cuja média de origem nas fontes é de 65,5%. A ausência de perspectivas diferenciadas é o principal demonstrativo dessa situação. Ao ler as 121 notícias sobre o *impeachment*, em seis jornais do país, não ficaram claras as consequências da remoção da presidente, à exceção de consequências óbvias como: “se tirar Dilma, Temer assume”; “caso Temer assumo, o novo ministro será fulano”. Ainda que se utilizem das justificativas de que o jornal não pode mostrar ou dar a conhecer os fatos completos e complexos como o *impeachment* em um único texto, o que é verdadeiro, é impossível justificar que lendo textos sequenciais por três semanas seja possível saber horários de sessões, quais congressistas se envolveram em “bate boca”, mas não seja possível compreender os impactos do processo diante do projeto de país esperado pelos cidadãos.

Não houve, nas capas ou nas notícias principais das editorias, textos que tratassem de forma profunda e fundamentada os riscos ou os benefícios de um *impeachment*, as diferenças ideológicas ou de projetos de governo entre a presidente e o vice. De certa forma o jornalismo reforça o *status quo* do período de que haveria uma troca de comando, e isso, por si só, configura-se como algo positivo. Transparece a adoção de um conformismo simplório como: “o que se tem são os fatos”. Um papel que foge do idealismo de ser um agente transformador, de disseminação de conhecimento e fortalecedor da democracia.

Se o jornalismo de excelência, como disseram Shapiro, Albanese e Doyle (2006), deveria trazer elementos como transparência do método, conteúdos originais e inovação no momento de contar os acontecimentos, o jornalismo político praticado caminhou em direção contrária. A exemplo têm-se os aspectos democráticos sobre o *impeachment* que aparecem de forma *en passant*, até o surgimento da perspectiva de que Dilma Rousseff sofria um “golpe”, quando aparecem mais fortemente. Entretanto, a adoção do discurso sobre democracia serve, indiretamente, para justificar que o processo é “legal”, pois existe uma acusação por crime de responsabilidade. Foram registradas também referências ao fato de que o processo de *impeachment* contra Dilma é o segundo desde a redemocratização do país. Entretanto, nenhum paralelo é traçado entre os efeitos de um e os possíveis efeitos de outro. Similaridades ou diferenças de comportamento entre os réus – Dilma Rousseff e Fernando Collor de Melo –, entretanto, aparecem. A discussão é levantada também pelo viés das fontes, especialmente as alinhadas à Dilma, que acusavam um risco à democracia devido ao processo ter bases não muito sólidas, o que era providencialmente rechaçado por outra fonte no mesmo texto. Possíveis riscos ou elementos que pudessem enfraquecer ou fortalecer a democracia não foram abordados.

Nem mesmo as falas dos congressistas, que demonstravam ignorar o embasamento legal do processo, foram questionadas. O jornalismo demonstrou absorver em boa medida o papel de correia transmissora, assumindo um papel que poderia ser comparado ao *lap dog* – ou cão adestrado, em tradução livre – que transmite os recados em tinta preta, seguindo a forma jornalística. Entretanto, seguir a forma não é necessariamente fazer jornalismo. Prova disso são as notícias falsas que se espalham e ganham crédito por imitarem o texto jornalístico. Até mesmo as propagandas eleitorais gratuitas, como foi o caso em 2014, simulavam jornalismo em seus programas de rádio⁷².

O jornalismo político dos jornais impressos demonstra-se mediano e, pode-se dizer, praticamente irrelevante diante do cenário de hiperinformação. Não há nada em seu conteúdo que os diferencie ou permita estabelecer um elo mais profundo de confiança com a informação repassada. As declarações da maioria das fontes

⁷²A autora estudou a simulação de jornalismo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) em sua pesquisa de mestrado, demonstrando que a técnica e o formato são apropriados pelo programa publicitário dos candidatos.

públicas não são exclusivas e frequentemente foram citadas nas sessões, transmitidas por canais de televisão e em portais online e até mesmo pelos próprios parlamentares que atuavam como juízes na ocasião, por meio de redes sociais ou canais próprios na internet. Ou seja, o jornalismo não agregou em seus textos um alto grau de informações às quais o público não teria acesso sozinho. Diante da lógica do VAP, essa é a característica fundamental para que o jornalismo possa se destacar como de qualidade. O jornalista é jornalista não porque consegue imitar a fórmula do texto. O seu diferencial é o reconhecimento (ou não) de que há compromisso ético e social por detrás dos textos por ele publicados. Neste sentido, a crítica de Traquina ao mero domínio técnico da linguagem e seus formatos adequa-se à cobertura realizada sobre o *impeachment*. Talvez a união de experiência profissional somada à reflexão acadêmica seja um dos caminhos para algumas mudanças positivas em relação ao jornalismo praticado na cobertura política brasileira.

Considerações finais

O objetivo inicial dessa pesquisa era analisar a qualidade do jornalismo político brasileiro praticado no período de julgamento político do impedimento de Dilma Rousseff de permanecer à frente da Presidência da República. O período se converteu num farto campo de estudos devido ao impacto social de um processo de *impeachment* fundado sobre bases pouco sólidas e que com acontecimentos posteriores ganhou contornos de golpe jurídico-político (MIGUEL, 2016; ALBUQUERQUE, 2018; PRUDENCIO et.al. 2018). Após o acompanhamento do processo na imprensa, a motivação da pesquisa partiu do incômodo em relação à percepção de que as notícias possuíam sempre as mesmas perspectivas, fontes e enquadramento. A partir disso, elaborou-se a hipótese de que há uma automatização na produção jornalística que acaba influenciando na qualidade da informação veiculada. Com essa automatização, o jornalismo comercial praticado durante a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff deixou de observar critérios mínimos de qualidade, em aspectos como a profundidade no conteúdo e a pluralidade de fontes. A partir disso foram elaborados dois questionamentos: 1) quais parâmetros de qualidade se evidenciam e quais se ausentam no conteúdo veiculado pelo jornalismo político brasileiro? e 2) que implicações essas presenças ou ausências trazem ao jornalismo?

Para responder a tais questionamentos utilizou-se a metodologia Valor Agregado Periodístico (PELLEGRINI et. al, 2011), desenvolvida por pesquisadores e pesquisadoras na Universidade Católica do Chile. Ressalta-se que o VAP propõe categorias eficientes para responder ao conjunto de regras normativas centrais ao jornalismo, o que deve ser reconhecido, uma vez que ainda é um dos poucos instrumentos sistematizados para avaliar a qualidade da ótica técnica e que permite agregar interpretação qualitativa sobre os dados. Entretanto, como uma metodologia relativamente nova, há falta de explicações e definições mais precisas sobre o que avaliar em cada categoria. Um exemplo decisivo de categoria removida da análise foi a chamada “presença de viés”, cuja identificação indicava ser totalmente subjetiva e de difícil definição. Também se notaram diferenças nas aplicações realizadas em outros países em relação às categorias escolhidas e a ausência de inserção de uma ficha analítica em cada um. Diante desse impasse o problema foi resolvido por esta tese com a sistematização das categorias por meio da criação de códigos de

interpretação explicitados e detalhados no Capítulo 5, a fim de tornar possível replicar, testar e questionar a metodologia, inclusive em outras pesquisas brasileiras no campo da comunicação. Após essas alterações acrescentamos uma letra à sigla da metodologia, demarcando sua adaptação, passando a denominá-lo VAP-A.

A hipótese de que o jornalismo deixou de observar critérios mínimos de qualidade durante a cobertura do processo de *impeachment* apresenta todos os indicativos de confirmação. Para se chegar a essa percepção é preciso ultrapassar a ideia de que o normativamente correto basta. Isso porque a estrutura textual dos seis jornais obedece ao normativo teórico do jornalismo, utilizando-se de elementos técnicos corretamente, a exemplo do uso de elementos do *lead* compondo a pirâmide invertida, da utilização da linguagem reconhecidamente noticiosa, envolvendo personagens, fontes e acontecimentos reais.

Mas, olhando de forma direcionada para jornais como A Tarde e O Liberal, existem notícias sem fontes, representando que há falhas na execução. Entretanto, tais falhas já saem das agências noticiosas, responsáveis pela maioria dos textos publicados por esses jornais. Nesse caso, a produção passa por dois filtros de produção, o da agência e o do jornal, e ainda assim é repassada ao público. O aspecto controverso é que estes mesmos jornais possuem menor índice de fontes anônimas, uma vez que parte delas são removidas dos textos agenciados. O Estado de S. Paulo utiliza excessivamente fontes anônimas ou não identificadas. À exceção de Zero Hora, que apresenta textos mais longos nas edições de final de semana (sábado e domingo conjuntamente), os textos caracterizam-se por serem curtos e pela narração centrada no acontecimento em si, com nível narrativo centrado na transcrição em detrimento do processamento. Nesse aspecto, a repetição da fórmula normativa é responsável pela sensação de se ler as mesmas informações em diferentes jornais e joga contra o jornalismo, pois impossibilita a existência de pontos de identificação ou fidelização que sejam exclusivos de cada jornal. Para que o jornalismo volte a assumir papéis centrais na sociedade, diante do atual cenário de mudanças na comunicação, é preciso que os modelos tradicionais dos jornais impressos encontrem outras fórmulas capazes de superar a ideia de que ler notícias é algo que pode ser feito em qualquer ambiente autointitulado de informação pela justificativa de que as informações são as mesmas. É razoável que os jornais deem as mesmas informações, especialmente em se tratando de um processo da magnitude da deposição de uma presidente. Entretanto, a perspectiva adotada não precisa, necessariamente, ser a

mesma. E o aprofundamento das discussões é um chamamento ao desempenho do papel social atribuído historicamente ao jornalismo.

A falta de profundidade nos textos também foi confirmada pela análise. O jornalismo político da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, como dito anteriormente, centrou-se na ocorrência do fato em si. Com isso, as pautas foram majoritariamente centradas nas sessões do Congresso. Ou seja, tratavam-se de acontecimentos pré-agendados, cuja ocorrência é de domínio dos jornalistas que cobrem política e, ainda assim, o foco esteve na narrativa das sessões, variando apenas os personagens e as motivações dos conflitos. A falta de profundidade dos textos é confirmada centralmente pela ausência de informações acerca das consequências temporais de um processo de *impeachment* para a sociedade, sendo seus efeitos, pelas informações contidas nas notícias, restritos a uma “pessoa ou grupo muito pequeno”. Além disso, são raros os dados comprováveis sobre as possíveis consequências, o que limita o acontecimento a algo transitório.

O Estado de S. Paulo foi o jornal que mais apresentou dados de consequências. Apesar de cerca de 71% das notícias apresentarem possíveis consequências permanentes, 55,8% delas não são comprováveis pelas informações fornecidas no texto. Além disso, não foram “más” consequências. Informações como estas configuram o que o público não estaria apto a descobrir por si mesmo, abrindo um espaço no qual a atuação do jornalismo poderia fazer a diferença. Uma questão não estudada diretamente nesta tese, mas que obviamente possui relação com os resultados, é o fato de os jornais de referência posicionarem-se pró-*impeachment*, inicialmente de forma indireta e posteriormente mais abertamente, especialmente em seus editoriais (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2019;). Dessa relação pode-se questionar se os interesses da empresa e seus proprietários superou os do público ou se houve descaso profissional ao evitar uma abordagem sobre a dimensão e o impacto de um processo de *impeachment* para o país, seus aspectos democráticos e a sociedade de forma geral. O que os dados permitem afirmar é que houve falha do jornalismo político analisado em apresentar informações em profundidade que permitissem aos cidadãos serem capazes de apoiar ou não o processo – isso especialmente em um contexto de emergências de simplismos e notícias falsas. É o primeiro espaço vazio deixado na cobertura, uma vez que as consequências indicadas pelos jornais ficam no campo da especulação.

A negligência em relação à pluralidade de fontes também se confirma como mostrado nos Capítulos 7 e 8. O primeiro aspecto a ser destacado é a centralidade assumida pelas fontes oficiais em um processo que poderia abarcar fartamente a presença de especialistas, de organizações da sociedade civil e eventualmente do público em geral – este totalmente ausente do processo nas notícias analisadas. O segundo aspecto determinante para a qualidade do conteúdo é o uso de fontes não identificadas e indefinidas, que chegam a estar presentes em até 95% dos textos de O Globo, e que de acordo com os preceitos teóricos deveriam ser utilizados somente quando essenciais para a compreensão da informação, o que não ocorre nos textos analisados. Assim, a pluralidade de fontes no jornalismo político aparece comprometida por centrar-se no conflito com fontes que representam um lado ou outro, como se o acontecimento fosse somente dicotômico.

Dos resultados encontrados, deduz-se que o modelo de jornalismo praticado apresenta problemas que são estruturais ao campo e que dizem respeito também ao conjunto de mudanças pelas quais vêm passando o jornalismo e a própria profissão. É inegável o impacto das novas tecnologias e dos modelos de negócios sobre o jornalismo praticado. Entretanto, como dito no início dessa pesquisa, pouco ou nada importa ao público leitor tais contextos internos à produção. O relevante para quem lê é o conteúdo estampado nas páginas dos jornais. E, se o sistema de produção mudou e tem sofrido novas alterações, talvez o caminho indique a necessidade de mudança de comportamento em relação ao conteúdo e ao próprio papel dos jornais impressos.

Considerando puramente as informações veiculadas pelos textos analisados, não havia grande novidade ou surpresa em nenhum deles. Todos traziam, de alguma forma, notícias já publicadas na internet. Nesse sentido, um dos caminhos possíveis seria o retorno do jornalismo para um perfil mais analítico e talvez mesmo opinativo, a exemplo do que ocorre em países como Portugal. Um retorno ao modelo de reportagens mais longas e aprofundadas, capazes de estabelecer um nicho no mercado da informação, hoje essencialmente sintético e até mesmo frasal.

De outro modo, como disse Téramo, a superficialidade atrapalha a perspectiva de qualidade no jornalismo, pois:

Não há verdadeiro saber nem verdadeira informação se o tudo o que as notícias “dizem” sobre as coisas é que elas acontecem e, às vezes, como acontecem, porém, não porque acontecem, para que acontecem, que

consequências podem ter, que gravidade ou importância moral tem tais acontecimentos. Isto constitui um desafio para melhorar a qualidade jornalística e a qualidade da vida cidadã (2008, p. 93)⁷³

Assim, considera-se que a pesquisa cumpre o papel de pontuar os problemas em relação à qualidade, e, embora sugira caminhos a serem pensados teórica e profissionalmente, apresenta limitações em sua capacidade de apontar soluções determinantes. Para se caminhar no sentido da compreensão da qualidade jornalística, outros aspectos também precisam ser observados em relação aos problemas aqui apontados. Novas pesquisas podem abordar a já citada crise vivenciada pelo jornalismo, especialmente o impresso; as alterações da rotina produtiva e como afetam o conteúdo; as mudanças no perfil profissional dos jornalistas; os interesses dos grupos de mídia, sejam eles políticos ou econômicos em relação a seus posicionamentos; a ausência do formato reportagem nos jornais impressos, no caso do *impeachment*, como um espaço de aprofundamento das informações. São algumas questões diretamente relacionadas e que merecem verificação e demandam pesquisas a partir dos dados encontrados. Tomando como premissa que a pesquisa científica é um processo de construção permanente de conhecimento, acredita-se que os resultados e as discussões aqui trazidas abrem novas perspectivas de investigação, como as citadas, com as quais pode-se contribuir para um avanço no campo da qualidade jornalística e de compreensão da prática profissional atual e seu conteúdo.

⁷³ No original: “No hay verdadero saber ni verdadera informaciones si lo único que las noticias “dicen” de las cosas es que pasan y, a veces, cómo pasan, pero no por qué pasan, para qué pasan, qué consecuencias pueden tener, qué gravedad o importancia moral tienen esos acontecimientos. Esto constituye un desafío para mejorar la calidad periodística y la calidad de vida ciudadana”.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNI, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. FGV Editora, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **As três faces do Quarto Poder**. Compós, 2009.

ALBUQUERQUE, Afonso. **O paralelismo político em questão**. Compolítica, v. 2, n. 1, 2012, p. 5-28.

ALESSANDRI F.; Edwards C, PELLEGRINI S, et al. **VAP: Un sistema métrico de la calidad periodística**. Cuadernos de Información, vol. 14, 2001, p. 112–120.

ALMEIDA, Raquel de Q. **Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018**. Ciência e Cultura, v. 70, n. 2, 2018, p. 9-12.

AMARAL, Márcia Franz. **Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes**. Líbero, n. 36, 2016, p. 43-54.

ANDERSON, Peter J. *Defining and Measuring Quality News Journalism*. In: ANDERSON, Peter J.; WILLIAMS, Michael; OGOLA, George. The future of quality news journalism: a cross-continental analysis. Routledge, 2013, p. 7-34.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública, v. 12, n. 1, 2006, p. 88-113.

BALLESTRIN, Luciana. **Rumo à Teoria Pós-Democrática**. In: 41 Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). 2017. p. 23-27.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARNETT, Steven; GABER, Ivor. *Westminster Tales: The 21st Century Crisis in British Political Journalism*. London: Continuum, 2001.

BATISTA, Raphaele; PATRÍCIO, Edgard. **Credibilidade no jornalismo independente em plataformas digitais: uma análise a partir da Agência Pública**. Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019, p. 1-22. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_1M8R6T552VC7KT4ASVX2_28_7875_22_02_2019_14_53_52.pdf> . Acesso em: jun. 2019.

BECKETT, Charlie. *Super Media: Saving journalism so it can save the world*. John Wiley & Sons, 2008.

BENNETT, W. Lance. *News: The politics of illusion*. 9 ed. University of Washington, 2012.

- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**, v. 1, 1998.
- CANTANHÊDE, Eliane. O jornalismo e a fonte: muito trabalho, bastante credibilidade e uma pitada de bom senso. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (ORGs). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Editora Record, 2006, p. 23-36.
- CARLSON, Matt. Whither anonymity? Journalism and unnamed sources in a changing media environment. In: **Journalists, Sources, and Credibility**. Routledge, 2010. p. 49-60.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da qualidade no jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros**. Série Debates CI nº 3. 2010.
- COBA, Liliana Gutiérrez. **Análisis de la calidad informativa, primer paso hacia el cambio**. Palabra clave, v. 9, n. 1, p. 2, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/649/64900102/>>. Acesso em: jan. 2019.
- COMASSETTO, Leandro Ramires. **As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80216>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 203-247, 2011.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Portugal: Lisboa, 1994.
- DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (Ed.). **Doing news framing analysis: Empirical and theoretical perspectives**. Routledge, 2010.
- DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. **Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016**. [Discursos da votação pelo afastamento de Dilma Rousseff]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- DIAMOND, Larry. **Defining and Developing Democracy**. In: DAHL, Robert; SHAPIRO, Ian; CHEIBUB, Jose Antonio: The democracy sourcebook, 2003.
- ERBOLATO, Mário. **Notícia, matéria prima do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.
- FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; GOMES, Vinícius Borges. **Tensionamentos entre campos sociais: as fake news e a reconfiguração do campo comunicacional e político na era da pós-verdade**. Anais do XXVIII Encontro

Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_DNGRMEF7ZR3MHMR3GHHS_28_7634_20_02_2019_13_14_44.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia:** teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, 2011, p. 41-69.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Florianópolis, Insular:2012.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo.** Insular, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo.** Universidade da Beira Interior/Livros Labcom, 2000.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade:** a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. 2011. Tese de doutorado.

GUAZINA, Liziane Soares. **Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas:** a desconfiança na política em tempos de escândalos. Compós, 2014.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Helder; ARAÚJO, Bruno. **Enquadramentos de uma crise:** o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. Anais do VI Compolítica-Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017.

GUAZINA, Liziane; SANTOS, Ébida. **Um retrato do *impeachment* nas capas da Folha de S. Paulo.** 2018. No prelo.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo:** possibilidades e diretrizes. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v. 13, n. 3, 2010.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems:** three models of media and politics. Cambridge University Press, 2004.

HANITZSCH, Thomas; HANUSCH, Folker; RAMAPRASAD, Jyotika.; BEER, Arnold (eds.). **Worlds of Journalism:** Journalistic Cultures Around the Globe. New York: Columbia University Press. 2019.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent:** a propaganda model.1988.

HOHLFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento.** Revista Famecos, v. 4, n. 7, 1997, p. 42-51.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. Summus Editorial, 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003, 302 p.

KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício A. de. **Diálogos da perplexidade**: reflexões críticas sobre a mídia. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

KURIAN, George Thomas; BORYCZKA, Jocelyn M. **Encyclopedia of political science**. CQ Press, 2010.

LACY, Stephen; ROSENSTIEL, Tom. **Defining and Measuring Quality Journalism**. Rutgers School of Communication and Information, 2015. Disponível em: <http://wp.comminfo.rutgers.edu/mpii-new/wp-content/uploads/sites/129/2015/04/Defining-and-Measuring-Quality-Journalism.pdf>. Acesso em: set. 2016.

LAGE, Nilson. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Pauta Geral, v. 1, n. 1, 2014, p. 20-25.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2001.

LAGE, Nilson. **Investigação sobre a verdade nas notícias**. Ideologia e Técnica da Notícia. Petrópolis: Vozes, 1979.

LANG, Gladys Engel; LANG, Kurt. **The battle for public opinion**: The president, the press, and the polls during Watergate. Columbia UP, 1983.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LUHMANN, Niklas; MARCONDES FILHO, Ciro. **A realidade dos meios de comunicação**. Paulus, 2005.

MACHADO, Caio; KONOPACKI, Marco. **Poder computacional**: automação no uso do whatsapp nas eleições: estudo sobre o uso de ferramentas de automação para o impulsionamento digital de campanhas políticas nas eleições brasileiras de 2018. 2019.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (Obs*)**, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.

MCCOMBS, Maxwell. **Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação**. Entrevista concedida a José Afonso da Silva Junior, Pedro Paulo Procópio e Mônica dos Santos Melo. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 31, n. 2, 2008, p. 204-221.

MCNAIR, Brian. Journalism and democracy. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (ORGS). *The handbook of journalism studies*. Routledge, 2009, p. 347-349.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia:** comunicação de massa e interesse público. Penso Editora, 2012.

MCQUAIL, Denis. *Journalism and society*. Sage, 2013.

MCQUAIL, Denis. *Media performance: Mass communication and the public interest*. Sage, 1992.

MEDINA, Cremilda. **Lugar do jornalista:** no centro das tensões. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (ORGS). *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. Editora Record, 2006, p. 23-36.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia na encruzilhada.** In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (ORGS): Por que gritamos Golpe? Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo editorial, 2016, p. 29-34.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe**, 2016, p. 31-37

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua nova, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual:** esboço de mapeamento. 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Os significados da democracia segundo os brasileiros.** Opinião Pública, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGHELLO. **O papel da confiança para a democracia e as suas perspectivas.** In: MOISÉS E MENEGHELLO (ORGS): A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia—o caso do Brasil. 2013.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **“Uma legião de imbecis”:** hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. Liinc em Revista, v. 13, n. 2, 2017, p. 294-306.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em" tempo real":** o fetiche da velocidade. Editora Revan, 2002.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional.** Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/251>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MURRAY, Donald Morison. **A writer teaches writing.** Houghton Mifflin College Division, 1985.

NEVEU, Erik. *Four generations of political journalism*. In: KUHN, Raymond; NEVEU, Erik (ORGs): *Political journalism: new challenges, new practices*. Routledge, 2002. p. 22-44.

PELLEGRINI, Silvia et al. *Valor Agregado Periodístico: la apuesta por la calidad de las noticias*. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Católica, 2011.

PELLEGRINI, Silvia; MUJICA, María Constanza. *Valor Agregado Periodístico (VAP): la calidad periodística como factor productivo en un entorno medial complejo*. Palabra Clave, v. 9, n. 1, p. 1, 2006.

PENA, Felipe. **A Teoria do Jornalismo no Brasil—após 1950**. 2015. Disponível em:<http://felipepena.com/wp-content/uploads/2015/03/A-Teoria-do-Jornalismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

PENA, Felipe. **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, n. 24, p. 38-57. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

PÉREZ-LIÑÁN, A. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge University Press, 2007.

PICARD, Robert G. *Commercialism and Newspaper Quality*. *Newspaper Research Journal*, vol. 25, nº I, 2004, p. 54-65.

PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 274-294.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff**. Revista Contracampo, v. 37, n. 2, 2018.

RIZZOTTO, Carla Candida; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. **A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, n. 24, 2017, p. 84-95.

RODRIGUES, Theófilo Machado. **O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017)**. Contracampo, v. 37, n. 2, 2018, p. 37-58.

ROMERO-RODRÍGUEZ, Luis M.; AGUADED, Ignacio. *Toward a taxonomy of newspaper information quality: an experimental model and test applied to Venezuela dimensions found in information quality*. Journalism, p. 1-19.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In CHRISTOFOLETTI, Rogério (ORG). **Vitrine e vidraça: crítica da mídia e qualidade no jornalismo**. Portugal, LabCom Books, 2010, p. 21-34.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Santa Catarina, 2011.

SCHULZ, Winfried. *Preconditions of journalistic quality in an open society. In: Ponencia presentada en la Conferencia Internacional " News Media and Politics-Independent Journalism"*, Budapest: 2000, s/p. Disponível em: <<http://www.europatarsasag.hu/hu/rendezvenyek/beszedekek/preconditions-of-journalistic-quality-in-an-open-society>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SEIXAS, Lia. **Valores Notícia: uma proposta de análise**. Revista Observatório, v. 4, n. 4, p. 334-366, 2018.

SEIXAS, Lia; ALVES, Jussara. **Do que se trata noticiabilidade**. Intexto, n. 38, p. 157-172, 2017.

SERRANO, Estrela. **Spin doctoring e profissionalização da comunicação política**. IN: CORREA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; SANTO, Paula do Espírito (ORGs). LabCom, 2010, p. 91-98.

SHAPIRO, Ivo; ALBANESE, Patrizia; DOYLE, Leigh. *What Makes Journalism "Excellent"? Criteria Identified by Judges in Two Leading Awards Programs*. *Canadian Journal of Communication*, vol 31, 2006, p. 425-445.

SILVA, Juliano Domingues da; ZAVERUCHA, Jorge; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Erivaldo Carvalho. **Mais concentração de propriedade de Mídia, menos democracia?** Testando possibilidades de associação entre variáveis. Intercom. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 38, n. 1, 2015, p. 65-84.

SILVA, Luiz Martins da. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (ORG). **Vitrine e vidraça: crítica da mídia e qualidade no jornalismo**. Portugal, LabCom Books, p. 7-20, 2010.

SOARES, Murilo César. **Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2006**. In: GOULART, Jefferson (ORG). *Mídia e democracia*. Annablume, 2006, p. 79-92.

SOUSA, Jorge Pedro. **A utilização de fontes anônimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: um estudo exploratório**. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Comunicação. Salvador, 2002, p. 1-5.

SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 2, n. 1, 2005, p. 73-92.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Leya, 2016.

STRÖMBÄCK, Jesper. **In search of a standard**: Four models of democracy and their normative implications for journalism. *Journalism Studies*, v. 6, n. 3, 2005, p. 331-345.

TATAGIBA, Luciana. **Os protestos e a crise brasileira**. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Sinais Sociais*, v. 11, n. 33, 2017, p. 71-98.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (ORGs). **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

TAVARES, Maria Alice. O verbo no texto jornalístico: notícia e reportagem. **Working Papers em Linguística**, n. 1, p. 123-142, 1997.

TÉRAMO, Teresa. *Mesa de debate “Calid, el estado actual”*. In: Estándares profesionales e indicadores de calidad periodística. Foro de Periodismo Argentino, 2008, p. 85-97. Disponível em: <https://www.palermo.edu/cienciassociales/publicaciones/estandares_profesionales_periodismo.html>. Acesso em: jan. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2ed. 2005.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Os limites da democracia**: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 97, 2018, p. 1-20.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, v. 2, 1993, p. 74-90.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: A study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

VAN DIJK, Teun A. *How globo media manipulated the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff*. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199-229, 2017.

VEHKOO, Johanna. *What is quality journalism and how it can be saved*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**: mass media; contexto e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. 6. Ed. Lisboa: Presença, 1999.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Tchau, querida democracia**. Casa do Direito, 2016.

ZALLER, John. **A theory of media politics**: how the interests of politicians, journalists, and citizens shape the news. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

ANEXO I - Ficha analítica VAP

ILUSTRACIÓN 1: Ficha VAP

<p>P1. Nombre del fichador:</p> <p>P2. Código correlativo:</p> <p>P3. Cantidad unidades noticiosas:</p> <p>P4. Fecha (dd-mm-aa):</p> <p>P5. Medio: 1) Nombre primer medio 2) Nombre segundo medio</p> <p>P5.1 Titular:</p> <p>P6. Ubicación de la noticia en la portada: 0) No está en portada 1) Mención en portada 2) Titular de portada 3) Titular principal de la portada</p> <p>P6.1 N° página de comienzo:</p> <p>P7. Ubicación de la noticia en la página: 1) Parte inferior 2) Centro 3) Parte superior</p> <p>P8. Extensión de la noticia en cm²:</p> <p>SELECTIVIDAD</p> <p>P9. Tipo de noticia: 1) Actual 2) Atemporal</p> <p>P10. Origen de la información:</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>1) Indefinida</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>2) Reproducción</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>3) De la fuente</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>4) Iniciativa del medio</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table> <p>P11 Relevancia por implicancia</p> <p>11.1 Estatus de los implicados: 1) Bajo 2) Medio bajo 3) Medio Alto 4) Alto</p> <p>11.2 Número de implicados: 1) Bajo 2) Medio bajo 3) Medio Alto 4) Alto</p> <p>11.3 Cercanía: 1) en el extranjero sin nacionales involucrados. 2) en el extranjero con nacionales involucrados 3) en el resto del país del medio 4) en la ciudad del medio</p> <p>11.4 Raridad: 1) Muy habitual 2) Habitual 3) Inusual 4) Muy inusual</p> <p>11.5 Factor Humano: 1) Bajo 2) Medio bajo 3) Medio Alto 4) Alto</p> <p>P12. Relevancia por consecuencia: 1) Persona individual o grupo muy pequeño 2) Regional o Segmento social 3) Nacional 4) Multinacional</p>		1	2	3	4	5	6	7	8	1) Indefinida									2) Reproducción									3) De la fuente									4) Iniciativa del medio									<p>P13. Relevancia por consecuencia temporal: 1) Mínima 2) Transitoria 3) Prolongada 4) Permanente</p> <p>EQUIDAD</p> <p>P14. Pauta informativa social</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>Principal</td> <td>Secundario</td> </tr> <tr> <td>1) Gobierno</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>2) Congreso y partidos políticos</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>3) Política exterior</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>4) Justicia y policía</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>5) Militar y defensa</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>6) Gobierno y actividades comunales</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>7) Educación</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>8) Salud y bienestar</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>9) Iglesia</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>10) Vivienda</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>11) Desastres naturales y epidemias</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>12) Macroeconomía</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>13) Trabajo y gremios</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>14) Empresa, comercio, industria</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>15) Transporte</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>16) Medio ambiente y energía</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>17) Deportes</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>18) Eventos culturales</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>19) Moda y belleza</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>20) Historia de interés humano</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>21) Entretenimiento</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>22) Internacional</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>23) Ciencia y tecnología</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>24) Comunicación y medios</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>25) Ceremonias</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>26) Varios</td> <td></td><td></td> </tr> </table> <p>P15. Identificación del problema/protagonista: 1) SI, personificado 2) SI, no personificado 3) NO</p> <p>P15.1 Identificación de obstáculos/antagonista: 1) SI, personificado 2) SI, no personificado 3) NO</p> <p>P15.2 Protagonista/Problema:</p> <p>P15.3 Antagonista /Obstáculo:</p>		Principal	Secundario	1) Gobierno			2) Congreso y partidos políticos			3) Política exterior			4) Justicia y policía			5) Militar y defensa			6) Gobierno y actividades comunales			7) Educación			8) Salud y bienestar			9) Iglesia			10) Vivienda			11) Desastres naturales y epidemias			12) Macroeconomía			13) Trabajo y gremios			14) Empresa, comercio, industria			15) Transporte			16) Medio ambiente y energía			17) Deportes			18) Eventos culturales			19) Moda y belleza			20) Historia de interés humano			21) Entretenimiento			22) Internacional			23) Ciencia y tecnología			24) Comunicación y medios			25) Ceremonias			26) Varios			<p>ACCESO</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th rowspan="2">Tipos de fuente y aporte</th> <th colspan="2">N°</th> </tr> <tr> <th>Total</th> <th>N° Si aporta</th> </tr> <tr> <td>P16. Número de fuentes documentales</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P17. Número de medios citados</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P18. Número de fuentes indefinidas</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19. Número de fuentes personales</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.1 Gubernamental protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.2 Gubernamental antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.3 Gubernamental neutra</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.4 Oficial pública protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.5 Oficial pública antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.6 Oficial pública neutra</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.7 Oficial privada protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.8 Oficial privada antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.9 Oficial privada neutra</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.10 Experto protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.11 Experto antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.12 Experto neutro</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.13 Testimonial protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.14 Testimonial antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.15 Testimonial neutra</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.16 No identificada protagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.17 No identificada antagonista</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>P19.18 No identificada neutra</td> <td></td><td></td> </tr> </table> <p>ESTILO</p> <p>P20. Estructura narrativa por unidad</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>1) Pirámide Invertida</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>2) Cronológica</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>3) Mixta</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>4) Entrevista</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table> <p>P21. Nivel narrativo por unidad</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>1) Transcripción</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>2) Procesamiento</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table> <p>P22. Número de adjetivos valorativos</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P23. Número de verbos de atribución</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P24. Aporte Gráfico Especifico</p> <p>P24.1 Foto 1) Bajo 2) Medio Bajo 3) Medio Alto 4) Alto 0) No hay</p> <p>P24.2 Infográficos 1) Bajo 2) Medio Bajo 3) Medio Alto 4) Alto 0) No hay</p> <p>P24.3 Gráficos 1) Bajo 2) Medio Bajo 3) Medio Alto 4) Alto 0) No hay</p>	Tipos de fuente y aporte	N°		Total	N° Si aporta	P16. Número de fuentes documentales			P17. Número de medios citados			P18. Número de fuentes indefinidas			P19. Número de fuentes personales			P19.1 Gubernamental protagonista			P19.2 Gubernamental antagonista			P19.3 Gubernamental neutra			P19.4 Oficial pública protagonista			P19.5 Oficial pública antagonista			P19.6 Oficial pública neutra			P19.7 Oficial privada protagonista			P19.8 Oficial privada antagonista			P19.9 Oficial privada neutra			P19.10 Experto protagonista			P19.11 Experto antagonista			P19.12 Experto neutro			P19.13 Testimonial protagonista			P19.14 Testimonial antagonista			P19.15 Testimonial neutra			P19.16 No identificada protagonista			P19.17 No identificada antagonista			P19.18 No identificada neutra				1	2	3	4	5	6	7	8	1) Pirámide Invertida									2) Cronológica									3) Mixta									4) Entrevista										1	2	3	4	5	6	7	8	1) Transcripción									2) Procesamiento																											<p>CONTENIDO</p> <p>P25. Número total de datos comprobables</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P26. Número de datos comprobables-antecedentes</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P27. Número de datos comprobables-consecuencias</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P28. Número de datos comprobables-hecho en si</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>P29. Observación periodística 1) Tiene 2) No tiene 3) No corresponde</p> <p>P30. Alcance (tratamiento) 1) Multinacional 2) Nacional 3) Regional 4) Para la ciudad del medio</p> <p>P31. Comprensibilidad 1) No se comprende 2) No, en su mayoría 3) SI, en su mayoría 4) SI, totalmente</p> <p>ENFASIS</p> <p>P32. Base narrativa por unidad</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>1) Opinión</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>2) Especulativo</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td>3) Ficticio</td> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table> <p>P33. Enfoque: 1) Costo/beneficio económico 2) Interés Humano 3) Conflicto 4) Asignación de responsabilidades 5) Descriptivo/informativo</p> <p>P34. Presencia de puntos de vista 1) Sólo un punto de vista 2) Un punto de vista con referencia a otra versión 3) Mezcla de puntos de vista</p> <p>P35. Tiene sesgo: 1) No 2) SI</p>																																						1	2	3	4	5	6	7	8	1) Opinión									2) Especulativo									3) Ficticio								
	1	2	3	4	5	6	7	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
1) Indefinida																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
2) Reproducción																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
3) De la fuente																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
4) Iniciativa del medio																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	Principal	Secundario																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
1) Gobierno																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
2) Congreso y partidos políticos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
3) Política exterior																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
4) Justicia y policía																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
5) Militar y defensa																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
6) Gobierno y actividades comunales																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
7) Educación																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
8) Salud y bienestar																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
9) Iglesia																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
10) Vivienda																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
11) Desastres naturales y epidemias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
12) Macroeconomía																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
13) Trabajo y gremios																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
14) Empresa, comercio, industria																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
15) Transporte																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
16) Medio ambiente y energía																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
17) Deportes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
18) Eventos culturales																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
19) Moda y belleza																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
20) Historia de interés humano																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
21) Entretenimiento																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
22) Internacional																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
23) Ciencia y tecnología																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
24) Comunicación y medios																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
25) Ceremonias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
26) Varios																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Tipos de fuente y aporte	N°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Total	N° Si aporta																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
P16. Número de fuentes documentales																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P17. Número de medios citados																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P18. Número de fuentes indefinidas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19. Número de fuentes personales																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.1 Gubernamental protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.2 Gubernamental antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.3 Gubernamental neutra																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.4 Oficial pública protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.5 Oficial pública antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.6 Oficial pública neutra																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.7 Oficial privada protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.8 Oficial privada antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.9 Oficial privada neutra																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.10 Experto protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.11 Experto antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.12 Experto neutro																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.13 Testimonial protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.14 Testimonial antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.15 Testimonial neutra																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.16 No identificada protagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.17 No identificada antagonista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
P19.18 No identificada neutra																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	1	2	3	4	5	6	7	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
1) Pirámide Invertida																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
2) Cronológica																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
3) Mixta																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
4) Entrevista																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	1	2	3	4	5	6	7	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
1) Transcripción																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
2) Procesamiento																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	1	2	3	4	5	6	7	8																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
1) Opinión																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
2) Especulativo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
3) Ficticio																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										

Fonte: Pellegrini et.al (2011)

ANEXO 2 - Conjunto de textos analisados organizados por jornal e por data.

Ver arquivos disponíveis em:

https://drive.google.com/drive/folders/1b9TjRwvrK60_3ddMPaoKHA7GM3Zauw_ho?usp=sharing>

ANEXO 3 – Planilhas utilizadas

Ver arquivos disponíveis em:

https://drive.google.com/drive/folders/1b9TjRwvrK60_3ddMPaoKHA7GM3Zauw_ho?usp=sharing